As especificações de segurança da transmissão e intercâmbio de dados;

O arquivamento das informações ao nível nacional e central.

O Documento de Controlo da Interface e das Funcionalidades indica os meios de armazenamento e a disponibilidade das informações respeitantes às mercadorias perigosas ou poluentes no que se refere aos serviços regulares que beneficiam de isenção ao abrigo do artigo 14.º

A documentação técnica relativa ao *SafeSeaNet*, como as normas do formato do intercâmbio de dados, as especificações de interoperabilidade com outros sistemas e aplicações, os manuais dos utilizadores, as especificações de segurança da rede e as bases de dados de referência utilizadas para dar cumprimento às obrigações de notificação, é elaborada e atualizada pela Agência, em cooperação com os Estados-membros.

3 — Intercâmbio e partilha de dados

O sistema utiliza normas da indústria e tem capacidade para interagir com sistemas públicos e privados utilizados para gerar, transmitir ou receber informações no âmbito do *SafeSeaNet*.

A Comissão e os Estados-membros devem cooperar na análise da exequibilidade e do desenvolvimento de funcionalidades que, tanto quanto possível, assegurem que os fornecedores de dados, incluindo comandantes, armadores, agentes, operadores, carregadores e autoridades interessadas, apenas tenham de transmitir as informações uma vez, tendo na devida conta as obrigações previstas na Diretiva n.º 2010/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho e outra legislação pertinente da União. A Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos assegura que as informações transmitidas estejam disponíveis para ser usadas em todos os sistemas de informação, notificação, intercâmbio de informações e Vessel Traffic Management and Information Systems (VTMIS) relevantes.

A Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos deve desenvolver e manter as interfaces necessárias para a transmissão automática de dados ao *SafeSeaNet* por via eletrónica.

O SafeSeaNet central é utilizado para a distribuição de dados e de mensagens eletrónicas, trocados ou compartilhados em conformidade com o presente diploma e com a legislação pertinente da União, nomeadamente:

Artigo 12.°, n.° 3 da Diretiva n.° 2000/59/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2000, relativa aos meios portuários de receção de resíduos gerados em navios e de resíduos da carga; transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.° 165/2003, de 24 de julho;

Artigo 10.º da Diretiva n.º 2005/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa à poluição por navios e à introdução de sanções, incluindo sanções penais, por crimes de poluição alterada pela Diretiva n.º 2009/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, transposta para o direito interno pela Lei n.º 56/2011, de 15 de novembro;

Artigo 24.º da Diretiva n.º 2009/16/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, relativa à inspeção de navios pelo Estado do porto; transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 61/2012, de 14 de março;

Artigo 6.º da Diretiva n.º 2010/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010,

relativa às formalidades de declaração exigidas aos navios à chegada e/ou à partida dos portos dos Estados-Membros, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 218/2012, de 9 de outubro.

A utilização do sistema *SafeSeaNet* deve apoiar o estabelecimento e o funcionamento do espaço europeu de transporte marítimo sem barreiras.

Nos casos em que as normas internacionais permitam o encaminhamento de informações do sistema de identificação e localização de navios de longo alcance (LRIT) relativas a navios de países terceiros, as redes *SafeSeaNet* são utilizadas para distribuir entre os Estados-membros, com um nível de segurança adequado, as informações do sistema de identificação e localização de navios de longo alcance (LRIT) recebidas nos termos do artigo 6.º-B do Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27 de julho.

4 — Segurança e direitos de acesso

O sistema central e os sistemas nacionais *SafeSeaNet* satisfazem os requisitos do presente diploma relativos à confidencialidade das informações e observam os princípios e especificações de segurança descritos no Documento de Controlo da Interface e das Funcionalidades (DCIF), em particular no que se refere aos direitos de acesso.

A Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos identifica os utilizadores aos quais sejam atribuídos um papel e um conjunto de direitos de acesso ao abrigo do Documento de Controlo da Interface e das Funcionalidades.»

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assembleia Legislativa

Decreto Legislativo Regional n.º 2/2016/A

Plano Anual Regional para 2016

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores decreta, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º e do n.º 1 do artigo 232.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do artigo 34.º e do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte:

Artigo 1.º

É aprovado o Plano Anual Regional para 2016.

Artigo 2.°

È publicado em anexo ao presente diploma, dele fazendo parte integrante, o documento contendo o Plano Anual Regional para 2016.

Aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 27 de novembro de 2015.

A Presidente da Assembleia Legislativa, *Ana Luísa Luís*.

Assinado em Angra do Heroísmo em 30 de dezembro de 2015.

Publique-se.

O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *Pedro Manuel dos Reis Alves Catarino*.

INTRODUÇÃO

O Plano Regional para 2016 cumpre a última etapa do período de programação do investimento público nos Açores, enquadrado pelas Orientações de Médio Prazo 2013-2016.

No quadriénio, que correspondeu à ação do XI Governo Regional dos Açores, foram promovidos ajustamentos em ordem a uma resposta atempada às restrições e condicionantes que a envolvente externa colocava, mas com repercussões internas, mantendo-se, todavia, bem presentes as orientações e compromissos assumidos com a União europeia, em matéria de gestão orçamental.

Este Plano Anual estrutura-se da mesma forma que os deste ciclo quadrienal, respeitando os grandes objetivos de desenvolvimento, e que são: Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos; Promover o Crescimento Sustentado da Economia; Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social, Gerir com Eficiência o Território, promovendo a Qualidade Ambiental; e Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação.

Os primeiros dois capítulos deste documento introduzem os traços principais da evolução mais recente e prospetiva das realidades e situações socioeconómicas internacional, do país e também a regional, um terceiro capítulo com as prioridades de intervenção neste período anual, quer em termos gerais, quer as relativas às políticas setoriais, um quarto com a apresentação dos montantes de investimento por programa, organizado por grande objetivo e por departamento governamental executor, um quinto onde é apresentado o detalhe da programação a nível de ação e finalmente um último com o ponto de situação sobre os programas com comparticipação comunitária, encerrando-se o documento com listagens em anexo.

I. ENQUADRAMENTO

ECONOMIA MUNDIAL

A economia mundial revela sinais de retoma, com as perspetivas de crescimento a apontarem para a necessidade de correção de desequilíbrios, facilitando o desenvolvimento da produção efetiva e da potencial.

Entretanto, os riscos que poderão surgir no curto prazo situam-se no âmbito da volatilidade do mercado financeiro e de tensões decorrentes de fatores geopolíticos.

As economias avançadas vêm registando uma aceleração de crescimento, esperando-se que continue em função das perspetivas de evolução das economias principais.

Apesar de um crescimento mais débil registado temporariamente no início de 2015, a economia dos Estados Unidos continua a revelar a presença de fatores de aceleração de consumo e investimento, como o crescimento de salários, as condições no mercado de trabalho, as facilidades financeiras, os preços de combustíveis baixos e o mercado de habitação mais fortalecido.

Na Ásia, a economia japonesa beneficiou de uma aceleração de despesas de investimento, que se repercutiram num crescimento mais vigoroso do que o esperado inicialmente. O abrandamento da atividade económica na China, inicialmente associável a enfraquecimento do investimento, particularmente em imobiliário, começa a colocar a perspetiva de transição para um novo modelo de crescimento, como revelam as turbulências recentes nos mercados financeiros.

A recuperação na zona euro evolui no sentido da sua consolidação, com retoma da procura interna na generalidade das economias e com uma inflação que começa a subir.

Entretanto, se para as economias de diversos países se têm registado revisões em alta, acontecimentos como os observados em território grego poderão repercutir-se de forma mais pesada do que a perspetivada antecipadamente

Nos países emergentes e em desenvolvimento o crescimento deverá continuar a desacelerar. Esta tendência decorrerá da baixa de preços dos produtos de matérias-primas, da deterioração de condições financeiras externas (de países exportadores de petróleo e da América Latina), de estrangulamentos estruturais e de dificuldades económicas associadas a fatores geopolíticos.

O preço médio do petróleo mantém-se ao nível esperado para o ano corrente. Por sua vez, a oferta mundial de petróleo situa-se num patamar superior ao nível atingido em 2014 e as reservas mundiais continuam a aumentar. Assim, o aumento no segundo trimestre de 2015 do preço do petróleo decorreu de um acréscimo da procura e, principalmente, de expectativas de uma desaceleração da produção mais rápida do que o previsto nos Estados Unidos.

O aumento de preços do petróleo repercutiu-se no nível dos preços ao consumidor. De facto, os indicadores mensais de inflação revelaram acréscimos, favorecendo mesmo um sentido de inversão de tendência em economias avançadas.

A inflação subjacente, isto é, sem preços de produtos para alimentação e de energia, permaneceu mais ou menos estável

Em muitos países emergentes, nomeadamente aqueles com procura interna fraca, a inflação global recua.

As políticas monetárias nos países avançados devem permanecer acomodatícias, para continuarem a situar a inflação aos níveis fixados como objetivo e a sustentar as atividades económicas.

Em países com folga fiscal dever-se-á aplicar políticas mais expansivas, nomeadamente de incentivo ao investimento em infraestruturas.

Em países com dívida pública elevada, o ritmo de saneamento financeiro e orçamental deve encontrar um equilíbrio entre a redução da dívida e as restrições ao desenvolvimento de atividades produtivas.

Nos países emergentes e em desenvolvimento a margem de manobra macroeconómica de apoio à procura é geralmente mais limitada.

No caso de países exportadores de petróleo ajustam-se as despesas públicas à baixa de receitas petrolíferas logo que não exista margem orçamental.

Já nos países importadores de petróleo a baixa de preços na energia reduz as tensões sobre os preços em geral e a vulnerabilidade exterior.

Apesar das expectativas a aceleração do crescimento mundial ainda não se materializou de forma consistente.

O comércio mundial de bens e serviços já registou taxas médias anuais que apontam no sentido da retoma. Todavia, apresenta-se como prioridade de política económica o aumento de produto efetivo e potencial, através de uma combinação dinâmica entre crescimento da procura e medidas de reformas estruturais, nomeadamente em termos de fiscalidade e de reorientação da despesa.

Indicadores para a Economia Mundial

Taxa de variação anual em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015p
PIB						
Economia mundial	5,2 3,2	3,9 1,7	3,5 1,4	3,4 1,4	3,4 1,8	3,3 2,1
EUA. Japão Área do euro Reino Unido	3,0 4,4 1,9 1,3	1,8 -0,6 1,5 1,1	2,8 1,4 -0,7 0,2	2,2 1,6 -0,4 1,7	2,4 - 0,1 0,8 2,6	2,5 0,8 1,5 2,4
Economias emergentes e em desenvolvimento	7,3	6,2	5,1	5,0	4,6	4,2
Rússia China Índia Brasil	4,0 10,4 9,9 7,5	4,3 9,3 6,3 2,7	3,4 7,7 5.1 1,0	1,3 7,8 6,9 2,7	0,6 7,4 7,2 0,1	-3,4 6,8 7,5 -1,5
Comércio mundial de bens e serviços	12,7	6,1	2,9	3,3	3,2	4,1
Importações Economias avançadas	11,2 13.5	4.7 8.8	1.2 6,0	2,1 5,2	3,3 3,4	4,5 3,6
Preços no consumidor						
Economias avançadas	1,6 6,1	2,7 7.1	2,0 6,1	1,4 5,9	1,4 5,1	0,0 5,5
Preços de matérias-primas						
Petróleo (brent) em USD	27,9 26,3	31,6 17,9	1,0 -10,0	- 0.9 -1,2	-7,5 -4,0	-38,8 -15,6
Mercado interbancário de Londres (% taxas oferecidas)						
Depósitos em dólares USD Depósitos em euros Depósitos em ienes japoneses	0,5 0,8 0,4	0,5 1,4 0,3	0,7 0,6 0,3	0,4 0,2 0,2	0,3 0,2 0,2	0,4 0,0 0,1

Nota: (p) = projeção

Fontes: IMF. World Economic Outlook julho 2015.

ECONOMIA PORTUGUESA

As perspetivas de evolução para a economia portuguesa apontam no sentido da estabilização da atividade económica, envolvendo simultaneamente o ajustamento de desequilíbrios macroeconómicos.

Prosseguirá a recomposição da estrutura da despesa, em termos de uma crescente orientação de recursos produtivos para setores com maior exposição à concorrência internacional.

Desta forma, o peso das exportações no PIB continuará a alargar-se e o da FBCF aproximar-se-á mais de níveis compatíveis com as suas funções de desempenho cíclico e de motor de crescimento. O peso do consumo privado deverá manter-se próximo do observado no passado recente, de cerca de 2/3 do PIB.

Neste contexto, perspetiva-se uma recuperação do VAB na indústria transformadora e nos serviços, favorecida pelo comportamento das exportações e, também, pela recuperação da procura interna através das suas características e dimensão própria.

A evolução do consumo privado reflete, em larga medida, o perfil do rendimento disponível das famílias. O caso do consumo de bens duradouros, significativamente associável a vendas de automóveis, decorre em parte de compras adiadas durante o período de recessão, por motivos de precaução.

As perspetivas de evolução da FBCF decorrem sobretudo da recuperação em níveis de investimentos empresariais, já que investimentos públicos e em habitação continuarão a refletir ajustamentos em curso de forma persistente.

A recuperação de investimento empresarial beneficiará de melhorias das perspetivas de procura nos mercados interno e de destino das exportações portuguesas, da necessidade de renovação do *stock* de capital, após um longo período de amortizações em equipamentos, e da melhoria de condições de financiamento, favorecidas pelas medidas de política monetária não convencional do BCE.

A evolução das exportações tem sido um dos aspetos mais significativos do processo de ajustamento da economia portuguesa, refletindo a adaptação das empresas a padrões exigidos por mercados internacionais, onde se inclui a procura por novas geografías num contexto de forte constrangimento na procura interna.

As perspetivas de crescimento apontam no sentido de beneficiarem da evolução da procura externa e de ganhos de competitividade-preço em termo de depreciação do euro

Após a desaceleração de preços, atingindo-se o ponto mínimo com a redução de preços de 0,2 por cento em 2014, esperam-se pressões ascendentes sobre os preços, decorrendo da recuperação das economias portuguesa e internacional.

No contexto da área do euro, o aumento de preços é influenciado pelo impacto positivo das medidas de política não convencionais adotadas pelo BCE, nomeadamente por via do incentivo às atividades económicas e da depreciação do euro.

Face a informações mais recentes, bem como à evolução do preço do petróleo, as projeções de preços no consumidor já incorporam revisões em alta.

O potencial de crescimento da economia permanece condicionado pela necessidade de continuar a redução do endividamento, pelo elevado nível de desemprego e pelos limitados níveis de capital produtivo por trabalhador, após um longo período de quedas acentuadas do investimento.

Indicadores para a Economia Portuguesa

Taxa de variação anual em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PIB	1,9	-1,6	-3,2	-1,4	0,9	1,7
Procura interna total	1,8	-5,8	-6,8	-2,6	2,1	2,1
Consumo privado Consumo público Formação Bruta de Capital Fixo	2,5 0,1 -3,1	-3,8 -4,3 -10,7	-5,6 -4,4 -14,5	-1,7 -1,8 -6,6	2,2 -0,3 2,5	2,2 -0,5 6,2
Importações	8,0 10,2	-5,9 7,2	-6,9 3,3	2,8 6,1	6,4 3,4	5,7 4,8
Emprego e desemprego						
Emprego	-1,7 10,8	-1,5 12,7	-4,2 15,5	-2,6 16,2	1,4 13,9	0,6 13,2
IHPC	1,4	3,6	2,8	0,4	-0,2	0,5
Saldo global das administrações	-11,2 96,2	-7,4 111.1	-5,6 125,8	-4,8 129,7	-4,5 130,4	-2,7 124,2

^{*} Notas: Em 2011 a série da taxa de desemprego foi afetada pela quebra da série do Inquérito ao Emprego.

Fontes: BdP, Boletim Económico, junho 2015.

UTAO, Parecer sobre Programa de Estabilidade 2015-2019, abril 2015.

II. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO

· Aspetos demográficos

As estimativas do INE apontam para um total de 246 650 pessoas com residência na RAA no final do ano de 2014

Este volume de população representa um saldo fisiológico nulo na medida em que o número de óbitos foi igual ao de nados-vivos.

Evolução das Componentes dos Saldos Fisiológicos

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nados-vivos Óbitos	2 847 2 250							

Fonte: INE, SREA.

A natalidade na RAA situa-se a um nível superior ao registado no conjunto do país. Todavia, tem vindo a reduzir-se em relação à dimensão que atingiu em anos anteriores e, também, em relação à mortalidade.

Desta forma tem vindo a reduzir o seu contributo tradicionalmente positivo para a evolução demográfica. O ano passado ficou marcado como o da primeira interrupção daquela evolução tradicional.

As variações e tendências demográficas descritas refletem-se na estrutura etária da população residente. O grupo da população que cresceu foi o compreendido na faixa etária de 65 e mais anos.

No extremo oposto, regista-se um decréscimo da faixa etária até 15 anos. A faixa etária de 15-64 anos reforçou o seu peso relativo, atingindo 69,9% do total.

Estrutura Etária da População

%

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
População com menos 15 anos População dos 15-64 anos População com mais de 64 anos						17,5 69,5		16,8 69,9
	12,4	12,4	12,3	12,5	12,9	13,0	13,0	13,2

Fonte: INE.

• Aspetos macroeconómicos

A nova série de contas regionais incorpora mudanças que decorrem de alterações no Sistema Europeu de Contas, para além do processo corrente de atualizações a partir das últimas informações de caráter estrutural.

Entre as principais alterações metodológicas resultantes do SEC 2010 destacam-se novas regras de registo das "*entidades com fins específicos*" (Special Purpose Entities — SPE) e de classificação de despesas.

Estas alterações implicaram revisões em alta do PIB na generalidade das regiões e nos volumes agregados de investimento que passaram a incluir despesas de investigação e desenvolvimento e de funções militares, antes consideradas como custos de explorações.

Globalmente, as atividades económicas vêm assegurando o posicionamento da RAA no contexto do país, sendo compreensivelmente também condicionados por dinâmicas nacionais no âmbito de economias de maior dimensão, nomeadamente das europeias.

O valor preliminar de 3 694 milhões de euros do PIB nos Açores, em 2013, representou um crescimento no-

minal de 1,7%. Este crescimento traduziu-se num ganho relativo no contexto do país, já que representou 2,16% do total do PIB do país, enquanto no ano anterior representara 2,14%.

Por sua vez, a riqueza média, medida pelo índice *per capita*, tem mantido uma posição estável no contexto do país durante os últimos anos, concretamente no índice de 91, mas em relação à UE 28 mostrou um reposicionamento positivo em 2013, registando um índice em paridades de perda de compra de 72, face a outro de 70 no ano anterior.

Produto Interno Bruto — (Base 2011), a preços de mercado

Unid.: Milhões de Euros

	Açores/País	PIB per capita	PIB per capita PPC
	%	(País=100)	(UE28=100)
2008 2009 2010 2011 2012Pe 2013Pe	2,10 2,13 2,13 2,13 2,14 2,16	90 91 91 91 91	71 74 74 71 70 72

Pe = Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2011).

Mercado de Trabalho

A evolução recente do mercado de trabalho mostra um acréscimo significativo do emprego, seja pela intensidade da taxa média anual de variação, de 2,3%, seja pela inversão que poderá representar em termos de ciclo económico.

Os apuramentos correspondem a dados associáveis sobretudo no sentido da recuperação da atividade económica na Região.

Durante o primeiro semestre de 2015, o acréscimo de emprego e a correspondente diminuição significativa da taxa de desemprego, permitiu retirar da situação de desempregados, elementos de população em idade ativa e favoreceu condições de reequilíbrio demográfico.

Condição da População Perante o Trabalho

Nº Indivíduos

				IN.	inaiviauos	
				20	15	
	2012*	2013*	2014*	1.º Trimestre	2.º Trimestre	
População total População Ativa Empregada Desempregada Tx. de Atividade (%) Tx. de Atividade Feminina (%) Tx. de Desemprego (%)	249.463 120 640 102 221 18 419 48,9 40,5 15,3		247.535 121.583 101.768 19.815 49,1 43,1 16,3	247.330 122.846 104529 18.317 49,7 43,9 14,9	247.329 121.788 108019 13.769 49,2 43,0 11,3	

*Nova série

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Preços no Consumidor

O Índice de Preços no Consumidor continua a revelar uma tendência de desaceleração, sendo a taxa média anual em 2014 de apenas 0.3%, comparada à de 1,9% registada no ano anterior.

A inflação subjacente — excluindo do cabaz de consumo final os produtos energéticos e alimentares não transformados — situou-se em 2014 a um nível relativamente superior ao da inflação geral, mas manteve-se também dentro de uma linha de desaceleração.

A tendência de desaceleração da inflação integra-se na lógica de formação de preços por via de importações, mas, também, é compaginável com efeitos do processo recessivo pós-crise de 2008. Todavia, uma observação aos dados do período intra-anual suscita a questão de aproximação ao limite inferior da tendência, ou mesmo de eventual inversão, já que se registaram taxas mínimas com variação negativa a meados do ano.

Evolução intra-anual de Preços no Consumidor

(taxas de variação homólogas)

(base 2012)

3,50

3,00

2,50

1,50

1,00

0,50

1,00

2013

2014

Evolução recente da conjuntura

Tomando a informação disponível para o período de programação 2013-2016, relativa à evolução da conjuntura económica na Região, a partir de um indicador sintético estimado pelo INE-SREA, pode-se constatar que a partir da primeira metade do ano de 2013, observam-se sem qualquer quebra variações positivas da atividade económica nos Açores, com uma expressão bem mais acentuada durante os primeiros meses do corrente ano de 2015.

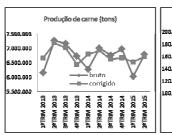


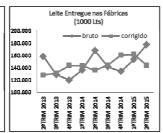
Considerando a evolução por alguns setores de atividade, há a registar em termos gerais uma recuperação de produções, com maior expressão no setor dos serviços, onde o turismo se constitui como um dos pilares económicos na Região. Regista-se ainda uma recuperação algo instável no setor da construção civil, onde o número crescente do pedido de licenciamento para construção não encontra resposta nas vendas de cimento. A produção ligada à base económica tradicional tem uma evolução mais "suavizada", em razão da natureza dos produtos e do mercado.

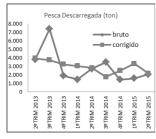
Um dos indicadores mais representativos do consumo duradouro, venda de veículos automóveis, teve um cres-

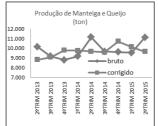
cimento muito relevante, demonstrando a confiança das famílias na situação económica em geral, que permite avançar com este tipo de aquisição de bens, mesmo descontando alguma alavancagem das vendas de veículos por reposição e aumento do parque de viaturas para a atividade do *rent-car*.

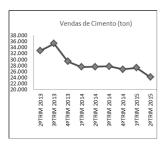
Depois de um valor mínimo na taxa de emprego da população ativa, no primeiro trimestre 2014, os trimestres subsequentes até à atualidade apresentam uma forte recuperação, com a diminuição constante e sustentada das taxas de desocupação involuntária da população ativa. O consequente aumento da empregabilidade na Região teve uma maior expressão no corrente ano.



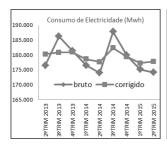


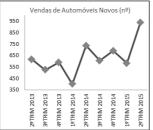


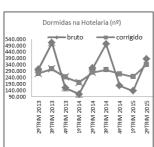


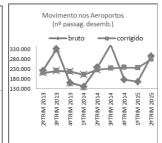














III POLÍTICAS SETORIAIS DEFINIDAS PARA O PERÍODO ANUAL

Enquadramento a médio prazo

Os objetivos de desenvolvimento propostos nas OMP constituem-se como referencial das respetivas políticas setoriais como a seguir se apresenta.

OBJ. 1 AUMENTAR A COMPETITIVIDADE E A EMPREGABILIDADE DA ECONOMIA REGIONAL

A este objetivo geral associam-se as políticas de Fomento da Competitividade e do Emprego, da Qualificação Profissional, da Agricultura e Florestas, das Pescas e Aquicultura e do Turismo.

OBJ. 2 PROMOVER A QUALIFICAÇÃO E A INCLUSÃO SOCIAL

Neste objeto agregam-se as Políticas setoriais no âmbito da Educação, da Ciência, da Cultura, da Saúde, da Solidariedade Social, da Habitação e Renovação Urbana, do Desporto e da Juventude.

OBJ. 3 AUMENTAR A COESÃO TERRITORIAL E A SUSTENTABILIDADE

Este objetivo contempla as políticas setoriais dos Transportes, Energia, do Desenvolvimento Tecnológico, da Prevenção de Riscos e Proteção Civil e do Ambiente e Ordenamento.

OBJ. 4 AFIRMAR A IDENTIDADE REGIONAL E PROMOVER A COOPERAÇÃO EXTERNA

As áreas de incidência deste objetivo são as relativas à Cooperação Externa, às Comunidades e à Informação e Comunicação Institucional.

Estratégias e objetivos anuais

No quadro estratégico das Orientações de Médio Prazo 2013-2016, o Plano para 2016 encerra este ciclo de investimento público.

Durante o quadriénio, incluindo o próximo ano, verificam-se variações e alterações sensíveis na envolvente financeira e económica.

Em termos financeiros, regista-se uma intervenção do Banco Central Europeu no mercado da dívida pública, introduzindo liquidez nos sistemas, mantendo as taxas de juro em mínimos históricos. Porém, continuam firmes as linhas de orientação no quadro da política europeia de rigor, com metas apertadas em termos de desequilíbrio das contas públicas.

Em termos económicos, apesar da recente quebra do preço de algumas matérias-primas, designadamente o petróleo e de alguma desvalorização da moeda europeia, não se verificou um impulso significativo no crescimento

económico na Europa, embora, pontualmente, houvesse alguma animação em alguns territórios, após quebras anteriores severas de produção económica.

Sendo os Açores uma pequena economia, necessariamente dependente do exterior, as forças e os movimentos da envolvente tem impacte significativo no mercado regional. Os dados mais recentes da evolução conjuntural evidenciaram inversão de tendências negativas e consolidação generalizada da produção económica, seja no mercado dos bens e serviços, seja o seu reflexo no mercado do emprego.

As políticas públicas na Região, em geral, e o Plano para 2016, em particular, terão uma resposta afirmativa aos sinais que advêm da sociedade, no sentido de consolidação de uma tendência mais favorável, de maior confiança e de uma orientação mais assertiva no plano da recuperação e progressão da economia regional, sem prejuízo da mitigação dos efeitos da crise anterior em áreas mais fragilizadas da sociedade.

As prioridades para 2016 correspondem a vetores de política regional que consolidam um caminho percorrido, dentro de um espaço circunscrito por grandes linhas de orientação estratégica, sejam no domínio da competitividade, da produção de bens e serviços nos Açores, com impacte no emprego, o rigor e a eficácia na aplicação dos dinheiros públicos, e a solidariedade social, despistando situações de exclusão e de pobreza. Assim, as grandes prioridades estratégicas para 2016 são:

- Reforçar a linha de crescimento da economia regional, explorando os recursos endógenos, a partir dos setores tradicionais e consolidados da base económica, associando novas fileiras ligadas ao território e ao mar. Modernizar a oferta dos serviços, do comércio, promovendo-se a abertura ao exterior e fomentando a internacionalização, são linhas de intervenção, baseando-se no fomento e em políticas indutoras de eficiência no investimento privado e da dinâmica das empresas, reforçando o apoio à criação de emprego sustentável.
- Manter o equilíbrio financeiro e consolidar as finanças públicas regionais, enquanto elementos diferenciadores face a situações em espaços exteriores, induzindo confiança junto dos agentes económicos e proporcionando as condições para a existência de um quadro fiscal mais favorável para as empresas e as famílias. Este equilíbrio financeiro permite dotações financeiras para se manterem projetos de investimento público necessários ao desenvolvimento da Região e uma despesa pública com influência favorável na procura interna.
- Reforçar a coesão social, reduzindo situações potenciais de exclusão e de pobreza, com políticas ativas de emprego e de formação, numa estratégia de cada vez maior igualdade de oportunidades, mais e melhor educação, cultura e desporto, maior eficiência no setor da saúde, mais e melhor oferta de meios na proteção social, valorizando o papel da família, a tolerância e a inclusão social.
- Reforçar a coesão territorial e a sustentabilidade, mantendo e reforçando as ações necessárias a uma eficiência dos sistemas de transportes, dos sistemas energéticos, com ação voluntarista no ordenamento territorial e reabilitação urbana, no quadro das políticas e compromissos com a sustentabilidade do desenvolvimento.

Apresentação das Políticas Setoriais a desenvolver em 2016

Aumentar a Competitividade e Empregabilidade da Economia Regional

Competitividade

O novo quadro de apoios comunitários para o período 2014-2020, que já se encontra inteiramente operacional, assenta na estratégia de investigação e inovação para a especialização inteligente dos Açores, criando condições para superar fragilidades e constrangimentos estruturais, e para impulsionar dinâmicas positivas de competitividade

Neste domínio, assume especial relevância a política de incentivos à iniciativa privada inserida no Competir+ - Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial, por constituir um instrumento de política económica que permitirá alavancar o investimento privado e gerar mutações essenciais no panorama empresarial, contribuindo para um desenvolvimento económico sustentável a médio e longo prazo.

A crescente incorporação nas empresas dos fatores dinâmicos da competitividade, o fomento de projetos de investimento de caráter estratégico e a promoção da produtividade, pela prossecução das lógicas de eficiência coletiva, nas vertentes da cooperação empresarial e da articulação desta com as infraestruturas de suporte a entidades do sistema científico e tecnológico, constituem os pressupostos de base em que assenta aquela política de incentivos.

O alargamento da base económica de exportação constitui uma aposta decisiva do Competir+, privilegiando todos os projetos de investimento dirigidos à produção de bens transacionáveis, inseridos em cadeias de valor associados a recursos endógenos, a serviços de valor acrescentado e ao turismo, que corporizam as três grandes áreas temáticas de especialização prioritárias para o desenvolvimento dos Açores: o setor agroalimentar, o turismo e a economia do mar, considerando-se paralelamente outras vertentes como a da indústria transformadora, a economia digital e a logística.

Será também conferida a maior importância ao reforço do comércio intrarregional e às competências de exportação, favorecendo a penetração e o posicionamento das empresas açorianas no mercado global, proporcionando uma maior abertura das empresas açorianas ao exterior e o seu crescente processo de internacionalização.

As empresas ligadas ao setor exportador têm dado sinal do seu dinamismo e o Governo Regional tem correspondido com medidas de apoio e de estímulo nesta vertente

Pretende-se aprofundar e alargar a utilização da Marca Açores, através da identificação da Região com uma marca sinónima de qualidade, que diferencie o produto a partir dos atributos mais distintivos dos Açores, estimulando, deste modo, a preferência já existente no consumo de produtos açorianos.

Continuar-se-á a promover os produtos dos Açores através do desenvolvimento de um plano anual de feiras, através da capacitação empresarial de acesso e consolidação empresarial. Estas iniciativas, aumentam a visibilidade da Região nos mercados externos, reforçam a presença dos produtos açorianos nos mercados onde já operam e permitem, igualmente, o acesso a novos mercados.

Dar-se-á continuidade às medidas de estímulo ao consumo e comercialização de produtos regionais, com inegáveis efeitos na redução de importações e no alargamento da base económica de exportação.

Neste sentido, o Programa de Apoio à Restauração e Hotelaria para a Aquisição de Produtos Regionais, continuará a dar um importante contributo ao nível da promoção da competitividade e inovação no setor da restauração e hotelaria açoriana, através da utilização predominante de produtos regionais. Esta medida, estimula, ao mesmo tempo, o setor produtivo regional, enquadrando-se também uma política de crescente substituição de importações.

Serão também desenvolvidas campanhas de sensibilização para o consumo de produtos açorianos junto de diversas unidades comerciais da Região e de Portugal Continental.

A requalificação do tecido urbano será alvo de uma particular atenção pelo que através da linha de apoio ao urbanismo sustentável integrado pretende-se estimular uma intervenção vasta e abrangente nos centros urbanos, através de uma abordagem integrada e inovadora naqueles espaços, assente numa lógica de cooperação entre as empresas, as associações empresariais e as autarquias locais, visando a dinamização da atividade empresarial e a revitalização dos espaços urbanos em que a mesma se desenvolve.

Pretende-se igualmente em 2016 promover a implementação de instrumentos financeiros públicos de financiamento e capitalização das empresas regionais e de estímulo, incentivo e orientação do investimento empresarial.

O Governo Regional dos Açores prosseguirá com o desenvolvimento de iniciativas de diversa natureza para a captação de investimento externo, promovendo a divulgação das potencialidades económicas e das oportunidades de negócio que a Região oferece, continuando a adotar medidas de redução dos custos de contexto e facilitadoras da concretização de investimentos, que proporcionem um ambiente cada vez mais atrativo para os potenciais investidores externos.

Será dada continuidade a um conjunto muito diversificado de medidas, coerentes e devidamente articuladas, tendo em vista dotar os Açores de um ecossistema especialmente atrativo para o fomento do empreendedorismo.

Neste enquadramento, o Governo Regional dos Açores já aprovou um modelo de operacionalização de uma rede de incubadoras de empresas, que constituirá um fator de dinamização de ecossistemas empreendedores e impulsionador da criação de emprego e de riqueza, através da iniciativa privada. A rede de incubadoras das empresas será constituída pelos diversos atores com papel relevante no desenvolvimento económico da Região, nomeadamente o Governo Regional, autarquias locais, associações empresariais, associações de desenvolvimento local, a Universidade dos Açores e outras instituições de ensino, empresas açorianas de referência e a sociedade civil, os quais deverão intervir de forma concertada nos seus diferentes domínios de atuação para fomentar a atividade empreendedora e maximizar os resultados socioeconómicos daí decorrentes.

A rede de incubadoras de empresas irá abranger, de forma integrada, incubadoras de base tecnológica, de âmbito regional e incubadoras de base local, inseridas em estratégias locais de desenvolvimento, sustentadas na participação dos agentes locais, tendo em vista dar resposta às suas necessidades através da valorização dos recursos endógenos.

Em 2016 será também implementado o BIC Azores — *Business Innovation Center* dos Açores, que vai efetuar a coordenação operacional da rede de incubadoras, assumindo um papel decisivo no apoio oferecido aos empreendedores, podendo contribuir para uma elevada taxa de criação de *start-ups*. O BIC Azores constitui-se como um projeto de referência no fomento do empreendedorismo, devendo contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da inovação e para a vitalidade económica, social e tecnológica da sociedade açoriana.

Por outro lado, numa visão de futuro, tendo por finalidade alcançar um novo perfil de especialização económica, estão a ser desenvolvidas iniciativas que permitam acrescentar valor económico através da incorporação de conhecimento nas nossas empresas, tornando-as mais competitivas e aumentando a sua capacidade de criação de riqueza.

Encontra-se em desenvolvimento um ambicioso plano de infraestruturas que se assumam como plataformas indutoras de capacidade científica e tecnológica nas empresas regionais, fomentando um espírito empresarial assente na inovação. Neste domínio, foi recentemente lançado o concurso público para a construção do Parque de Ciência e Tecnologia da Terceira, o qual, com valências complementares às do Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, já inaugurado, prossegue o mesmo objetivo estratégico de potenciar a transferência de conhecimento para o tecido empresarial açoriano.

Ainda neste âmbito, aprovou-se o concurso conducente à instalação na ilha do Faial da Escola do Mar dos Açores, que permitirá dotar a Região de um centro certificado de formação altamente qualificado na área da economia do mar, e que poderá em muito contribuir para um melhor aproveitamento das potencialidades que o mar oferece, em estreita ligação com o conhecimento gerado no polo de referência que é o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores. O Governo Regional dos Açores está a dotar os Açores de infraestruturas que permitirão o cruzamento do conhecimento produzido nos centros de investigação da Região, com a capacidade de o aproveitar na criação de valor acrescentado e de emprego qualificado, alcançando-se assim um novo patamar na capacidade de geração da riqueza e de desenvolvimento económico.

Artesanato

A atuação no âmbito do artesanato incide sobre quatro eixos fundamentais: formação, promoção, investigação/certificação e apoio ao artesão. Estes eixos visam valorizar e promover o Artesanato dos Açores e apoiar a sustentabilidade das empresas artesanais.

— Valorizar e promover o Artesanato dos Açores

Para alcançar este objetivo maior, o Governo Regional investe na área da Investigação/Certificação dos produtos artesanais e na área da Promoção/Divulgação dos mesmos, através de:

• Realização das Mostras de Artesanato (M.ART.) regionais em algumas cidades da Região, da concretização do Mercado Urbano de Artesanato (MUA), da implementação dos Quiosques *Pop Craft*, em todas as ilhas e do Festival de Artesanato dos Açores — PRENDA.

A nível internacional, procura-se marcar presença com o Artesanato dos Açores na FIA — Feira Internacional de Artesanato em Lisboa;

- Paralelamente à promoção e divulgação que se realiza nas feiras, elabora-se uma programação anual de destaques/exposições, pontuais e itinerantes, em parceria com a rede de museus regionais e outras entidades parceiras;
- A preservação e transmissão de valores tradicionais são questões primordiais. Neste sentido e, através da programação anual de formação designada por *Hora do Oficio*, pretende-se promover ações de formação, *workshops*, encontros, que visam capacitar os públicos e artesãos para as atividades tradicionais, incentivando a inovação, fomentando a multidisciplinaridade, em todas as ilhas do arquipélago. Neste âmbito, irá promover-se a 3.ª edição do Projeto Conteira Residências Criativas de Artesanato, numa perspetiva de renovação, dinamização e afirmação do Artesanato dos Açores.

Destaca-se, ainda, o projeto *Raízes* — *projetos peda-gógicos do Artesanato dos Açores*, com o objetivo de aproximar o artesanato regional à comunidade escolar, que irá ser divulgado durante o ano letivo de 2015/2016 com sessões nas escolas regionais;

- Divulgação das Artes e Ofícios tradicionais dos Açores, através da edição de publicações e da realização de campanhas promocionais, como sendo a publicação sobre a Tecelagem Regional, entre outras;
- Atribuição do 2.º Prémio de Artesanato Regional--CoMtradição, com um valor pecuniário, exposição itinerante e catálogo, como forma de homenagear o trabalho das unidades produtivas artesanais que se destacam pelo seu elevado contributo ao desenvolvimento das Artes e Oficios dos Açores, nas suas diversas vertentes pedagógica, social e económica;
- Com o objetivo de afirmação de uma imagem com uma forte identidade *Artesanato dos Açores*, pretende-se continuar a criar uma linha de produtos de *merchandising* Artesanato dos Açores, disponibilizando-os no mercado, em locais de grande interesse turístico. Destaca-se a continuação do projeto de promoção *Azores in a box Artesanato/Artcraft*.
 - Apoiar a sustentabilidade das empresas artesanais
- Atribuição das cartas profissionais, a organização do Registo Regional do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal, bem como a articulação com a política nacional de regulamentação da carreira profissional deste setor, no sentido de dotá-lo de uma estrutura empresarial à sua medida;
- Gestão do Sistema Anual de Incentivos ao Artesanato (SIDART), que permite apoiar a atividade profissional dos artesãos e o desenvolvimento económico das suas empresas ao nível dos projetos de formação, de dinamização do setor artesanal, de investimento das unidades produtivas artesanais e de qualificação e inovação do produto artesanal, uma vez que as empresas artesanais estão integradas no quadro das microempresas, sendo a maioria delas em nome individual, necessitando, por isso, de medidas específicas de apoio financeiro;
- Gestão da página *web* www.artesanato.azores.gov.pt, facultando aos artesãos uma loja *on-line*, roteiros turísticos e portfólios, criando uma parceria para a sua gestão, gerando novos circuitos de mercado;

• Criação do novo espaço CRAA, no centro histórico da cidade de Ponta Delgada, que aposta na incubação de microempresas artesanais mais competitivas, numa perspetiva de favorecer a comercialização de produtos de tradição açoriana, de qualidade; reforçar a capacidade empresarial para a criação de novos produtos baseados nos recursos naturais, associando a inovação e a tradição, ou seja, a introdução de conceitos atuais aplicados à fabricação artesanal e no espaço contíguo a criação de uma loja de produtos artesanais, com o objetivo de apoiar o escoamento de produtos, criando maior competitividade e espírito empresarial.

Empregabilidade e Formação

De forma a consolidar e acentuar a atual tendência de diminuição do desemprego, e dada a necessidade da criação de emprego em nome da coesão social e do aumento de rendimento das famílias e das empresas dos Açores, o Plano do Governo Regional dos Açores para 2016 preconiza a execução de políticas capazes de reforçar as condições de empregabilidade dos açorianos.

As medidas nas quais se materializam essas políticas serão tão diferenciadas quanto os públicos a quem se destinam, adequando-se os meios à especificidade dos fins pretendidos, que vão desde a promoção da inserção dos jovens no mercado de trabalho até ao combate ao desemprego de longa duração, passando pelo aumento das qualificações e habilitações como fator potenciador da empregabilidade dos açorianos, e sem descurar as medidas de apoio à sua contratação, bem como de criação do próprio emprego.

Em relação à promoção do emprego jovem a centralidade da atuação do Governo Regional dos Açores incidirá na aplicação conjugada dos programas de estágio profissionais e subsequentes apoios à contratação dos jovens recém-formados e recém-licenciados, uma vez que estas medidas já constituem uma das principais formas de novos recrutamentos por parte dos empregadores que operam na Região, para além da componente de possibilitar experiência profissional que está associada a cada uma delas.

A par da promoção da empregabilidade dos jovens qualificados, urge também atender à problemática da inserção dos jovens não qualificados, desta feita reforçando o seu reencaminhamento para processos formativos profissionais adequados às necessidades do mercado, e capazes de fazer os Açores cimentarem o rumo da qualificação em crescente dos seus ativos, por todos reconhecido como fator potenciador da competitividade das empresas.

É de estimar que em 2016 venham a ser alvo da atuação destas medidas um total de 4000 jovens.

Em matéria de promoção ou facilitação da empregabilidade dos desempregados inscritos nas Agências para a Qualificação e Emprego da Região, o Plano do Governo Regional dos Açores para 2016 preconiza a execução de apoios financeiros à contratação, a realização de atividades ocupacionais, o reencaminhamento para ações de aumento do nível de habilitações ou processos de reconhecimento de competências e a promoção do autoemprego.

Em matéria de apoios financeiros à contratação, o programa Integra nas suas duas vertentes (Start Up e +) continuará a ser um meio relevante de criação de novos postos de trabalho, com a particularidade de apenas poderem ser recrutados desempregados inscritos nas Agências para a

Qualificação e Emprego da Região. Estima-se que cerca de 700 desempregados inscritos venham a ser abrangidos.

No que diz respeito aos programas ocupacionais, as respostas variam consoante o perfil dos destinatários.

O programa Recuperar, destinado aos desempregados que não auferem subsídio de desemprego, tem-se revelado de grande importância enquanto fator facilitador da desejada proximidade com os hábitos de trabalho, para além de assegurar uma fonte de rendimento a quem de outra forma não o teria, e de enriquecer o quadro das instituições e entidades acolhedoras.

Por outro lado, a colocação temporária de desempregados subsidiados também tem permitido auxiliar os desempregados que auferem subsídio de desemprego num período de transição entre a sua saída e reentrada no mercado de trabalho, seja por conta de outrem, seja por conta própria.

Estando em causa públicos que por motivos de idade, baixa escolaridade, por serem beneficiários de prestações sociais de combate à pobreza, ou por estarem associados a problemáticas específicas geradoras de exclusão social, se encontrem numa situação de especial fragilidade e com dificuldades acrescidas de inserção no mercado de trabalho, o programa PROSA, que garante uma ocupação com a duração de 12 meses com possibilidade de prorrogação por mais 6 meses, também é uma ferramenta relevante de promoção da empregabilidade e de ocupação dos seus destinatários.

A conciliação de um processo formativo com uma atividade ocupacional, como a que é protagonizada pelo programa FIOS, também se tem revelado como um mecanismo importante de colocação de desempregados em instituições sem fins lucrativos, para o exercício a tempo parcial de atividades em benefício das comunidades onde essas instituições estão inseridas.

As ações de promoção do aumento das habilitações e das qualificações dos desempregados far-se-á em 2016 de forma mais acentuada fazendo uso dos recursos disponibilizados pelo quadro comunitário em vigor. Aqui incluem-se os cursos REATIVAR e os cursos REATIVAR Tecnológico, que visam (os primeiros) conferir um grau de escolaridade e uma qualificação profissional, e (os segundos) uma reconversão profissional para áreas de maior empregabilidade.

Existe, portanto, o firme propósito de em 2016 acentuar o investimento na qualificação dos açorianos, aproveitando a consolidação da entrada em vigor do novo quadro comunitário, e de modo a diminuir o número de ativos com um grau de habilitações inferior ao 9.º ano de escolaridade.

São de salientar igualmente as ações que o Governo Regional dos Açores levará a cabo no âmbito da atuação da Rede Valorizar, não só pela assinalável execução que a mesma tem evidenciado, mas também pela necessidade de manter o rumo da certificação dos nossos desempregados pela via do aumento da sua escolaridade e pela via dos processos de Reconhecimento, Valorização e Certificação de Competências, de acordo com as diretrizes comunitárias da aprendizagem ao longo da vida.

No cômputo das duas medidas estima-se que em 2016 venham a ser abrangidos um total de 3500 utentes.

Em matéria de criação do próprio emprego, e tendo em conta a relevante execução que a medida de Criação do Próprio Emprego — *Premium* tem registado desde que foi criada (2013), o Plano do Governo Regional dos

Açores para 2016 pugna pela manutenção da mesma, acentuando-se a sua divulgação junto dos potenciais promotores (desempregados inscritos nas Agências para a Qualificação e Emprego dos Açores e beneficiários de subsídio de desemprego).

A previsão é de que 120 novas empresas ou próprios empregos sejam criados em 2016 só ao abrigo desta medida.

No atual contexto em que são conhecidas as quebras de natalidade na Região, não obstante a existência de um programa específico (Berço de Emprego) para incentivar a contratação de mulheres e para que do exercício da maternidade não decorra nenhum efeito inibidor dessa contratação, o Governo Regional dos Açores atuará em 2016 de forma a sensibilizar e dar a conhecer as virtudes desta medida junto dos empregadores da Região, para além de no âmbito da execução da mesma continuar a suportar as despesas decorrentes da substituição temporária de trabalhadoras grávidas e em gozo de licença de maternidade.

Estima-se que as ações de divulgação da medida venham a abranger as 9 ilhas.

O Plano do Governo Regional dos Açores para 2016 também contempla a continuidade da aposta num programa que confere prioridade de colocação e/ou abrangência nas diversas medidas de promoção da empregabilidade quando estejam em causa agregados familiares em que ambos os cônjuges se encontram desempregados.

Ao mesmo nível conceptual e para os desempregados portadores de deficiência, a RAA continuará a majorar em 20% todos os apoios concedidos ao abrigo de outros programas de emprego.

Gestão Pública

A existência de uma administração pública eficaz e célere são uma das condições para o crescimento e a competitividade.

As principais linhas de orientação estratégica a prosseguir passam por:

Defender o poder regional e a autonomia, através de propostas legislativas que permitam desenvolver, em plenitude, as possibilidades e competências políticas da Região;

Reforçar o processo de melhoria contínua dos serviços prestados e da sua interação com o cidadão;

Dotar a Administração Regional de meios técnicos e legais que possibilitem uma gestão integrada dos recursos disponíveis;

Apoiar os serviços da Administração Pública Regional e Local nas áreas jurídica, financeira e do ordenamento do território;

Garantir uma infraestrutura tecnológica fiável e segura que permita aumentar a eficiência na execução dos procedimentos e processos administrativos.

Programação e financiamentos públicos

Em 2016 será dada continuidade ao desenvolvimento dos trabalhos de gestão, acompanhamento, controlo e monitorização do programa operacional Açores 2020, bem como, dos projetos regionais que integram os programas de âmbito nacional PO CI e PO SEUR.

Em paralelo, serão promovidas as tarefas de encerramento dos financiamentos comunitários do período de programação 2007-2013, Programa Operacional PROCON-VERGENCIA, do Eixo III do POVT e do PCT-MAC.

O desenvolvimento da coesão regional será promovido através da implementação de políticas transversais, sem prejuízo de um cuidado e intenso programa de acompanhamento das diversas dimensões em que se concretiza, fomenta e dinamiza a coesão económica, social e territorial.

Nesse contexto será dada continuidade à implementação das medidas que, no âmbito da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, preconizam e intensificam a trajetória de desenvolvimento da Região em geral e dos agentes económicos em particular.

A valorização do património regional será intensificada, promovendo uma efetiva rentabilização e racionalização dos ativos imobiliários.

Agricultura Florestas e Desenvolvimento Rural

A realidade económica dos Açores está intimamente ligada à atividade agrícola, quer de forma direta através da produção de bens transacionáveis, quer de forma indireta através da preservação da paisagem e de valores culturais, relevantes também noutras atividades, como as ligadas ao ambiente e ao turismo. Contribui ainda de modo significativo para o emprego e a inclusão social.

As intervenções programadas neste Plano visam o aumento e a diversificação da produção regional, a par da proteção do ambiente e do uso eficiente dos recursos.

Do conjunto do investimento de iniciativa pública, destacam-se os investimentos em abastecimento de água, em caminhos, nas infraestruturas veterinárias e de abate, onde sobressai a construção de novos matadouros, e na promoção da produção agroflorestal, através da construção de parques de exposição.

No que respeita aos serviços públicos, destacam-se as ações no âmbito da sanidade animal e vegetal, do controlo da qualidade e da experimentação, para além do acompanhamento e implementação das medidas comunitárias da PAC.

Por outro lado, aproveitando igualmente os fundos comunitários, apoia-se o rendimento da atividade agrícola através de apoios à perda de rendimento e o investimento privado através de medidas diretas de comparticipação do investimento nas explorações e na agroindústria, com vista a reforçar a competitividade das empresas e do setor em geral.

Promove-se ainda o rejuvenescimento do tecido produtivo, através da formação e do apoio à instalação de jovens agricultores. Paralelamente, apoia-se o redimensionamento das explorações, através do emparcelamento.

É também dado grande ênfase à valorização do Mundo Rural, às culturas tradicionais e às atividades não agrícolas, inseridas nas Estratégias Locais de Desenvolvimento.

Asseguram-se igualmente os investimentos na floresta, onde se inclui a rede regional de reservas florestais e apoia-se a preservação e valorização do ambiente e da paisagem rural, nomeadamente através da aplicação de medidas compensatórias do rendimento e de caráter ambiental.

Pescas e Aquicultura

A pesca é um setor determinante no contexto socioeconómico regional, contribuindo para a preservação dos valores culturais, a inclusão social, a produção de riqueza e a criação de emprego, e representando, ao longo dos últimos anos, mais de 20% do total das exportações da Região.

Os objetivos gerais das intervenções programadas pretendem responder ao desafio do futuro que será o de pescar menos e vender melhor, fomentando pescarias mais rentáveis, diversificando atividades e marcando a diferença pela qualidade do produto, permitindo que os rendimentos gerados na cadeia de valor sejam distribuídos com maior benefício aos pescadores, e garantindo, simultaneamente, a qualificação e a dignificação das condições de trabalho destes profissionais.

No que concerne ao investimento de iniciativa pública a realizar em 2016 destaca-se, pelo seu volume financeiro e importância na melhoria das condições de operacionalidade, a continuação dos investimentos em portos e outras infraestruturas ligadas à pesca, de modo a dotar a Região Autónoma dos Açores de cada vez mais e melhores condições de trabalho e de segurança para o exercício da atividade.

Há ainda a destacar os apoios a conceder à atividade da pesca destinados a promover o incremento da segurança a bordo e a fomentar uma melhoria significativa nas condições higiossanitárias e de habitabilidade das embarcações. Serão ainda reforçados os apoios à sustentação do rendimento dos profissionais da pesca.

Uma vez que a pesca é caracterizada por ter uma natureza extrativa dos recursos naturais, a proteção desses mesmos recursos continuará a constituir uma importante área do investimento público para o setor, promovendo as atividades de inspeção e gestão, bem como a investigação aplicada e a intensificação dos estudos conducentes ao desenvolvimento e implementação da aquicultura na Região.

De destacar ainda que o ano de 2016 ficará marcado pela entrada em vigor dos apoios do novo Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

Turismo

A importância do setor do turismo, o facto de ser um sistema aberto, sensível a impactos nacionais e internacionais, torna obrigatório o desenvolvimento de uma política que estimule mas também proteja os elementos e protagonistas, direta e indiretamente envolvidos.

Por esta ordem de razões, o Governo Regional dos Açores tem dado particular atenção ao desenvolvimento deste setor culminando, com a elaboração do Plano Estratégico e de *Marketing* do Turismo dos Açores, horizonte 2020.

2016 assume-se, assim, como o ano de implementação plena do Plano Estratégico para o setor com o horizonte 2020.

Em termos estratégicos, as grandes opções passam pela qualificação, desenvolvimento e sustentabilidade do setor, pelo desenvolvimento da atividade turística como ferramenta de dinamização da economia regional em todas as ilhas, tendo sempre presente a necessidade de preservação do meio ambiente.

Pretendemos, em 2016, alavancar a notoriedade dos Açores junto dos potenciais visitantes, posicionar a Região como um destino exclusivo de natureza exuberante, promover a cooperação permanente entre os intervenientes públicos e privados, melhorando a competitividade do destino, aumentando os fluxos turísticos, tendo de forma

subjacente a salvaguarda da sustentabilidade económica, ambiental e sociocultural do território.

Será fundamental continuar e consolidar o trabalho desenvolvido em conjunto por entidades públicas e privadas com o objetivo claro de prosseguir a construção de um verdadeiro destino turístico, sustentável e gerador de emprego.

Procederemos à atualização do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) com o objetivo de:

- *a*) Redefinir a organização do destino Açores, em conformidade com um desenvolvimento sustentável e integrado da atividade turística;
 - b) Melhorar a qualidade da oferta turística regional;
- c) Contribuir para o incremento da procura turística da Região, da permanência média e das receitas provenientes da atividade turística;
- d) Contribuir para uma distribuição mais equitativa dos fluxos turísticos pelas nove ilhas e ao longo do ano, de modo a suavizar os efeitos negativos da sazonalidade da atividade turística;
 - e) Preservar os patrimónios natural e cultural;
- f) Identificar, em cada ilha, as zonas adstritas às diferentes atividades e à localização de novos empreendimentos turísticos, com indicação da respetiva tipologia e da capacidade de carga de cada zona;
- g) Evitar a degradação do destino, através duma política de turismo sustentável.

A nova realidade ao nível das acessibilidades aéreas à Região, colocou-nos perante novas oportunidades e novos desafios que temos de saber explorar, desde logo, procurando incutir o interesse nos vários "players" em trabalhar o Destino Açores, beneficiando do novo quadro regulatório. Por outro lado, definindo as estratégias mais adequadas a cada momento para que todas as ilhas possam usufruir de uma tendência de crescimento sustentável que hoje se perceciona no setor, a nível regional.

Ao nível da promoção continuaremos a aposta sólida de promoção nos nossos mercados emissores prioritários, para assim consolidar e incrementar os fluxos turísticos.

A manutenção e a consolidação sustentada das principais operações existentes serão uma prioridade, nomeadamente nos mercados emissores mais importantes, embora sempre atentos a novas oportunidades.

Prosseguiremos de forma determinada a aposta no mercado dos EUA e Canadá, recorrendo ao "*online*" como meio privilegiado de promoção e venda do destino.

De igual modo continuaremos a marcar presença nas Grandes Feiras Internacionais de Turismo (generalistas e de nichos).

Incentivaremos as *Fam* e *Press Trips*, através da organização de viagens que possibilitem um contacto direto com o destino Açores, designadamente com a natureza e as suas experiências, a cultura e as tradições, com vista a consolidar e incrementar a notoriedade e apetência pelo destino Açores.

A política de promoção, a desenvolver pelo turismo dos Açores, será assim direcionada e devidamente ajustada a cada mercado emissor, com definição clara de públicos-alvo e atendendo às diretrizes implícitas no Plano Estratégico e de *Marketing* para o Turismo dos Açores.

Continuaremos igualmente a promover a entrada e a consolidação da presença do destino Açores em ope-

radores *online* de referência e a incentivar e consolidar operadores regionais, possibilitando a penetração em segmentos de mercado em que os canais tradicionais não têm expressão.

A captação de cruzeiros para a Região, onde se incluem os cruzeiros temáticos, continuará a ser efetuada e reforçada, criando-se as sinergias necessárias com os operadores, com vista a potenciarmos um efeito multiplicador no que à promoção e captação de fluxos diz respeito. Incrementar o valor deixado na Região por esta via é um objetivo que pretendemos concretizar através de estratégias conjuntas com as entidades privadas que assumem um papel preponderante nesta área de negócio.

A captação de eventos com vista a aumentar os níveis de notoriedade dos Açores nos mercados externos, contribuindo para a atenuação da sazonalidade, será também uma aposta a manter e a reforçar, nomeadamente no que diz respeito a eventos de cariz desportivo, cultural e do *Meeting Industry*.

Prosseguiremos também com a aposta determinada na qualificação da oferta.

Ao nível do alojamento torna-se fundamental acelerar a sua requalificação e alinhamento com a matriz do destino, gerando verdadeiros fatores diferenciadores que sejam agregadores de valor para a cadeia do turismo.

O reforço da promoção do destino, a produção de informação, assim como o desenvolvimento e implementação das atividades ligadas ao turismo sénior, à rede de trilhos, aos recursos termais e aos produtos de Natureza e Mar, será fundamental para a consolidação da oferta, para o aumento dos fluxos turísticos, inclusive durante as épocas média e baixa, de forma a atenuar a sazonalidade e contribuir assim para a sustentabilidade do setor.

A valorização dos recursos humanos ligados ao turismo será outra das áreas de atuação que continuará a merecer uma redobrada atenção, nomeadamente através da articulação e criação de sinergias entre a Escola de Formação Turística e Hoteleira, as Escolas Profissionais e a ATA.

Com níveis de promoção mais eficientes e uma maior qualificação da oferta julgamos estarem criadas todas as condições para diferenciar os Açores e fazer do nosso Destino uma forte opção de visita dos mercados emissores.

Promover a qualificação e a inclusão social

Educação

O combate ao abandono escolar precoce determina a premência de se melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação e formação de crianças e jovens, das condições de aquisição de aprendizagens e de conhecimentos.

Para tal, pretende-se reforçar a implementação de projetos pedagógicos já iniciados no sistema educativo regional, como o Projeto Fénix, orientado para as disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática e assente na diferenciação pedagógica junto dos alunos com problemas de aprendizagem, e alarga-lo à disciplina de Inglês, e ainda o Programa de Formação e Acompanhamento Pedagógico de Docentes da Educação Básica, o qual visa facultar, numa primeira fase, aos docentes do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, um acompanhamento de proximidade e de qualidade, através de sessões formativas e de apoio pedagógico, em contexto de sala de aula, seguindo-se,

numa segunda fase de operacionalização, prevista para setembro de 2016, a da educação pré-escolar.

Pretende-se também dar continuidade ao programa de Mediadores Escolares, iniciado em setembro de 2014, os quais funcionam como elos de ligação privilegiada e mais eficaz entre a família e a escola, intervindo, desde a sinalização, ao diagnóstico, ao acompanhamento e à avaliação, junto dos alunos em risco de exclusão, por motivos de absentismo ou por dificuldades reiteradas de aprendizagem. Os cursos de formação vocacional do ensino básico, porque visam diversificar a oferta formativa na rede pública, a fim de consagrar alternativas mais adequadas ao perfil dos alunos e assegurar a inclusão de todos no percurso escolar, através de um ensino mais prático e orientado para o mundo do trabalho, são também um dos eixos de ação a conciliar com a manutenção e reforço dos cursos de dupla certificação orientados para a conclusão do ensino básico (Nível II de qualificação) e do ensino secundário (Nível IV), que pretendem promover a empregabilidade dos jovens face às necessidades do mercado de trabalho, através da alternância entre os contextos de formação e de trabalho.

No ano letivo 2015/16, deu-se início ao programa Prof DA — Professores qualificados na resolução de dificuldades de aprendizagem, com o objetivo de se proceder ao diagnóstico precoce das dificuldades dos alunos do 1.º ciclo e de se proceder a uma rápida intervenção com vista à sua superação, assim como ao Programa "Apoio mais — retenção zero", que visa criar condições metodológicas e organizacionais para que os alunos completem cada ciclo do ensino básico no número de anos esperado.

A par destes projetos, prevê-se ainda a criação de uma plataforma de apoio a docentes com recursos educativos, ferramenta fundamental para a partilha de boas práticas e recursos pedagógicos, como reforço do trabalho colaborativo.

Estas medidas estão devidamente articuladas, ao nível dos objetivos e dos destinatários, no Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar, aprovado em 2015.

Neste Plano, constam, numa perspetiva integrada, os projetos implementados, mas também a implementar nas escolas, mediante a definição concertada de metas a atingir a curto e a médio prazo e estratégias devidamente calendarizadas que permitem a sua consecução.

Em matéria de infraestruturas e equipamentos, a conclusão dos investimentos previstos na Carta Escolar dos Açores permitirá melhorar as condições em que se desenvolve o processo de ensino/aprendizagem dos alunos e formandos, bem como as inerentes à qualidade do sistema educativo, de forma a responder a problemas de segurança, mas também ao aumento das ofertas de educação e formação profissionalizantes e do incremento da prática desportiva.

Nesse sentido, destaca-se a conclusão das empreitadas de construção de novas instalações para a EBS das Lajes do Pico e EBI da Ribeira Grande, o início das empreitadas da EBS da Calheta e EBI Canto da Maia, a conclusão dos projetos da EBI de Arrifes, da EBI de Rabo de Peixe, da EBI de Lagoa e da EBI de Capelas, bem como a conclusão da remodelação da EBI da Horta.

De realçar ainda a colaboração com as autarquias na melhoria das condições dos estabelecimentos do préescolar e ensino básico, da sua responsabilidade, contribuindo, assim, de forma mais significativa para a redução do abandono e insucesso escolar naquela faixa etária.

Ciência

A Região Autónoma dos Açores tem vindo a desenvolver o seu potencial em áreas científicas e tecnológicas específicas, decorrentes da sua localização geográfica e condições naturais, mas também das competências das suas unidades de investigação e das valências já existentes ou em construção, cujo *know-how* precisa de ser reforçado, em prol do desenvolvimento socioeconómico regional, mas também da sua projeção internacional.

O Programa do XI Governo Regional dos Açores concede significativo relevo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia enquanto fator central de promoção da sociedade do conhecimento e da inovação e do crescimento económico sustentável, considerando o seu decisivo contributo para a riqueza e bem-estar social. Trata-se de uma estratégia que visa alcançar uma sociedade mais eficiente, mais ecológica, mais competitiva, mais inclusiva, com níveis de emprego mais elevados e com maior capacidade de resposta para os desafios que enfrenta.

O grande objetivo é tornar mais favorável o contexto em que se desenvolve a investigação e inovação nos Açores e se procede à transferência de conhecimentos, nomeadamente, no âmbito dos processos de difusão e absorção de tecnologias pelo setor empresarial e pela comunidade em geral.

Neste sentido, é de realçar a importância das inter-relações entre os diversos agentes deste processo de crescimento inteligente, designadamente, todas as entidades com atividades de investigação e inovação, como é o caso da Universidade dos Açores, das empresas, das incubadoras de empresas, dos parques tecnológicos e das instituições governamentais que se assumem simultaneamente como financiadoras e executoras de políticas públicas de ciência e tecnologia, com a finalidade de reforçar o conhecimento e a inovação enquanto novos paradigmas do crescimento e desenvolvimento futuros.

Assim, as principais medidas de política setorial a prosseguir em 2016, têm subjacentes os seguintes objetivos:

- Promover a investigação em áreas relevantes para a Região, valorizando as especificidades regionais e as áreas estratégicas para o seu desenvolvimento, em conformidade com o PO Açores 2020 e com as linhas estratégicas e prioridades definidas na Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3);
- Reforçar a articulação entre a investigação e as empresas, entre a investigação, a inovação e o empreendedorismo e entre as entidades do SCTA e o tecido socioeconómico, promovendo o desenvolvimento de áreas inovadoras com potencial aplicação no tecido produtivo da Região, a investigação em contexto empresarial e a valorização económica das atividades de I&D e respetivo contributo em termos de rentabilidade e competitividade das empresas;
- Incentivar a internacionalização da investigação realizada na Região, e a participação em redes de excelência e em projetos de investigação e tecnológicos, envolvendo instituições nacionais e internacionais, de modo a favorecer o desenvolvimento da Região e a sua projeção no Espaço Europeu de Investigação;

- Garantir o desenvolvimento e sustentabilidade do Sistema Científico dos Açores e consolidar o potencial científico da Região;
- Promover a qualificação de recursos humanos em C&T, através da formação avançada, a divulgação científica especializada e a difusão da cultura científica e tecnológica.

As medidas para atingir estes objetivos, enquadram-se igualmente no Programa de Incentivos do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA), denominado PRO-SCIENTIA, o qual vai ao encontro da estratégia regional, nacional e europeia ao nível da investigação.

Realça-se, pois, para 2016, as medidas de apoio à manutenção, gestão e desenvolvimento dos organismos de investigação científica / centros de I&D regionais; o apoio a projetos de investigação, desenvolvidos pelas entidades do SCTA, bem como a projetos de ID&I em contexto empresarial, orientados para as áreas da RIS3; o apoio à participação em outros programas de I&D financiados pela UE e os apoios à formação avançada.

Salienta-se, também, a manutenção do apoio à Rede de Centros de Ciência dos Açores, considerando o seu importante papel na divulgação da cultura científica, na promoção e disseminação do conhecimento científico e na educação para a ciência.

Destaque-se, por fim, a dinamização de ações de apoio a candidaturas ao Horizonte2020 e à criação e implementação de *clusters*, conforme previsto na RIS3, assim como o continuado apoio à organização tripolar da Universidade dos Açores, marca identitária da academia açoriana e garante de um desenvolvimento descentralizado na Região.

Cultura

Os últimos anos têm marcado um enorme esforço de investimento da administração regional, no sentido de dotar todas as ilhas de uma unidade museológica com dimensão e qualidade, que assegure a preservação da memória coletiva e se assuma como fonte de conhecimento e aposta no futuro.

Esse esforço ainda não está concluído. Inicia agora a passagem para uma nova fase de desenvolvimento, em que a abertura de novas frentes, a reformulação e ampliação das existentes, a sua divulgação e impacto, obedecem a uma estratégia coordenada, em que outras perspetivas possam ter lugar e busquem a complementaridade entre si, capazes de criar uma verdadeira rede e uma rota de atratividade, de divulgação e conhecimento da história, da natureza e da identidade destas ilhas e do seu povo.

Nesse sentido, a adaptação à realidade regional da Lei-quadro dos Museus Portugueses possibilitará a criação da "Rede de Museus dos Açores", que se pretende que venha a constituir-se como um sistema organizado de museus, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e visando a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus, caracterizado pela diversidade de tutelas, de coleções, de espaços, de atividades educativas, de modelos de relação com as comunidades e de sistemas de gestão.

Entende-se que uma rede constituída por estruturas museológicas e outras instituições culturais, complementares tematicamente e distribuídas pelas nove ilhas dos Açores, contribuirá para uma noção do todo cultural identitário, onde as especificidades de cada ilha serão potenciadas.

A redefinição e consolidação da rede regional de equipamentos culturais, através da sua entrada progressiva em funcionamento e o estabelecimento das necessárias complementaridades, temáticas entre outras, obrigarão a corrigir falhas nos projetos museográficos que ainda existam e a continuar, quer a instalação de novos, quer a conclusão dos processos que decorrem de anos anteriores.

A finalização da nova Biblioteca e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo e o Núcleo de Sto. André do Museu Carlos Machado em Ponta Delgada são disso exemplo.

O início da intervenção física no Museu Francisco Lacerda na Calheta, nos novos núcleos do Museu de Sta. Maria, localizados na Antiga Torre do Aeroporto e no polo de Vila do Porto, no Museu da Horta para ampliação e requalificação da área expositiva, no Antigo Cinema do Aeroporto em Sta. Maria, no novo polo da Construção Naval em Sto. Amaro, núcleo do Museu do Pico, ou no edificio sede do Ecomuseu do Corvo, permitirão projetar no futuro outras realidades culturais e arquipelágicas.

Outras intervenções far-se-ão ao nível da implementação de museografias, caso do Museu dos Baleeiros e da Indústria Baleeira no Pico ou do Museu das Flores, ou ao nível da conclusão do projeto, caso da "*Trinity House/Joint Cable Station*".

Novos fundos comunitários significam novos desafios e novas oportunidades. A qualificação do património e das atividades culturais como fatores essenciais de valorização da sociedade açoriana e da sua afirmação externa tem dependência direta da capacidade de estabelecer objetivos e parcerias estratégicos para um trabalho em rede.

A colaboração entre agentes privados, e destes com a administração, será cada vez mais estreita e clara, permitindo atingir resultados mais duradouros e, progressivamente, uma maior sustentabilidade. A aposta nas formações de base e avançada em diferentes domínios será continuada porque fundamental para atingir tal objetivo e permitirá a médio prazo melhorar, na generalidade, o nível das ações e do público em geral.

Neste sentido, e pela sua particular expressão nos Açores, a área da música deve ser potenciada e ao mesmo tempo suprindo algumas das carências estruturais da formação musical na Região. Nesse sentido, a Orquestra Regional Lira Açoriana viu o seu formato alterado pelo projeto "Lira", o qual privilegia a formação, de jovens músicos — com idades compreendidas entre os 14 e os 24 anos, através do contacto com diferentes formadores e desafios, como fator para a evolução dos intérpretes e é proposta uma nova legislação ao nível da educação extraescolar que permitirá uma melhor formação de formadores e uma melhor articulação entre todas as estruturas e entidades.

Também a área da promoção da leitura e do livro assume especial importância, pelo que projetos no desenvolvimento das áreas do teatro e cinema de animação ao nível escolar serão considerados.

Decorrentes das avaliações feitas ao nível do património classificado — revisão da lista dos imóveis classificados, inventário do património baleeiro e levantamento das fortificações — serão estabelecidas as estratégias de gestão e salvaguarda do património imóvel e o nível de relacionamento entre as diferentes administrações, regional e autárquica, e os privados.

Ao nível do património subaquático será iniciada a implementação do roteiro dos sítios visitáveis e parques arqueológicos, promovendo um património muito rico através da criação de pequenas unidades de explicitação e visionamento local. A arqueologia nos Açores estará também em foco com a exposição a inaugurar no Museu Nacional de Arqueologia, durante o primeiro semestre de 2016.

Ao nível da informação continuará a aposta no desenvolvimento da plataforma digital CulturAçores, incorporando outras valências e um constante refrescamento da imagem. Manter-se-á a aposta na revista de Cultura que passará a incorporar e a divulgar as atividades promovidas pelos agentes culturais e apoiadas pela administração regional dentro do novo regime jurídico específico.

Saúde

A natureza complexa das Unidades de Saúde aliada a uma procura crescente de serviços de saúde obriga, a nível estratégico e operacional, a uma definição estrita de prioridades e otimização de recursos. Este exercício é obrigatório no sentido de minimizar desperdícios e obter o máximo de qualidade, eficiência, efetividade e sustentabilidade do sistema, assegurando igualmente a acessibilidade, equidade e segurança dos cuidados de saúde disponibilizados ao utente.

A identificação das melhores estratégias, quer ao nível organizacional, quer na aquisição e financiamento de serviços e produtos, numa lógica de apurar necessidades e satisfazer expectativas, tem assim, como objetivo último e principal a melhoria da saúde da população e a garantia da equidade no acesso aos cuidados. Neste sentido, para a prossecução das melhores práticas de prestação de cuidados de saúde e de forma a dar resposta aos procedimentos e normas exigidos é necessário dotar as Unidades de Saúde e disponibilizar aos profissionais os melhores meios e recursos técnicos, ao nível de equipamentos e infraestruturas.

Assim, no seguimento do exposto e no âmbito do Plano de Investimentos para 2016, no setor da saúde, será dada continuidade ao previsto nos documentos previsionais e de planificação para a área, designadamente o Programa do XI Governo Regional e o Plano de Ação para a restruturação do Serviço Regional de Saúde, bem como o previsto na Carta Regional das Obras Públicas da Região, sem deixar de ter em consideração os desafios e oportunidades referentes ao novo quadro comunitário de apoio no âmbito da Estratégia Europa 2020.

Tendo em conta o suprarreferido e tendo como objetivo principal reabilitar, melhorar e adaptar as infraestruturas e equipamentos da saúde, prosseguir-se-á com a realização das obras previstas na Carta Regional de Obras Públicas, de forma a melhorar o parque sanitário da Região e beneficiar, recuperar e habilitar as atuais infraestruturas disponíveis, bem como dotar as unidades de saúde das condições e recursos necessários à implementação de novas valências, designadamente na implementação da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados, dando maior ênfase à área da prevenção e promoção para a saúde.

Relativamente aos Hospitais, destacam-se as empreitadas a realizar no Hospital da Horta, que permitirão, designadamente, a remodelação da urgência, execução da Unidade de Cuidados Intermédios e ampliação do serviço de diálise, bem como o ciclo de beneficiações e remodelações funcionais no Hospital de Ponta Delgada, designadamente com as empreitadas de remodelação do serviço de urgência e substituição da rede de águas quentes sanitárias e sistema automático de deteção de incêndios.

Por sua vez, em termos dos cuidados de saúde primários, pretende-se continuar o ciclo de beneficiações, reabilitações e remodelações funcionais nas diferentes unidades de saúde, destacando-se as empreitadas de beneficiação e remodelação dos centros de saúde da Calheta e das Velas, na ilha de S. Jorge, das Lajes do Pico, de Santa Cruz das Flores e de Angra do Heroísmo.

Também em termos de equipamentos procura-se um investimento nesta área tendo por base uma análise económico-financeira rigorosa de modo a dotar a Região da capacidade de prestar mais e melhores cuidados de saúde. Desta forma será dada continuidade ao apetrechamento das Unidades de Saúde, quer com conjugação de novas valências, quer com a renovação dos já existentes, destacando-se a aquisição de uma ressonância magnética para o Hospital de Ponta Delgada e dos equipamentos para apetrechamento do novo Centro de Saúde de Ponta Delgada.

Pretende-se paralelamente dar continuidade às ações que têm vindo a ser desenvolvidas, mantendo um elevado nível de investimento nas infraestruturas informáticas e de comunicação, que se considera ser igualmente estruturante para o Serviço Regional da Saúde (SRS), com o melhoramento do *software* de gestão a nível clínico, bem como através de aquisição de *hardware* para substituir equipamento já obsoleto, em todas as unidades da Região, destacando-se igualmente o projeto para criação de um sistema de informação de radiologia (RIS).

Por sua vez, acentuam-se os apoios e acordos na área da saúde em áreas relevantes, destacando-se a referente à implementação da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados, assente num modelo integrado de prestação de cuidados de saúde e apoio social, e a prossecução das políticas de recuperação de listas de espera cirúrgicas, reforçando significativamente o Vale Saúde, com especial incidência nas especialidades cirúrgicas com maior tempo de espera, bem como a Unidade de Tratamento de Dependências na Ribeira Grande.

Assim, as ações referenciadas, para além de visarem alicerçar a matriz estrutural referenciada no Plano Regional de Saúde (PRE) 2014-2016 que assenta em quatro eixos fundamentais (Cidadania em Saúde; Equidade e Acesso adequado aos Cuidados de Saúde; Qualidade em Saúde e Políticas Saudáveis), visa igualmente atingir os seguintes objetivos genéricos, entre outros:

- Melhorar a articulação entre as diferentes Unidades de Saúde:
- Melhorar a dotação dos serviços clínicos e maximizar a capacidade instalada, nos cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados;
- Reforçar as condições para efetivação da rede de referenciação e articulação com a RRCCI;
- Melhorar a acessibilidade e qualidade dos cuidados prestados pelas Unidades de Saúde, adaptando as atuais infraestruturas às necessidades específicas dos utentes, com especial enfoque nos utentes com mobilidade reduzida;
- Qualificar as unidades de saúde com infraestruturas e equipamentos que permitam dar resposta aos procedimentos e normas exigidos pelas boas práticas de controlo de infeção;

- Aumentar a capacidade de resposta no âmbito dos cuidados paliativos, permitindo um incremento da acessibilidade dos utentes a esta tipologia diferenciada de serviços;
- Aumentar a acessibilidade dos utentes, pela redução das listas de espera de cirurgia de ambulatório.

Ainda de referir que a consolidação da matriz do PRS e o alcance dos objetivos supralistados, serão operacionalizados com recurso às seguintes ações:

- Promoção de estilos saudáveis e prevenção de comportamentos de risco em diferentes áreas de intervenção (saúde da mulher; saúde infanto-juvenil; promoção da saúde em contexto escolar; promoção da saúde oral; dependências; doenças infecciosas; prevenção de acidentes e promoção do envelhecimento ativo).
- Divulgação do combate às doenças crónicas, cérebrocardiovasculares e oncológicas, através de diversas áreas de intervenção (prevenção e controlo da diabetes *mellitus*; obesidade; hipertensão, doenças respiratórias não infecciosas; dor, doenças reumáticas; etc.).
- Prossecução dos processos de acreditação das Unidades de Saúde do SRS.
- Implementação do processo de Emergência em saúde pública em situações de exceção, através da preparação de planos integrados de emergência, de ações de sensibilização à população e aquisição de equipamentos destinados à utilização em situações de emergência.
- Continuidade no investimento em formação contínua dos Profissionais de Saúde.

Solidariedade Social

O Plano de 2016 prevê ações e estratégias que visam a promoção da coesão social, que se materializam no suporte às pessoas, às famílias e comunidade, de forma transversal e integrada. O foco sustenta-se na proteção da infância, no combate ao isolamento dos mais velhos e no risco de exclusão, no suporte à pessoa com deficiência, na promoção da igualdade de oportunidades, combate à violência e discriminação e no apoio às pessoas e famílias que vivenciam situações de maior precariedade.

Direciona o enfoque de intervenção no apoio económico aos cidadãos e famílias, garantindo a continuidade de políticas de ampliação e reforço da cobertura da Rede Regional de Equipamentos, Serviços e Respostas Sociais. Do mesmo modo, desenvolve estratégias de ação e intervenção que proporcionam melhoria na qualidade dos serviços prestados e nas condições de instalação, inerentes às questões de Requalificação de Equipamento Sociais já existentes.

As matérias relacionadas com a inclusão social, prevenção de situações de pobreza, combate a todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades, caracterizam-se igualmente como prioridades estratégicas de intervenção, estando agrupadas em cinco grandes áreas: infância e juventude, idosos, públicos com necessidades especiais, família, comunidade e Igualdade de Oportunidades.

Infância e juventude

No sentido de melhorar as condições das estruturas de apoio à infância e juventude, criam-se medidas interventivas subjacentes à (re)qualificação das respostas sociais adaptadas ao público-alvo em questão. A criação de novas

respostas de apoio, como as creches, vem auxiliar na conciliação entre o meio profissional e familiar dos homens e das mulheres que necessitam de suporte socioeducacional para os seus educandos. São também estratégias prioritárias a conceção de práticas que estimulem e potenciem a prevenção e proteção das crianças e jovens de toda a Região, para que as condições de conforto e segurança sejam sempre salvaguardadas.

Família, comunidade e serviços

Pretende-se que se dê continuidade ao empenho que tem sido depositado na criação de condições de melhoria e apetrechamento das estruturas sociocomunitárias, de apoio ao cidadão, à família e à comunidade. Os grupos vulneráveis ganham destaque naquilo que é a conquista de uma vida condigna, em que, através das equipas de intervenção se identifica e se concebe estratégias de ação potenciadoras de mecanismos que vêm ajudar nos défices socioeconómicos diagnosticados.

Idosos

Alargar a rede de equipamentos para idosos, promover a criação de novas estruturas em áreas populacionais em crescimento e com baixa cobertura ao nível dos equipamentos, bem como requalificar as estruturas existentes, renovando-as e dotando-as de condições técnicas e de conforto.

O reforço das respostas de apoio alternativo à institucionalização, apoiando a permanência de idosos nas suas casas com a melhoria e alargamento do apoio domiciliário, e da rede de centros de dia, são medidas prioritárias.

Pretende-se prestar apoio direto aos pensionistas, melhorando a sua qualidade de vida e aumentando o rendimento disponível, através do COMPAMID e do Complemento Regional de Pensão, bem como apoiar os doentes açorianos deslocados da sua ilha de residência, para efeitos de tratamentos oncológicos, através do Complemento Especial para o Doente Oncológico (CEDO).

Incentivar Programas de mobilidade e de Envelhecimento Ativo.

Públicos com Necessidades Especiais

Alargar e (re)qualificar a rede de suporte institucional, através do aumento da capacidade de resposta dos Lares Residenciais e dos Centros de Atividades Ocupacionais. A reabilitação das estruturas existentes traduz-se no objetivo de continuar a desenvolver um trabalho de excelência junto dos mais necessitados. Contudo, interessa manter as condições existentes e cooperar nas dinâmicas desenvolvidas para que as pessoas com necessidades especiais se sintam valorizadas e reconhecidas perante a sociedade.

Igualdade de Oportunidades

Uma das matérias que ganha destaque pela sua pertinência é a Igualdade de Oportunidades, pelo que se pretende a criação de medidas preventivas de não discriminação junto de toda a comunidade. Assim, e através de estratégias que visam a inclusão igualitária, quer na esfera escolar, quer na esfera sociofamiliar e profissional, estaremos a responder a muitas necessidades identificadas e a muitas lacunas no âmbito da sensibilização e (in)formação. Interessa também apoiar as medidas e ações projetadas para o combate à Violência Doméstica e que potenciem a Igualdade de Género, de modo a dar

uma resposta rápida e eficaz que, num trabalho conjunto entre as várias entidades competentes, se salvaguardará um bom desempenho.

Habitação e Renovação Urbana

A proposta de plano de investimento para o ano de 2016 para a área da Habitação concretiza-se no esforço da melhoria das condições habitacionais permanentes das famílias, diretamente e através do recurso às parcerias, e no contributo para a sustentabilidade do setor da construção civil e do imobiliário através do lançamento de obras públicas, cumprindo-se o desiderato da Carta Regional de Obras Públicas (CROP).

As alterações introduzidas em 2015 ao Programa Famílias com Futuro vêm permitir, em 2016, a continuidade do processo de dinamização do mercado imobiliário através do arrendamento habitacional como suporte à autonomização das famílias Açorianas.

O plano de investimento para 2016 permite consubstanciar o desenvolvimento das políticas habitacionais dirigidas ao combate à exclusão social e reforço do trabalho social em parceria na integração e autonomização familiar

No ano de 2016, em matéria de Habitação, e considerando tratar-se do último ano da XI Legislatura, será dado particular enfoque às seguintes medidas, cuja implementação decorre de anos anteriores:

- Promover a atribuição de apoios à habitação própria permanente, designadamente na cedência de lotes infraestruturados, e na concessão de subsídios às famílias para a aquisição e construção de habitação a custos controlados.
- Persistir no apoio às famílias mais desfavorecidas na recuperação e regeneração do parque habitacional particular, diretamente e através da celebração de parcerias com instituições locais públicas e privadas de solidariedade social.
- Possibilitar, através da alteração legislativa introduzida ao Programa Famílias com Futuro, na vertente do Incentivo ao Arrendamento, maior abrangência no número de famílias beneficiárias e o alargamento do prazo do incentivo, mediante uma segunda candidatura por um novo período de mais 5 anos.
- Manter o arrendamento apoiado às famílias inquilinas da Região, disponibilizando fogos através de concurso público, designadamente na vertente do acesso a habitação a custos controlados, com opção de compra, e de atribuição de habitação a famílias em comprovada situação de grave carência habitacional e económica.
- Continuar o investimento nas operações de reabilitação do parque habitacional social da Região, especialmente no âmbito do previsto na CROP.
- Em termos de relacionamento estratégico com os diversos parceiros públicos e privados da Região, designadamente com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), com as autarquias e com a Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, SA (SPRHI), nos programas de realojamento e de apoio à requalificação do parque habitacional edificado:
- Assegurar a cooperação entre a Região, o IHRU e os Municípios, no financiamento regional ao programa de realojamento das câmaras municipais, no âmbito dos contratos ARAAL firmados, com o apoio a cerca de 1,3 milhares de famílias;

- Celebrar acordos de parceria com as autarquias para a resolução de situações habitacionais em risco e de apoio à requalificação de residências de famílias em situação de exclusão social, que integrem crianças e idosos;
- Financiar as operações de regeneração urbana dos empreendimentos habitacionais promovidas pela SPRHI, designadamente nos Bairros da Terra Chã e Nossa Senhora de Fátima, na ilha Terceira.
- Promover a integração social e responsabilização das famílias, a consolidação da qualidade e funcionalidade da estruturação social e urbanística das zonas residenciais e a redução dos impactos ambientais das edificações urbanas.

Desporto

Prosseguir, aprofundando, a visão de proximidade e colaboração com todos os interlocutores e em particular com o movimento associativo desportivo para que, em estreita colaboração, se possa continuar a garantir equilíbrio e manutenção dos principais indicadores de desenvolvimento desportivo, lançando as bases para a continuidade e progresso do modelo de desenvolvimento desportivo regional.

Assegurar a completa implementação das principais linhas de orientação estratégica definidas para a legislatura e que são:

- 1. Rentabilização e requalificação de recursos existentes
- 2. Sustentação e reajustamento da organização desportiva;
- 3. Qualidade e excelência do sistema desportivo açoriano
 - 4. Integração e coordenação de políticas.
- 5. Regulamentação e valorização das atividades económicas da área do desporto.

Objetivos

- Taxa de participação federada absoluta acima dos 9% e potencial dos Escalões de Formação acima dos 45%;
- Manter as representações em competições nacionais e séries Açores (nacionais ou regionais) acima das 52 equipas e as participações internacionais num mínimo de 5;
- Rácios de enquadramento por agentes desportivos não praticantes não superiores a: treinadores 1/23; árbitros/juízes 1/23 e dirigentes 1/16;
- Ao nível do Alto Rendimento possuir pelo menos 4 atletas enquadrados no estatuto nacional e terminar o ciclo olímpico com 2 atletas a disputar o apuramento;
- Apoiar mais de 870 equipas/grupos de trabalho do projeto atividades de treino e competição dos escalões de formação;
- Apoiar 4 entidades em projetos de requalificação/ beneficiação de instalações desportivas;
- Apoiar 15 entidades em projetos de modernização/ apetrechamento;
- Apoiar mais de 11.000 participantes nos projetos de promoção de atividades físicas desportivas incluindo as enquadradas no desporto adaptado;
- Enquadrar nos diferentes projetos do desporto escolar regional mais de 85% das unidades orgânicas da Região e 20% das escolas profissionais;

— Disponibilizar condições para que se verifiquem mais de 1.600.000 utilizadores no ano, nas instalações do parque desportivo regional sob a gestão direta dos Serviços de Desporto;

 Colocar em funcionamento o Pavilhão de Judo de S. Jorge.

Juventude

A Região Autónoma dos Açores, com uma população que está entre as mais jovens da União Europeia, reconhece o enorme potencial inerente às futuras gerações de açorianas e açorianos e que servirá de sustentáculo para uma sociedade mais inclusiva, mais solidária, mais inovadora e mais empreendedora.

Para 2016, e no âmbito das atribuições decorrentes da Orgânica, do Programa do Governo Regional, das Orientações de Médio Prazo 2013-2016 e dos Princípios de Natureza Política para o novo ciclo de programação comunitária 2014-2020, continuarão a ser adotadas respostas específicas no âmbito das políticas setoriais de juventude, designadamente associativismo juvenil, mobilidade e turismo juvenis e regulação e gestão de atividades e instalações destinadas a jovens.

Estas respostas assentam em objetivos e medidas estratégicas que, para além de promoverem a formação integral dos jovens através do desenvolvimento das mais variadas competências cognitivas, sociais e culturais, também possam garantir uma maior responsabilização cívica e autonomização dos jovens açorianos.

Potenciar a Mobilidade dos Jovens é objetivo do Governo Regional dos Açores para 2016. Para além da forte aposta na dimensão regional, nacional e internacional do programa Bento de Góis, manter-se-á a estrutura e o novo preçário do Cartão Interjovem, implementado em 2015, e será criada uma Agenda *Discount* Interjovem, na qual constará um cupão de desconto associado a cada parceiro comercial. Com esta medida, pretende-se melhorar a atratividade deste importante instrumento e potenciar, ainda mais, a mobilidade e experiências socioculturais dos jovens através do Cartão Interjovem.

Ainda como instrumento de política de mobilidade dos jovens, finalizar-se-á a modernização da Pousada de Juventude de Ponta Delgada. Proceder-se-á à remodelação das infraestruturas, a qual inclui obras de ganhos de eficiência energética e a adaptação das instalações para pessoas com mobilidade reduzida.

Prosseguir com a promoção do Voluntariado Local e do Serviço Voluntário Europeu continua a ser um objetivo para 2016. Dar-se-á projeção à incubadora de projetos de voluntariado que disponibilizará formação, apoio logístico, uma rede de contactos e uma equipa técnica de acompanhamento. Será lançado um concurso regional de ideias de voluntariado jovem e apoiados os projetos vencedores, bem como mantido o projeto "Escola mais Voluntária".

Alargar a implementação e extensão do Programa Jovens + é também um objetivo para 2016, desde a divulgação, ao apoio à formalização das candidaturas e à execução dos projetos aprovados e apoiados. No próximo ano, será mantida a divulgação do Jovens + junto das escolas, associações e IPSS e será dado apoio técnico na construção dos planos de negócio e formalização das candidaturas, de modo a promover a inovação e sustentabilidade dos projetos.

O Governo Regional dos Açores dará, ainda, continuidade à execução do projeto Parlamento dos Jovens.

Fortalecer o Associativismo e Empreendedorismo Jovem na Região é um desígnio do Governo Regional para 2016. Enquanto estratégia de reforço da coesão social, da reconversão profissional e medida que potencia a empregabilidade dos jovens, será organizado, em abril de 2016, um Encontro Regional de Associações de Juventude com 60 participantes, na ilha Terceira, no qual serão apresentadas as conclusões do projeto Juventude em Foco: Do Sonho em Ação.

Promover o Empreendedorismo dos Jovens, na senda do investimento que o Governo Regional dos Açores tem promovido, é um trabalho para prosseguir no próximo ano, através do projeto Educação Empreendedora: O Caminho do Sucesso! Este tem enquadramento no plano regional para o fomento do empreendedorismo na Região e assume-se como uma intervenção estratégica na área da educação para o empreendedorismo dos jovens que frequentam o ensino básico, secundário e profissional em escolas açorianas. No ano letivo de 2015/2016, decorrerá a VI edição do projeto Educação Empreendedora. Participam 50 escolas das nove ilhas dos Açores, de todos os graus de ensino, incluindo o profissional, abrangendo cerca de 3500 alunos incluindo, de forma regular, alunos do 1.º ciclo. Nesta edição implementar-se--ão novas formações de aprofundamento para professores nas temáticas de empreendedorismo social, modelos de negócio e técnicas de apresentação de projetos; um Centro de Recursos Didáticos renovado e o Concurso Regional IdeiAçores, em formato de Summer Camp de quatro dias. Na VI edição espera-se, ainda, aumentar a aplicação do programa nas escolas do ensino básico e enriquecer o pacote formativo do ensino secundário e profissional com informações sobre os programas de incentivos regionais ao empreendedorismo.

Promover a realização de Conferências, Fóruns e Seminários nos Açores com a temática subjacente da Juventude é mais um objetivo para 2016. Para além do apoio a projetos de relevante qualidade desenvolvidos por jovens da Região, terá lugar, em parceria com o Instituto de Empreendedorismo Social [IES], o *Bootcamp* em Empreendedorismo Social, na ilha do Faial, destinado a potenciais jovens empreendedores sociais que venham a submeter projetos no âmbito do programa Jovens +.

Incentivar a Sensibilização Social dos Jovens e a Luta Contra as Discriminações é desígnio para prosseguir no próximo ano, dando-se continuidade à campanha "Antes de me discriminares, conhece-me" que, desde 2013, propõe-se a articular junto dos jovens a intervenção social com a promoção da igualdade, a prevenção da violência doméstica e no namoro e o combate às discriminações baseadas na raça, idade, etnia/contexto de origem, orientação sexual, género e deficiência.

Apoiar as Indústrias Criativas e Culturais no arquipélago é um trabalho que irá continuar em 2016, com a divulgação internacional dos trabalhos dos Jovens Criadores dos Açores: LabJovem. O Programa Põe-te em Cena continuará a proporcionar a oportunidade de transformar ideias em iniciativas que permitam aos jovens estar, direta e ativamente, envolvidos no planeamento e na execução de projetos, cujos objetivos se destinem a desenvolver o seu espírito empreendedor e de iniciativa, bem como a sua criatividade.

Em 2016, o Governo Regional dos Açores continuará a apoiar financeiramente a execução do Plano Formativo no âmbito tecnológico da Academia de Juventude da Ilha Terceira. Para além de um espaço de formação, promoção e incentivo ao empreendedorismo em todas as suas dimensões, a Academia de Juventude deverá proporcionar a realização e materialização de "projetos de incubação", que devem ser motores do surgimento de novas ideias e novos produtos em áreas não cobertas pelas instituições formais e, ainda, espaços de incubação de empresas nas áreas culturais e criativas.

Prosseguir com a Formação e Produção Cultural e Intelectual dos Jovens é mais um objetivo para o próximo ano. Após o sucesso verificado, em 2014, nas ilhas Graciosa e Terceira, e em 2015, na ilha de Santa Maria, está prevista, em 2016, a realização de um projeto em São Jorge, no âmbito do programa Inspira-te, Aprende e Age. Trata-se de uma iniciativa em parceria com entidades locais, que apoia a criação de projetos específicos destinados a jovens em risco, com idades entre os 12 e os 18 anos, com dificuldades de aprendizagem, com fracas competências sociais ou com eventuais medidas de Promoção e Proteção aplicadas.

Promover programas de Ocupação de Tempos Livres dos Jovens é um trabalho que será alargado em 2016. Dar-se-á continuidade ao Programa de Ocupação de Tempos Livres dos Jovens, OTLJ, que visa proporcionar aos jovens a ocupação dos seus tempos livres, possibilitando--lhes, num contexto não formal, uma aprendizagem de conteúdos, normas e valores próprios de uma cidadania responsável, bem como proporcionar-lhes um acumular de experiências sociais e profissionais decisivas para a formação de cidadãos competentes e responsáveis, no que respeita às suas obrigações para com a sociedade. Continuar-se-á a apoiar os projetos do programa Entra em Campo e, no âmbito do projeto Campos de Férias, serão promovidas duas iniciativas. Um campo de férias direcionado a jovens geograficamente mais isolados da ilha de São Miguel que envolverá, na sua preparação, a comunidade e os jovens participantes e terá lugar na ilha de Santa Maria. Um outro campo de férias destinado a jovens beneficiários de ação social escolar das ilhas de Graciosa, Faial e Terceira, a realizar em São Miguel.

Considerando a importância de criar uma maior proximidade dos jovens açorianos que se deslocam da sua área de residência para a prossecução de estudos superiores, o Governo Regional dos Açores vai manter a sua estratégia de informação e acompanhamento a estes jovens, através do projeto "Prepara o teu regresso a casa". Este projeto consubstancia-se em contactos presenciais, e na disponibilização, através de página web, de informação selecionada e de outros materiais de divulgação das oportunidades que o Governo Regional lhes oferece, aquando do seu regresso aos Açores, nomeadamente através de programas de estágio e de Empreendedorismo Jovem, entre outros programas de incentivos. Após a divulgação, em 2015, na Universidade dos Açores (Campus de Ponta Delgada), nas Casas dos Açores de Lisboa e Porto, pretende-se, em 2016, divulgar os programas do Governo Regional dos Açores, direcionados à população jovem, junto dos estudantes universitários na Universidade dos Açores (Campus de Angra) e nas universidades de Coimbra e Aveiro. Pretende-se, ainda, disponibilizar os serviços da Direção Regional da Juventude (DRJ) para o acompanhamento dos jovens que se encontram no último ano dos seus estudos e que pretendam apresentar candidaturas a estágios ou programas regionais, por forma a organizar o regresso aos Açores.

Ainda na área da Informação ao Jovem, continuar-se-á a dar visibilidade ao Portal da Juventude Açores e proceder-se-á à agregação de informação, nomeadamente das atividades dos jovens no âmbito da educação não formal. Em 2016, o canal *WEB* TV, pretende ser mais um contributo para a informação juvenil.

Executar o Roteiro Açores Jovem é outro objetivo do Governo Regional para 2016. Será executado o Roteiro Açores Jovem, destinado ao acompanhamento da formalização de processos de candidatura e elaboração de relatórios dos programas da DRJ e Erasmus+/Juventude em Ação. Este é direcionado às associações de juventude e às entidades que promovem atividades dirigidas aos jovens.

No âmbito dos projetos comunitários, será apresentada candidatura à Ação III do Programa Erasmus+, destinada a uma reunião internacional de jovens a decorrer em São Miguel em junho de 2016.

O Governo Regional dos Açores irá, ainda, promover iniciativas no âmbito do Observatório da Juventude dos Açores, um projeto desenvolvido em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores. Em 2016, as iniciativas a desenvolver são: concluir o estudo sobre os Jovens Açorianos Qualificados; reforçar a divulgação de informação atualizada relacionada com a juventude, designadamente aumentando o grau de interatividade com os estudantes e jovens residentes fora da Região e publicando os resultados dos inquéritos realizados; realizar atividades conjuntas com o Observatório Permanente da Juventude e realizar novos protocolos com entidades congéneres sediadas em outras regiões europeias; organizar, em dezembro, um colóquio internacional que reunirá especialistas regionais, nacionais e internacionais que se debruçam sobre a temática da juventude e publicar um livro intitulado "Os jovens como atores da mudança social".

Em síntese, as ações, os projetos e as iniciativas a desenvolver em 2016 espelham o investimento prioritário do Governo Regional dos Açores numa juventude que, e na linha dos pressupostos da Agenda 2020, se quer socialmente responsável, criativa, empreendedora, solidária e participativa.

· Aumentar a coesão territorial e a sustentabilidade

Transportes

Dando continuidade à implementação do Plano Integrado dos Transportes dos Açores, em 2016 prosseguiremos com a implementação das medidas que concorrem para a realização dos objetivos definidos, visando continuamente a melhoria da capacidade de mobilidade de pessoas e bens, tanto nas percursos no interior de cada ilha, como nas ligações interilhas e ainda com o exterior da Região.

A prestação de um serviço orientado para a satisfação das necessidades dos utilizadores continuará a ser o objetivo a atingir, sempre alicerçado em práticas que promovam continuamente a excelência operacional.

Serão prosseguidos os investimentos previstos no eixo "Infraestruturas e Equipamentos" que visam aumentar os níveis de conforto e segurança dos passageiros, assim

como a operacionalidade e eficiência dos aeródromos e portos dos Açores.

Prosseguir-se-á com o processo de construção de dois novos navios de 115m para o transporte de passageiros, viaturas e carga rodada, entre as ilhas da Região, com fiabilidade, regularidade e pontualidade, visando a promoção da coesão económica, social e territorial, com uma oferta de um serviço de qualidade, dinamizador da economia de cada uma das nossas ilhas, contribuindo assim para a criação e desenvolvimento do mercado interno.

Daremos continuidade ao desenvolvimento da Plataforma de Gestão Integrada de Transportes (PGIT), apostando fortemente em iniciativas que assegurem a qualidade dos dados fornecidos pelas diversas empresas aderentes, com vista à criação de melhor informação de suporte aos diversos níveis de gestão e criação das bases necessárias à concretização plena do "Balcão Único" para o passageiro.

No eixo "Quadro Regulamentar" 2016 será marcado pela plena execução da maior reforma de sempre efetuada ao nível da mobilidade e acessibilidade na Região, quer através do novo modelo de acessibilidades, como das novas obrigações de serviço público (OSPs) aéreas e marítimas interilhas.

No eixo "Instrumentos Facilitadores" e na sequência da implementação das novas OSPs para o serviço de transporte aéreo e marítimo de passageiros e viaturas interilhas, será prosseguida a política de otimização da interligação entre transportes aéreos e marítimos, potenciando a capacidade de mobilidade de todos os utilizadores e implementando o Serviço de Bagagem e Carga Integrada (SBCI) nas ilhas do triângulo.

Será ainda aprofundado e concluído o estudo da solução mais adequada para concretização de um sistema de bilhética comum entre os operadores terrestres, com vista ao desenvolvimento de novos títulos de transporte, seguindo-se a sua implementação, o que permitirá redesenhar a rede de transportes públicos terrestres e o respetivo sistema tarifário.

Enquanto acionistas da companhia aérea regional, continuaremos a acompanhar a execução do plano estratégico para o período 2015-2020, garantindo o apoio adequado ao desenvolvimento e implementação do mesmo, para que esta continue a ser um elemento de valorização da Região.

No âmbito da afirmação do Porto da Praia da Vitória como parte integrante da rede de abastecimento de GNL no Atlântico Norte, dar-se-á continuidade à implementação do projeto GAINN4MOS (sucessor do Projeto COSTA).

Obras Públicas

Com a revisão da CROP, efetuada em 2015, criaram-se condições para dotar o setor da construção civil de instrumentos de previsibilidade do investimento público, refletindo a nova política de elegibilidade dos fundos comunitários.

Na componente de investimento na rede viária, prosseguiremos os investimentos previstos e descritos na CROP e no PIT, pelo que 2016 será o ano em que a maioria dos projetos estará em execução.

Será dada continuidade ao trabalho que visa o estabelecimento de estratégias que permitam a redução dos custos de construção. Assim, o ano de 2016 será orientado para a continuação do trabalho com os parceiros setoriais, de modo a aprofundar os mecanismos que permitam atingir este objetivo, em especial no que concerne à continuada reforma dos documentos legais aplicáveis a esta área. Relativamente ao Catálogo de Materiais Endógenos ou Produzidos e Transformados na Região, iniciativa do LREC já implementada na Região, com o objetivo de reforçar o trabalho de melhoramento dos produtos locais aplicáveis à construção, pretende-se continuar o seu desenvolvimento e renovação, introduzindo, se possível com entidades do sistema científico e tecnológico, outros fatores inovadores que possam criar valor acrescentado nesta fileira.

Energia

Na continuidade da política energética das últimas décadas o Governo Regional dos Açores terá como preocupação o desenvolvimento da produção de energia elétrica através de fontes de origem renovável, no contexto do arquipélago, considerando as Diretivas Comunitárias definidoras de um quadro comum para a promoção da produção de eletricidade proveniente destas fontes, contribuindo para a minimização do impacte ambiental, principalmente em termos de emissões de gases com efeito de estufa (CO2), enquadrável na política europeia de baixo carbono, garantindo o abastecimento, a segurança energética na Região e reduzindo os custos inerentes à aquisição de produtos energéticos de origem fóssil.

Simultaneamente iremos continuar a fomentar a adoção de sistemas assentes em energias limpas, através de programas adequados, como é o caso do Eficiência +, que consubstancia o programa ProEnergia.

Na consolidação da política energética para o setor, preconizada por este Governo Regional, no decurso do corrente ano serão efetuados diversos investimentos no aproveitamento dos recursos geotérmicos das ilhas Terceira e de S. Miguel, bem como na gestão dos sistemas hídricos e nos parques eólicos das restantes ilhas, estimandose que a taxa de penetração de energia renovável atinja os 38%.

No âmbito do apoio aos cidadãos, o Governo Regional dos Açores consolidará a sua política de divulgação dos programas de Apoio Social de Eletricidade ao Consumidor de Energia (ASECE) e da Tarifa Social de Eletricidade, perante as famílias economicamente mais desfavorecidas, tendo como objetivo aumentar significativamente o número de beneficiários, dando continuidade à divulgação e promoção dos tarifários mais adequados a cada tipo de consumidor, nomeadamente as tarifas bi e tri-horárias.

De entre os objetivos políticos definidos pelo Governo Regional dos Açores e que se enquadram no âmbito das Diretivas Comunitárias consubstanciar-se-á um plano de ações com vista à divulgação e implementação da mobilidade elétrica nas diversas ilhas do arquipélago, tanto para os veículos elétricos como os hídricos *plug-in*, considerando a implementação de uma rede de postos de carregamento, adequada às necessidades de cada uma das ilhas.

No caso dos combustíveis fósseis e no que concerne à sua aquisição, o Governo Regional dos Açores desenvolverá ações que permitirão a consolidação da capacidade de armazenamento em cada uma das ilhas, nomeadamente na ilha de S. Jorge, cumprindo assim com as diretivas comunitárias no que respeita à segurança de abastecimento dos diversos produtos energéticos, possibilitando ainda

o aumento da concorrência no setor e a minimização dos custos de transportes, nomeadamente dos que resultam da obrigatoriedade de garantir a segurança do abastecimento em cada parcela da Região.

Infraestruturas Tecnológicas

Com o lançamento da Agenda Digital e Tecnológica dos Açores o Governo Regional estabeleceu um quadro de referência para o desenvolvimento de políticas de incentivo à atividade de base tecnológica, através do qual se visa, tal como com a "Agenda Portugal Digital" e com a "Agenda Digital para a Europa", estimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico, em termos gerais e, de forma muito particular, a economia digital e o setor das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica, através da utilização e do desenvolvimento de produtos e serviços digitais e tecnológicos.

Para 2016 encontra-se previsto o desenvolvimento e implementação de alguns dos programas que constam da Agenda Digital e Tecnológica dos Açores, conforme plano de operacionalização que se encontra delineado. Será efetuado o acompanhamento e monitorização das diferentes fases de implementação da Agenda e proceder-se-á à análise detalhada das ações prosseguidas e desenvolvimentos alcançados, tendo em vista a identificação de aspetos que possam contribuir para a sua melhoria e, em última análise, à sua avaliação global em termos de resultados e impactos.

Dentro dessa linha destacam-se as medidas de apoio a conceder a projetos digitais inovadores, aos espaços/infraestruturas de promoção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a iniciativas de sensibilização, formação e uso das TIC e dos serviços digitais, a iniciativas/projetos de combate à iliteracia digital e info-exclusão e de melhoria de acesso às TIC por parte de cidadãos mais vulneráveis, designadamente, os portadores de deficiência

Concluído e inaugurado em 2015 o primeiro edifício do Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, dar-se-á continuidade, em 2016, ao desenvolvimento do projeto de criação dos Parques de Ciência e Tecnologia dos Açores, com a construção do Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira e com a construção do Centro Empresarial de Tecnologias de Informação e Comunicação do Parque de Ciência e Tecnologia da São Miguel.

A construção dos parques de Ciência e Tecnologia em S. Miguel e na Terceira resulta do reconhecimento da sua importância para a criação de riqueza e desenvolvimento da economia regional, enquanto infraestruturas tecnológicas que concentram diversos serviços, espaços e atividades que visam estimular sinergias e aproximar os centros de conhecimento (universidades, centros de investigação e escolas) do setor produtivo (empresas em geral), por forma a facilitar o desenvolvimento de inovações técnicas, novos processos ou ideias, tornando as empresas e a economia mais competitivas. Aqueles parques centrarão a sua atividade no estabelecimento de redes, de relações colaborativas e de processos de eficiência coletiva, com vista a criar as condições para a promoção de uma cultura de inovação, empreendedorismo e de competitividade e concentração no mesmo espaço de centros de I&D, empresas e incubadoras de negócios/empresas que promoverão um aumento da transferência de conhecimento e tecnologia entre a academia e as empresas/mercado, assim como um crescimento do tecido empresarial inovador através de processos de *start-up* e *spin-off*, com reflexos no nível da formação e emprego qualificados e na oferta de serviços especializados.

Garantir à Região um papel central na área das tecnologias espaciais é, também, um dos objetivos do Governo Regional que tem feito um esforço na implantação de infraestruturas tecnológicas, nomeadamente, em estações dedicadas ao espaço e à observação da terra, à climatologia e à deteção de ensaios nucleares.

Assim, ao nível das infraestruturas tecnológicas, continuará a ser apoiado o funcionamento e desenvolvimento da estação de Santa Maria da Rede Atlântica de Estações Geodésicas Espaciais (RAEGE), inaugurada em 2015, que se destina à realização de estudos na área de astronomia, geodesia e geofísica. Serão também envidados esforços no sentido da captação de mais investimento externo orientado para o desenvolvimento de novas infraestruturas.

Aproveitando os recursos disponíveis no atual período de programação comunitário 2014-2020 e no programa europeu Horizonte 2020, pretende-se posicionar os Açores nestas novas áreas de investimento, conjugando esforços com a Universidade dos Açores e outras instituições de relevo no panorama científico e tecnológico.

Prevenção de Riscos e Proteção Civil

Numa região arquipelágica e ultraperiférica, a prevenção e prontidão, no socorro às populações assume primordial importância em termos de política de investimento na área da proteção civil, quer em manutenção, quer na aquisição de novas competências técnicas, materiais e humanas.

A implementação da tecnologia ao nível da proteção civil, tanto na prestação do socorro, como nas comunicações de emergência, tem demonstrado ser uma mais-valia operacional, que garante um melhor grau de acompanhamento por parte dos decisores e uma resposta mais célere em situações de potencial risco.

É assim fundamental dar seguimento, de forma criteriosa e rigorosa, aos investimentos efetuados ao longo dos últimos anos com vista a manter e expandir a capacidade operacional do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e das 17 corporações de Bombeiros da Região.

Vivemos numa sociedade cada vez mais informada, esclarecida e exigente, pelo que não basta prestar um serviço mais abrangente e com níveis de qualidade mais elevados. É fundamental desenvolver formas de envolver a população na missão da proteção civil, razão pela qual o investimento na formação da população e nos mecanismos de informação deve ser contínuo.

Numa ótica de maior complementaridade e maior integração de serviços foram selecionadas as seguintes áreas de investimento ao longo do ano de 2016:

- Continuar a consolidação da rede de emergência préhospitalar substituindo as viaturas e equipamentos que estão a terminar o seu período de vida útil e prosseguir com o alargamento da rede de emergência pré-hospitalar através da aquisição de novas viaturas, novos equipamentos e formação de recursos humanos para o efeito.
- Torna-se fundamental prosseguir com o aumento da capacidade de resiliência a situações de acidente grave ou catástrofe, sendo necessário continuar a adquirir novos equipamentos/materiais, de forma a dar uma resposta

pronta e eficaz tendo em consideração os riscos naturais a que nossa Região está exposta.

- O processo de renovação da rede rádio será finalizado no ano de 2016 com a instalação dos novos terminais nas viaturas e nos restantes locais. Esta nova rede irá permitir um maior suporte no apoio à coordenação, despacho e reporte, aumentando a redundância e a abrangência da anterior rede.
- Continuação do melhoramento do Sistema Integrado de Atendimento e Despacho, implementado em 2013. Este *software* regista, grava e permite uma visão coordenada de todas as ocorrências desde o seu atendimento, realizado pela linha 112 da PSP, até ao respetivo encerramento, passando pelo despacho de meios. Pelas funcionalidades expostas e pelas interligações necessárias, é um programa que tem necessidades elevadas a nível de velocidades/capacidade/assistência, quer de rede de transmissão de dados, quer de servidores.
- Pretende-se que a Linha de Saúde Açores (LSA) alargue as suas funcionalidades, atuando de forma ainda mais integrada com o Serviço Regional de Saúde. O reforço dos recursos humanos nesta vertente e a correspondente formação dos seus profissionais é um investimento reprodutivo que aumenta a acessibilidade dos utentes ao seu sistema de saúde. Será reforçada a capacidade de marcação de consultas urgentes, através da linha de Saúde.
- A continuação e aperfeiçoamento da implementação do Projeto SIV, implicará integração de novas tecnologias e formar o pessoal afeto à SIV, quer os de intervenção direta (tripulantes), quer os de *backoffice* (médicos reguladores).
- Continuar a investir na formação prestada aos Bombeiros da Região Autónoma dos Açores é uma prioridade, uma vez que, são estes que prestam o socorro de forma pronta e eficaz às populações. Para manter os bombeiros com uma certificação de formação de qualidade reconhecida por organizações internacionais, existe a necessidade constante de investimento na recertificação dos formadores.
- Prosseguir com a aquisição de equipamentos para o Centro Regional de Formação de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, com o intuito de automatizar práticas de socorro em cenários de combate a incêndios e busca e salvamento em estruturas colapsadas.
- Continuar com as ações de prevenção e sensibilização junto dos mais jovens incutindo-lhes desde novos uma cultura de proteção civil. O alargamento da formação em Suporte Básico de Vida será também uma aposta durante o próximo ano.
- De forma a reforçar a capacidade de resiliência a situações de acidente grave ou catástrofe é necessário continuar a dotar as corporações de Bombeiros da Região com infraestruturas operacionais, robustas, fora de zonas de risco, com capacidade para o aumento de efetivos e de equipamentos de socorro que permitam atuar de forma rápida e eficaz em caso de necessidade. No ano de 2016 estão previstas as seguintes intervenções:
 - Ampliação do Quartel da A.H.B.V. de Santa Maria;
 - Requalificação do Quartel da A.H.B.V. das Flores;
- Construção de um novo quartel da A.H.B.V. da Povoação;
 - Ampliação do Quartel da A.H.B.V. das Lajes do Pico;
 - Construção do novo Quartel da A.H.B.V.do Faial;

— Projeto para a requalificação do Quartel da A.H.B.V. do Nordeste.

Ambiente e Ordenamento

As políticas ambientais são um dos pilares do progresso económico e do bem-estar das populações nos Açores, com implicações em todas as áreas de atividade.

No âmbito da Conservação da Natureza destacam-se as ações de proteção da biodiversidade e do património natural, nomeadamente através da erradicação e controlo das espécies invasoras e de intervenções de repovoamento com flora endémica, acompanhadas por uma aposta forte na sensibilização ambiental, com destaque para o papel das redes regionais de parques, ecotecas, jardins e centros de interpretação ambiental.

A conclusão da Casa dos Fósseis e do Centro de Interpretação do Ananás, o lançamento das obras da Casa dos Vulcões e da Reabilitação da Fábrica da Baleia de Porto Pim, bem como a generalização a todas as ilhas de um sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais inseridas em áreas classificadas, constitui um fator de afirmação do nosso património natural, com manifesto impacto social e económico.

De entre as ações de Ordenamento do Território relevamse os investimentos nas bacias hidrográficas das lagoas e os processos de avaliação e revisão dos instrumentos especiais de ordenamento do território, designadamente dos planos de ordenamento das bacias hidrográficas das lagoas das Furnas e das Sete Cidades e da primeira geração dos planos de ordenamento da orla costeira.

A proteção dos recursos hídricos, com destaque para a limpeza, renaturalização e reperfilamento de linhas de água, e para a monitorização da qualidade da água, absorve importantes recursos financeiros, num investimento que tem sido crescente nos últimos anos.

Ao nível da Qualidade Ambiental, destaca-se a continuação do processo de elaboração do Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), bem como as ações de monitorização do estado do ambiente e de determinadas pragas urbanas. Destaca-se, ainda, a continuação do programa de mobilidade elétrica do corpo de Vigilantes da Natureza.

A conclusão da operacionalização dos centros de processamento de resíduos dos Açores, associada à selagem dos atuais vazadouros de resíduos, a par da aprovação do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA), constituem passos determinantes na execução de uma reforma estrutural sem precedentes.

Mar

As temáticas relacionadas com o mar e zonas costeiras dos Açores, abordadas neste Plano enquadram-se nos princípios definidos no Programa de XI Governo Regional dos Açores e estão em linha com instrumentos regionais, de gestão e estratégicos (p.e. a RIS 3), com a Estratégia Nacional para o Mar e com a Política Marítima Integrada da União Europeia.

As intervenções no âmbito da gestão costeira, nomeadamente de requalificação de zonas degradadas e de proteção da orla marítima, em zonas de risco por erosão, continuarão a ter uma expressividade importante no total do investimento a efetuar em 2016, estando previstas múltiplas intervenções em áreas costeiras em todas as ilhas dos Açores.

No âmbito da intervenção no meio marinho, serão desenvolvidas ações de monitorização e de promoção ambiental, conferindo sustentabilidade às atividades marítimas, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável. A cooperação com os serviços de ambiente e com as estruturas operacionais dos Parques Naturais de Ilha permitirá continuar a desenvolver ações destinadas à valorização e gestão da componente marinha e marítima dos mesmos, potenciar as atividades económicas não extrativas que se desenvolvem no litoral das ilhas (i.e. atividades lúdicas e marítimo-turísticas; investigação, etc.), bem como promover iniciativas de sensibilização e educação ambiental, como as campanhas "SOS Cagarro" e "Entre-Mares".

A implementação do primeiro ciclo da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM) terá como orientação os programas de Monitorização e de Medidas, aprovados para a Região Autónoma dos Açores. Dar-se-á continuidade a diversos projetos de monitorização do ambiente marinho da Região e implementar-se-ão as medidas preconizadas para se atingir ou manter o bom estado ambiental do Mar dos Açores. Estas ações beneficiam de outros projetos, com parceiros diversos e numa lógica de complementaridade temática e de fontes de financiamento. No seu conjunto, as ações a desenvolver neste domínio responderão a compromissos internacionais assumidos no âmbito da DQEM, da rede Natura 2000 e da Convenção OSPAR.

A monitorização da qualidade das águas balneares e a promoção da rede de áreas balneares da Região continuará a ser uma prioridade que se encontra transposta numa ação específica.

O projeto Escola do Mar dos Açores terá em 2016 o seu grande impulso para a concretização desta infraestrutura estratégica destinada à promoção da formação profissional no setor das atividades marítimas. Este investimento deverá ter um papel fundamental no estímulo da competitividade da economia do mar e na promoção de emprego qualificado e certificado.

Num contexto da transversalidade dos assuntos do mar, serão aprofundadas parcerias institucionais com departamentos públicos e entidades privadas, com vista à promoção do ambiente marinho e dos seus recursos, da economia do mar, da cultura e do património marítimo, assente em padrões de qualidade e de sustentabilidade. Nesta perspetiva, a investigação científica e o conhecimento são considerados pilares fundamentais para o desenvolvimento da Região, tanto no contexto nacional como europeu.

Afirmar a Identidade Regional e Promover a Cooperação Externa

Informação e Comunicação

O Governo Regional dos Açores reconhece a importância e o valor público de uma comunicação social regional ativa, dinâmica e plural, e, nessa medida, vai continuar disponível para apoiar os órgãos de comunicação social privados através do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada, garantindo, assim, mecanismos específicos de apoio para diversas áreas desta atividade de interesse público.

O designado PROMEDIA, com uma abrangência sem paralelo no país, revela-se essencial à sobrevivência de alguns órgãos de comunicação social regionais e locais, uma vez que consagra o apoio à modernização tecnológica, o apoio à difusão informativa, o apoio à qualificação

profissional dos agentes de comunicação social e o apoio especial à produção.

Como nos programas anteriores, podem candidatar-se a este apoio pessoas singulares ou coletivas que sejam proprietárias ou editoras de publicações periódicas em língua portuguesa, licenciadas nos termos da lei, operadores de radiodifusão sonora, licenciados nos termos da lei, a operarem como rádios regionais ou locais, pessoas singulares ou coletivas que sejam proprietárias ou editoras de plataformas eletrónicas de informação regional e local registadas na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e os profissionais de comunicação social.

O Portal do Governo Regional dos Açores é hoje uma ferramenta essencial no relacionamento dos cidadãos com a administração, permitindo-lhes, de forma rápida e prática, aceder a um variado leque de serviços e informações.

Assim, o Governo Regional dos Açores vai prosseguir em 2016 com a potenciação do seu Portal, através da contínua melhoria da sua acessibilidade e da sua consolidação como plataforma e-cidadão, dotando-o das condições tecnológicas indispensáveis ao pleno exercício da sua missão e à sua afirmação como canal de ligação entre a administração regional e os seus destinatários, sejam açorianos residentes nos Açores ou na Diáspora.

Assim sendo, são objetivos prioritários desta atualização potenciar e alargar o leque de serviços *online*, facilitar a comunicação do cidadão com o Governo Regional dos Açores, promover a modernização administrativa, fomentar a presença dos departamentos governamentais na *Internet* e promover a sua atuação transversal, a par da simplificação da descoberta de conteúdos e da disponibilização de ferramentas para a participação cidadã.

Ao fomentar esta relação, no sentido de tornar rotineiro o acesso dos utilizadores a este Portal do Governo Regional, consolida-se um espaço de comunicação regional e de abertura e transparência da atividade governativa.

Comunidades

Relativamente às comunidades emigradas e imigradas, o Governo Regional promoverá o apoio e incentivo à realização de projetos que visam a preservação e divulgação da identidade cultural açoriana, nas suas múltiplas manifestações e expressões, bem como o reforço do diálogo existente entre os diferentes parceiros e agentes na Diáspora e na Região Autónoma dos Açores.

Para o efeito, serão desenvolvidas iniciativas que, para além de possibilitarem a partilha de conhecimentos, a realização de enriquecedores intercâmbios culturais intercomunitários e a divulgação de projetos promovidos pelas instituições das comunidades, estimularão a relação destas com diversos setores da sociedade açoriana.

Ainda no âmbito da política de divulgação da atual realidade arquipelágica açoriana, nas suas mais diversas vertentes, promover-se-ão projetos que, para além de aproximar os açorianos e açor descendentes em torno dos seus valores identitários, valorizarão o património cultural da Região, potenciando uma maior ligação às nossas ilhas.

Promover-se-á, ainda, a visibilidade externa da Região, através da divulgação das suas potencialidades, reforçando, não só o importante papel desenvolvido pelas Casas dos Açores enquanto instituições fundamentais na preservação e dinamização da identidade cultural açoriana, como também o desenvolvimento de relações económicas, culturais

e académicas com as inúmeras instituições da diáspora que com os Açores congregam objetivos comuns.

Destaque também para a difusão da açorianidade através da disponibilização de apoio à edição de obras literárias de autores açorianos em inglês, permitindo assim atingir um maior público e reforçar, junto dos açorianos emigrados e seus descendentes, o conhecimento e orgulho da cultura acoriana.

Ainda, representando a convergência cultural existente na Região, fruto de uma persistente e empenhada ação deste Governo Regional, uma mais-valia no campo das oportunidades de enriquecimento, desenvolver-se-ão projetos que potenciem a integração da comunidade imigrante, quer através da realização de cursos de língua portuguesa, quer através da criação de ações que promovam a preservação das raízes identitárias de cada indivíduo, enquanto determinante para o progresso e desenvolvimento do Arquipélago.

Cooperação Externa

Relativamente à área da cooperação externa, o Governo Regional dos Açores terá como ação prioritária o reforço da atuação e presença externa da Região, junto das instituições da União Europeia e dos organismos e organizações de cooperação regional, em especial daqueles com atuação junto da UE e em matérias de especial relevância para a Região, bem como dos territórios com interesse estratégico para os Açores.

Pretende-se, assim, através de funções de liderança e proatividade em organizações de cooperação regional da Europa, como a Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa e Comité das Regiões, das quais a Região faz parte, reforçar a visibilidade e ação externa, da Região Autónoma dos Açores. Desta forma será dada prioridade aos organismos que trabalham em temas de especial interesse para a Região, como também a Conferência dos Presidentes das RUP.

Nestes organismos, o Governo Regional debater-se-á pela consagração, nas respetivas posições políticas, técnicas e ações comuns, dos pontos de vista da Região e defenderá o interesse dos Açores, intervindo ativamente nas discussões, iniciativas e grupos de trabalho em temas prioritários para a Região.

Promover-se-á a realização na Região de eventos políticos de âmbito europeu e internacional, em especial sobre temas de especial relevância para os Açores.

A operacionalização dos programas de cooperação territorial permitirá alavancar e aprofundar a cooperação externa da Região em diversas áreas, muito em especial no espaço de interesse estratégico das Regiões Ultraperiféricas do Atlântico e da Macaronésia.

Na Região, serão apoiadas as atividades dos Clubes Europeus, bem como implementadas iniciativas e ações ligadas à promoção da proximidade entre os Açores e a União Europeia. Será dada continuidade ao incentivo e apoio aos jovens açorianos, para a participação em estágios nas instituições da União Europeia, bem como a formação e especialização em assuntos da União Europeia.

IV. INVESTIMENTO PÚBLICO

DOTAÇÃO DO PLANO

O Plano Anual Regional para 2016 compreende as ações promovidas diretamente pelos departamentos da administração regional, mas também as que são executadas por entidades públicas que, em articulação com as respetivas tutelas governamentais, promovem projetos de investimento estratégicos, no quadro da política de desenvolvimento apresentada nas Orientações de Médio Prazo 2013-2016.

Os valores de despesa de investimento público previsto para 2016 ascendem a 782,8 milhões de euros, dos quais 524,0 milhões são da responsabilidade direta do Governo Regional.

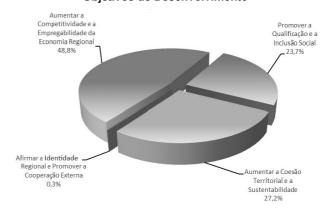
A dotação financeira afeta ao objetivo "Aumentar a Competitividade e a Empregabilidade da Economia Regional", ascende a 382,3 milhões de euros, absorvendo 48,8 % do valor global do Investimento Público.

As áreas de intervenção que integram o objetivo "Promover a Qualificação e a Inclusão Social" representam 23,7 %, a que corresponde uma despesa prevista de 185,7 milhões de euros.

O objetivo "Aumentar a Coesão Territorial e a Sustentabilidade", dotado com 213,0 milhões de euros, representa 27,2% do valor global do Investimento Público.

Para "Afirmar a Identidade Regional e Promover a Cooperação Externa", está consagrada uma dotação de cerca de 1,9 milhões de euros, representando 0,3% do valor global.

Repartição do Investimento Público por Grandes Objetivos de Desenvolvimento



INVESTIMENTO PÚBLICO 2016 — Desagregação por Objetivo

			Euro
Objetivo/Programa	Investimento	Plano	Outros Fundos
Total	782 784 462	524 037 513	258 746 949
Aumentar a Competitividade e a Empregabilidade da Economia Regional	382.247.658	164.059.242	218.188.416
1 Competitividade, Emprego e Gestão Pública 2 Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	157 852 735 168 716 030	78 735 750 56 441 799	79 116 985 112 274 231

			Euro
Objetivo/Programa	Investimento	Plano	Outros Fundos
3 Pescas e Aquicultura	27 899 613	16 392 613	11 507 000
4 Desenvolvimento do Turismo	27 779 280	12 489 080	15 290 200
Promover a Qualificação e a Inclusão Social	185 684 143	178 110 143	7 574 000
5 Educação, Ciência e Cultura	85 178 933	80 978 933	4 200 000
6 Desenvolvimento do Sistema Saúde	28 335 292	28 335 292	
7 Solidariedade Social	37 055 805	34 955 805	2 100 000
8 Habitação e Renovação Urbana	21 967 783	21 967 783	
9 Desporto e Juventude	13 146 330	11 872 330	1 274 000
Aumentar a Coesão Territorial e a Sustentabilidade	212 960 711	179 976 178	32 984 533
10 Transportes, Energia e Infraestruturas Tecnológicas	173 648 525	141 188 992	32 459 533
11 Prevenção de Riscos e Proteção Civil	9 014 412	8 914 412	100 000
12 Ambiente e Ordenamento	30 297 774	29 872 774	425 000
Afirmar a Identidade Regional e Promover a Cooperação Externa	1 891 950	1 891 950	
13 Informação e Comunicação	1 102 000	1 102 000	
14 Comunidades e Cooperação Externa	789 950	789 950	

INVESTIMENTO PÚBLICO 2016 — Desagregação por Entidade Proponente

			Euro
Entidade/Programa	Investimento	Plano	Outros Fundos
Total	782 784 462	524 037 513	258 746 949
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO	4 567 950	4 193 950	374 000
9 Desporto e Juventude (9.4) 13 Informação e Comunicação 14 Comunidades e Cooperação Externa	2 676 000 1 102 000 789 950	2 302 000 1 102 000 789 950	374 000
VICE-PRESIDÊNCIA, EMPREGO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL	157 852 735	78 735 750	79 116 985
1 Competitividade, Emprego e Gestão Pública	157 852 735	78 735 750	79 116 985
SECRETARIA REGIONAL DA SOLIDARIEDADE SOCIAL	59 023 588	56 923 588	2 100 000
7 Solidariedade Social	37 055 805 21 967 783	34 955 805 21 967 783	2 100 000
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE	37 349 704	37 249 704	100 000
6 Desenvolvimento do Sistema Saúde 11 Prevenção de Riscos e Proteção Civil	28 335 292 9 014 412	28 335 292 8 914 412	100 000
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	89 664 854	85 964 854	3 700 000
5 Educação, Ciência e Cultura (exceto 5.7 e 5.8)	79 194 524 10 470 330	76 394 524 9 570 330	2 800 000 900 000
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E TRANSPORTES	195 148 508	147 398 775	47 749 733
4 Desenvolvimento do Turismo	27 779 280	12 489 080	15 290 200
10 Transportes, Energia e Infraestruturas Tecnológicas (exceto 10.10.4, 10.10.5, 10.11.5, 10.14.2, 10.14.3)	167 369 228	134 909 695	32 459 533
SECRETARIA REGIONAL DO MAR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	50 255 278	36 923 278	13 332 000
3 Pescas e Aquicultura	27 899 613 5 984 409	16 392 613 4 584 409	11 507 000 1 400 000
10.14.3)	6 279 297 10 091 959	6 279 297 9 666 959	425 000
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E AMBIENTE	188 921 845	76 647 614	112 274 231
2 Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural 12 Ambiente e Ordenamento (exceto 12.6, 12.7)	168 716 030 20 205 815	56 441 799 20 205 815	112 274 231

QUADRO GLOBAL DE FINANCIAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

O investimento público, para o ano 2016, ascenderá a 782,8 milhões de euros, apresentando-se de seguida o seu quadro de financiamento.

(Milhões de Euros)

	2016		
	Valor	%	
Saldo Inicial			
ORIGEM DE FUNDOS	1.463,1	100,0%	
(1) Receitas Próprias	684,6	46,8%	
(2) Transferências do OE	257,4	17,6%	
(3) Fundos Comunitários	212,4	14,5%	
(4) Outros Fundos	258,7	17,7%	
Subtotal	1.413,1	96,6%	
(5) Nec. de Financiamento	50,0	3,4%	
APLICAÇÃO DE FUNDOS	1.463,1	100,0%	
(6) Despesas de Funcionamento	680,3	46,5%	
Juros da dívida	13,5	0,9%	
(7) Investimento Público na RAA	782,8	53,5%	
Plano	524,0	35,8%	
Saldo Final			
Rácio (1)/(6)		100,6%	

Esta política orçamental está enquadrada no âmbito de financiamento global previsto na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, baseando-se na prossecução do seu integral cumprimento por parte do Governo da República e no pressuposto de uma correta afetação ao orçamento regional de todas as receitas fiscais efetivamente geradas na Região.

Prevê-se que as despesas de funcionamento dos serviços e organismos da Administração Regional atinjam os 680,3 milhões de euros, sendo integralmente financiadas pelas receitas próprias, que se estimam em 684,6 milhões de euros, o que se traduz numa taxa de cobertura de 100,6%.

O investimento global previsto para o ano em análise permitirá à Região e a todos os agentes económicos nela envolvidos, públicos e privados, ter um instrumento macroeconómico importante para a sua sustentabilidade, na atual conjuntura.

V. DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO

O Plano Anual Regional para 2016 estrutura-se em 14 programas que por sua vez integram 84 projetos e 486 ações.

Neste capítulo será apresentada a descrição de cada uma das ações previstas, o respetivo enquadramento em programa e projeto e as respetivas dotações financeiras.

Programa 1 — Competitividade, Emprego e Gestão Pública

Programação Financeira

			Euro
Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
1 Competitividade, Emprego e Gestão Pública 1.1 Competitividade Empresarial 1.2 Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais 1.3 Emprego e Qualificação Profissional	157 852 735 62 494 000 770 000 84 666 760	78 735 750 62 494 000 770 000 6 515 000	79 116 985 78 151 760
1.4 Modernização Administrativa 1.5 Informação de Interesse Público ao Cidadão 1.6 Serviços Sociais 1.7 Cooperação com as Autarquias Locais 1.8 Estatística 1.9 Planeamento e Finanças	636 750 2 850 000 180 000 560 000 80 000 5 615 225	636 750 2 300 000 180 000 560 000 80 000 5 200 000	550 000 415 225

Programação Material

1.1 Competitividade Empresarial

1.1.1 Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial

A presente ação contempla os apoios atribuídos às empresas através do SIDER, Empreende Jovem e Competir +.

1.1.5 Estímulo ao Desenvolvimento Empresarial Iniciativas diversas de estímulo ao desenvolvimento e sustentabilidade das empresas açorianas.

1.1.6 Mobilização de Iniciativas Empresariais

Desenvolvimento de parcerias com entidades visando o incremento da competitividade do setor empresarial regional.

1.1.7 Promoção da Qualidade

Promoção da qualidade junto das empresas. Promoção e desenvolvimento de programas de segurança alimentar.

Ações de apoio ao controlo metrológico. Licenciamento de equipamentos sob pressão e cisternas.

1.1.8 Dinamização dos Sistemas Tecnológicos

Apoio à investigação e ao desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologia para as empresas.

1.1.9 Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Pagamento de juros e comissões de garantia relativos às operações contratadas no âmbito das linhas de crédito e de apoio às empresas, bem como de programas de estabilização do emprego.

1.1.10 Microcrédito

Encargos com os projetos apresentados ao Sistema de Apoio ao Microcrédito Bancário bem como parte do capital, em caso de incumprimento.

1.1.11 Valorização dos Recursos Geológicos

Valorização de projetos que visem a prospeção, estudo e desenvolvimento de recursos geológicos.

[•] Aumentar a competitividade e a empregabilidade da economia regional

1.1.15 Promoção da Inovação e do Empreendedorismo

Desenvolvimento de ações de fomento do empreendedorismo e da inovação empresarial.

1.1.16 Fundo de Capital de Risco

Criação de instrumentos financeiros públicos de financiamento e capitalização das empresas regionais e de estímulo, incentivo e orientação do investimento empresarial. Desenvolvimento de instrumentos financeiros para promoção da competitividade e da internacionalização.

1.1.17 Promoção das Potencialidades Económicas da Região

Promoção das potencialidades económicas da Região, apostando na internacionalização dos produtos açorianos e recursos endógenos associados ao reconhecimento de notoriedade e qualidade da Marca Açores.

1.1.18 Dinamização da atividade económica

Desenvolvimento de parcerias com associações empresariais e outras entidades, visando o incremento da competitividade do setor empresarial. Operacionalização de diversos programas de apoio ao setor do comércio e da indústria (programa de apoio à restauração e hotelaria para a aquisição de produtos regionais, regime de livre acesso e exercício de atividades económicas na RAA, Poseima, licenciamento industrial, entre outras).

1.2 Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais

1.2.1 Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais

Ações de natureza setorial (técnicas artesanais básicas e avançadas) e transversal (inovação, criatividade, TIC), como *workshops*, seminários e ações junto das unidades produtivas artesanais e público.

1.2.2 Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Ofícios

Promoção do Artesanato dos Açores, como a participação do CRAA nas feiras de artesanato regionais, nacionais e internacionais, bem como a produção ou participação noutros eventos e ações que promovam o Artesanato dos Açores. Encargos com os espaços para apoio ao artesanato e ao estabelecimento de parcerias técnico-financeiras com entidades responsáveis pela dinamização de unidades produtivas artesanais.

1.2.3 Certificação e Proteção dos Produtos e Serviços Artesanais

Acompanhamento técnico dos produtos já certificados e à certificação de novas produções artesanais, bem como ações de divulgação e promoção das mesmas.

1.2.4 Sistema de Incentivos ao Artesanato

Apoio financeiro a projetos de formação, de dinamização do setor artesanal, de investimento das unidades produtivas artesanais e de qualificação e inovação do produto artesanal.

1.3 Emprego e Qualificação Profissional

1.3.1 Formação Profissional

Ações de formação profissional para ativos (trabalhadores, funcionários públicos, desempregados) e formação profissional inicial.

1.3.2 Programas de Estágios Profissionais

Programas de Estágios Profissionais nos Açores (Estagiar L, T, U), na Europa (Eurodisseia e Leonardo da Vinci) e EUA.

1.3.3 Programas de Emprego

Programas de fomento, manutenção e criação de emprego. Apoio ao emprego dirigido a público fragilizado.

1.3.4 Adequação Tecnológica dos Serviços

Adequação Tecnológica dos Serviços.

1.3.5 Defesa do Consumidor

Ações de promoção da defesa do consumidor.

1.3.6 Estudos, Projetos e Cooperação

Estudos e projetos nas áreas de atuação da DREQP, em parceria, em particular, com entidades externas.

1.3.7 Inspeção Regional do Trabalho

Atividades da IRT, em particular na área da Saúde e Segurança no Trabalho.

1.3.8 Contrato com a Universidade dos Açores para o Crescimento Económico e Criação de Emprego

Contrato com a Universidade dos Açores para o crescimento Económico e Criação de Emprego. Projetos e Cooperação.

1.4 Modernização Administrativa

1.4.1 Ações de Modernização Administrativa

Desenvolvimento de ações de modernização administrativa.

1.4.2 Sistema Integrado de Gestão da Administração Regional dos Açores

Desenvolvimento dos sistemas integrados de gestão da administração regional dos Açores, SIGRHARA e POLAR.

1.4.3 Promoção da Qualidade nos Serviços da Administração Pública Regional

Operacionalização dos projetos de racionalização dos recursos disponíveis, em particular a criação de centrais de serviços (acompanhamento no terreno). Acompanhamento de processos de redefinição procedimental que facilitem e potenciem a aproximação da administração ao cidadão. Ações de sensibilização que incutam nos serviços da administração novas formas de se inter-relacionarem de modo a melhor interagir com o cidadão/cliente. Operacionalização do projeto de reconhecimento dos serviços da Administração Pública Regional Autónoma pelo Processo Externo de *Feedback*.

1.4.4 Desmaterialização de Processos

Infraestrutura tecnológica fiável e segura que permita aumentar a eficiência na execução dos procedimentos e processos de suporte ao setor de atividade.

1.5 Informação de Interesse Público ao Cidadão

1.5.1 Rede Integrada de Apoio ao Cidadão

Investimento necessário à contínua evolução da infraestrutura tecnológica da RIAC. Instalação de um *data center* na RIAC e a construção de 3 novas lojas.

1.6 Serviços sociais

1.6.1 Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos

Concessão de apoios financeiros às duas associações de funcionários públicos da Região, AFARIT e COOPDELGA, nos termos do Decreto Regulamentar Regional nº 7/84/A, de 2 de fevereiro, para financiamento das despesas de funcionamento e, excecionalmente, para apoio a despesas de investimento. Apoio socioeconómico aos funcionários públicos em situação socialmente gravosa e urgente nos termos dispostos no Decreto Legislativo Regional n.º 8/2009/A, de 20 de maio.

1.7 Cooperação com as Autarquias Locais

1.7.1 Cooperação Técnica

Apoio técnico aos eleitos locais e trabalhadores das autarquias locais açorianas.

1.7.2 Cooperação Financeira com os Municípios

Pagamento dos juros decorrentes dos empréstimos municipais contratados ao abrigo das linhas de crédito regional, para financiamento da parte do investimento municipal não coberta pela comparticipação comunitária (Decreto Legislativo Regional nº 32/2002/A, de 8 de agosto).

1.7.3 Cooperação Financeira com as Freguesias

Atribuição de apoios financeiros às freguesias açorianas para aquisição de mobiliário, equipamento e *software* informático, e para realização de pequenas obras de beneficiação das sedes das juntas. Comparticipação de investimentos municipais de aquisição/construção/grande reparação de edificios sede de juntas de freguesia (Decreto Legislativo Regional nº 32/2002/A, de 8 de agosto).

1.8 Estatística

1.8.1 Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística

Recolha da informação estatística (inquéritos pelo telefone e em papel). Aquisição de equipamentos de informática.

1.8.2 Projetos no âmbito do Programa de Cooperação Transnacional - MAC

Projetos Contrimac e Metamac.

1.9 Planeamento e Finanças

1.9.1 Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais

Exercício das funções de Autoridade de Gestão e do processo de gestão, acompanhamento e monitorização do programa operacional 2014-2020 e dos projetos regionais que integram os programas de âmbito nacional. Encerramento dos programas do período de programação 2007-2013, PROCONVERGENCIA e PCT MAC. Monitorização e acompanhamento do programa de cooperação territorial Madeira, Açores e Canárias 2014-2020. Adequação tecnológica dos serviços para a concretização dos fluxos de informações e dados entre a gestão do programa e as autoridades nacionais e comunitárias.

1.9.2 Património Regional

Intensificação e prossecução da avaliação, valorização e rentabilização do património regional.

1.9.3 Reestruturação do Setor Público Empresarial Reestruturação do Setor Público Empresarial.

1.9.4 Coesão Regional

Promoção e fomento da coesão regional com particular acuidade no estímulo ao investimento nas designadas "Ilhas de Coesão", valorizando e assegurando a execução e conclusão de diversos investimentos, dos quais se destaca a implementação do Centro de Desenvolvimento Empresarial de Santa Maria.

· Aumentar a competitividade e a empregabilidade da economia regional

Programa 2 — Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Programação Financeira

			Euro
Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
2 Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural 2.1 Infraestruturas Agrícolas e Florestais 2.2 Modernização das Explorações Agrícolas 2.3 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais 2.4 Diversificação e Valorização do Espaço Rural	168 716 030 48 807 510 48 652 893 36 319 000 34 936 627	56 441 799 18 534 710 21 370 393 11 100 000 5 436 696	112 274 231 30 272 800 27 282 500 25 219 000 29 499 931

Programação Material

2.1 Infraestruturas Agrícolas e Florestais

2.1.1 Infraestruturas de Ordenamento Agrário

Projetos, construção e requalificação de sistemas de abastecimento de água, caminhos agrícolas e sistemas elétricos de apoio à atividade agrícola.

2.1.2 Infraestruturas Rurais e Florestais

Construção/beneficiação de cerca de 40 km de caminhos rurais e florestais. Recuperação de cerca de 850 km de caminhos sob gestão da DRRF. Remoção/substituição de cobertura de infraestruturas com amianto em S. Miguel, S. Jorge, Pico, Faial e Flores. Renovação do parque de máquinas e viaturas.

2.1.3 Infraestruturas Agrícolas e de Desenvolvimento Rural

Obras de renovação e reestruturação dos edificios da Direção Regional de Agricultura, Direção Regional de Desenvolvimento Rural e Serviços de Desenvolvimento Agrário. Obras de melhoramento de infraestruturas de apoio à agricultura, nomeadamente parques de rastreio à sanidade animal.

2.1.4 Construção das Novas Instalações do Laboratório Regional de Veterinária

Aquisição de mobiliário e ligação às redes internas. Aquisição de equipamentos. Aquisição e desenvolvimento do programa informático de gestão de análises.

2.1.5 Construção do Parque de Exposições da Ilha Terceira

Empreitada de ampliação do Parque de Feiras e Exposições da ilha Terceira.

2.1.7 Rede Regional de Abate

Melhoria e modernização das infraestruturas de abate.

2.1.8 Sistemas e Infraestruturas de Informação e Comunicação

Infraestrutura informática e de comunicações. Desenvolvimento de plataformas com base SIG para disponibilização de serviços a entidades e cidadãos.

2.1.9 Construção do Novo Matadouro do Faial Construção do novo Matadouro do Faial.

2.1.10 Construção do Novo Matadouro da Graciosa Construção do novo Matadouro da Graciosa.

2.1.11 Matadouro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura

Construção de um novo edifício para novas câmaras de refrigeração, parqueamento para viaturas pesadas e contentores. Ampliação da capacidade de frio e reforço da potência de frio. Instalação elétrica e de fluidos da nova edificação.

2.1.12 Matadouro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura

Ampliação da zona da abegoaria e da capacidade de refrigeração.

2.2 Modernização das Explorações Agrícolas

2.2.1 Melhoramento e Sanidade Animal

Planos de vigilância e trabalhos conducentes à erradicação da brucelose, tuberculose e BVD bovinas, TSE, leucose e brucelose dos pequenos ruminantes. Plano de Controlo de Resíduos. Plano de Controlo Oficial de Navios. Plano de Controlo Oficial à Produção de Leite Cru. Operacionalização do Laboratório Regional de Veterinária e dos Serviços de Veterinária em todas as ilhas no âmbito da Sanidade Animal e da Higiene Pública Veterinária. Sistemas de identificação Animal. Inscrição dos bovinos da Raça Frísia e das Raças com aptidão para carne nos respetivos Livros Genealógicos Nacionais. Serviço de Contraste Leiteiro. Preservação da Raça Bovina Autóctone Ramo Grande e inscrição dos animais da Raça Brava em Livro Genealógico. Programas de melhoramento genético das espécies de interesse zootécnico, do Programa de Bovinos Cruzados de Carne e do Programa de Semen Sexado. Licenciamento e fiscalização dos subcentros de Inseminação Artificial. Investimento nos postos de inspeção aprovados para controlo veterinário.

2.2.2 Sanidade Vegetal

Plano de Proteção Integrada. Controlo da introdução, dispersão e instalação de organismos de quarentena. Certificação de sementes. Registo de variedades vegetais nos Catálogos Nacionais de Variedades. Divulgação das boas práticas de utilização de fitofármacos. Divulgação em matéria de proteção agrícola. Prospeção e combate aos organismos inimigos das culturas. Programa de vigilância e controlo de resíduos de pesticidas em produtos vegetais na RAA.

2.2.3 Formação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola

Ações de qualificação profissional para agricultores e técnicos. Execução de Projetos de Experimentação Agrícula e Pecuária. Difusão da informação agrária com base na edição de folhetos, publicações e sessões técnicas de esclarecimento. Comparticipação regional das correspondentes medidas comunitárias no âmbito do PRORURAL+.

2.2.4 Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas

Comparticipação Regional das medidas Instalação de Jovens Agricultores, Modernização das Explorações Agrícolas, Regimes de Qualidade, Criação e Desenvolvimento de Organizações de Produtores, Cooperação, Gestão de Riscos e Catástrofes Naturais no âmbito do PRORURAL+ (2014-2020). Pagamento das candidaturas ao Programa de Apoio à Modernização Agrícola (PROAMA). Pagamento das candidaturas ao PAGOP - Programa de Apoio à Gestão das Organizações de Produtores. Acompanhamento do Programa Apícola. Plataformas informáticas de apoio à gestão do PRORURAL+.

2.2.5 Acompanhamento das Intervenções Comunitárias Acompanhamento das intervenções comunitárias no âmbito do PRORURAL+. Assistência técnica.

2.2.7 Reforma Antecipada

Promoção de ações com vista à renovação e reestruturação das empresas agrícolas. Reforma Antecipada do PRORURAL (Pagamento aos agricultores que cessam a sua atividade agrícola).

2.2.8 Incentivo à Compra de Terras Agrícolas/SICATE/ RICTA

Incentivo ao redimensionamento e emparcelamento das explorações através do SICATE — Sistema de Incentivo à Compra de Terras (Decreto Legislativo Regional

n.º 23/2008/A, de 24 de julho) e RICTA — Regime de Incentivos à Compra de Terras Agrícolas (Decreto Legislativo Regional n.º 28/2008/A, de 24 de julho).

2.2.9 Promoção, Divulgação e Apoio à Decisão

Ações de promoção e divulgação. Estudos de enquadramento e apoio à decisão.

2.2.10 Apoio à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas

Apoio à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas no âmbito do SAFIAGRI — Linha de Crédito ao Fundo de Maneio, PROCAPINVEST — Complemento aos Projetos de Investimento e AGROCRÉDITO — Nova linha de crédito.

2.2.11 Potenciar o Setor Vitivinícola

Formação profissional, experimentação e aconselhamento técnico no setor vitivinícola.

2.2.12 Apoio à inovação e rentabilização da atividade agrícola

Apoio a ações desenvolvidas por Organizações de Produtores do setor agrícola e florestal.

2.2.13 Regime de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola

Financiamento do Beneficio Fiscal ao Gasóleo Agrícola. 2.2.14 Bem-estar de animais de companhia e de animais errantes

Ações promotoras do bem-estar de animais de companhia e de animais errantes.

2.2.15 Programa de reestruturação e reforço do setor leiteiro

Programa de reestruturação e reforço do setor leiteiro.

2.3 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais

2.3.1 Apoio à Indústria Agroalimentar

Cofinanciamento dos projetos de agroindústria aprovados ao abrigo do Programa PRORURAL +.

2.3.2 Apoio ao Escoamento de Produtos na Indústria Agroalimentar

Ajudas destinadas ao escoamento dos excedentes de laticínios produzidos na RAA (no valor de 6,235 euros por mil litros de leite), referente ao leite recolhido pelos compradores aprovados na RAA entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015.

2.3.3 Regularização de Mercados

Regularização dos mercados agrícolas. Pagamento de ajuda aos adubos (com reforço para adubos de dispersão controlada) e dos juros dos protocolos a celebrar entre a SRAA e organização de produtores da Região Autónoma dos Açores no âmbito do adiantamento dos prémios aos produtos lácteos.

2.3.4 Qualidade e Certificação

Certificação e controlo de produtos que beneficiem de regimes de qualidade da União Europeia - DOP, IGP e ETG. Desenvolvimento das ações de classificação de leite e de carcaças (realização de análises). Ações de controlo e divulgação das ajudas comunitárias.

2.4 Diversificação e Valorização do Espaço Rural

2.4.1 Manutenção da Atividade Agrícola

Contrapartida regional relativa ao pagamento da medida "Pagamentos de compensação para outras zonas com condicionantes naturais" do PRORURAL+. Plataforma informática SiAgri.

2.4.2 Pagamentos Agroambientais e Natura 2000

Contrapartida Regional para pagamento das medidas Agroambiente e clima e Agricultura Biológica do PRORURAL+.

2.4.3 Diversificação da Economia Rural

Contrapartida regional relativa ao pagamento de medidas para promover o apoio a projetos que visem a diversificação para atividades não agrícolas, criação de microempresas, o incentivo a atividades turísticas, criação de serviços básicos para a economia das populações, valorização do património natural, a promoção e a informação de agentes económicos que exerçam a sua atividade no âmbito da aplicação das medidas de apoio a projetos destinados a aquisição de competências com vista a executar as Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), ações de promoção e formação de animadores e pessoal envolvido na execução das ELD, do PRORURAL +. Comparticipação regional destinada ao financiamento dos grupos de ação local.

2.4.4 Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural Compromissos assumidos com projetos de arborização que transitam do Reg. CEE 2080/92 e PDRu, bem como projetos do PRORURAL: Medida 2.4 (Gestão do Espaço Florestal) — Ação 2.4.2 (Valorização da utilização sustentável das terras florestais); Pagamentos natura 2000 em terras florestais e Investimentos não produtivos/Medida 1.4 (Serviços de Gestão e Aconselhamento) — Ação 1.4.2 (Serviços de aconselhamento florestal)/PRORURAL — Medida 1.6 (Melhoria do Valor económico das florestas), e ainda os novos compromissos com projetos no âmbito do PRORURAL +. Inclui a comparticipação da Região para a Submedida 4.3 — Melhoria e desenvolvimento de infraestruturas.

2.4.5 Fomento Florestal

Produção de plantas florestais para projetos de arborização públicos e privados. Trabalhos no âmbito do

"Programa de Melhoramento Florestal dos Açores". Vistorias e fiscalização no âmbito da proteção do património florestal e de arborizações públicas e privadas. Projeto de investigação e desenvolvimento para combate a afidios em viveiros florestais. Aquisição de viaturas. Elaboração do Plano Regional de Ordenamento Florestal da Região Autónoma dos Açores. Aquisição de serviços para realização de Estudos de Impacto Ambientais para venda de madeira.

2.4.6 Promoção do Uso Múltiplo da Floresta

Gestão e beneficiação de 5.400 ha de pastagens baldias. Gestão e manutenção das 27 Reservas Florestais de Recreio da Região. Produção de espécies cinegéticas (perdizes e codornizes) e piscícolas (truta arco-íris) para repovoamentos. Ações de divulgação, com destaque para "Dia Regional do Guarda Florestal", "Dia Mundial da Floresta". Projeto de investigação na área da cinegética.

2.4.7 Qualificação da Madeira de Criptoméria para Fins Estruturais

Qualificação da madeira de criptoméria japónica para construção. Caracterização e desenvolvimento de produtos derivados.

2.4.8 Produção de Óleos Essenciais a partir da Criptoméria, do Incenso (*Pitosporum undulatum*) e Conteira (*Hedychium gardnerianum*) e Promoção da Produção de Mel de Incenso.

Ações de promoção da produção, caracterização e qualificação dos óleos essenciais de criptoméria japónica, do incenso e produção do mel de incenso na RAA.

· Aumentar a competitividade e a empregabilidade da economia regional

Programa 3 — Pescas e Aquicultura

Programação Financeira

			Euro
Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
3 Pescas e Aquicultura 3.1 Inspecão e Gestão 3.2 Infraestruturas Portuárias 3.3 Frota e Recursos Humanos 3.4 Produtos da Pesca 3.5 Programa Regional de Desenvolvimento do Setor das Pescas	27 899 613 1 350 000 13 962 113 2 987 500 2 550 000 7 050 000	16 392 613 1 350 000 9 305 113 2 987 500 2 550 000 200 000	11 507 000 4 657 000 6 850 000

Programação Material

3.1 Inspeção e Gestão

3.1.1 Fiscalização e Inspeção

Execução de ações periódicas (semanais / mensais) de fiscalização em todas as ilhas da RAA. Melhoramento de equipamento e material inspetivo, condições de operacionalidade dos inspetores e juristas, nomeadamente ações de formação ao nível das tecnologias da pesca, legislação, de manuseamento do MONICAP e SIFICAP na ótica do utilizador, desenvolvimento e implementação de bases de dados e ações de sensibilização junto da comunidade piscatória.

3.1.2 Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e Outras Entidades

Protocolo de cooperação com o IMAR para a gestão e exploração do N/I "Arquipélago" e da L/I "Águas Vi-

vas". Melhoria das condições de operação da L/I "Águas Vivas". Execução dos projetos: Programa de Observação para as Pescas dos Açores (POPA), Demersais e Programa Nacional de Recolha de Dados. Celebração de protocolos com diversas entidades para a realização de estudos/projetos no âmbito das pescas. Realização da EXPOMAR e de diversos encontros científicos e de profissionais para análise e debate de assuntos relacionados com o setor das pescas. Participação da Região na ICCAT e em congressos.

3.1.3 Acompanhamento e gestão eletrónica da Pesca Melhoria do acompanhamento e gestão da pesca através de desenvolvimentos a nível eletrónico e de monitorização

e vigilância à distância, incluindo a utilização de veículos aéreos não tripulados e videovigilância.

3.2 Infraestruturas Portuárias

3.2.1 Portos da Região

Encargos relativos à operacionalização dos portos e núcleos de pesca. Intervenções em infraestruturas e equipamentos portuários. Estudos e projetos relativos a infraestruturas portuárias. Protocolos com Associações de Pescadores e Juntas de Freguesia para limpeza e manutenção de equipamentos, portos e núcleos de pesca. Protocolo com a Autoridade Marítima Nacional para manutenção dos dispositivos de assinalamento marítimo dos portos de pesca.

3.2.4 Construção do Entreposto Frigorífico de Ponta Delgada

Empreitada de construção e serviços de fiscalização (posto de transformação).

3.2.12 Construção da Oficina de Embarcações da Praia da Vitória

Empreitada de construção e serviços de fiscalização.

3.2.13 Melhoria das Condições Operacionais do Porto do Topo

Empreitada de construção, serviços de fiscalização e projeto de execução.

3.2.14 Ampliação do Molhe do Porto da Ribeira Ouente

Elaboração do projeto de execução.

3.2.16 Porto dos Carneiros

Elaboração do projeto de execução.

3.2.17 Requalificação do entreposto frigorífico da

Empreitada de requalificação do entreposto frigorífico da Horta.

3.2.18 Melhoramento das condições de segurança e operacionalidade do núcleo de pescas do porto da Horta

Empreitada de construção, serviços de fiscalização e projeto de execução.

3.2.19 Requalificação do entreposto frigorífico da Madalena

Elaboração do projeto de execução.

3.2.20 Melhoramento e Ampliação do Entreposto Frigorifico das Velas

Empreitada de melhoramento e ampliação do entreposto frigorífico das Velas.

3.2.21 Adaptação do espaço do posto de recolha de pescado de Vila Franca do Campo

Empreitada de adaptação do espaço do posto de recolha de pescado de Vila Franca do Campo.

3.2.22 Consolidação do porto de Santa Cruz da Graciosa

Empreitada de construção civil, prestação de serviços de fiscalização e elaboração do projeto.

3.2.23 Beneficiação do núcleo de pescas da Madalena Empreitada de construção, serviços de fiscalização e projeto de execução.

3.2.24 Construção do novo Entreposto Frigorifico da Ribeira Quente

Elaboração do projeto de execução.

3.2.25 Reequipamento do porto de pesca dos Biscoitos Aquisição de grua e reordenamento do porto.

3.2.26 Melhoria das condições de operacionalidade do porto das Poças, ilha das Flores

Empreitada de construção, serviços de fiscalização e projetos de execução.

3.2.27 Requalificação dos portos de Água de Pau, Nordeste, Porto Formoso e Praia da Graciosa

Requalificação dos portos de pesca.

3.2.28 Construção das novas casas de aprestos da Madalena, São Roque e Lajes do Pico

Elaboração dos projetos de execução.

3.3 Frota e Recursos Humanos

3.3.1 Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira

Apoios financeiros para construção, modernização e abate das embarcações da frota de pesca da RAA, bem como de outros decorrentes dos empréstimos bancários contraídos pelos armadores para construção e modernização de embarcações.

3.3.2 FUNDOPESCA

Atribuição de subsídios aos pescadores quando as condições climatéricas ou de mercado impeçam o normal exercício da atividade.

3.3.3 Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local

Atribuição de uma compensação financeira aos armadores das embarcações regionais de pesca local, cuja propulsão seja efetuada exclusivamente por motor fora de borda a gasolina.

3.3.4 Regime de Apoio à Redução dos Custos na Atividade da Pesca

Pagamento do diferencial entre o preço de venda do gasóleo e o preço gasóleo pesca.

3.3.5 Regime de Apoio à Segurança no Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca Local e Costeira

Apoio financeiro aos armadores destinado a apoiar os encargos com os seguros das suas tripulações.

3.3.6 Regime de Apoio à Contratação de Tripulantes na Frota Atuneira Regional

Apoio financeiro aos armadores das embarcações de pesca costeira de comprimento superior a 16m destinado a apoiar a contratação de tripulações provenientes de embarcações de pesca local que se dediquem principalmente às pescarias de espécies demersais e de profundidade ou de pequenos pelágicos.

3.3.7 Formação

Realização de ações de formação profissional destinadas a pescadores de todas as ilhas do arquipélago. Pagamento de prémios de seguros e despesas de operação da embarcação FORMAR. Protocolo com a LOTAÇOR para a gestão da tripulação do FORMAR. Protocolos com outras entidades no âmbito da formação profissional.

3.3.8 Estruturas e Equipamentos

Atualização tecnológica dos serviços da Direção Regional das Pescas.

3.4 Produtos da Pesca

3.4.1 Mercados e Comercialização

Apoios às associações de armadores ou pescadores pelos serviços que prestam na gestão e no desenvolvimento do setor das pescas. Apoio às ações coletivas relacionadas com comercialização de pescado. Campanhas de promoção, divulgação e valorização de pescado dos Açores.

3.4.2 Transformação e Aquicultura

Apoio ao setor da transformação. Realização de estudos no âmbito da aquicultura. Promoção e divulgação da aquicultura.

3.5 Programa Regional de Desenvolvimento do Setor das Pescas

3.5.1 Apoio ao Investimento no âmbito dos Projetos FEP Comparticipação regional de projetos promovidos por entidades públicas e privadas no âmbito do Programa Operacional PROPESCAS.

Aumentar a competitividade e a empregabilidade da economia regional

Programa 4 — Desenvolvimento do Turismo

Programação Financeira

			Euro
Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
4 Desenvolvimento do Turismo 4.1 Promoção e Desenvolvimento Turístico 4.2 Qualificação e Valorização da Oferta	27 779 280 23 922 748 3 856 532	12 489 080 8 632 548 3 856 532	15 290 200 15 290 200

Programação Material

4.1 Promoção e Desenvolvimento Turístico

4.1.1 Desenvolvimento da Política do Turismo Revisão do Plano de Ordenamento Turístico da Região.

4.1.2 Promoção do Destino

Captação de eventos a realizar na RAA. Participação em eventos promocionais nos mercados externos. Ações de divulgação através dos OCS e outros agentes.

4.1.5 Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento Regional — Turismo

Pagamento de juros no âmbito dos incentivos concedidos ao abrigo do SITRAA.

4.1.7 Desenvolvimento Turismo Sénior

Desenvolvimento do programa "Meus Açores - Meus Amores", destinado ao desenvolvimento do turismo sénior.

4.1.8 Desenvolvimento do Destino

Celebração de contratos programa com associações sem fins lucrativos para o desenvolvimento de planos de ação de promoção e animação turística e monitorização.

4.1.9 Promoção e edição de informação turística institucional

Reedição e produção de materiais de informação turística.

4.1.10 Eventos desportivos de promoção do destino

Celebração de contratos programa para promoção do destino Açores através do desenvolvimento de eventos desportivos.

4.1.11 Incremento dos fluxos turísticos

Desenvolvimento de plano de ações da natureza promocional com vista ao aumento dos fluxos turísticos para a Região.

4.2 Qualificação e Valorização da Oferta

4.2.1 Qualificação dos Equipamentos Turísticos

Desenvolvimento de ações com vista à requalificação da oferta turística. Requalificação da Rede de Postos de Turismo, para incrementar qualidade no atendimento. Execução do projeto da Casa dos Botes nas Lajes do Pico.

4.2.2 Valorização e Desenvolvimento do Destino Turístico

Concessão de apoios para desenvolvimento de ações e de planos de ação de animação e promoção turística do destino Açores. Ações de RP por ocasião da realização na Região de eventos turísticos. Aquisição de serviços de animação cultural.

4.2.3 Consolidação da Rede de Trilhos dos Açores

Acompanhamento e desenvolvimento técnico do produto. Manutenção da rede de trilhos. Aquisição e transporte de materiais de manutenção e sinalização.

4.2.4 Desenvolvimento dos recursos termais

Intervenções de qualificação da oferta associada aos recursos termais existentes na Região. Requalificação e modernização dos recursos termais.

4.2.5 Qualificação do produto Natureza e Mar

Celebração de contratos programa de desenvolvimento de ações com entidades que desenvolvem planos com vista à qualificação dos produtos natureza e mar.

4.2.6 Plano integrado de desenvolvimento das Fajãs da llha de São Jorge

Implementação de um plano integrado de desenvolvimento das Fajãs da Ilha de São Jorge.

• Promover a qualificação e a inclusão social

Programa 5 — Educação, Ciência e Cultura

Programação Financeira

			Euro
Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
5 Educação, Ciência e Cultura 5.1 Construções Escolares 5.2 Equipamentos Escolares 5.3 Apoio Social 5.4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado e Formação 5.5 Tecnologias da Informação 5.6 Projetos Pedagógicos 5.7 Ciência 5.8 Fundo Regional da Ciência 5.9 Dinamização de Atividades Culturais 5.10 Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural	85 178 933 44 450 000 350 000 9 500 000 4 840 000 300 000 2 510 000 3 834 409 2 150 000 2 657 500 14 587 024	80 978 933 42 950 000 350 000 9 500 000 3 540 000 3 00 000 2 510 000 3 834 409 750 000 2 657 500 14 587 024	4 200 000 1 500 000 1 300 000 1 400 000

Programação Material

5.1 Construções Escolares

5.1.1 Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da RAA

Execução de obras de reabilitação no parque escolar da Região, através de procedimento centralizado.

5.1.2 Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 agosto).

Cooperação financeira entre a administração regional e a administração local nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto.

5.1.3 EB2,3/S das Lajes do Pico

Construção de um novo edificio escolar para cumprir a Carta Escolar e melhorar o sucesso escolar e combater o abandono escolar precoce.

5.1.6 Grande Reparação na EBI da Horta

Construção dos espaços desportivos da EBI da Horta, concluindo a intervenção nesta escola com o objetivo de melhorar as condições de ensino.

5.1.7 Requalificação das instalações para o 2.º e 3.º ciclos da EBI de Rabo de Peixe

Construção do edifício principal da EBI de Rabo de Peixe, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

5.1.8 Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso

Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso, cujas instalações atuais se encontram num estado de avançada degradação, principalmente o edifício mais antigo em que a constante infiltração de chuva tem degradado o edificado, afetando a salubridade e o conforto dos utentes.

5.1.10 Assistência técnica e fecho financeiro

Custos com a assistência técnica dentro dos prazos de garantia das obras concluídas e a concluir.

5.1.11 Construção de novas instalações para a EBI Canto da Maia

Construção do edifício sede da EBI Canto da Maia, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

5.1.12 Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental

Reparação e requalificação das instalações da Escola Secundária Antero de Quental.

5.1.13 Construção de novas instalações para a EBS da Calheta

Construção do edifício da EBS da Calheta, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

5.1.16 Construção de novas instalações para a EBI de Arrifes

Construção do edifício sede da EBI de Arrifes, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

5.1.17 Construção de novas instalações para a EBI de Capelas

Construção do edifício sede da EBI de Capelas, constituído atualmente por edifícios dispersos, com cobertu-

ras de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

5.1.18 Construção de novas instalações para a EBI da Lagoa

Construção do edifício sede da EBI de Lagoa, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto e sem ligações cobertas entre eles.

5.1.20 Reparação da EBS das Flores

Intervenção na escola para colmatar deficiências no edificio com remoção do amianto da cobertura do edificio do 1.º ciclo.

5.1.21 Reparação do Complexo Desportivo da EBS Jerónimo Emiliano de Andrade

Reparação do Complexo Desportivo da EBS Jerónimo Emiliano de Andrade.

5.2 Equipamentos Escolares

5.2.1 Aquisição de Equipamento para a Educação Pré-Escolar e Ensino Básico e Secundário

Aquisição de equipamento para as escolas. Verbas a transferir para os Fundos Escolares.

5.3 Apoio Social

5.3.1 Apoio Social

Verba a transferir para os Fundos Escolares para garantir os normativos da ação social escolar em vigor.

5.4 Desenvolvimento do Ensino Profissional, Apoio às Instituições de Ensino Privado e Formação

5.4.1 Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado

Comparticipação regional nos custos do ensino profissional e apoios às instituições de ensino privado, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2005/A, de 4 de novembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/A, de 6 de março e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2013/A, de 22 de agosto.

5.4.2 Escola Profissional das Capelas

Apoio ao ensino profissional na Escola Profissional de Capelas, nos termos do Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário (Decreto Legislativo Regional n.º 26/2005/A, de 4 de novembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/A, de 6 de março e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2013/A, de 22 de agosto).

5.4.3 Formação do Pessoal Docente e não Docente

Formação do pessoal em serviço nas Escolas através da realização de ações de formação, bem como de transferências para os Fundos Escolares. Esta formação visa a melhoria da qualidade de ensino e a prevenção do abandono escolar.

5.5 Tecnologias da Informação

5.5.1 Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação

Projetos inerentes à implementação das TIC no âmbito do setor da educação, assegurando o licenciamento das aplicações informáticas nas escolas, através do acordo *Microsoft School Agrement*, bem como o licenciamento do *software* de gestão de concursos de pessoal docente, a atualização do Portal da Educação e a elaboração da plataforma de gestão de recursos educativos.

5.6 Projetos Pedagógicos

5.6.2 Projetos de inovação pedagógica

Implementação do projeto Parlamento dos Jovens, Plano Regional de Leitura/Concurso Nacional de Leitura, Projetos do Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar. 5.6.3 Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar

Dinamização de diversos projetos com o objetivo de reduzir e prevenir o abandono escolar precoce, nomeadamente: Projeto Fénix, Programa de formação e acompanhamento pedagógico de docentes da educação básica, Programa mediadores para o sucesso escolar, Programa Regional de Saúde Escolar, dinamização de cursos de dupla certificação e programas de recuperação de escolaridade e dinamização da equipa de formação e acompanhamento pedagógico de docentes.

5.6.4 Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias

Implementação da matrícula eletrónica.

5.7 Ciência

5.7.1 Valorizar em Ciência

Apoios às atividades e gestão das entidades do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA) e à implementação de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação por parte das instituições de I&D e das empresas.

5.7.2 Cooperação e Criação de Parcerias em I&D

Implementação de projetos de ID&I em cooperação transregional e internacional e a integração em organizações, comissões e redes científicas transregionais e internacionais, assim como iniciativas transversais de dinamização da estratégia de Investigação para a especialização inteligente (RIS3) e de fomento de parcerias entre instituições científicas e empresas para promoção de transferência de conhecimentos e tecnologias.

5.7.3 Qualificar o Capital Humano para a Sociedade do Conhecimento

Apoio à formação, promoção e divulgação científica especializada, bem como à difusão da cultura científica e tecnológica.

5.7.4 Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores

Desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores.

5.8 Fundo Regional da Ciência

5.8.1 Transferências para o Fundo Regional da Ciência Transferências para o financiamento de bolsas de investigação geridas pelo FRCT.

5.9 Dinamização de Atividades Culturais

5.9.1 Escolas de Formação

Apoios aos cursos de educação extraescolar no âmbito da Portaria nº 40/2002, de 16 de maio.

5.9.2 Edição de obras de cariz cultural

Edição de obras de cariz cultural em diversos suportes e sua divulgação.

5.9.3 Rede de Leitura Pública

Comparticipação nas despesas de criação e construção da Rede de Bibliotecas Municipais. Realização de atividades de promoção do livro e da leitura.

5.9.4 Banda Lira Açoriana

Realização de estágio e *workshop* da Banda Lira Açoriana.

5.9.5 Dinamização Cultural

Promoção e dinamização de eventos na Região Autónoma dos Açores em diversas áreas culturais, promovidos pelos serviços centrais e externos.

5.9.6 Arte Contemporânea dos Açores — ArTca

Financiamento de intervenções ao nível da arte contemporânea com o objetivo de favorecer a sua criação e difusão. 5.9.7 Apoios a atividades de relevante interesse cultural

Apoios a conceder a atividades consideradas de relevante interesse cultural no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2006/A, de 8 de agosto.

5.9.8 Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas

Apoios a conceder às sociedades recreativas e filarmónicas no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014/A, de 14 de fevereiro.

5.10 Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural

5.10.1 Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural Apoios para intervenção de conservação e restauro em bens móveis ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2000/A, de 30 de maio; aquisição de bens de valor cultural; aquisição de materiais e equipamentos no âmbito dos trabalhos a realizar pelos técnicos de conservação e restauro da DRC/DPMIA.

5.10.2 Inventário do Património Artístico e Cultural Inventário, tratamento e estudo do património arquitetónico e artístico da Região.

5.10.3 Imóveis e Conjuntos Classificados

Apoios à consolidação e restauro dos imóveis ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2000/A, de 23 de maio. Apoios a intervenções em edificios classificados ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2000/A, de 30 de maio, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2008/A, de 7 de julho.

5.10.4 Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo — Novas Instalações

Empreitada de construção da nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo. Fiscalização da empreitada. Aquisição de equipamentos.

5.10.5 Investigação Arqueológica

Intervenções de proteção, investigação, referenciação e estudo do património arqueológico regional.

5.10.6 Museus, Bibliotecas e Arquivos

Realização de obras de reabilitação prioritárias nos Serviços Externos e Centrais. Elaboração e execução de projetos museográficos. Aquisição e manutenção de *software*, equipamentos e prestação de serviços para os diversos Serviços Externos (museus e bibliotecas).

5.10.8 Salvaguarda do Património Baleeiro

Apoios para a recuperação, conservação e valorização do património baleeiro da RAA, ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2000/A, de 7 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2015/A, de 28 de janeiro.

5.10.9 Divulgação e Sensibilização do Património

Ações de promoção, divulgação e sensibilização do património cultural da Região.

5.10.10 Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos

Aquisição de conteúdos para enriquecimento dos fundos das Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais.

5.10.11 Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para entidades Culturais

Apoios à aquisição, beneficiação, ou construção de sedes e instalações de coletividades que prestam serviços na área da cultura ao abrigo da legislação aplicável.

5.10.14 Antigo Hospital da Boa Nova

Projeto museográfico e sua concretização.

5.10.15 Execução do Protocolo com a Diocese de Angra Apoio à reconstrução das igrejas e estruturas pastorais das ilhas do Faial e Pico danificadas pelo sismo de 9 de julho de 1998.

5.10.16 Igrejas do Carmo e São Francisco da Horta Recuperação e adaptação da igreja de S. Francisco para utilização em funções culturais.

5.10.17 Museu Francisco Lacerda

Revisão de projeto e empreitada de construção do novo edifício do Museu de Francisco Lacerda.

5.10.18 Museu de Santa Maria

Empreitada para a construção do novo polo do Museu de Santa Maria em Vila do Porto.

5.10.19 Restauro de Bens Arquivísticos Públicos

Ações para proteção e conservação de bens arquivísticos públicos e de formação na área da conservação de bens arquivísticos.

5.10.21 Convento de Santo André

Remodelação e beneficiação do Convento Santo André (Núcleo do Museu Carlos Machado) e respetiva museografia.

5.10.22 Lancha Espalamaca

Recuperação da Lancha Espalamaca.

5.10.23 Museu da Horta

Remodelação e beneficiação da ala poente do Colégio dos Jesuítas (ocupada pelo Museu da Horta) e respetiva museografía.

5.10.24 Reabilitação do Património Histórico de Sta. Maria

Empreitada de reabilitação do imóvel do Cinema do aeroporto de Santa Maria.

5.10.25 Projeto Museológico da Ilha do Corvo

Execução do projeto do ecomuseu da ilha do Corvo: reabilitação de imóveis e dinamização sociocultural.

5.10.27 Igreja das Manadas

Intervenção de reabilitação na estrutura da cobertura e património integrado da igreja das Manadas.

5.10.28 Núcleo Museológico de História dos Cabos Submarinos do Museu da Horta

Adaptação a núcleo museológico da *Trinity House/Joint Cable Station*.

5.10.29 Museu da Construção Naval em Santo Amaro — Pico

Projeto e construção de edificio-sede e requalificação e adaptação dos armazéns de construção naval.

5.10.30 Assistência técnica e fecho financeiro

Pagamento da fiscalização durante o período das garantias das empreitadas.

5.10.31 Musealização da Torre do Aeroporto de Santa Maria

Transformação em museu da antiga torre de controlo do aeroporto de Santa Maria.

5.10.32 Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo

Recuperação do imóvel da Igreja dos Jesuítas de Angra do Heroísmo.

5.10.33 Restauro do Altar-Mor e Teto da Igreja do Convento de São Boaventura

Restauro no teto da capela-mor e nos retábulos laterais. 5.10.34 Museu das Flores

Implementação do projeto museográfico — exposição de longa duração.

5.10.35 Museografia do Museu do Pico

Revisão e implementação do projeto museográfico das exposições de longa duração.

• Promover a qualificação e a inclusão social

Programa 6 — Desenvolvimento do Sistema de Saúde

Programação Financeira

			Euro
Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
6 Desenvolvimento do Sistema de Saúde 6.2 Ampliação e Remodelação de Infraestruturas 6.3 Beneficiação de Infraestruturas 6.4 Parcerias Público-Privadas 6.5 Apetrechamento e Modernização 6.6 Apoios e Acordos 6.8 Projetos na Saúde 6.9 Formação 6.10 Tecnologias de Informação na Saúde	28 335 292 3 762 667 3 791 744 11 282 217 1 600 000 2 459 664 3 429 000 110 000 1 900 000	28 335 292 3 762 667 3 791 744 11 282 217 1 600 000 2 459 664 3 429 000 110 000 1 900 000	

Programação Material

6.2 Ampliação e Remodelação de Infraestruturas

6.2.1 Empreitada da Construção do Novo Corpo C do Hospital da Horta — 2ª Fase — Centro de Saúde

Obras de reorganização dos serviços do Hospital da Horta, na sequência da construção do novo corpo C.

6.2.4 Empreitada de Substituição do Sistema de Rede de Águas Quentes Sanitárias do Hospital de Ponta Delgada

Reformulação das condições da Rede de Aguas do Hospital de Ponta Delgada.

6.2.7 Empreitada de Remodelação do Serviço de Urgência do Hospital de Ponta Delgada

Obra de reorganização do serviço de Urgência do Hospital de Ponta Delgada.

6.2.8 Empreitada de Remodelação e Ampliação da Extensão de Rabo de Peixe

Criação de condições adequadas a prestações de Cuidados de Saúde Primários em Rabo de Peixe.

6.3 Beneficiação de Infraestruturas

6.3.1 Beneficiação de Infraestruturas das Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais

Obras de requalificação nos edifícios das unidades de saúde de ilha.

6.3.3 Beneficiação de Infraestruturas dos Centros de Saúde da USIT

Obras de requalificação nos edifícios da Unidade Saúde da Ilha Terceira.

6.3.5 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores

Obras de requalificação e reorganização do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores.

6.3.6 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico

Obras de requalificação e reorganização do Centro de Saúde das Lajes do Pico.

6.3.7 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde da Calheta

Obras de requalificação e reorganização do Centro de Saúde da Calheta.

6.3.8 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Velas

Obras de requalificação e reorganização do Centro de Saúde das Velas.

6.4 Parcerias Público-Privadas

6.4.1 Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira Renda da Parceria Público-Privada do Hospital da Ilha Terceira.

6.5 Apetrechamento e Modernização

6.5.1 Equipamentos para Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais

Aquisição de pequenos equipamentos para Unidades de Saúde de Ilha e COA, tendo em vista a renovação do parque de equipamentos básicos de enfermagem e médicos.

6.5.4 Equipamentos para o novo Centro de Saúde de Ponta Delgada

Equipamentos para apetrechamento do novo Centro de Saúde de Ponta Delgada.

6.5.6 Ressonância Magnética do Hospital de Ponta Delgada

Aquisição de um aparelho de ressonância magnética para o Hospital de Ponta Delgada.

6.6 Apoios e Acordos

6.6.1 Rede de Cuidados Continuados

Pagamento das camas protocoladas na rede de Cuidados Continuados da RAA.

6.6.6 Incentivos a Fixação de Médicos na RAA

Ajudas à fixação de médicos na RAA (Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2014/A, de 12 de fevereiro).

6.6.7 Vale de Saúde

Programa Vale de Saúde — Visa o combate das listas de espera cirúrgicas (Decreto Legislativo Regional n.º 19/2009/A, de 30 de novembro).

6.6.8 Unidade de Tratamento de Dependências na Ribeira Grande

Criação de uma Unidade de Tratamento de Dependências na Ribeira Grande.

6.8 Projetos na Saúde

6.8.2 Deslocação de doentes

Continuar o apoio ao programa de deslocação de doentes.

6.8.3 Plano Regional da Saúde

Implementação e monitorização do Plano Regional de Saúde. Estratégia Regional de Combate às Doenças Crónicas. Estratégia Regional de Combate às Doenças Cérebro cardiovasculares. Estratégia Regional de Combate às Doenças Oncológicas. Programa de Rastreio da Retinopatia Diabética.

6.8.4 Qualidade na Saúde

Implementação de boas práticas no âmbito da prestação de cuidados de saúde. Organização de eventos destinados a promover e divulgar conhecimentos na área médica e de enfermagem entre os agentes ligados à saúde.

6.8.6 Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção de Comportamentos de Risco

Operacionalização das seguintes áreas de intervenção: Saúde da Mulher; Saúde Infanto-juvenil; Promoção da Saúde em Contexto Escolar; Promoção da Saúde Oral; Dependências; Doenças Infecciosas; Prevenção de Acidentes e Promoção do Envelhecimento Ativo.

6.8.9 Emergência em Saúde Pública e em situação de exceção

Ações de sensibilização à população em geral no âmbito da saúde pública e nas situações de exceção. Aquisição de equipamentos destinados à utilização em situações de emergência no âmbito da saúde pública e nas situações de exceção. Preparação do plano integrado de emergência para situações de exceção na RAA.

6.9 Formação

6.9.1 Bolsas de Estudo

Pagamento de Bolsas aos estudantes de medicina.

6.10 Tecnologias de Informação na Saúde

6.10.2 Equipamentos Informáticos e Infraestruturas Tecnológicas na Saúde

Renovação e ampliação do parque tecnológico da Saúde, que se encontra bastante desatualizado e sem capacidade de resposta para as novas tecnologias e aos inúmeros "softwares" atualmente utilizados na área da Saúde.

6.10.3 RIS — Sistema de Informação de Radiologia Implementação de um sistema de informação centralizado de radiologia.

• Promover a qualificação e a inclusão social

Programa 7 — Solidariedade Social

Programação Financeira

			Euro
Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
7 Solidariedade Social 7.1 Apoio à Infância e Juventude 7.2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços 7.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais 7.4 Apoio a Idosos 7.5 Igualdade de Oportunidades	37 055 805 7 382 375 15 540 462 2 978 503 10 154 465 1 000 000	34 955 805 7 382 375 13 440 462 2 978 503 10 154 465 1 000 000	2 100 000 2 100 000

Programação Material

7.1 Apoio à Infância e Juventude

7.1.4 Adaptação de edifício a Creche no Nordeste Adaptação de edifício a creche no Nordeste.

7.1.10 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude

Realização de investimentos e atribuição de apoios a entidades que desenvolvam atividades de ação social, na área do apoio à infância e juventude.

7.1.12 Construção de Creche em Ponta Delgada Reabilitação de edifício para creche em Ponta Delgada.

7.1.13 Reabilitação de edifício para ATL da Cáritas Reabilitação de um edifício para instalação do ATL da Cáritas em Ponta Delgada.

7.1.14 Obras de ampliação e remodelação de Creche e Jardim de infância na Povoação

Obras de ampliação e remodelação de creche e jardim de infância na Povoação.

7.1.15 Obras de remodelação do Colégio "O Baloiço" em Angra do Heroísmo

Obras de remodelação do Colégio "O Baloiço" em Angra do Heroísmo.

7.1.16 Obras de beneficiação do Infantário "O Carrocel" em Angra do Heroísmo

Obras de beneficiação do edifício do infantário "O Carrocel" em Angra do Heroísmo.

7.1.17 Remodelação da Creche "O Castelinho" —

Remodelação do edifício da creche "O Castelinho", localizado na cidade da Horta, ilha do Faial.

7.1.18 Construção da Creche do Paim

Construção de uma creche no Paim, freguesia de São José, Ponta Delgada.

7.1.19 Construção da Creche de Água de Pau Construção de creche em Água de Pau, Lagoa.

7.1.20 Remodelação da Mãe de Deus — Lar de Infância e Juventude e Creche

Remodelação da Mãe de Deus — Lar de infância e juventude e creche.

7.1.21 Construção de edifício para Sede e Centro Comunitário em Ponta Delgada

Construção de edifício para sede e centro comunitário em Ponta Delgada.

7.1.22 Requalificação de edifício para ATL nos Fenais da Luz

Requalificação de edifício para ATL nos Fenais da Luz.

7.1.25 Requalificação de Centro Comunitário e ATL em Angra do Heroísmo

Requalificação de centro comunitário e ATL em Angra do Heroísmo.

7.1.26 Requalificação de Lar de Infância e Juventude na Praia da Vitória

Requalificação de lar de infância e juventude na Praia da Vitória.

7.1.27 Requalificação de edificio para Creche e Jardim-de-Infância no Corvo

Requalificação de edificio para creche e jardim-deinfância no Corvo.

7.2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços

7.2.2 Apoio especializado ao desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores

Apoio técnico especializado para avaliação, desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores.

7.2.3 Fundo Regional de Ação Social

Reforço do apoio às famílias e instituições particulares de solidariedade social açorianas tendo em vista mitigar as desigualdades socioeconómicas promovendo a solidariedade e coesão social.

7.2.4 Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à Comunidade e dos Serviços da Segurança Social

Realização de investimentos e atribuição de apoios a entidades que desenvolvam atividades de ação social, na área do apoio à família e comunidade, e melhoramento e apetrechamento dos serviços da Segurança Social, nomeadamente da DRSS e do SADD, incluindo a construção de um polivalente na Feteira, ilha do Faial.

7.2.5 Reabilitação / Construção de edifício para Sem Abrigo da Cáritas

Reabilitação / construção de edifício para sem abrigo da Cáritas de São Miguel.

7.2.6 Remodelação do edifício Abrigo Amigo

Remodelação do edifício Abrigo Amigo localizado na ilha Terceira.

7.2.7 Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas

Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas, criado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 48/2014, de 13 de março, para apoiar os estudantes da Universidade dos Açores com dificuldades para cumprir com o pagamento das suas propinas, motivado pelo desemprego de elementos do seu agregado familiar.

7.2.8 Reabilitação de Edifício para Centro de Terapia Familiar

Reabilitação de edifício para Centro de Terapia Familiar, localizado em Ponta Delgada.

7.2.9 CEDO — Complemento Especial para o Doente Oncológico

Complemento ao apoio conferido aos doentes oncológicos ao abrigo do regime de deslocação de doentes do Serviço Regional de Saúde.

7.2.10 Construção do Centro Intergeracional dos Arrifes

Construção do centro intergeracional dos Arrifes.

7.2.11 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo

Construção do centro intergeracional de Vila Franca do Campo.

7.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais

7.3.3 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência

Realização de investimentos e atribuição de apoios a entidades que desenvolvam atividades de ação social, na área do apoio aos públicos com necessidades especiais.

7.3.4 Reabilitação de Edifício para Centro de Apoio à Deficiência

Reabilitação de edifício para centro de apoio à deficiência em São Miguel.

7.3.5 Construção do Lar Residencial dos Valados Construção do lar residencial dos Valados.

7.3.6 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel

Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel.

7.3.7 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial

Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial.

7.3.8 Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande.

7.4 Apoio a Idosos

7.4.6 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos

Realização de investimentos e atribuição de apoios a entidades que desenvolvam atividades de ação social, na área do apoio aos idosos.

7.4.7 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa

Cumprimento dos apoios legalmente previstos de apoio à iniciativa privada na área de idosos.

7.4.8 Rede de Cuidados Continuados dos Açores Apoio à implementação da Rede de Cuidados Continuados Integrados (RCCI) dos Açores.

7.4.9 COMPAMID

Complemento para aquisição de medicamentos para idosos, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro.

7.4.11 Sénior Ativo

Promoção da mobilidade interilhas das pessoas idosas e/ou com necessidades especiais.

7.4.12 Adaptação de edifício destinado a Centro de Dia e Centro de Noite na Bretanha

Adaptação de edifício destinado a centro de dia e centro de noite na Bretanha.

7.4.13 Criação do Centro de Apoio ao Idoso da Maia Criação do centro de apoio ao idoso da Maia.

7.4.14 Criação da UCC do Recolhimento Jesus, Maria, José

Criação da UCC do Recolhimento Jesus, Maria, José

7.4.15 Requalificação de edificio para Centro de Dia e Centro de Noite nas Cinco Ribeiras

Requalificação de edifício para centro de dia e centro de noite nas Cinco Ribeiras.

7.4.16 Construção de Lar de Idosos e Centro de Dia em São Sebastião

Construção de lar de idosos e centro de dia em São Sebastião.

7.4.18 Construção de cozinha de receção e distribuição do serviço de apoio ao domicílio da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa

Construção de cozinha de receção e distribuição do serviço de apoio ao domicílio da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa.

7.4.19 Criação do Centro de Noite da Piedade Criação do centro de noite da Piedade.

7.4.20 Requalificação do serviço de apoio ao domicílio do Corvo

Requalificação do serviço de apoio ao domicílio do Corvo.

7.4.21 Construção do Centro de Dia da Maia Construção do centro de dia da Maia.

7.4.22 Construção do Centro de Dia das Doze Ribeiras Construção do centro de dia das Doze Ribeiras.

7.4.23 Requalificação do serviço de apoio domiciliário em Santa Cruz das Flores

Requalificação do serviço de apoio domiciliário em Santa Cruz das Flores.

7.4.24 Criação de Centro de Apoio ao Idoso no Lar Luís Soares de Sousa

Criação do centro de apoio ao idoso no Lar Luís Soares de Sousa.

7.4.25 Construção do Centro de Dia dos Flamengos Construção do centro de dia dos Flamengos.

7.4.26 Ampliação do Lar de Idosos de Vila do Porto Ampliação do lar de idosos de Vila do Porto.

7.5 Igualdade de Oportunidades

7.5.5 Projetos de intervenção social de caráter inovador e experimental

Projetos de intervenção social de caráter inovador e experimental.

7.5.6 Campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão de minorias sujeitas a discriminações múltiplas

Campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão de minorias sujeitas a discriminações múltiplas.

7.5.7 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de crianças e jovens

Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de crianças e jovens.

7.5.8 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de idosos

Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de idosos.

7.5.9 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade

Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade.

7.5.10 Projetos de intervenção social vocacionados para a reabilitação e promoção da inclusão de públicos em situação de grave exclusão social

Projetos de intervenção social vocacionados para a reabilitação e promoção da inclusão de públicos em situação de grave exclusão social.

7.5.11 Criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada

Criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada.

• Promover a qualificação e a inclusão social

Programa 8 — Habitação e Renovação Urbana

Programação Financeira

			Euro
Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
8 Habitação e Renovação Urbana 8.1 Promoção de Habitação, Reabilitação e Renovação Urbana 8.2 Arrendamento Social e Cooperação 8.3 Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	14 062 131	21 967 783 7 706 502 14 062 131 199 150	

Programação Material

8.1 Promoção de Habitação, Reabilitação e Renovação Urbana

8.1.1 Promoção de Habitação de Custos Controlados Subsídios não reembolsáveis a atribuir às famílias para comparticipação na aquisição, construção, ampliação e alteração de habitação própria, ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 59/2006/A, de 29 de dezembro.

8.1.3 Operação Urbanística e Reabilitação de Infraestruturas Habitacionais

Obras de urbanização para a promoção de habitação própria e de custos controlados pelas vias individual, empresarial e cooperativa, ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2005/A, de 3 de agosto.

Reabilitação de infraestruturas habitacionais em diversos loteamentos da Região Autónoma dos Açores, para efeitos de integração no domínio público municipal.

8.1.4 Programa de Recuperação de Habitação Degradada, Reabilitação e Regeneração Urbana

Apoios não reembolsáveis a atribuir às famílias, ao abrigo do regime da concessão dos apoios financeiros a obras de reabilitação, reparação e beneficiação em habitações degradadas — Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de março, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2009/A, de 16 de dezembro e Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/A, de 30 de junho — Aprova o regime jurídico do combate à infestação por térmitas e prevê a concessão de apoios financeiros à desinfestação e a obras de reparação de imóveis danificados pela infestação por térmitas.

8.2 Arrendamento Social e Cooperação

8.2.1 Programa de Apoio Famílias com Futuro

Subsídios ao arrendamento de prédios ou de frações autónomas de prédios urbanos, destinados à habitação, a atribuir a famílias carenciadas e arrendamento, para subarrendamento, de imóveis destinados à habitação para resolução de situações de grave carência habitacional, em regime de renda apoiada, cujo regime foi instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A, de 16 de dezembro.

8.2.2 Cooperação com Autarquias — Acordos de Colaboração IHRU/ RAA/ Municípios

Encargos com empréstimos contraídos para construção/aquisição de habitação destinada a realojamento de famílias residentes em barracas ou situações abarracadas, ao abrigo dos contratos ARAAL celebrados com os municípios de Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Povoação, Nordeste, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

8.2.3 Salvaguarda Habitacional em Zonas de Risco

Operações de realojamento de agregados familiares a residir em zonas de risco, nomeadamente falésias, orla costeira e leitos de ribeiras, diretamente ou através de contratos ARAAL a celebrar com os respetivos municípios.

8.2.4 Contrato Programa com a SPRHI, SA — Sismo Encargos decorrentes do contrato programa celebrado entre a Região Autónoma dos Açores e SPRHI, SA, no âmbito do sismo de 1998.

8.2.5 Operações de Inserção e Reintegração Social Estudo, avaliação e apoio ao desenvolvimento de políticas e medidas de integração social de famílias.

Investimentos no âmbito da estrutura técnica de cooperação e de planeamento interdepartamental e interdisciplinar, criada pela Resolução n.º 69/2006, de 29 de junho.

8.3 Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica

8.3.1 Reabilitação de Equipamentos

Reabilitação de equipamentos.

8.3.2 Adequação e Adaptação Tecnológica dos Serviços

Atualização do equipamento informático, e respetivo *software*.

Sistema de Informação Geográfica dos Açores.

• Promover a qualificação e a inclusão social

Programa 9 — Desporto e Juventude

Programação Financeira

			Euro
Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
9 Desporto e Juventude 9.1 Instalações e Equipamentos 9.2 Desenvolvimento do Desporto Federado	13 146 330 2 650 330 7 175 000	11 872 330 2 650 330 6 275 000	1 274 000 900 000
9.3 Promoção da Prática de Átividade Física Desportiva	645 000 2 676 000	645 000 2 302 000	374 000

Programação Material

9.1 Infraestruturas e Equipamentos

9.1.1 Melhoria da qualidade de instalações desportivas e sedes sociais

Apoio à revitalização, modernização e construção de instalações desportivas e de sedes sociais de entidades do associativismo desportivo e no âmbito do regime de cooperação técnica e financeira entre administração regional e a administração local.

9.1.2 Requalificação das instalações oficiais integradas no Parque Desportivo Regional

Requalificação, beneficiação e apetrechamento de instalações desportivas oficiais integradas no Parque Desportivo Regional, aumentando a sua rentabilidade.

9.1.3 Gestão e Funcionamento dos Complexos Desportivos incluídos no Parque Desportivo Regional

Gestão de todos os complexos desportivos que se encontram sob a responsabilidade direta dos Serviços de Desporto de ilha.

9.1.6 Acesso generalizado às instalações desportivas escolares e outras integradas por Protocolos no Parque Desportivo Regional

Garantir o acesso privilegiado à utilização das instalações desportivas escolares e outras protocoladas para integrarem o parque desportivo regional por parte das diferentes entidades do associativismo desportivo e no âmbito das atividades físicas desportivas.

9.1.7 Modernização dos Serviços e do movimento associativo

Modernização e beneficiação dos serviços centrais e externos. Apoios a entidades do associativismo desportivo para a sua modernização e apetrechamento, designadamente para iniciativas destinadas prioritariamente à aquisição de equipamentos diretamente ligados à prática desportiva e à aquisição de viaturas adequadas ao transporte de atletas para atividades de treino e competição.

9.1.9 Construção de Pavilhão de Judo em S. Jorge Construção do pavilhão de judo em S. Jorge.

- 9.1.10 Requalificação do Polidesportivo de Santo Espírito, em Santa Maria 2.ª fase
- 2.ª fase da requalificação do Polidesportivo de Santo Espírito, em Santa Maria, dotando-o de novas instalações de apoio, de um piso desportivo e de uma bancada.

9.2 Desenvolvimento do Desporto Federado

9.2.1 Atividades das Associações Desportivas

Apoio às atividades competitivas das associações desportivas. Inclui também o apoio à estrutura técnica associativa, bem como a atribuição de prémios de classificação inerentes às participações nas provas nacionais.

9.2.2 Atividades dos Escalões de Formação

Apoio aos clubes para atividades de treino e competição nos escalões de formação e para os coordenadores de formação e às associações desportivas para projetos especiais ao nível da formação inicial de praticantes desportivos.

9.2.3 Quadros competitivos nacionais, internacionais e séries Açores

Apoio à participação de clubes em competições de regularidade anual de deslocações (regionais e nacionais incluindo as séries Açores e internacionais); apoio pela utilização de atletas formados nos Açores; prémios de classificação e apoio à contratação de treinadores qualificados.

9.2.4 Excelência Desportiva

Apoios no âmbito do Alto Rendimento, Jovens Talentos Regionais e projetos de preparação especiais visando representações Olímpicas ou Paralímpicas.

9.2.5 Formação de Agentes Desportivos não Praticantes Apoio à melhoria dos níveis de qualificação dos diversos agentes desportivos não praticantes.

9.2.6 Eventos Desportivos

Promoção e apoio à organização e participação em eventos desportivos. Organização da Gala do Desporto Açoriano.

9.3 Promoção da Prática de Atividade Física Desportiva

9.3.1 Desporto Escolar

Promoção, organização e apoio ao desenvolvimento do Desporto Escolar dos Açores.

9.3.2 Desporto Adaptado

Promoção, organização e apoio ao desenvolvimento do Desporto Adaptado.

9.3.3 Escolinhas do Desporto

Apoio à promoção e desenvolvimento do projeto "Escolinhas do Desporto".

9.3.4 Atividades Físicas Desportivas

Promoção, organização e apoio ao desenvolvimento de atividades físicas desportivas.

9.4 Juventude

9.4.1 Internacionalizar Mobilidade

Programa Bento de Góis, que promove a mobilidade e o intercâmbio dos jovens nos Açores, em todo o território nacional, bem como na Europa e nas Comunidades Açorianas na Diáspora.

9.4.2 Cidadania e Voluntariado Local e Internacional Ao Programa Jovens + dar-se-á uma dimensão bastante abrangente à sua implementação e à sua extensão desde a divulgação, ao apoio à formalização das candidaturas e à execução dos projetos aprovados e apoiados. Será mantida a divulgação do Jovens + junto das escolas, associações e IPSS, e será dado apoio técnico na construção dos planos de negócio e formalização das candidaturas, de modo a promover a inovação e sustentabilidade dos projetos. Dar continuidade à execução do projeto Parlamento dos Jovens. Estabelecer-se-ão parcerias para dar continuidade à Campanha "Antes de me discriminares, conhece-me".

9.4.3 Associativismo

Fortalecer o Associativismo e Empreendedorismo Jovem na Região, através do apoio aos planos de atividades das associações de jovens, de programas de formação e do apoio a infraestruturas e equipamentos. A DRJ irá organizar, em abril de 2016, um encontro regional de Associações de Juventude com 60 participantes, na ilha Terceira, no qual serão apresentadas as conclusões do projeto Juventude em Foco: Do Sonho em Ação.

9.4.4 Desporto e Juventude

Desenvolver campanhas de promoção do desporto junto das associações juvenis; incentivar o empreendedorismo jovem na área desportiva e promover estilos de vida saudável, junto dos jovens.

9.4.5 Indústrias Criativas e Culturais: Incentivo à Criatividade

Apoio às indústrias criativas e culturais; divulgar internacionalmente os trabalhos dos Jovens Criadores dos Açores: LabJovem e, através do Programa Põe-te em Cena, proporcionar a oportunidade de transformar ideias em iniciativas que permitam aos jovens estar, direta e ativamente, envolvidos no planeamento e na execução de projetos, cujos objetivos se destinem a desenvolver o seu espírito empreendedor e de iniciativa, bem como a sua criatividade.

9.4.6 Incentivo à Formação dos Jovens

Promoção de projetos formativos destinados a jovens nas áreas de: arte, cinema, teatro, literatura, fotografia, audiovisual e multimédia, entre outras. No âmbito do Programa "Inspira-te, Aprende e Age" proceder-se-á à implementação de dois projetos, um em São Jorge e outro em Santa Maria, em parceria com entidades locais, destinados a jovens em risco, com idades entre os 12 e os 18 anos. Dar-se-á continuidade ao projeto Educação Empreendedora: O Caminho do Sucesso! Em 2015/2016 será lançada a VI edição do projeto Educação Empreendedora, procedendo-se à atualização do Centro de Recursos Didáticos. Realizar-se-á o Concurso Regional IdeiAçores.

9.4.7 Conferências, Fóruns e Seminários

Conferências, fóruns e seminários, para além do apoio a projetos de relevante qualidade desenvolvidos por jovens da Região. Organização, em parceria com o Instituto de Empreendedorismo Social (IES), um *Bootcamp* em Empreendedorismo Social, na ilha do Faial, destinado a potenciais jovens empreendedores sociais que venham a submeter projetos no âmbito do Programa Jovens +.

9.4.8 Ocupação Tempos Livres dos Jovens e Campos de Férias

Programas de Ocupação de Tempos Livres dos Jovens, nomeadamente, o programa Entra em Campo e o Programa OTLJ. Realizar dois campos de férias da DRJ direcionado a jovens com menos oportunidades. Realizar sessões destinadas às entidades enquadradoras de jovens ao abrigo do OTLJ, apoiando a formalização de candidaturas.

9.4.9 Observatório da Juventude

Observatório da Juventude dos Açores, projeto desenvolvido em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, em 2016. As iniciativas a desenvolver serão: concluir o estudo sobre os Jovens Açorianos Qualificados; reforçar a divulgação de informação atualizada relativa e de interesse à juventude, designadamente aumentando o grau de interatividade com os estudantes e jovens residentes fora da Região e publicação dos resultados dos inquéritos realizados; realizar um estudo qualitativo sobre os jovens qualificados emigrados; iniciar o projeto Associativismo: participação social e política; realizar atividades conjuntas com o Observatório Permanente da Juventude e realizar novos protocolos com entidades congéneres sediadas em outras regiões europeias; organizar, em dezembro, um colóquio internacional, que reunirá especialistas regionais, nacionais e internacionais, que se debruçam sobre a temática da(s) juventude(s) e publicar um livro intitulado "Os jovens como atores da mudança social".

9.4.10 Projetos Comunitários

Divulgação do Programa Erasmus +, integrado no Roteiro Juventude Açores e apoiar os jovens e as entidades na formalização de candidaturas ao Programa. Acompanhar a execução dos projetos aprovados e apoiados. Apresentar candidatura à Ação III do Programa Erasmus+, destinada à realização do Encontro Regional de Associações de Juventude. A DRJ manter-se-á como membro do Comité Organizador da Universidade de Verão da Assembleia das Regiões da Europa.

9.4.11 Informação Juventude

Dar visibilidade ao Portal da Juventude Açores: proceder-se-á à agregação de informação, nomeadamente, das atividades dos jovens no âmbito da educação não formal e manter-se-á atualizado o canal de televisão *WEB* TV da DRJ, com vídeos dos programas da DRJ, projetos ou iniciativas promovidas pelos jovens ou suas associações, conferências, fóruns e seminários, entrevistas ou reportagens sobre eventos e vídeos temáticos. Realizar o Roteiro Juventude Açores, com o objetivo de promover sessões de acompanhamento de candidaturas dos Programas, Projetos e Iniciativas da DRJ, incluindo o Programa Erasmus+.

9.4.12 Incentivo ao Turismo Jovem

Estabelecer um conjunto de parcerias que venham potenciar, ainda mais, a mobilidade e experiências socioculturais dos jovens através do Cartão InterJovem, bem como mais benefícios económicos junto das entidades parceiras. A DRJ irá criar uma Agenda *Discount* Interjovem, na qual constará um cupão de desconto associado a cada parceiro comercial.

9.4.15 Academias da Juventude

Estabelecer parcerias destinadas à execução do Plano Formativo no âmbito tecnológico da Academia de Juventude da Terceira. Celebração de Contrato ARAAL com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, com vista ao desenvolvimento de atividades culturais, de desenvolvimento da criatividade dos jovens, de fomento ao empreendedorismo em todas as suas dimensões e de realização e materialização de projetos de incubação, na área das indústrias criativas e culturais, na Academia de Juventude da Ilha Terceira.

9.4.16 Pousadas da Juventude dos Açores

Contrato-Programa 2016 com o objetivo de potenciar e rentabilizar a rede de pousadas da juventude dos Açores e de maximizar parcerias e partilha de recursos no desenvolvimento de atividades de ocupação de tempos livres dos jovens, de promoção de hábitos de vida saudável e da criatividade dos jovens e cumprimento do disposto na RCG nº 32/2013.

9.4.18 Modernização da Pousada de Juventude de Ponta Delgada

Remodelação das infraestruturas. Adaptação das instalações da Pousada para pessoas com mobilidade reduzida; substituição da rede de águas quentes com introdução de bombas de calor (eficiência energética).

9.4.20 Prepara o Teu Regresso a Casa

Estratégia de informação e acompanhamento aos jovens que se deslocam para prosseguimento dos estudos, através do projeto "Prepara o teu regresso a casa" que se consubstancia em contactos presenciais, na criação de uma página *web* e de outros materiais de divulgação das oportunidades que o Governo Regional lhes oferece, aquando do seu regresso aos Açores, nomeadamente, programas de estágio, de Empreendedorismo Jovem, entre outros programas de incentivo. Divulgação dos programas, direcionados à população jovem, junto dos estudantes universitários na Universidade dos Açores (Campus de Angra), nas universidades de Coimbra e Aveiro. Serão disponibilizados os serviços para o acompanhamento dos jovens que se encontram no último ano dos seus estudos e que pretendam apresentar candidaturas a estágios ou programas regionais, por forma a organizar o regresso aos Açores.

• Aumentar a Coesão Territorial e a Sustentabilidade

Programa 10 — Transportes, Energia e Infraestruturas Tecnológicas

Programação Financeira

			Euro
Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
10 Transportes, Energia e Infraestruturas Tecnológicas 10.1 Construção de Estradas Regionais 10.2 Beneficiação e Reabilitação de Estradas Regionais 10.3 Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	173 648 525 31 126 000 19 006 500 1 872 700	141 188 992 31 126 000 19 006 500 1 000 000	32 459 533 872 700

Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
10.4 Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER 10.5 Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários 10.6 Gestão dos Aeródromos Regionais 10.7 Serviço Público de Transporte Aéreo, e Marítimo Interilhas 10.8 Dinamização dos Transportes 10.9 Eficiência Energética 10.10 Tecnologias de Informação e Comunicação 10.11 Sistemas de Informação e de Comunicações 10.12 Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica 10.13 Laboratório Regional de Engenharia Civil 10.14 Construção, Ampliação e Remodelação de Edificios Públicos 10.15 Cooperação com Diversas Entidades 10.16 Coesão Territorial — Transportes	485 000 35 941 850 2 650 000 48 980 095 1 450 000 742 500 4 397 704 372 250 251 150 321 183 8 351 593 6 700 000 11 000 000	485 000 9 060 167 1 650 000 45 274 945 1 450 000 742 500 4 397 704 372 250 251 150 321 183 8 351 593 6 700 000 11 000 000	26 881 683 1 000 000 3 705 150

Programação Material

10.1 Construção de Estradas Regionais 10.1.2 SCUT'S

Rendas da concessão rodoviária. Arbitragens, assistência técnica, financeira e jurídica.

10.1.4 Acesso ao Porto de Pescas de Vila Franca do

Construção do acesso ao porto de Vila Franca do Campo. 10.1.5 Acessibilidades Furnas-Povoação

Conclusão do estudo prévio. Pareceres jurídicos e caderno de encargos.

10.2 Beneficiação e Reabilitação de Estradas Regionais

10.2.1 Beneficiação e Pavimentação de ER em Santa

Manutenção e requalificação das ER's de Santa Maria. 10.2.2 Beneficiação e Pavimentação de ER em São Miguel

Manutenção e requalificação das ER's de São Miguel. 10.2.3 Reabilitação de ER em São Miguel

Desenvolvimento de projetos para a reabilitação de ER's em São Miguel.

10.2.4 Beneficiação e Pavimentação de ER na Terceira Manutenção e requalificação das ER's da Terceira.

10.2.6 Beneficiação e Pavimentação de ER em São Jorge Manutenção e requalificação das ER's de São Jorge.

10.2.8 Beneficiação e Pavimentação de ER na Graciosa Manutenção e requalificação das ER's de Graciosa.

10.2.9 Beneficiação e Pavimentação de ER no Pico Manutenção e requalificação das ER's do Pico.

10.2.11 Beneficiação e Pavimentação de ER no Faial Manutenção e requalificação das ER's do Faial.

10.2.13 Beneficiação e Pavimentação de ER no Corvo Manutenção e requalificação das ER's do Corvo.

10.2.14 Beneficiação e Pavimentação de ER nas Flores Manutenção e requalificação das ER's das Flores.

10.2.15 Requalificação da Rede Viária

Manutenção preventiva das ER's.

10.2.16 Qualificação do Parque de Máquinas da SRTT Adequação da frota afeta a intervenções nas ER's e equipamentos públicos.

10.2.17 Calamidades em Estradas Regionais na RAA Intervenções em ER's decorrentes dos danos provocados pelas intempéries.

10.2.19 Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de Santa Maria

Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logísticos.

10.2.20 Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de São Miguel

Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logísticos.

10.2.21 Ligação interconcelhia entre o Nordeste e a Povoação

Empreitada de requalificação e modernização da LIGA-CÃO interconcelhia entre o Nordeste e a Povoação.

10.2.22 Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento da Terceira

Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logísticos.

10.2.23 Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de São Jorge

Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logísticos.

10.2.24 Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento da Graciosa

Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logísticos.

10.2.25 Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento do Pico

Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logísticos.

10.2.26 Requalificação da ER 3-2ª Longitudinal

Empreitada de requalificação da ER 3-2ª Longitudinal na ilha do Pico.

10.2.27 Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento do Faial

Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logísticos.

10.2.28 Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento do Corvo

Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logísticos.

10.2.29 Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento das Flores

Desenvolvimento de empreitadas de requalificação e modernização dos circuitos logísticos.

10.2.30 Aquisições de Máquinas

Aquisição de equipamentos para intervenções na rede viária regional.

10.2.31 Sinalização Horizontal e Vertical em ER

Aplicação de pintura termoplástica em ER e aquisições de sinalização vertical, para reforço da segurança.

10.3 Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária

10.3.2 Prestação de Serviços de Transporte Regular Coletivo de Passageiros

Prestação de serviços de transporte regular coletivo de passageiros. Continuidade com expansão do sistema de passes sociais. Apoio a ações, campanhas com vista à sensibilização dos condutores e população em geral para a temática da prevenção dos acidentes rodoviários e para a adoção de comportamentos que contribuam para um ambiente rodoviário seguro.

10.4 Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER

10.4.1 Espaços Públicos

Requalificação de diversos espaços públicos.

10.4.2 Integração paisagística da rede viária regional Integração paisagística e urbanística da rede viária regional, incluindo o desenvolvimento de pontos turísticos.

10.5 Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários

10.5.1 Reordenamento do Porto, Marina e Baía da Horta

Início da requalificação e reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta (2.ª fase).

10.5.3 Reordenamento do Porto de S. Roque

Projeto do novo terminal de passageiros do Porto de São Roque do Pico, designadamente a construção de uma infraestrutura com melhores condições de operacionalidade e de eficácia no embarque e desembarque de passageiros e veículos, cumprindo também os requisitos de segurança na operação na área portuária.

10.5.4 Reordenamento e Ampliação do Porto da Casa no Corvo

Empreitada de prolongamento do molhe, cais e alargamento da plataforma do porto da Casa, melhorando significativamente as condições de abrigo, operacionalidade e segurança.

10.5.5 Aeroporto da Ilha do Pico

Intervenção no aeródromo do Pico no âmbito da melhoria da sua operacionalidade. Aquisição de equipamentos visando aumentar os níveis de segurança operacional. Classificação ACN/PCN da Pista. Instalação e certificação da rede fixa AFTN.

10.5.6 Aeródromo da Ilha de S. Jorge

Intervenção no aeródromo de S. Jorge no âmbito da melhoria da sua operacionalidade.

Aquisição de equipamentos visando aumentar os níveis de segurança operacional.

10.5.7 Aeródromo da Ilha do Corvo

Repavimentação da pista e diversas intervenções de melhoria de operacionalidade e segurança do aeródromo, incluindo a aquisição de equipamento de meteorologia.

10.5.8 Aeródromo da Ilha da Graciosa

Construção da torre de controlo, ampliação e requalificação da Aerogare (intervenção ao nível da movimentação de passageiros, bagagem e carga aérea). Aquisição de equipamentos visando aumentar os níveis de segurança operacional.

10.5.9 Aerogare Civil das Lajes

Apoio ao processo de gestão integrada da Aerogare Civil das Lajes.

10.5.11 Reordenamento e Ampliação do Porto de Velas Ampliação do cais comercial de Velas em 150 metros, construção de gare de passageiros, com vista a aumentar a segurança, comodidade e eficiência operacional.

10.5.13 Reordenamento do Porto de Ponta Delgada

Reforço do manto de proteção do molhe cais e reperfilamento do Cais 10, e assim consolidar a estrutura do molhe do cais comercial.

10.5.14 Reordenamento do Porto da Praia da Vitória Requalificação dos sistemas de segurança e acessibilidade, nomeadamente a instalação da rede de incêndios, reparação do cais do porto e pavimentação do acesso ao parque de combustíveis.

10.5.17 Porto de Angra do Heroísmo

Construção da rampa ró-ró e trabalhos complementares de adaptação da infraestrutura à operação de transportes marítimos de passageiros e viaturas.

10.5.18 Construção do terminal de carga da Aerogare Civil das Lajes

Construção do terminal de carga da Aerogare Civil das Lajes.

10.5.20 Porto das Poças — Flores

Obras de proteção da orla costeira e de ampliação do porto das Poças, Santa Cruz Flores, garantido a melhoria da operacionalidade da infraestrutura.

10.5.22 Porto de Calheta de São Jorge

Construção da rampa ró-ró.

10.6 Gestão dos Aeródromos Regionais

10.6.1 Concessão da Exploração dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores

Concessão da gestão e exploração dos aeródromos regionais.

10.7 Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Interilhas

10.7.1 Apoio ao Transporte Marítimo de Passageiros Apoio à construção de dois navios para o transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas dos Açores.

10.7.2 Concessão das Rotas Aéreas Interilhas

Obrigações de serviço público de transporte aéreo interilhas

10.7.4 Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas Interilhas

Obrigações de serviço público de transporte marítimo interilhas.

10.8 Dinamização dos Transportes

10.8.1 Desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Monitorização dos Portos dos Açores

Otimização da rede de boias ondógrafo concretizando a sua integração no sistema de gestão e monitorização dos portos dos Açores.

10.8.2 Plano Integrado dos Transportes

Prosseguir o desenvolvimento de *interfaces* aplicacionais para a integração de informação dos diversos agentes de transporte na RAA. Desenvolvimento de novos sistemas de bilhética inteligentes e de sistemas de informação para o utilizador final, nomeadamente "Balcão Único" de transporte.

10.9 Eficiência Energética

10.9.1 Estudos e Projetos

Acompanhamento de projetos de desenvolvimento da política energética da Região no contexto nacional e europeu.

10.9.2 Eficiência Mais

Programa de incentivo à eficiência energética nas famílias, instituições, empresas e edifícios públicos.

10.9.3 Sistema de Certificação Energética de Edifícios Estudos, pareceres, projetos e consultadoria; promoção de ações de formação em SCE, licenciamento e inspeção de elevadores.

10.9.4 Promoção da Substituição da Utilização de Gazes Liquefeitos — Corvo

Projeto Corvo ilha verde, que enquadra-se no âmbito do Plano Estratégico para a Energia dos Açores — 2.ª Fase.

10.9.5 Promoção da Eficiência Energética — Edifícios e vias públicas

Monitorização e consequente divulgação dos consumos energéticos de edificios e vias públicas, conforme imposição do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2011/A, de 13 de julho.

10.9.8 Programa para a Mobilidade Elétrica dos Açores Divulgação e início de implementação do plano para a mobilidade elétrica dos Açores.

10.9.9 Eletrificação da Fajã de S. Cristo — São Jorge Protocolo para eletrificação da Fajã do Santo Cristo na ilha de S. Jorge.

10.10 Tecnologias de Informação e Comunicação

10.10.1 Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação

Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação.

10.10.2 Autonomia Digital Acores

Implementação de plataforma e aquisição de equipamentos.

10.10.3 Nova rede de dados da RAA

Implementação da nova rede de dados da RAA. Aquisição de aplicação móvel — Alert4Azores.

10.10.4 Desenvolvimento de projetos de TIC

Apoio a projetos TIC no âmbito da Agenda Digital e Tecnológica dos Açores, incluindo apoios ao desenvolvimento e manutenção de espaços TIC; apoios ao acesso às TIC para cidadãos com deficiência e idosos enquadrados em entidades de apoio socioeducativo e iniciativas transversais de sensibilização, formação e uso das TIC e dos serviços digitais.

10.10.5 Incentivo a projetos de base tecnológica

Desenvolvimento de projetos digitais e tecnológicos integrados, com enquadramento na Agenda Digital e Tecnológica dos Açores.

10.11 Sistemas de Informação e de Comunicações

10.11.1 Melhoria dos Sistemas Informáticos

Melhoria dos sistemas tecnológicos, nomeadamente a rede do GRA.

10.11.2 Comunicações

Desenvolvimento de infraestruturas de base tecnológica orientadas para as comunicações digitais e outras.

10.11.5 Desenvolvimento da Rede de Infraestruturas/ Estações Espaciais

Desenvolvimento das infraestruturas/ Estações espaciais: RAEGE — Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais (Santa Maria/Flores) e Estação de rastreio de satélites ESA/Santa Maria.

10.12 Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica

10.12.1 Cartografia e Geodesia

Desenvolvimento e manutenção de plataformas de suporte aos sistemas de informação geográfica.

10.12.2 Cadastro Predial

Tratamento e digitalização da informação cadastral. 10.12.3 Informação Geográfica

Desenvolvimento do projeto SIG, de acordo com a ADTA. 10.13 Laboratório Regional de Engenharia Civil

10.13.1 I&DI — Engenharia Civil

Desenvolvimento de projetos de investigação desenvolvimento e inovação, aquisição de equipamentos para as unidades laboratoriais (metrologia, materiais de construção, geotecnia, prospeção, estruturas sísmicas e misturas betuminosas), sala de formação ITED, promoção da divulgação e difusão do conhecimento científico e tecnológico.

10.13.2 Infraestruturas e Equipamentos

Requalificação das infraestruturas e equipamentos afetos ao LREC, implementação, desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade do LREC, ensaios de comparação interlaboratorial, calibrações de equipamentos.

10.14 Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos

10.14.1 Requalificação de Edifícios Públicos

Requalificação de edifícios públicos.

10.14.2 Parque Tecnológico de São Miguel — Nonagon Construção do lote 32 do Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel — NONAGON e revisão do projeto

10.14.3 Parque Tecnológico da Ilha Terceira

Construção do edificio destinado à implementação do Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira — PCT-TER.

10.14.4 Casa da Autonomia

do lote 34.

Implementação da Casa da Autonomia.

10.15 Cooperação com Diversas Entidades

10.15.1 Contratos Programas com a SPRHI — Rede Viária

Contratos programa com a SPRHI.

10.15.2 Contratos de Cooperação com diversas enti-

Contratos de desenvolvimento local com diversas entidades.

10.16 Coesão Territorial — Transportes

10.16.1 Promoção da Coesão Territorial — Transportes Transferências para o FRACDE — Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico para o desenvolvimento de ações destinadas a promover a coesão económica entre as ilhas da Região, assumindo particular destaque o apoio ao regular abastecimento de bens essenciais às populações das diversas ilhas, nomeadamente combustíveis, açúcar, farinha, cimento e o transporte de carga gerada na Região com destino ao Corvo.

• Aumentar a Coesão Territorial e a Sustentabilidade

Programa 11 — Prevenção de Riscos e Proteção Civil

Programação Financeira

			Euro
Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
11 Prevenção de Riscos e Proteção Civil 11.1 Equipamentos e Comunicações 11.2 Infraestruturas	9 014 412 1 969 232 2 502 000	8 914 412 1 969 232 2 502 000	100 000

			Euro
Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
11.3 Protocolos e Apoios	4 400 530 142 650	4 300 530 142 650	100 000

Programação Material

11.1 Equipamentos e Comunicações

11.1.1 Viaturas de Emergência

Aquisição de ambulâncias de socorro, de viaturas de Suporte Imediato de Vida devidamente equipadas.

11.1.2 Viaturas dos Corpos de Bombeiros

Apoio às AHBV da RAA para garantir operacionalidade, ou para aquisição de equipamento operacional para os Corpos de Bombeiros da Região.

11.1.3 Equipamentos para o Serviço Regional de Proteção Civil

Aquisição de meios e recursos de apoio às atividades de proteção civil.

11.1.4 Equipamentos para as AHBV

Compra de equipamento e fardamento para os bombeiros dado o desgaste que o mesmo é sujeito durante as intervenções nas diversas situações.

11.1.5 Radiocomunicações do SRPCBA

Radiocomunicações do SRPCBA. Remodelação completa da rede do SRPCBA.

11.2 Infraestruturas

11.2.1 Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV Beneficiação e requalificação das instalações das AHBV's dos Açores.

11.2.3 Centro de Formação de Proteção Civil

Dotação do Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores com módulos necessários à implementação da formação dos bombeiros e a manutenção das infraestruturas existentes.

11.2.4 Requalificação do Quartel da AHBV de Santa Cruz das Flores

Obras de requalificação do Quartel da Associação Humanitária de Bombeiros de Santa Cruz das Flores.

11.2.5 Construção do Quartel da AHBV da Povoação Construção do Quartel da Associação Humanitária de Bombeiros da Povoação.

11.2.6 Construção do Quartel da AHBV do Faial Construção do Quartel da Associação Humanitária de Bombeiros do Faial.

11.2.7 Ampliação do Quartel da AHBV de Santa Maria Obra de remodelação e ampliação do Quartel da Associação Humanitária de Bombeiros de Santa Maria.

11.2.8 Ampliação do Quartel da AHBV das Lajes do Pico Obra de ampliação do Quartel da Associação Humanitária de Bombeiros das Lajes do Pico.

11.2.9 Requalificação do Quartel da AHBV do Nordeste Obras de requalificação do Quartel da Associação Humanitária de Bombeiros do Nordeste.

11.3 Protocolos e Apoios

11.3.2 CIVISA

Execução de Protocolo com o CIVISA.

11.3.4 Apoios Transporte Terrestre de Emergência

Comparticipação nos encargos com o transporte terrestre de emergência, bem como a formação do pessoal e atualização de equipamentos.

11.3.6 Fundo Emergência

Ação destinada a garantir o auxílio financeiro em caso de catástrofe ou acidente grave.

11.3.7 Linha Saúde Açores

Expansão de linha telefónica de triagem e aconselhamento para a população, levando em linha de conta a orientação da comunidade europeia da criação da E-saúde. Pagamento de pessoal afeto à Linha de emergência.

11.3.8 Apoios

Execução de protocolos com diversas entidades com os quais o SRPCBA tem acordos, apoio a provas de desporto automóvel e apoios pontuais.

11.3.9 Suporte Imediato de Vida

Implementação do Projeto SIV, melhorar formação do pessoal afeto à SIV, comparticipação nos encargos dos tripulantes das viaturas SIV, médicos reguladores, bem como dos restantes encargos referentes à reparação das referidas viaturas.

11.4 Formação

11.4.1 Formação Profissionais do SRPCBA

Formação e recertificação de pessoal do SRPCBA, em áreas específicas da proteção civil (emergência médica, salvamento e desencarceramento, combate a incêndios, matérias perigosas, etc.) e aos restantes níveis profissionais.

11.4.2 Formação Profissionais dos Corpos de Bombeiros

Formação e recertificação dos bombeiros, em áreas específicas da proteção civil (emergência médica, salvamento e desencarceramento, combate a incêndios, matérias perigosas, etc.). Implementação do ensino à distância (*e-learning*).

11.4.3 Formação à População

Informação e formação à população sobre riscos, medidas de autoproteção, mitigação de danos, assim como em matéria de proteção civil, primeiros socorros e combate inicial a incêndios.

11.4.4 Sensibilização à População

Informação e sensibilização à população sobre riscos, medidas de autoproteção, mitigação de comportamentos, assim como primeiros socorros e suporte básico de vida à população e entidades regionais e locais.

• Aumentar a Coesão Territorial e a Sustentabilidade

Programa 12 — Ambiente e Ordenamento

Programação Financeira

			Euro
Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
12 Ambiente e Ordenamento 12.1 Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental	30 297 774 6 269 948	29 872 774 6 269 948	425 000

Euro

Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
12.2 Ordenamento do Território 12.3 Recursos Hídricos 12.4 Qualidade Ambiental e Património Mundial 12.5 Gestão de Resíduos 12.6 Requalificação da Orla Costeira 12.7 Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	3 325 870 7 456 044	1 613 660 6 833 899 2 162 438 3 325 870 7 031 044 2 635 915	425 000

Programação Material

12.1 Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental

12.1.1 Monitorização e Gestão da Biodiversidade e do Património Natural dos Açores

Gestão, promoção e valorização económica da diversidade biológica e do património natural da Região Autónoma dos Açores.

12.1.2 Rede Regional de Ecotecas e Centros de Interpretação Ambiental

Gestão da Rede de Centros Ambientais e das Ecotecas da Região Autónoma dos Açores.

12.1.3 Promoção do Património Natural e Certificações Ambientais

Promoção do património natural dos Açores e desenvolvimento de candidaturas a certificações ambientais relevantes. Implementação da Rede de Observação de Aves dos Açores (ROA).

12.1.5 Recuperação de Espécies e *Habitats* Prioritários Recuperação de espécies e *habitats* prioritários, incluindo a erradicação e controlo de espécies de flora invasora e a florestação com espécies endémicas.

12.1.6 Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental

Desenvolvimento de ações e campanhas de promoção, sensibilização e educação ambiental; apoio aos planos de atividades das ONGA's dos Açores; desenvolvimento do projeto SIARAM; apoio ao Geoparque Açores.

12.1.8 Centro de Interpretação da Cultura do Ananás — S. Miguel

Empreitada de construção do Centro de Interpretação da Cultura do Ananás, em São Miguel.

12.1.10 Ampliação e reabilitação dos centros de interpretação ambiental

Construção de zona de apoio às descidas e de área de estacionamento de viaturas na base da Montanha do

12.1.11 Casa dos Fósseis (Santa Maria) e Casa dos Vulções (Pico)

Empreitada de construção dos centros de interpretação da Casa dos Fósseis, em Santa Maria, e da Casa do Vulcões, no Pico, incluindo a conceção e produção dos respetivos conteúdos expositivos e interpretativos.

12.1.12 Incentivos à manutenção de paisagens tradicionais em áreas classificadas

Sistemas de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais em áreas classificadas não abrangidas pela ação 12.4.7 (Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2014/A, de 15 de dezembro).

12.1.13 Reabilitação da Fábrica da Baleia de Porto Pim - Faial

Empreitada de Reabilitação da Fábrica da Baleia de Porto Pim, no Faial, visando a sua transformação em centro de interpretação.

12.2 Ordenamento do Território

12.2.2 Sistemas de Informação e Gestão do Território Desenvolvimento e atualização de conteúdos de sistemas de informação do território.

12.2.3 Planeamento e Gestão de Bacias Hidrográficas de Lagoas

Desenvolvimento de ações no âmbito da implementação dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas de São Miguel, Pico e Flores.

12.2.6 Intervenção em zonas de risco de movimentos de vertentes

Desenvolvimento de mecanismo de prevenção em zonas de risco de movimentos de vertentes. Empreitadas de intervenção em zonas de risco de movimentos de vertentes.

12.2.8 Acompanhamento e revisão de instrumentos de gestão territorial

Acompanhamento dos processos de elaboração e revisão dos planos municipais de ordenamento do território, bem como de desenvolvimento dos processos de avaliação e alteração dos planos especiais de ordenamento do território.

12.2.9 Desvios de afluentes da ribeira do Salto da Inglesa, Furnas

Empreitadas de construção do canal de desvio de afluentes da ribeira do Salto da Inglesa e de consolidação do leito e margens do canal do Salto do Fojo, nas Furnas.

12.3 Recursos Hídricos

12.3.1 Requalificação e Proteção de Recursos Hídricos Requalificação dos recursos hídricos. Desobstrução e limpeza de ribeiras. Apetrechamento dos serviços operativos.

12.3.3 Monitorização e Gestão dos Recursos Hídricos Monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição dos Açores.

12.3.4 Monitorização das Massas de Água Interiores da Região Hidrográfica Açores

Ampliação da rede de monitorização do ciclo hidrológico do arquipélago dos Açores.

12.3.6 Controlo da Eutrofização das Lagoas dos Açores Funcionamento do laboratório de análises e divulgação dos resultados das campanhas realizadas, bem como do sistema de arejamento da Lagoa das Furnas.

12.3.7 Prevenção e Análise de Risco de Cheias e Movimentos de Massas

Ações de prevenção e análise de risco de cheias e movimentos de massas associadas ao sistema hidrológico.

12.3.9 Limpeza, renaturalização e reperfilamento de linhas de água

Empreitadas e serviços de limpeza, renaturalização e reperfilamento de leitos e margens de ribeiras e grotas. 12.3.10 Empreitada requalificação da Fajãzinha, na ilha das Flores, incluindo o desvio das águas pluviais oriundas da encosta sobrejacente à estrada regional

Empreitada para captação das águas de escorrência da encosta e estrada de acesso à Fajãzinha, ilha das Flores.

12.3.11 Requalificação da rede hidrográfica da Pedreira do Nordeste, São Miguel

Empreitadas de requalificação da rede hidrográfica da Pedreira do Nordeste, incluindo reconstrução de taludes e passagens hidráulicas, em consequência dos temporais de setembro de 2015.

12.4 Qualidade Ambiental e Património Mundial

12.4.1 Estado do Ambiente e Monitorização das Alterações Climáticas

Elaboração do Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), incluindo a respetiva avaliação ambiental estratégica.

12.4.2 Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental

Estações de monitorização da qualidade do ar.

12.4.3 Vigilância de Áreas Classificadas, Avaliação e Licenciamento Ambiental

Atividades desenvolvidas pelas equipas de vigilância e fiscalização ambiental, bem como no âmbito dos processos de avaliação e licenciamento ambiental.

12.4.4 Sistemas de Monitorização e Controlo de Pragas Urbanas

Monitorização e controlo de pragas urbanas, designadamente térmitas, bem como elaboração do Plano de Controlo e Erradicação das Térmitas da Madeira Seca.

12.4.5 Inspeção e Fiscalização Ambiental

Inspeção Regional do Ambiente.

12.4.6 Gestão da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico

Gabinete Técnico da Paisagem da Cultura da Vinha do Pico.

12.4.7 Incentivos à Manutenção e Reabilitação da Cultura Tradicional da Vinha do Pico

Sistemas de apoio à manutenção e reabilitação da cultura tradicional da vinha do Pico em currais.

12.4.9 Programa Eco-Freguesia, freguesia limpa

Financiamento das ações desenvolvidas pelas autarquias locais no âmbito do Programa Eco-Freguesia, freguesia limpa.

12.4.10 Programa de mobilidade elétrica do corpo de vigilantes da natureza

Aquisição de viaturas elétricas para o corpo de Vigilantes da Natureza.

12.5 Gestão de Resíduos

12.5.1 Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Equipamento dos centros de processamento de resíduos e centro de valorização orgânica por compostagem.

12.5.2 Centros de Processamento e Promoção de Boas Práticas de Gestão de Resíduos

Pagamento das contrapartidas financeiras aos concessionários pela exploração dos CPR's; ações de sensibilização e promoção de boas práticas de gestão de resíduos

12.5.4 Selagem e requalificação de vazadouros de resíduos

Empreitadas de selagem e requalificação de lixeiras e aterros nas ilhas do Corvo, Santa Maria, Faial e São Jorge.

12.6 Requalificação da Orla Costeira

12.6.5 Proteção e requalificação costeira de S. Miguel e Santa Maria

Execução de intervenções de proteção e requalificação da orla costeira, bem como manutenção e prevenção dos fenómenos de erosão costeira, nas ilhas de S. Miguel e St. ^a Maria.

12.6.6 Proteção e requalificação costeira do Faial, Pico e São Jorge

Execução de intervenções de proteção e requalificação da orla costeira, bem como manutenção e prevenção dos fenómenos de erosão costeira, nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge.

12.6.7 Proteção e requalificação costeira da Terceira

Execução de intervenções de requalificação da orla costeira, bem como manutenção e prevenção dos fenómenos de erosão costeira, na ilha Terceira.

12.6.8 Resposta a intempéries e outros fenómenos extraordinários

Execução de intervenções não previstas de manutenção e requalificação da orla costeira, bem como de prevenção dos impactos de fenómenos de erosão costeira, designadamente intervenções não previstas.

12.6.11 Proteção e Requalificação Costeira da Graciosa

Execução de intervenções de proteção e requalificação da orla costeira, bem como manutenção e prevenção dos fenómenos de erosão costeira, na ilha Graciosa.

12.6.12 Proteção e requalificação costeira das Flores e Corvo

Execução de intervenções de proteção e requalificação da orla costeira, bem como manutenção e prevenção dos fenómenos de erosão costeira, nas ilhas das Flores e Corvo.

12.7 Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha

12.7.4 Cooperação Institucional

Despesas relacionadas com as atividades de cooperação institucional, no âmbito das valências do Mar dos Açores

12.7.7 Monitorização e Medidas da Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha dos Açores

Execução de estudos e trabalhos diversos previstos no Programa de Monitorização e Medidas da Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha dos Açores

12.7.10 Escola do Mar dos Açores

Execução da empreitada de construção e equipamento da Escola do Mar dos Açores.

12.7.12 Ação ambiental marinha no âmbito dos Parques Naturais de Ilha

Execução de diversas atividades de ação ambiental marinha, no âmbito dos Parques Naturais de Ilha.

12.7.14 Eventos de promoção e educação ambiental marinha

Organização e promoção de eventos de promoção e educação ambiental marinha.

12.7.15 Gestão zonas balneares

Gestão de zonas balneares da RAA.

12.7.16 Promoção da sustentabilidade das atividades empresariais marítimas

Estudos e trabalhos no âmbito da promoção da sustentabilidade das atividades empresariais marítimas.

12.7.17 Infraestruturas e equipamentos

Atualização tecnológica de instalações e equipamentos.

• Afirmar a Identidade Regional e Promover a Cooperação Externa

Programa 13 — Informação e Comunicação

Programação Financeira

			Euro
Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
13 Informação e Comunicação 13.1 Apoio aos Media 13.2 Jornal Oficial	1 102 000 1 000 000 102 000	1 102 000 1 000 000 102 000	

Programação Material

13.1 Apoio aos Media

13.1.1 PROMEDIA

Apoio aos órgãos de comunicação social dos Açores (Decreto Legislativo Regional n.º 8/2013/A, de 1 de agosto).

13.1.3 Plataforma Eletrónica de Comunicação com o Cidadão

O Portal do GRA desempenha uma missão fundamental na prestação de serviços digitais e no relacionamento dos cidadãos com o Governo Regional, devendo consolidar-se como uma plataforma *e-citizen*. Pretende-se potenciar e alargar o leque de serviços *online*, facilitar a comunicação do cidadão com o GRA e, simultaneamente, promover a modernização administrativa, facilitar a presença *web* dos departamentos do GRA, promover a sua atuação transversal a par da capacidade de descoberta de conteúdos e da disponibilização de ferramentas para a participação cidadã.

13.2 Jornal Oficial

13.2.1 Acesso à Base de Dados Jurídica

Encargos com a disponibilização de acesso a base de dados de legislação e conteúdos jurídicos a todo o GRA.

· Afirmar a Identidade Regional e Promover a Cooperação Externa

Programa 14 — Comunidades e Cooperação Externa

Programação Financeira

			Euro
Programa/Projetos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
14 Comunidades e Cooperação Externa 14.1 Cooperação Externa 14.2 Emigrado/Regressado 14.3 Identidade Cultural 14.4 Imigrado	228 950	789 950 228 950 113 000 355 000 93 000	

Programação Material

14.1 Cooperação Externa

14.1.1 Representação e ação externa da Região

Dinamização e aprofundamento das relações com Estados, entidades territoriais, instituições e organismos externos; consolidação da cooperação e ação externa da Região, com particular incidência nas relações com territórios insulares, regiões ultraperiféricas e territórios com ligações históricas e culturais, bem com interesse económico e político estratégico, através da promoção externa da Região, do estabelecimento e aprofundamento de relações, atividades, protocolos, atribuição de apoios e/ou parcerias com entidades territoriais congéneres e outras instituições e/ou entidades, nacionais ou estrangeiras, relevantes para aquele fim.

14.1.2 Relações com organismos de cooperação interregional, organizações e instituições europeias e internacionais

Representação e participação da Região em atividades de organismos de cooperação inter-regional, bem como de organizações e instituições europeias e internacionais; promoção e atribuição de apoios a estágios e formação académica no âmbito dessas instituições; desenvolvimento de protocolos, atribuição de apoios, estabelecimento de

parcerias e iniciativas conjuntas com instituições, organismos e/ou entidades, nacionais ou estrangeiras que sejam relevantes no âmbito da cooperação inter-regional e do relacionamento com a União Europeia.

14.1.3 Aproximação entre os Açores e a Europa

Promoção e divulgação na Região de atividades e temas relacionados com a União Europeia e a ação externa da Região; atribuição de apoios, celebração de protocolos e estabelecimento de parcerias, bem como, promoção de atividades conjuntas com instituições, organismos e/ou entidades, nacionais ou estrangeiras, que sejam relevantes no âmbito da aproximação entre os Açores e a União Europeia.

14.2 Emigrado/Regressado

14.2.1 Integração

Apoio aos emigrados e regressados, em diversas áreas, com objetivo da sua plena integração nas sociedades onde se encontram radicados.

14.2.2 Protocolos de Cooperação

Protocolos de cooperação com entidades, instituições e organizações, sem fins lucrativos, com o objetivo da integração dos emigrantes e regressados açorianos nas sociedades de acolhimento, bem como o apoio a situações de maior vulnerabilidade.

14.2.3 Encontros/Seminários

Realização e/ou apoio a iniciativas que promovam o debate e reflexão sobre as comunidades emigradas e regressadas, com vista à apresentação de linhas orientadoras de políticas e ação para a sua plena integração nas sociedades de acolhimento.

14.2.4 Projetos/Candidaturas

Apoio a projetos candidatos que visem estudos sobre os movimentos emigratórios açorianos e iniciativas que contribuem para a integração dos emigrantes e regressados açorianos nas diversas sociedades de acolhimento.

14.3 Identidade Cultural

14.3.1 Açorianidade e Raízes

Realização e /ou apoio a iniciativas que promovam o debate e reflexão sobre a identidade açoriana no mundo e o resgate do legado cultural; intercâmbios entre agentes dos Açores e das comunidades emigradas; juventude e promoção da Açorianidade.

14.3.2 Comunicação Açores/Comunidades

Realização e/ou apoio a iniciativas que promovam a divulgação dos Açores no mundo, nas diversas áreas e o conhecimento das comunidades açorianas da diáspora na Região.

14.3.3 Preservação da Identidade Cultural

Realização e/ou apoio a iniciativas que promovam a preservação da identidade cultural açoriana no mundo e dinamização do movimento associativo na divulgação dos valores identitários nas sociedades de acolhimento.

14.3.4 Protocolos de Cooperação

Protocolos de Cooperação com Casas dos Açores, instituições sem fins lucrativos e associações várias no âmbito da identidade cultural e promoção dos Açores no mundo.

14.3.5 Projetos/Candidaturas

Apoio a projetos candidatos que visem a apresentação e divulgação da cultura açoriana e, consequente, preservação da mesma; projetos informativos sobre a RAA e sobre as suas comunidades dispersas pelo mundo; intercâmbios culturais entre agentes dos Açores e das comunidades.

14.4 Imigrado

14.4.1 Integração

Apoio aos imigrados na RAA, em diversas áreas, com objetivo da sua plena integração na sociedade açoriana e promoção da interculturalidade.

14.4.2 Protocolos de Cooperação

Protocolos com entidades, instituições e associações, sem fins lucrativos, com o objetivo da integração dos imigrados na RAA e preservação da identidade cultural dos mesmos, com vista à promoção da interculturalidade.

14.4.3 Projetos/Candidaturas

Apoio a projetos candidatos que visem estudos sobre movimentos imigratórios na RAA; iniciativas que contribuem para a integração dos imigrados e promoção da interculturalidade nos Açores.

VI. OS PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO

Período de programação — 2007-2013

O Governo Regional dos Açores delineou uma estratégia própria e diferenciada em matéria de afetação dos fundos comunitários, para o período de programação 2007-2013 da política europeia de coesão.

O quadro da intervenção da Região assumiu um programa comparticipado pelo FEDER, o PROCONVER-

GENCIA, um outro comparticipado pelo fundo FSE, o PRO-EMPREGO, um eixo comparticipado pelo Fundo de Coesão no programa temático nacional, com a designação de Programa Operacional de Valorização do Território - POVT, e ainda a participação da Região no Programa de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias.

As intervenções comparticipadas pelo fundo comunitário para o mundo rural, o Fundo Europeu de Apoio para o Desenvolvimento Rural (FEADER), que substituiu o anterior FEOGA, estão consubstanciadas num programa que tem a designação de PRORURAL. No caso das pescas, a componente regional recebeu a designação de PROPESCAS, comparticipada pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP), que substituiu o anterior IFOP.

O financiamento comunitário para a Região para o período de 2007-2013 de 1,6 milhões de euros para uma despesa pública de quase 2 mil milhões de euros.

Programas Operacionais 2007-2013

Unidade: euro

- Cindade. edit			
	Dotação Programada		
	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
PROCONVERGENCIA	1.190,905,450 223,529,413 123,529,412 345,113,604 36,346,476 6.027,963	966.349.049 190.000.000 105.000.000 294.497.675 30.894.505 5.197.049	
Total	1.925.452.318	1.591.938.278	

A seguir apresenta-se uma sinopse das intervenções regionais de programação da política europeia de coesão.



O Programa Operacional dos Açores para a Convergência é um programa comparticipado pelo fundo estrutural FEDER, para o período de programação 2007-2013, enquadrado no Objetivo Comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores, integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), com uma dotação de 966,3 milhões de euros de fundo comunitário, a que corresponde uma despesa pública global de 1,2 mil milhões de euros.

O PROCONVERGENCIA, adotado pela Decisão da Comissão C (2007) 4625, de 5 de outubro de 2007, CCI 2007 PT 161 PO 006, abrange um leque diversificado de setores e de beneficiários das comparticipações comunitárias.

As prioridades estratégicas do PROCONVERGENCIA estruturam e identificam as principais medidas transversais de política económica e social, sustentadas em instrumentos de política pública. Deste quadro, emerge a seleção de grandes linhas de orientação estratégica, sobre as quais incidiu a concentração dos esforços do programa operacional:

i) Qualificação e robustecimento da economia, na perspetiva de mais competitividade, fortalecimento e diversificação do tecido produtivo regional, promoção do espírito empresarial e no impulso à inovação, à utilização de novas tecnologias de informação e comunicação e à sociedade da informação;

- ii) Desenvolvimento dos recursos humanos, assente no reforço do investimento no capital humano, melhorando a educação e as competências para a competitividade, na inclusão social e na qualidade vida;
- iii) Melhoria das acessibilidades, através da requalificação das redes estruturantes e sustentabilidade ambiental e a prevenção e gestão dos riscos;
- iv) Compensação dos efeitos da ultraperiferia, em que de acordo com o artigo 11.º do Regulamento (CE) 1080/2006, de 5 de julho, relativo ao FEDER, as regiões ultraperiféricas recebem um tratamento particular, que se traduz numa dotação específica adicional utilizada a fim de compensar os sobrecustos derivados da sua condição de ultraperifericidade.
- v) Comparticipação de despesas relativas à gestão, acompanhamento, controlo e avaliação do programa.

No âmbito da afetação das dotações comunitárias inscritas no PROCONVERGENCIA, a 31 de agosto de 2015,

em termos acumulados desde o início da vigência do atual período de programação, a autoridade de gestão aprovou já 1 694 candidaturas com um montante de despesa pública associada de 1 298,4 milhões de euros, a que corresponde uma comparticipação do fundo estrutural FEDER de cerca de 1.096,3 milhões de euros, o que reflete uma situação de *overbooking* dos compromissos.

A execução financeira (despesa efetivamente paga pelos beneficiários) das operações aprovadas ascendeu, em termos acumulados, ao montante de 1.130,8 milhões de euros de despesa pública, com uma comparticipação FEDER de 953,8 milhões de euros a que corresponde uma taxa de execução de 98,7%.

Os pagamentos efetuados, por reembolso de despesa realizada e adiantamentos aos beneficiários até à data de 31 de agosto, totalizam 956,6 milhões de euros.

No âmbito da execução do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), componente FEDER, reportado a 31 de julho de 2015, o PROCONVERGENCIA constituise como o programa operacional com melhor desempenho, apresentando uma taxa de execução financeira de 99%, sendo a média do QREN / FEDER de 92%.

PROCONVERGENCIA — Ponto de situação a 31-08-2015

		Apro	ovado	Execu	tado	Pagamentos	Taxa	Taxa
Eixos	Programado FEDER	Despesa Pública FEDER		Despesa Pública FEDER		Pagamentos FEDER	de aprova- ção	de exe- cução
TOTAL PROCONVERGEN- CIA	966.349.049,00	1.298.447.936,01	1.096.270.027,10	1.130.833.542,95	953.762.762,06	956.552.961,17	113,4%	98,7%
7 - Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	304.444.353,00	421.767.986,72	365.532.319,66	302 573 804 71	264 052 341 48	270.734.095,29	120.1%	86,7%
8 - Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	273.781.483,00	357.615.606,45	318.885.458,19	,	,	288.587.591,56	, , ,	,
rial e Sustentabilidade 10 - Compensar os Sobrecustos	318.522.380,00	390.140.533,93	342.039.464,25	,	,	328.047.136,07	,	,
da Ultraperifericidade 11 - Assistência Técnica do Programa	65.601.000,00 4.000.000,00	124.081.538,82 4.842.270,09	65.462.338,18 4.350.446,82	123.710.198,52 4.462.984,26	65.276.668,00 4.028.053,86	,	99,8%	99,5%



Este programa operacional assenta numa grande finalidade estratégica que consiste na colocação da intervenção FSE ao serviço de um novo ciclo de desenvolvimento e de políticas públicas para a RAA no qual a qualificação das pessoas, o papel do conhecimento, a inovação na valorização dos recursos endógenos regionais e a disseminação de uma cultura de empreendimento e de iniciativa assumem um estatuto de prioridade máxima. A perceção dos desafios que tal mudança coloca à coesão social e territorial dos Açores conduz coerentemente à valorização da problemática do desenvolvimento social, incluindo neste domínio uma nova importância ao combate à iliteracia.

Em estreita relação com a finalidade estratégica acima mencionada, o PO organiza-se em torno de seis domínios de intervenção:

• Empregabilidade de jovens;

- Consolidação das condições de empregabilidade no setor privado;
- Modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo;
- Empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D;
- Competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento;
- Inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo.

Estes seis domínios de intervenção são organizados de modo não só a servir os objetivos estruturantes que justificam a sua existência, mas também a dar resposta diferenciada a algumas prioridades transversais de toda a programação FSE.

Assim, os seis domínios devem, na especificidade das suas tipologias de projeto, criar condições para a disseminação de novos comportamentos de empreendimento e de iniciativa, favorecendo a emergência de empreendedorismo de vários tipos, como, complemento fundamental das políticas de empregabilidade e formação; empreende-

dorismo de oportunidade e com base em conhecimento científico e tecnológico e empreendedorismo de necessidade, ajustado às políticas de inclusão e desenvolvimento social. Do mesmo modo, a promoção da igualdade de género associada à garantia de mais elevadas taxas de participação e emprego feminino e a valorização das TIC como instrumento de combate aos efeitos penalizadores do isolamento e da fragmentação territorial são também entendidas como prioridades horizontais, dando origem seja às subtipologias em determinadas tipologias de projetos dos seis domínios de intervenção, seja a critérios de elegibilidade transversais à generalidade das tipologias. As tipologias e subtipologias de projeto previstas no programa evidenciam um forte potencial para a maximização dos pontos fortes e atenuação dos pontos fracos no mercado de trabalho regional, identificados no primeiro ponto do documento.

• Empregabilidade de jovens

Formação profissional de qualificação inicial Transição para a vida ativa

• Consolidação das condições de empregabilidade no setor privado

Formação de ativos

Apoio à inserção das mulheres em meio laboral

 Modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo

Fomento e disseminação do empreendedorismo

Formação profissional intraempresas

• Empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D

Investigação em contexto empresarial

Formação avançada

Formação avançada de suporte a projetos de empreendedorismo de base tecnológica.

 Competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento

Apoio à formação generalizada e especializada em TIC

Qualificação para a modernização de serviços da Administração Pública

• Inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo

Melhoria dos níveis de literacia e de qualificação básica da população açoriana

Projetos-piloto de Formação — Ação para a Inclusão

Apoio à consolidação de um mercado social de emprego

Qualificação para a modernização das organizações do terceiro setor

O PRO-EMPREGO tem uma dotação de fundo estrutural FSE de 190 milhões de euros, a que se adiciona 36,35 milhões de euros de contrapartida pública e mais 40 milhões de euros de financiamento privado, ascendendo a dotação do investimento público a 226,35 milhões de euros

Tendo em atenção os dados reportados a 31-08-2015, foram submetidos 1.550 pedidos de cofinanciamento, dos quais, 939 foram aprovados, 179 arquivados e 381 indeferidos. Foram ainda revogadas 38 decisões de aprovação.

Relativamente aos projetos aprovados, expurgados dos arquivamentos e revogações, os mesmos previam

a realização de 7.052 ações de formação, repartidas por 4.622 cursos com uma participação de 107.020 formandos.

A despesa pública aprovada, ajustada ao saldo nos projetos com saldo final encerrado ascendeu a 261,61 milhões de euros, sendo 220,3 milhões de euros do Fundo Comunitário, o que representa uma taxa de compromisso de 115,9%.

No que respeita à execução, a despesa pública validada pela autoridade de gestão, até à data de referência, foi de 233,41 milhões de euros, à qual corresponde o montante FSE de 196,85 milhões de euros, atingindo-se uma taxa de execução de 103,6%. Esta taxa de execução corresponde à mais elevada do país, relativamente aos PO do Fundo Social Europeu.

Naquela data encontravam-se concluídos, e com saldos aprovados, 869 projetos.

Foram ainda efetuados pagamentos aos promotores no montante total de 274,50 milhões de euros, sendo que 231,65 milhões de euros corresponderam à componente Fundo Social Europeu e 21,63 milhões de euros à componente orçamento da Segurança Social. Esses montantes correspondem ao pagamento de adiantamentos, reembolsos e saldos finais.



REDES E EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A aplicação do Fundo de Coesão na Região Autónoma dos Açores no período de programação 2007-2013 estrutura-se e combina duas grandes linhas de orientação: corresponder às áreas de intervenção definidas para este fundo comunitário e, principalmente, financiar projetos relevantes e complementares do programa operacional comparticipado pelo fundo estrutural FEDER, o PRO-CONVERGENCIA.

Com estes pressupostos, e tendo em consideração que este instrumento financeiro tem o objetivo último de contribuir para o reforço da coesão económica e social, numa perspetiva de promoção do desenvolvimento sustentável, para os Açores foram fixados dois grandes objetivos estratégicos:

- Melhorar os níveis de eficiência e de segurança do transporte marítimo no arquipélago;
- Aumentar os níveis de proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável.

A natureza dispersa e afastada das ilhas açorianas, a sua posição central no Atlântico norte, conjugada com as características do mar envolvente, confere especial prioridade e atenção aos portos comerciais existentes, obrigando a uma estratégia de requalificação e modernização das infraestruturas e uma adaptação dos meios de operação e de movimentação de mercadorias.

Neste domínio foram aprovadas duas intervenções destinadas à consolidação e modernização do sistema de transportes marítimos nos Açores, a Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta e o Reordenamento do Porto da Madalena.

Ao nível do ambiente, foram aprovadas intervenções no âmbito das infraestruturas de gestão de resíduos, incluindo centros de processamento, triagem, tratamento mecânico e valorização orgânica e também da recuperação e correção de situações de eutrofização das lagoas das Furnas e Sete Cidades, enquanto elementos importantes de reserva de recursos hídricos e ativos relevantes da paisagem açoriana.

A dotação inicial de Fundo de Coesão no montante de 70 Milhões de euros foi reprogramada para assegurar a elegibilidade de duas intervenções fundamentais para a Gestão e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos da RAA, a Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da ilha Terceira, promovida pela TERAMB — Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM e a respeitante ao Projeto VALORISM — ECOPARQUE DA ILHA DE SÃO MIGUEL, promovido pela MUSAMI.

Em virtude de atrasos verificados no processo de contratação pública do grande projeto promovido pela MU-SAMI, não se afigurou possível a sua execução, prevendo-se que o seja no âmbito do novo período de programação (2014-2020) no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

A taxa de compromisso do eixo específico para a RAA a 31 de agosto de 2015, face à dotação programada de FC em vigor de 105 milhões de euros, é de 96,4%.

No que respeita à execução, regista-se que o montante da despesa pública validada a 31 de agosto de 2015, atingiu os 100,9 milhões de euros ao qual corresponde um montante de cofinanciamento de Fundo de Coesão de 85,8 milhões de euros.

A taxa de execução apurada é de 81,7% e a taxa de realização de 84,7%.

Eixo III POVT — Ponto de situação a 31.08.2015

		Valores A	Aprovados	Despesa Declarada (elegível)		
Designação do Projeto	Entidade Beneficiária	Desp. Total Eleg./Mont. da Decisão	Fundo	Desp. Total Eleg./Mont. da Decisão	Fundo	
Requalificação Ambiental das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e Sete Cidades.	Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, AZORINA, S.A.	4.444.526,04	3.777.847,13	4.082.563,76	3.470.179,27	
Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta.	Portos dos Açores, SA	42.787.750,61	36.369.588,02	40.537.691,39	34.457.037,67	
Reordenamento do Porto da Madalena — Construção de Infraestruturas e obras para o melhoramento das condições de abrigo.	Portos dos Açores, SA	13.050.630,32	11.093.035,77	12.851.812,16	10.924.040,34	
Centros de Processamento de Resíduos de Sta. Maria, São Jorge, Pico e Faial e Selagem/remoção de lixeiras.	Direção Regional do Ambiente	22.403.344,93	19.042.843,19	20.244.481,15	17.207.808,96	
Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira.	TERAMB — Empresa Munici- pal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM.	36.401.748,72	30.941.486,41	23.208.534,34	19.727.254,17	
Total		119.088.000,62	101.224.800,52	100.925.082,80	85.786.320,41	



O Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL) enquadra-se na política de desenvolvimento rural definida pela União Europeia para o período de programação 2007-2013, sendo financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) no âmbito do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro.

O PRORURAL foi aprovado pela Decisão C (2007) 6162, de 4 de dezembro de 2007, com um montante total de contribuição FEADER de cerca de 275 milhões de euros. Em 2010, na sequência da Decisão do Conselho 2009/61/CE, de 19 de janeiro, o programa foi reforçado em 20 milhões de euros de FEADER, sendo este montante

alocado à Medida 1.5. Modernização das Explorações Agrícolas. Com este reforço o programa ascende a um montante total de despesa pública de 345 milhões de euros, correspondendo a uma contribuição FEADER de 295 milhões de Euros (85%).

A estratégia definida teve subjacente o conjunto de especificidades de natureza geográfica, económica, social e ambiental que caracteriza a Região, as Orientações Comunitárias de Desenvolvimento Rural, o Plano Estratégico Nacional, a análise da situação de base e a avaliação do período de programação anterior.

A estratégia regional para o desenvolvimento rural assenta num grande objetivo global e em 5 objetivos estratégicos, 3 correspondentes a áreas temáticas e que abrangem os 4 eixos prioritários definidos pela política comunitária de desenvolvimento rural e 2 de natureza transversal a toda a estratégia:

Ol	ojetivos Estratégicos	Correspondência com os Eixos da política comunitária
3 Objetivos Temáticos	Aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal.	Eixo 1. Aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal.

Ol	Correspondência com os Eixos da política comunitária				
	Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais.	Eixo 2. Melhoria do ambiente e da paisagem rural.			
	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.	Eixo 3. Qualidade de vida nas zonas rurais e diversifi- cação da economia rural Eixo 4. LEADER.			
2 Objetivos Transversais	4. Reforçar a coesão territorial e social.				
	 Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão setorial territorial. 				

No âmbito do PRORURAL, a 31 de agosto de 2015, e em termos acumulados desde o início da vigência do atual período de programação, a execução financeira das operações aprovadas ascendeu ao montante de 329,46 milhões de euros, a que corresponde uma comparticipação do fundo FEADER de cerca de 281,16 milhões de euros, e uma taxa de execução de 95,48%.

Entre 2007 e 2015, a dinâmica registada na apresentação e aprovação de pedidos de apoio à medida modernização das explorações agrícolas, ultrapassou largamente a dotação financeira disponível (mais dos 1.300 projetos apresentados), tendo sido pago respetivamente 55,56 milhões de euros de despesa pública a que corresponde uma comparticipação FEADER de 48,34 milhões de euros, e uma taxa de execução de 100,80 %.

De realçar igualmente um elevado interesse dos jovens em instalar-se na agricultura com o apoio da medida de instalação de jovens agricultores, superando as metas inicialmente traçadas (200 projetos aprovados) e melhoria dos níveis de ligação direta entre a instalação de jovens e a cessação de atividade (39% dos jovens são cessionários num processo de reforma antecipada) e entre a instalação de jovens e o investimento nas explorações agrícolas (94% dos jovens apresentou um projeto de investimento). Foi pago um montante de prémio à primeira instalação que ascendeu a 7,6 milhões de euros de despesa pública, a que corresponde uma comparticipação FEADER de 6,5 milhões de euros e uma taxa de execução de 103,83 %.

Esta tendência de grande adesão ao PRORURAL, estendeu-se aos agentes económicos do setor da agroindústria no âmbito da medida de apoio ao aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais com uma forte concentração na fileira do leite e laticínios (67% da despesa pública), foram pagos 57,36 milhões de euros de despesa pública, a que corresponde uma taxa de execução de 100,21%.

O investimento não foi feito só ao nível das explorações agrícolas, e da agroindústria, contemplou também infraestruturas de apoio a essa atividade, como seja o acesso às explorações, o abastecimento de água e de eletricidade, totalizando um investimento de mais de 27 milhões de euros.

Além dos incentivos na modernização e desenvolvimento da agricultura, grande parte dos apoios disponíveis foram canalizados para medidas destinadas a evitar o abandono da atividade agrícola e de *carácter* ambiental, com um montante pago entre 2007 e 2015, de 130,9 milhões de euros.

O programa de desenvolvimento rural para o período 2007-2013, também contribuiu para o fortalecimento dos territórios rurais, na sua vertente económica, social e ambiental. Revelou-se um fator dinamizador na componente de investimento, diversificação das economias rurais, melhoria das condições de vida das populações, contribuindo para a fixação das populações nestas mesmas zonas.

Quadro I — Ponto de Situação a 31-08-2015

Eixo	Despesa Pública (€)	FEADER (€)	ORAA (€)	Taxa de Execução (%)
1- Aumento da Competitividade dos Setores Agrícola e Florestal 2- Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural 3- Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia 4- Abordagem Leader 5- Assistência Técnica	164.374.919,92 140.125.159,67 1.477.108,36 22.417.841,41 1.061.309,45	140.839.868,26 119.105.910,64 1.255.542,10 19.055.165,26 902.113,04	23.535.051,79 21.019.249,03 221.566,26 3.362.676,22 159.196,41	96,30% 99,46% 28,06% 83,36% 80,12%
Total	329.456.338,81	281.158.599,30	48.297.739,71	95,48%



O Programa PROPESCAS assenta no apoio ao investimento no âmbito dos projetos cofinanciados pelo Fundo Europeu das Pescas visando, numa abordagem

sistémica, a criação das condições para a competitividade e sustentabilidade, a longo prazo, do setor pesqueiro regional, tendo em conta a aplicação de regimes de exploração biológica e ecologicamente racionais; a melhor organização do ramo da captura, transformação e comercialização e o reforço da competitividade da atividade produtiva empresarial, com a diversificação, inovação, acréscimo de mais-valias e garantia da qualidade dos produtos da pesca.

O desenvolvimento sustentável do setor das pescas da Região Autónoma dos Açores depende de uma visão estratégica comum, de uma politica integrada, de um melhor conhecimento científico e técnico, da cooperação institucional entre os parceiros do setor, da valorização dos profissionais e da sua participação ativa em sistemas de governação responsáveis e eficazes de forma a que o setor das pescas se torne mais competitivo num quadro de globalização a nível mundial.

Importa realçar a discriminação positiva que, nos termos do artigo 299.º do Tratado, foi assegurada aos operadores sedeados nesta Região Ultraperiférica.

Assim, as linhas orientadoras para o desenvolvimento do setor das pescas da Região Autónoma dos Açores pressupõem a inclusão no PROPESCAS, dos seguintes eixos prioritários:

Eixo Prioritário 1 — Adaptação da Frota de Pesca Regional

Apoiar a modernização das embarcações de pesca, com vista à melhoria das condições de trabalho e operacionalidade das mesmas, nomeadamente quanto à segurança a bordo, condições de higiene, preservação da qualidade do pescado, seletividade das arte e das operações de pesca e racionalização dos custos energéticos. Os investimentos em seletividade podem visar substituição das artes de pesca, experimentação de novas medidas técnicas, a redução do impacte da pesca nas espécies sem valor comercial e a proteção das capturas e artes de pesca de predadores selvagens protegidos.

Eixo Prioritário 2 — Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca

Apoiar investimentos relativos à construção e aquisição de equipamentos para instalações de produção com vista à introdução da atividade aquícola no arquipélago; a modernização das unidades conserveiras; a construção de novas unidades de transformação e de filetagem de pescado congelado; a construção de novas unidades da indústria transformadora tradicional resultantes de deslocalizações por exigências de ordem ambiental ou de planos de ordenamento do território. Promover investimentos que tenham por objetivo a certificação da qualidade dos produtos transformados e a diversificação da produção; a dinamização dos circuitos de comercialização, os investimentos que incrementem as exportações para a União Europeia e para países terceiros e que melhorem a competitividade, a produtividade e a capacidade concorrencial do setor; os investimentos que visem aumentar o valor acrescentado dos produtos da pesca; os que criem postos de trabalho qualificados e permitam aquisição de conhecimentos e de tecnologias, novas ou inovadoras, através de parcerias entre as empresas e o sistema científico e tecnológico, como universidades e laboratórios.

Eixo Prioritário 3 — Medidas de Interesse Geral

Apoiar a construção e modernização de unidades industriais visando a introdução de novas técnicas, novas tecnologias, a qualificação dos recursos humanos e a diversificação da produção, em ajuste à evolução do mercado, com vista ao aumento do valor acrescentado e à melhoria das condições de higiene, salubridade e qualidade dos produtos, contemplando, entre outras, a indústria conserveira regional; aquisição de equipamentos necessários ao processo produtivo, mais eficientes e respeitadores do

ambiente, nomeadamente em termos de rendimento energético, consumo de água e tratamento de resíduos.

Eixo Prioritário 4 — Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca

Apoiar as comunidades piscatórias na criação de condições intrínsecas que conduzam a novas fontes sustentáveis de rendimento e de qualidade de vida.

Eixo Prioritário 5 — Assistência Técnica

Garantir as condições necessárias à implementação e funcionamento do sistema e estrutura de gestão, acompanhamento, avaliação, controlo e divulgação do PROPESCAS, visando o sucesso da estratégia de desenvolvimento definida para o setor.

O PROPESCAS apresenta um envelope financeiro de despesa pública de 36,3 milhões de euros, a que correspondem 30,9 milhões de euros de comparticipação comunitária e 6,2 milhões de euros de comparticipação do orçamento regional.

Até 31 de agosto de 2015 foram aprovadas 156 candidaturas com um montante de despesa pública de 32,9 milhões de euros, a que corresponde um financiamento comunitário previsto de 27,9 milhões de euros, o que representa uma taxa de compromisso de 90,6%.

Em termos de execução o montante de despesa pública atinge 25,8 milhões de euros e financiamento comunitário pago no valor de 21,9 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução de 71,1%.



O Programa de Cooperação Transnacional Açores — Madeira — Canárias, para o período de programação 2007-2013, é um programa operacional cofinanciado pelo fundo estrutural FEDER, enquadrado no Objetivo Comunitário da Cooperação Territorial Europeia, aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C (2007) 4243, de 18 de setembro de 2007.

O objetivo global que sustenta a estratégia adotada no Programa consiste em, por um lado, incrementar os níveis de desenvolvimento e de integração socioeconómica dos três arquipélagos, fomentando uma estratégia que vise o impulso da sociedade do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, e, por outro lado, melhorar os níveis de integração socioeconómica do espaço de cooperação com os países de proximidade geográfica e cultural.

O Plano Financeiro Conjunto do Programa apresenta um custo total previsto que ascende a 65.169.525 euros e a comparticipação do FEDER a 55.394.099 euros, que corresponde a uma taxa máxima de ajuda comunitária de 85% para a zona transnacional.

A percentagem de contrapartidas nacionais, que ascende a 15%, resulta do nível de contrapartidas propostas por cada Estado-Membro. Este montante de recursos na-

cionais atinge os 9.775.426 Euros, procedentes do setor público.

A Região Autónoma dos Acores e da Madeira, neste conjunto, têm disponível, cada uma, a comparticipação FEDER de 5.197.049,50 euros. A Comunidade Autónoma de Canárias, por seu turno, dispõe de uma comparticipação FEDER de 45.000.000 euros.

A repartição do FEDER por Eixo Prioritário do Programa, para a Região Autónoma dos Açores, estrutura-se da seguinte forma:

Eixos prioritários	FEDER
EIXO 1: Promoção da investigação, desenvolvimento tecnológico, inovação e sociedade da informação EIXO 2: Consolidação da gestão do meio ambiente e da prevenção de riscos EIXO 3: Cooperação com países terceiros e articulação de grande vizinhança	2.314.671 1.820.555 750.000 311.823
Total	5.197.049

Em termos de aprovações de projetos, foram lançadas até à data, 3 convocatórias, que deram os seguintes resultados:

• No ano de 2008, procedeu-se ao lançamento da 1.ª convocatória para a apresentação de projetos aos Eixos 1 e

- 2 do Programa, que decorreu de 1 de setembro a 30 de outubro. Em maio de 2009, houve lugar à aprovação dos projetos apresentados, sendo que, com a participação de entidades dos Açores, foram aprovados 44 projetos com a atribuição de uma comparticipação FEDER de mais de 4 milhões de euros.
- No final do ano de 2009, procedeu-se ao lançamento da 2.ª convocatória do Programa, dirigida exclusivamente para o Eixo 3 — Cooperação com Países Terceiros e Grande Vizinhança. Desta convocatória, resultou a aprovação, por parte do Comité de Gestão do Programa celebrado em junho de 2010, de 11 projetos desenvolvidos por entidades açorianas.
- No final do ano de 2012, procedeu-se ao lançamento de uma 3.ª convocatória, também esta dirigida para o estabelecimento de parcerias com os países da Grande Vizinhança (Eixo 3), sendo de destacar a aprovação de mais 4 projetos.
- Posteriormente foram aprovados mais 6 projetos constantes de uma lista de reserva aprovada aquando da 3.ª convocatória.

Assim, até à data, foram aprovadas 61 candidaturas, com um montante de despesa pública associada de 5,3 milhões de euros, a que corresponde a uma comparticipação FEDER de 4,5 milhões de euros. A relação entre o aprovado e as despesas validadas é de 89%.

PCT MAC — Ponto de Situação a 31.08.2015

unidade: euro

	D. T.	Prograi	mado	Aprovado (após re	eprogramações)	Despesa V	Validada
Eixos	Projetos aprovados	Despesa pública	FEDER	Despesa pública	FEDER	Despesa pública	FEDER
Eixo I	30 13* 18**	2.723.142 2.141.830 882.353	2.314.672 1.820.555 750.000	2.545.038 1.529.090 1.282.433	2.163.282 1.229.726 1.090.068	2.544.382 1.664.188 583.013	2.162.725 1.414.560 495.561
Total	61	5.747.325	4.885.227	5.356.560	4.553.076	3.838.943	4.072.845

Período de programação 2014-2020

A Política de Coesão para o período de programação 2014-2020 surge num contexto de reestruturação do projeto europeu, diante dos novos desafios do século XXI e da necessidade de resposta aos fortes constrangimentos decorrentes da crise económica, financeira e social que tem afetado, de forma diferenciada, as economias europeias, expondo as suas fragilidades estruturais.

Este período de programação encontra-se alicerçado na Estratégia Europa 2020, a qual prossegue o desígnio de a União Europeia (UE) retomar uma tendência de crescimento marcada pela valorização da economia do conhecimento e pela criação de emprego (crescimento inteligente), pela redução da pobreza e o combate à exclusão social (crescimento inclusivo) e pela descarbonização da economia e maior eficiência energética (crescimento sustentável).

A concretização desta estratégia encontra fortemente ancorada nos investimentos a financiar pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). Os FEEI referem-se aos Fundos da Política de Coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional — FEDER, Fundo Social Europeu — FSE e Fundo de Coesão), ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

Após a aprovação do Acordo de Parceria Para Portugal (julho de 2014), dos Programas Operacionais dos Fundos da Coesão (dezembro de 2014) e dos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR do Continente — dezembro de 2014 — e PDR das Regiões Autónomas — fevereiro de 2015), teve lugar a aprovação de parte significativa da regulamentação nacional e regional assistindo-se ao lançamento de diversos concursos nos vários domínios temáticos. O Programa Operacional MAR 2020 encontrava-se no final de agosto de 2015 em fase de negociação entre Portugal e a Comissão Europeia.

O PO AÇORES 2020, comparticipado pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, para o período de programação 2014-2020, foi preparado pelo Governo Regional dos Açores, sintetizando as contribuições dos agentes regionais e as principais propostas em matéria de política de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das principais linhas de orientação da Estratégia Europeia 2020 e do Acordo de Parceria nacional.

^{*} aprovadas 14 candidaturas -1 desistência; **aprovadas 20 candidaturas - 2 desistências

Fundamenta-se numa visão estratégica para os Açores apoiando-se num conjunto de prioridades de investimento, otimizando os financiamentos comunitários e respetivas elegibilidades dos fundos estruturais FEDER e FSE, no âmbito do crescimento inteligente, da inclusão social e do emprego e da sustentabilidade.

O novo programa operacional para os Açores (PO Açores 2020) dispõe de um envelope financeiro de cerca de 1.140 milhões de euros de fundos comunitários, 825 milhões de euros destinados a intervenções financia-

das pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e 315 milhões de euros para intervenções no âmbito do Fundo Social Europeu. Com esta repartição é sinalizada de forma muito clara que as políticas ativas de emprego, de formação e de qualificação têm uma prioridade nas políticas públicas, traduzindo-se, em termos financeiros e em comparação com o atual período 2007-2013, num reforço de 125 milhões de euros da dotação que se atribui ao fundo que financiará estas políticas, o Fundo Social Europeu.

PO Açores 2020 -	– Ponto de situaçã	io a 31-07-2015
------------------	--------------------	-----------------

Dotação	Total de concurso / perío		concurso / períodos de candidatura		ncursos /períodos ndidatura em aberto	Concursos /períodos de candidatura encerrados		Candidaturas apresentadas		esentadas
de Fundo		Fundo comunita	ário a concurso		Fundo comunitário a concurso		Fundo comunitário a concurso		Investimento / custo total previsto	Investimento / custo médio por candidatura
mil euros	Nº	mil euros	% da Dotação de Fundo	N°	mil euros	N°	mil euros	N°	mil euros	mil euros
1.139.752	26	457.150	40%	22	343 650	4	113.500	641	321.264	501

A Região tem ainda acesso ao Fundo de Coesão, através dos PO Temáticos da Competitividade e Internacionalização (PO CI) e da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), preconizando-se a disponibilização de cerca de 133 milhões de euros.

Para além dos fundos de coesão, existem também fundos comunitários ligados às políticas comuns, como seja o caso do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), instrumento financeiro fundamental no apoio a um dos pilares da base económica regional, tendo sido obtido para os Açores um envelope financeiro para o período 2014-2020 de 295 milhões de euros.

- O Programa de Desenvolvimento Rural para o período de programação 2014-2020 contempla um conjunto diversificado e complementar de apoios que contribuem para uma abordagem integrada da agricultura e do desenvolvimento rural, nomeadamente com os seguintes desafíos:
- Modernização das estruturas de produção e transformação agropecuária;
 - Reestruturação e ordenamento fundiário;

- Transferência de conhecimentos e inovação;
- Fortalecimento da produção agrícola com potencial de crescimento nos mercados locais, nas áreas diversificação (hortícolas, nomeadamente beterraba sacarina, vinhos, frutícolas, ...).
- Criação de sistemas de rotulagem para identificar a origem dos produtos colocados no mercado;
- Conservação e valorização dos sistemas de produção com alto valor natural;
 - Adaptação às alterações climáticas;
 - Gestão e preservação de riscos;
 - Proteção do ambiente;
- Promoção da utilização eficiente dos recursos existentes.

Em suma, o Programa pretende contribuir com medidas adequadas às especificidades da Região Autónoma dos Açores e atenuar os constrangimentos estruturais e/ou reforçar as condições e potencialidades específicas da Região.

PDR Açores (ProRural+) — Ponto de situação a 31-07-2015

Dotação	Total de concurso / perío		de concurso / períodos de candidatura		Concursos/períodos de candidatura em aberto		Concursos /períodos de candidatura encerrados		Candidaturas apresentadas	
de Fundo	NIO	Fundo comunita	ário a concurso	N10	Fundo comunitário a concurso	N 10	Fundo comunitário a concurso	N 10	Investimento/custo total previsto	Investimento/custo médio por candidatura
mil euros	N°	mil euros	% da Dotação de Fundo	Nº	mil euros	N°	mil euros	N°	mil euros	mil euros
295.282	14	40.575	14%	9	30.625	5	9.950	228	48.482	213

O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEMAP), uma linha orçamental do Orçamento Comunitário associada à política marítima e das pescas, apoiará os projetos dos Açores a partir de um envelope financeiro ainda em definição e que passará a integrar as dotações necessárias ao financiamento da compensação dos custos suplementares suportados pelos operadores dos Açores nas atividades de pesca, cultura, transformação e comercialização de certos produtos da pesca e da aquicultura (POSEI).

No caso da cooperação territorial, o Programa Madeira, Açores e Canárias (MAC), integrará não só as regiões mencionadas, mas também foram convidados a participar os países terceiros de Cabo Verde, Mauritânia e Senegal, com o objetivo de aumentar o espaço natural de influência socioeconómica e cultural e as possibilidades de cooperação entre as regiões. O Programa inclui intervenções nas seguintes temáticas: valorização do conhecimento e da inovação, bem como a sua capacidade de integração em redes de conhecimento, melhoria da competitividade das PME, adaptação às alterações climáticas e a prevenção de riscos, proteção do meio ambiente e a eficiência de recursos e a capacidade institucional e eficiência da administração pública.

Investimento Público 2016

Desagregação por Objetivo

TOTAL 782,784,462 524,037,513 258,746,92 258,74		Desagregação por Objetivo			Unid.: euro
ALIMENTAR ACOMPETITIVIDADE E AEMPREGABILIDADE DA CON NOMIA REGIONAL 218.188.411 1.1		Objetivo/Programa/Projeto/Ação		Plano	Outros
NOMIA REGIONAL 382.247.688 16.4059.242 218.188.411		TOTAL	782.784.462	524.037.513	258.746.949
Competitividade, Empreya-rial			382.247.658	164.059.242	218.188.416
1.11 Scientificação de Incintrividade Empresarial 6.2,494.000 43,815.000 43,815.000 11,15	1	Competitividade, Emprego e Gestão Pública	157.852.735	78.735.750	79.116.985
1.1.6 Mobilização el Incitativas Empresarials 1.20,0000		Competitividade Empresarial			
1.1.6 Mobilização de Iniciativas Empresarias 1.200.000		Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial			
1.1.7 Promoção da Qualidade 250.000 250.000 1.1.8 Dimanuzação dos Sistemas Tecnológicos 7.500.000		Estimulo ao Desenvolvimento Empresarial			
1.18		Promoção do Qualidado			
1.1.9 Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial 7.500.000 7.500.000 150.0		Dinamização dos Sistemas Tecnológicos			
1.1.11 Valorização dos Recursos Geológicos 65.000		Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial			
1.1.11 Valorização dos Recursos Geológicos 65.000 65.000 65.000 65.000 7.0000.000 7.00		Microcrédito	150.000	150.000	
1.1.16 Fundo de Capital de Risco		Valorização dos Recursos Geológicos			
1.1.17 Promoção das Potencialidades Económicas da Região		Promoção da Inovação e do Empreendedorismo			
1.1.1 Dimamização da atividade conómica 700.000 770.000 770.000 1.2.1 Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais 100.000 400.000 400.000 1.2.2 Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Oficios 400.000 60.000 1.2.2 1.2.2 Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Oficios 400.000 60.000 1.2.3 1.2.4 Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanatis 60.000 210.000 210.000 1.2.3 1.2.4 1		Fundo de Capital de Risco			
1.2.1 Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais 770.000 770.000 100.000 1.2.2 Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Oficios 400.000 60.000 1.2.3 Certificação e Protegido dos Produtos e Serviços Artesanais 60.000 210.000 1.2.4 Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato 210.000 210.000 1.3.1 Formação Profissional 84.666.760 555.000 2300.000 53.400.000 1.3.2 Programas de Estásios Profissionals 9,911.760 950.000 8901.761 1.3.3 Programas de Emprego 17.240.000 1800.000 15.440.000 1.3.4 Adequação Tecnológica dos Serviços 300.000 300.000 300.000 1.3.5 Defesa do Consumidor 95.000 70.000 350.000 1.3.6 Estádos, Projetos e Cooperação 70.000 70.000 350.000 1.3.7 Inspeção Regional do Trabalho 350.000 300.000 300.000 300.000 1.4 Modernização Administrativa 300.000 300.0		Dinamização da atividade económica			
1.21 Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais 100.000 400.000 12.22 Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Officios 400.000 210.000 12.120 12.24 Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato 210.000 210.000 13.24 Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato 210.000 23.000.000 13.25 Programas de Estágios Profissional 84.666.760 65.15.000 53.400.000 13.24 Programas de Estágios Profissional 9911.760 950.000 895.000 13.34 Adequação Tecnológica dos Serviços 300.000 300.000 300.000 300.000 13.35 Defesa do Consumidor 95.000 95.000 95.000 13.35 Defesa do Consumidor 95.000 95.000 13.36 Estudos, Projetos e Cooperação 70.000 70.000 70.000 13.37 Inspeção Regional do Trabalho 6 Emprego 300.000 300.000 300.000 14.24 Nodernização Administrativa 360.750 363.750		Anoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais			
1.2.3 Circlineação Promeção e Comercialização das Artes e Officios 400.000 60.000 1.2.4 Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato 210.000 210.000 1.3.5 Engrego e Qualificação Profissional 55.700.000 2300.000 53.400.000 1.3.1 Formação Profissional 55.700.000 2300.000 53.400.000 1.3.2 Programas de Estagios Profissionais 99.11.760 950.000 1.3.3 Programas de Estagios Profissionais 99.11.760 950.000 300.000 1.3.4 Adequação Tecnológica dos Serviços 300.000 350.000 350.000 1.3.5 Defesa do Consumidor 95.000 95.000 95.000 70.000 1.3.6 Estudos, Projetos e Cooperação 70.000 70.000 350.000 1.3.8 Contrato com a Universidade dos Açores para o Crescimento Económico e Criação de Emprego 40.000 40.00000 40.0000 40.0000 40.0000 40.0000 40.0000 40.0000		Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais			
1.3 Empreço Q Qualificação Profissional 84,666.76 6.515.000 78.151.76 1.3 Formação Profissional 55,700.000 2300.000 35,400.000 1.3 Programas de Estágios Profissionals 9,911.76 55,000 8,961.76 1.3 Programas de Estágios Profissionals 9,911.76 55,000 8,961.76 1.3 Programas de Estágios Profissionals 9,911.76 55,000 8,961.76 1.3 Programas de Estágios Profissionals 9,910.00 18,0000 18,0000 1.3 Programas de Emprego 17,240.000 18,0000 15,440.000 1.3 Estudos, Projetos e Cooperação 70,000 70,000 70,000 1.3 Estudos, Projetos e Cooperação 70,000 70,000 70,000 1.3 Estudos, Projetos e Cooperação 70,000 70		Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Ofícios		400.000	
1.31 Emprego e Qualificação Profissional 55,700,000 2,300,000 3,400,					
1.3.1 Formação Profissional 55,700,000 2,300,000 53,400,000 1.3.2 Programas de Estágios Profissionais 9,911.760 59,000 8,961.761 1.3.3 Programas de Estágios Profissionais 9,910.760 1,800,000 1					70 151 7(0
1.3.2 Programas de Estágios Profissionais 9.911.760 590.000 1.800.000 1.840.000 1.34.4		Emprego e Qualificação Profissional			
1.3.4 Adequação Tecnológica dos Serviços 300.000		Programas de Estágios Profissionais			
1.3.4 Adequação Tecnológica dos Serviços 300.000 300.000 1.35 Defesa do Consumidor 95.000 70.000 70.000 1.36 Estudos, Projetos e Cooperação 350.000 70.000 70.000 70.000 1.37 Inspeção Regional do Trabalho 350.000 1.000.000 435.000 1.44 Ações de modernização administrativa 636.750		Programas de Emprego			15.440.000
1.3.5 Defesa do Consumidor 95,000 95,000 70,000		Adequação Tecnológica dos Serviços			
1.3.7 Inspeção Regional do Trabalho 350.000 1.0000.000 1.000.000 1.000.000 1.0000.000 1.0000.000 1.0000.000 1.0000.000 1.0000.00		Defesa do Consumidor			
1.3.8 Contrato com a Universidade dos Açores para o Crescimento Económico e Criação de Emprego 1.000.000 1.000.000 1.44 Ações de modernização administrativa 300.000 300.0		Estudos, Projetos e Cooperação		70.000	2.50.000
de Emprego		Inspeção Regional do Trabalho	350.000		350.000
1.4.1 Ações de modernização Administrativa 336,750 336,750 330,000 300,000	1.3.6		1 000 000	1 000 000	
1.4.1 Ações de modernização administrativa 300.000	1.4	Modernização Administrativa			
1.4.3 Promoção da qualidade nos serviços da administração pública regional 30.000 60.000 60.000 1.5.4 Desmaterialização de Processos 60.000 2.385.000 2.300.000 550.000 1.5.5 Rede Integrada de Apoio ao Cidadão 2.850.000 2.300.000 550.000 1.6 Serviços Cociais 180.000 180.000 180.000 1.7 Cooperação com as Autarquias Locais 560.000 560.000 560.000 1.7 Cooperação técnica 15.000 15.000 15.000 1.7.1 Cooperação financeira com os municípios 45.000 45.000 500.000 1.7.2 Cooperação financeira com as freguesias 500.000 500.000 500.000 1.8 Estatística 80.000 80.000 80.000 1.8.1 Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística 70.000 70.000 10.000 1.8.2 Projetos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional - MAC 10.000 10.000 10.000 1.9 Planeamento e Finanças 5615.225 5.200.000 500.000 1.9 Património Regional 4415.225 4.000.000 415.225 2 Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural 168.716.030 56.441.799 112.274.231 2.1 Infraestruturas Agrícolas e Florestais 3.500.430 3.500.430 3.500.430 3.500.430 3.500.430 3.500.430 3.500.430 3.500.430 3.500.430 3.500.000 2.13 10.11	1.4.1	Ações de modernização administrativa	300.000	300.000	
1.4.4 Desmaterialização de Processos 60.000 2.300.000 2.300.000 1.50.000 1.51 Rede Integrada de Apoio ao Cidadão 2.850.000 2.300.000 550.000 1.50.000 1.50.000 1.50.000 1.50.000 1.50.000 1.50.000 1.50.000 1.50.000 1.50.000 1.50.000 1.50.000 1.50.000 1.50.000 1.50.000 1.50.000 1.70 Cooperação com as Autarquias Locais 560.000 560.000 1.71 Cooperação técnica 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.0000 15.00000 15.00000		Sistema Integrado de Gestão da Administração Regional dos Açores			
1.5					
1.5.1 Rede Integrada de Apoio ao Cidadão 2.850,000 2.300,000 180,000 150,000 150,000 17.2 150,000 150,000 150,000 17.3 150,000 150,000 180,000 1		Informação de Interesse Público ao Cidadão			550,000
1.6 Serviços Sociais 180,000 180,000 180,000 1.6.1 180,000 180,000 1.6.1 180,000 180,000 1.7.1 180,000 180,000 1.7.2 180,000 150,000 150,000 150,000 1.7.2 150,000 150,000 150,000 150,000 1.7.2 150,000 1		Rede Integrada de Apoio ao Cidadão			550.000
1.7 Cooperação com as Autarquias Locais 560.000 15.000 15.000 17.1 Cooperação técnica 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 15.000 17.3 Cooperação financeira com as freguesias 500.000 500.000 500.000 18.1 Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística 70.000 70.000 70.000 18.2 Projetos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional - MAC 10.000 10.000 10.000 19.1 Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais 500.000 500.000 500.000 19.2 Património Regional 500.000 500.000 200.000 19.3 Reestruturação do Setor Público Empresarial 200.000 200.000 200.000 19.4 Coesão Regional 4415.225 4.000.000 415.225 11.1 Infraestruturas de Florestais 48.807.510 18.534.710 18.534.710 11.2.274.231 11.1 11		Serviços Sociais			
17.1 Cooperação técnica 15.000 15.000 17.20 17.2 Cooperação financeira com os municípios 45.000 45.000 45.000 17.3 Cooperação financeira com as freguesias 500.000 500.000 1.8 Estatística 80.000 70.000 10.000 1.8 Projetos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional - MAC 10.000 10.000 10.000 1.9 Planeamento e Finanças 5.615.225 5.200.000 500.000 500.000 1.9 Património Regional 200.000 500.000 500.000 500.000 1.9 Património Regional 200.000 200.000 200.000 1.9 Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural 168.716.030 56.441.799 112.274.231 Infraestruturas Agrícolas e Florestais 48.807.510 18.534.710 32.72.800 21.1 Infraestruturas rurais e florestais 3.500.430 3.500.430 3.500.430 3.500.000 2.1.1 Construção do Parque de Exposições da Ilha Terceira 4.755.000 4.755.000 2.895.000 2.1.8 Sistemas e Infraestruturas de Informação e Comunicação 4.50.000 4.50.000 2.1.10 Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura 1.940.000 1.170.000 2.1.10 Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura 342.000 342.00 307.800 2.2.20 Melhoramento e Sanidade Animal 4.174.250 3.579.250 595.000 2.2.2 Melhoramento e Sanidade Animal 4.174.250 3.579.250 595.000 2.2.2 Melhoramento e Sanidade Animal 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250 595.000 4.174.250 3.579.250		Serviços de apoio aos funcionários públicos			
1.7.2 Cooperação financeira com os municípios 500.000 500.		Cooperação com as Autarquias Locais			
1.7.3 Cooperação financeira com as freguesias 500.000 80.000 1.8.1 Estatística 70.000 70.000 1.8.2 Projetos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional - MAC 10.000 10.000 1.9 Planeamento e Finanças 5.615.225 5.200.000 1.9.1 Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais 500.000 500.000 1.9.2 Património Regional 500.000 500.000 1.9.3 Reestruturação do Setor Público Empresarial 200.000 200.000 1.9.4 Coesão Regional 4.415.225 4.000.000 2.1 Infraestruturas Agrícolas e Florestais 168.716.030 56.441.799 112.274.231 2.1.1 Infraestruturas Agrícolas e Florestais 48.807.510 18.534.710 30.272.806 2.1.2 Infraestruturas agrícolas e de desenvolvimento rural 35.00.430 3500.430 2.1.3 Infraestruturas urais e florestais 48.807.510 18.534.710 30.272.806 2.1.3 Infraestruturas agrícolas e de desenvolvimento rural 35.00.430 350.0430 35		Cooperação finançaira com os municípios			
1.8 Estatística 80.000 80.000 1.8.1 Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística 70.000 70.000 1.8.2 Projetos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional - MAC 10.000 10.000 1.9 Planeamento e Finanças 5.615.225 5.200.000 1.9.1 Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais 500.000 500.000 1.9.2 Património Regional 200.000 200.000 1.9.3 Reestruturação do Setor Público Empresarial 200.000 200.000 1.9.4 Coesão Regional 4.415.225 4.000.000 1.9.2 Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural 168.716.030 56.441.799 112.274.231 2.1 Infraestruturas de Ordenamento Agrário 28.200.000 3800.000 24.400.000 2.1.2 Infraestruturas rurais e florestais 3.500.430 3.500.430 2.1.3 Infraestruturas agrícolas e de desenvolvimento rural 350.000 350.000 2.1.4 Construção das Novas Instalações do Laboratório Regional de Veterinária 2.131.080 2.131.080					
1.8.2 Projetos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional - MAC 10.000 10.000 19.000 19.10 19.10 19.11 19.11 19.12 19.12 19.12 19.12 19.13 19.14 19.15		Estatística	80.000		
1.9					
1.9.1 Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais 500.000 500.000 500.000 1.9.2 Património Regional 500.000 500.000 500.000 1.9.3 Resestruturação do Setor Público Empresarial 200.000 200.000 4.15.225 4.000.000		Projetos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional - MAC			415.225
1.9.2 Património Regional 500.000 200.000 1.9.3 Reestruturação do Setor Público Empresarial 200.000 200.000 200.000 200.000 1.9.4 2.00.000		Castão Acompanhamento Controla a Avaliação do Plana a Fundas Estruturais			415.225
1.9.3 Reestruturação do Setor Público Empresarial 200.000 4.415.225 4.000.000 4.15.225 2.250 2		Património Regional			
1.9.4 Coesão Regional 4.415.225 4.000.000 415.225 2		Reestruturação do Setor Público Empresarial			
2.1 Infraestruturas Agrícolas e Florestais 48.807.510 18.534.710 30.272.800 2.1.1 Infraestruturas de Ordenamento Agrário 28.200.000 3.800.000 24.400.000 2.1.2 Infraestruturas rurais e florestais 3.500.430 3.500.430 3.500.0430 2.1.3 Infraestruturas agrícolas e de desenvolvimento rural 350.000 350.000 20.000 2.1.4 Construção das Novas Instalações do Laboratório Regional de Veterinária 2.131.080 2.131.080 2.131.080 2.1.7 Rede Regional de Abate 2.895.000 4.755.000 2.895.000 2.1.8 Sistemas e Infraestruturas de Informação e Comunicação 450.000 450.000 2.1.9 Construção do Novo Matadouro do Faial 2.944.000 295.000 2.649.00 2.1.10 Construção do Novo Matadouro da Graciosa 1.300.000 130.000 1.170.00 2.1.11 Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura 342.000 34.200 307.800 2.2 Modernização das Explorações Agrícolas 48.652.893 21.370.393 27.282.500 2.2.1 Melhoramento e	1.9.4	Coesão Regional			415.225
2.1.1 Infraestruturas de Ordenamento Agrário 28.200.000 3.800.000 24.400.000 2.1.2 Infraestruturas rurais e florestais 3.500.430 3.500.430 3.500.0430 2.1.3 Infraestruturas agrícolas e de desenvolvimento rural 350.000 350.000 2.1.4 Construção das Novas Instalações do Laboratório Regional de Veterinária 2.131.080 2.131.080 2.1.5 Construção do Parque de Exposições da Ilha Terceira 4.755.000 4.755.000 2.1.7 Rede Regional de Abate 2.895.000 2.895.000 2.1.8 Sistemas e Infraestruturas de Informação e Comunicação 450.000 450.000 2.1.9 Construção do Novo Matadouro do Faial 2.944.000 295.000 2.649.00 2.1.10 Construção do Novo Matadouro da Graciosa 1.300.000 130.000 1.170.00 2.1.11 Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura 342.000 34.200 307.80 2.2 Modernização das Explorações Agrícolas 48.652.893 21.370.393 27.282.50 2.2.1 Melhoramento e Sanidade Animal 4.174.250 3.579.250 595.00 </td <td></td> <td>Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural</td> <td></td> <td></td> <td></td>		Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural			
2.1.2 Infraestruturas rurais e florestais 3.500.430 3.500.430 2.1.3 Infraestruturas agrícolas e de desenvolvimento rural 350.000 350.000 2.1.4 Construção das Novas Instalações do Laboratório Regional de Veterinária 2.131.080 2.131.080 2.1.5 Construção do Parque de Exposições da Ilha Terceira 4.755.000 4.755.000 2.1.7 Rede Regional de Abate 2.895.000 2.895.000 2.1.8 Sistemas e Infraestruturas de Informação e Comunicação 450.000 450.000 2.1.9 Construção do Novo Matadouro do Faial 2.944.000 295.000 2.649.00 2.1.10 Construção do Novo Matadouro da Graciosa 1.300.000 130.000 1.170.00 2.1.11 Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura 1.940.000 34.200 34.200 2.1.12 Matadouro da Terceira - Melhoramento da Infraestrutura 342.000 34.200 307.80 2.2 Modernização das Explorações Agrícolas 48.652.893 21.370.393 27.282.50 2.2.1 Melhoramento e Sanidade Animal 4.174.250 3.579.250 595.000		Infraestruturas Agricolas e Florestais			
2.1.3 Infraestruturas agrícolas e de desenvolvimento rural 350.000 350.000 2.1.4 Construção das Novas Instalações do Laboratório Regional de Veterinária 2.131.080 2.131.080 2.1.5 Construção do Parque de Exposições da Ilha Terceira 4.755.000 4.755.000 2.1.7 Rede Regional de Abate 2.895.000 2.895.000 2.1.8 Sistemas e Infraestruturas de Informação e Comunicação 450.000 450.000 2.1.9 Construção do Novo Matadouro do Faial 2.944.000 295.000 2.649.00 2.1.10 Construção do Novo Matadouro da Graciosa 1.300.000 130.000 1.170.00 2.1.11 Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura 1.940.000 34.200 34.200 2.1.12 Matadouro da Terceira - Melhoramento da Infraestrutura 342.000 34.200 307.80 2.2 Modernização das Explorações Agrícolas 48.652.893 21.370.393 27.282.50 2.2.1 Melhoramento e Sanidade Animal 4.174.250 3.579.250 595.000		Infraestruturas rurais e florestais			24.400.000
2.1.5 Construção do Parque de Exposições da Ilha Terceira 4.755.000 4.755.000 2.1.7 Rede Regional de Abate 2.895.000 2.895.000 2.1.8 Sistemas e Infraestruturas de Informação e Comunicação 450.000 450.000 2.1.9 Construção do Novo Matadouro do Faial 2.944.000 295.000 2.649.000 2.1.10 Construção do Novo Matadouro da Graciosa 1.300.000 130.000 1.70.000 2.1.11 Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura 1.940.000 34.200 34.200 2.1.12 Matadouro da Terceira - Melhoramento da Infraestrutura 342.000 34.200 307.800 2.2 Modernização das Explorações Agrícolas 48.652.893 21.370.393 27.282.500 2.2.1 Melhoramento e Sanidade Animal 4.174.250 3.579.250 595.000		Infraestruturas agrícolas e de desenvolvimento rural			
2.1.7 Rede Régional de Ábate 2.895.000 2.895.000 2.1.8 Sistemas e Infraestruturas de Informação e Comunicação 450.000 450.000 2.1.9 Construção do Novo Matadouro do Faial 2.944.000 295.000 2.649.000 2.1.10 Construção do Novo Matadouro da Graciosa 1.300.000 130.000 1.170.000 2.1.11 Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura 1.940.000 194.000 1.746.000 2.1.12 Matadouro da Terceira - Melhoramento da Infraestrutura 342.000 34.200 307.800 2.2 Modernização das Explorações Agrícolas 48.652.893 21.370.393 27.282.500 2.2.1 Melhoramento e Sanidade Animal 4.174.250 3.579.250 595.000			2.131.080	2.131.080	
2.1.8 Sistemas e Infraestruturas de Informação e Comunicação 450.000 450.000 2.1.9 Construção do Novo Matadouro do Faial 2.944.000 295.000 2.649.00 2.1.10 Construção do Novo Matadouro da Graciosa 1.300.000 130.000 1.170.00 2.1.11 Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura 1.940.000 194.000 1.746.00 2.1.12 Matadouro da Terceira - Melhoramento da Infraestrutura 342.000 34.200 307.80 2.2 Modernização das Explorações Agrícolas 48.652.893 21.370.393 27.282.50 2.2.1 Melhoramento e Sanidade Animal 4.174.250 3.579.250 595.000		Construção do Parque de Exposições da Ilha Terceira			
2.1.9 Construção do Novo Matadouro do Faial 2.944.000 295.000 2.649.000 2.1.10 Construção do Novo Matadouro da Graciosa 1.300.000 130.000 1.170.000 2.1.11 Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura 1.940.000 194.000 1.746.000 2.1.12 Matadouro da Terceira - Melhoramento da Infraestrutura 342.000 34.200 307.800 2.2 Modernização das Explorações Agrícolas 48.652.893 21.370.393 27.282.500 2.2.1 Melhoramento e Sanidade Animal 4.174.250 3.579.250 595.000		Kede Kegional de Abate Sistemas a Infraestruturas de Informação a Comunicação			
2.1.10 Construção do Novo Matadouro da Graciosa 1.300.000 130.000 1.170.000 2.1.11 Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura 1.940.000 194.000 342.00 2.1.12 Matadouro da Terceira - Melhoramento da Infraestrutura 342.000 34.200 307.800 2.2 Modernização das Explorações Agrícolas 48.652.893 21.370.393 27.282.500 2.2.1 Melhoramento e Sanidade Animal 4.174.250 3.579.250 595.000		Construção do Novo Matadouro do Fajal			2 649 000
2.1.11 Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura 1.940.000 194.000 3.746.000 2.1.12 Matadouro da Terceira - Melhoramento da Infraestrutura 342.000 34.200 307.800 2.2 Modernização das Explorações Agrícolas 48.652.893 21.370.393 27.282.500 2.2.1 Melhoramento e Sanidade Animal 4.174.250 3.579.250 595.000					1.170.000
2.2 Modernização das Explorações Agrícolas 48.652.893 21.370.393 27.282.500 2.2.1 Melhoramento e Sanidade Animal 4.174.250 3.579.250 595.000	2.1.11	Matadouro São Miguel - Melhoramento da Infraestrutura			1.746.000
2.2.1 Melhoramento e Sanidade Animal					307.800
2.2.1 Wichiotalicillo e Salidade Allillai		Modernização das Explorações Agricolas			
2.7.7. LUMUNGUK YEZHAL	2.2.1	Sanidade Vegetal	4.174.250 370.000	3.579.250	393.000
2.2.3 Formação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola	2.2.3	Formação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola	2.385.000		700.000
					24.700.000

				Unid.: euro
	Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
2.2.5	Acompanhamento das Intervenções Comunitárias	875.000	875.000	
2.2.7	Reforma Antecipada	1.827.500	540.000	1.287.500
2.2.8	Incentivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA)	541.143	541.143	
2.2.9	Promoção, Divulgação e Apoio à Decisão	150.000	150.000	
2.2.10 2.2.11	Apoio à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas Potenciar o Setor Vitivinícola	1.000.000	1.000.000 100.000	
2.2.11	Apoio à inovação e rentabilização da atividade agrícola	3.250.000	3.250.000	
2.2.13	Regime de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola	2.100.000	2.100.000	
2.2.14	Bem-estar de animais de companhia e de animais errantes	20.000	20.000	
2.2.15	Programa de reestruturação e reforço do setor leiteiro	4.100.000	4.100.000	25 210 000
2.3 2.3.1	Aumento do Valor dos Produtos Ágrícolas e Florestais	36.319.000 27.819.000	11.100.000 2.600.000	25.219.000 25.219.000
2.3.1	Apoio ao Escoamento de Produtos na Indústria Agroalimentar	3.400.000	3.400.000	23.219.000
2.3.3	Regularização de Mercados	4.650.000	4.650.000	
2.3.4	Qualidade e Certificação	450.000	450.000	
2.4	Diversificação e Valorização do Espaço Rural	34.936.627	5.436.696	29.499.931
2.4.1 2.4.2	Manutenção da Atividade Agrícola	14.823.333	2.300.000	12.523.333
2.4.2	Pagamentos Agroambientais e Natura 2000	11.200.000 4.386.666	1.000.000 300.000	10.200.000 4.086.666
2.4.3	Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural	2.590.628	310.000	2.280.628
2.4.5	Fomento Florestal	700.000	700.000	
2.4.6	Promoção do Uso Múltiplo da Floresta	726.000	726.000	
2.4.7	Qualificação da madeira de criptoméria para fins estruturais	270.000	64.696	205.304
2.4.8	Produção de óleos essenciais a partir da criptoméria, do incenso (<i>Pitosporum undulatum</i>) e conteira (<i>Hedychium gardnerianum</i>) e promoção da produção de			
	mel de incenso	240.000	36.000	204.000
3	Pescas e Aquicultura	27.899.613	16.392.613	11.507.000
3.1	Inspeção e Gestão	1.350.000	1.350.000	
3.1.1	Fiscalização e Inspeção	55.000	55.000	
3.1.2 3.1.3	Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e Outras Entidades	1.200.000 95.000	1.200.000 95.000	
3.1.3	Infraestruturas Portuárias	13.962.113	9.305.113	4.657.000
3.2.1	Portos da Região	4.600.000	4.600.000	1.027.000
3.2.4	Construção do Entreposto Frigorífico de Ponta Delgada	236.000	236.000	
3.2.12	Construção da oficina de embarcações da Praia da Vitória	168.740	168.740	
3.2.13 3.2.14	Melhoria das condições operacionais do Porto do Topo	1.500.000	1.500.000	2 150 000
3.2.14	Ampliação do molhe do porto da Ribeira Quente Porto dos Carneiros	2.525.000 75.000	375.000 75.000	2.150.000
3.2.17	Requalificação do Entreposto Frigorífico da Horta	1.525.000	375.000	1.150.000
3.2.18	Melhoramento das condições de segurança e operacionalidade do núcleo de pescas			
2 2 10	do porto da Horta	1.050.000	350.000	700.000
3.2.19 3.2.20	Requalificação do Entreposto Frigorífico da Madalena	93.125 552.750	22.125 132.750	71.000 420.000
3.2.20	Adaptação do espaço do posto de recolha de pescado de Vila Franca do Campo	124.500	29.500	95.000
3.2.22	Consolidação do porto de Santa Cruz da Graciosa	483.013	483.013	22.000
3.2.23	Beneficiação do núcleo de pescas da Madalena	568.760	568.760	
3.2.24	Construção do novo Entreposto Frigorífico da Ribeira Quente	93.125	22.125	71.000
3.2.25	Reequipamento do porto de pesca dos Biscoitos	59.000	59.000	
3.2.26 3.2.27	Melhoria das condições de operacionalidade do porto das Poças, ilha das Flores Requalificação dos portos de Água de Pau, Nordeste, Porto Formoso e Praia da	75.000	75.000	
3.2.21	Graciosa	180.000	180.000	
3.2.28	Construção das novas casas de aprestos da Madalena, São Roque e Lajes do Pico	53.100	53.100	
3.3	Frota e Recursos Humanos	2.987.500	2.987.500	
3.3.1	Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira	1.650.000	1.650.000 250.000	
3.3.2 3.3.3	FUNDOPESCA	250.000 40.000	40.000	
3.3.4	Regime de Apoio à Redução dos Custos na Atividade da Pesca	405.000	405.000	
3.3.5	Regime de Apoio à Segurança no Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca			
226	Local e Costeira	220.000	220.000	
3.3.6 3.3.7	Regime de Apoio à Contratação de Tripulantes na Frota Atuneira Regional	10.000	10.000	
3.3.7	Formação	375.000 37.500	375.000 37.500	
3.4	Produtos da Pesca	2.550.000	2.550.000	
3.4.1	Mercados e Comercialização	800.000	800.000	
3.4.2	Transformação e Aquicultura	1.750.000	1.750.000	
3.5	Programa Regional de Desenvolvimento do Setor das Pescas	7.050.000	200.000	6.850.000
3.5.1 4	Apoio ao Investimento no âmbito dos Projetos FEP Desenvolvimento do Turismo	7.050.000 27.779.280	200.000 12.489.080	6.850.000 15.290.200
4.1	Promoção e Desenvolvimento Turístico	23.922.748	8.632.548	15.290.200
4.1.1	Desenvolvimento da Política do Turismo	157.440	157.440	
4.1.2	Promoção do Destino	641.839	641.839	
4.1.5	Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento Regional - Turismo	71.000	71.000	
4.1.7 4.1.8	Desenvolvimento Turismo Sénior Desenvolvimento do Destino	300.000 10.313.075	300.000 3.100.000	7 212 075
4.1.8	Promoção e edição de informação turística institucional	75.000	75.000	7.213.075
1.1.7		75.000	75.000	

				Unid.: euro
	Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
4.1.10	Eventos desportivos de promoção do destino	2.887.269	2.887.269	
4.1.11	Incremento dos fluxos turísticos	9.477.125	1.400.000	8.077.125
4.2	Qualificação e Valorização da Oferta	3.856.532	3.856.532	
4.2.1 4.2.2	Qualificação dos Equipamentos Turísticos	1.022.300 923.082	1.022.300 923.082	
4.2.2	Consolidação da Rede de Trilhos dos Açores	240.500	240.500	
4.2.4	Desenvolvimento dos recursos termais	500.650	500.650	
4.2.5	Qualificação do produto Natureza e Mar	1.070.000	1.070.000	
4.2.6	Plano integrado de desenvolvimento das Fajãs da Ilha de São Jorge	100.000	100.000	
_	PROMOVER A QUALIFICAÇÃO E A INCLUSÃO SOCIAL	185.684.143	178.110.143	7.574.000
5 5.1	Educação, Ciência e Cultura Construções Escolares	85.178.933 44.450.000	80.978.933 42.950.000	4.200.000 1.500.000
5.1.1 5.1.2	Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da RAA Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1.º Ciclo (DLR	325.000	325.000	1.500.000
5.1.3	n.º 32/2002/Å, de 8 agosto) EB2,3/S das Lajes do Pico	1.750.000 8.600.000	250.000 8.600.000	1.500.000
5.1.6	Grande Reparação na EBI da Horta	750.000	750.000	
5.1.7	Requalificação das instalações para o 2.º e 3.º ciclos da EBI de Rabo de Peixe	1.750.000	1.750.000	
5.1.8	Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso	14.600.000	14.600.000	
5.1.10	Assistência técnica e fecho financeiro	1.600.000	1.600.000	
5.1.11	Construção de novas instalações para a EBI Canto da Maia	6.500.000	6.500.000	
5.1.12	Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental	500.000	500.000	
5.1.13 5.1.16	Construção de novas instalações para a EBS da Calheta Construção de novas instalações para a EBI de Arrifes	7.375.000 400.000	7.375.000 400.000	
5.1.17	Construção de novas instalações para a EBI de Capelas	50.000	50.000	
5.1.18	Construção de novas instalações para a EBI da Lagoa	50.000	50.000	
5.1.20	Reparação da EBS das Flores	100.000	100.000	
5.1.21	Reparação do complexo desportivo da EBS Jerónimo Emiliano de Andrade	100.000	100.000	
5.2 5.2.1	Equipamentos Escolares Aquisição de Equipamento para a Educação Pré-Escolar e os Ensinos Básico e	350.000	350.000	
	Secundário	350.000	350.000	
5.3	Apoio Social	9.500.000 9.500.000	9.500.000 9.500.000	
5.3.1 5.4	Apoio Social Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino	9.300.000	9.300.000	
3.4				
5.4.1	Privado e Formação	4.840.000	3.540.000	1.300.000
	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	3.000.000	3.000.000	
5.4.2	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	3.000.000 1.600.000	3.000.000	1.300.000 1.300.000
5.4.2 5.4.3	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	3.000.000 1.600.000 240.000	3.000.000 300.000 240.000	
5.4.2 5.4.3 5.5	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000	
5.4.2 5.4.3	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	3.000.000 1.600.000 240.000	3.000.000 300.000 240.000	
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000	
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000	
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado. Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000	
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado . Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação . Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409	
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000	
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409	
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409	
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 2.150.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 750.000	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado. Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 2.150.000 2.150.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 750.000	1.300.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8.1 5.9	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado. Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 2.150.000 2.150.000 2.657.500	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 750.000 750.000 2.657.500	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1 5.9 5.9.1	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado . Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação . Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 2.150.000 2.150.000 2.657.500 140.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 750.000 750.000 2.657.500 140.000	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8.1 5.9	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação Edição de obras de cariz cultural	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 2.150.000 2.150.000 2.657.500	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 750.000 750.000 2.657.500	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1 5.9.1 5.9.2 5.9.3 5.9.4	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação Edição de obras de cariz cultural Rede de Leitura Pública Banda Lira Açoriana	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 2.150.000 2.150.000 2.657.500 140.000 32.500 55.000 70.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 750.000 750.000 2.657.500 140.000 32.500 55.000 70.000	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1 5.9 5.9.1 5.9.2 5.9.3 5.9.4 5.9.5	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação Edição de obras de cariz cultural Rede de Leitura Pública Banda Lira Açoriana Dinamização Cultural	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 2.150.000 2.150.000 2.657.500 140.000 32.500 70.000 950.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 750.000 750.000 140.000 32.500 55.000 70.000 950.000	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1 5.9 5.9.1 5.9.2 5.9.3 5.9.4 5.9.5	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação Edição de obras de cariz cultural Rede de Leitura Pública Banda Lira Açoriana Dinamização Cultural Arte Contemporânea dos Açores - ArTca	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 32.500 55.000 70.000 950.000 300.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 750.000 750.000 140.000 32.500 55.000 70.000 950.000 300.000	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8.1 5.9 5.9.1 5.9.2 5.9.3 5.9.4 5.9.5 5.9.6 5.9.7	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado. Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação Edição de obras de cariz cultural Rede de Leitura Pública Banda Lira Açoriana Dinamização Cultural Arte Contemporânea dos Açores - ArTca Apoios a atividades de relevante interesse cultural	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 35.500 140.000 35.500 70.000 950.000 300.000 900.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 750.000 750.000 140.000 32.500 55.000 70.000 950.000 300.000	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1 5.9 5.9.1 5.9.2 5.9.3 5.9.4 5.9.5	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação Edição de obras de cariz cultural Rede de Leitura Pública Banda Lira Açoriana Dinamização Cultural Arte Contemporânea dos Açores - ArTca Apoios a atividades de relevante interesse cultural Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 32.500 55.000 70.000 950.000 300.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 750.000 750.000 140.000 32.500 55.000 70.000 950.000 300.000	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1 5.9 5.9.1 5.9.2 5.9.3 5.9.4 5.9.5 5.9.6 5.9.7 5.9.8 5.10	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação Edição de obras de cariz cultural Rede de Leitura Pública Banda Lira Açoriana Dinamização Cultural Arte Contemporânea dos Açores - ArTca Apoios a atividades de relevante interesse cultural Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 140.000 32.500 55.000 70.000 950.000 300.000 900.000 210.000 14.587.024 180.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 750.000 750.000 140.000 32.500 55.000 70.000 950.000 300.000 900.000 210.000 14.587.024 180.000	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1 5.9 5.9.1 5.9.2 5.9.3 5.9.4 5.9.5 5.9.6 5.9.7 5.9.8 5.10	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação Edição de obras de cariz cultural Rede de Leitura Pública Banda Lira Açoriana Dinamização Cultural Arte Contemporânea dos Açores - ArTca Apoios a atividades de relevante interesse cultural Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural Inventário do Património Artístico e Cultural	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 494.409 200.000 350.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 32.500 55.000 70.000 950.000 300.000 900.000 210.000 14.587.024 180.000 264.700	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 300.000 300.000 900.000 1.270.000 340.000 494.409 200.000 350.000 750.000 750.000 2.657.500 140.000 32.500 55.000 70.000 950.000 300.000 900.000 14.587.024 180.000 264.700	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1 5.9 5.9.1 5.9.2 5.9.3 5.9.4 5.9.5 5.9.6 5.9.7 5.9.8 5.10	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação Edição de obras de cariz cultural Rede de Leitura Pública Banda Lira Açoriana Dinamização Cultural Arte Contemporânea dos Açores - ArTca Apoios a atividades de relevante interesse cultural Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural Inventário do Património Artístico e Cultural Inventário do Património Artístico e Cultural	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 2.557.500 140.000 32.500 70.000 950.000 300.000 910.000 14.587.024 180.000 264.700 400.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 750.000 750.000 2.657.500 140.000 32.500 55.000 70.000 950.000 300.000 950.000 14.587.024 180.000 264.700 400.000	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1 5.9 5.9.1 5.9.2 5.9.3 5.9.4 5.9.5 5.9.6 5.9.7 5.9.8 5.10.1 5.10.2 5.10.3 5.10.4	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação Edição de obras de cariz cultural Rede de Leitura Pública Banda Lira Açoriana Dinamização Cultural Arte Contemporânea dos Açores - ArTca Apoios a atividades de relevante interesse cultural Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural Inventário do Património Artístico e Cultural Imóveis e Conjuntos Classificados Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo — Novas Instalações	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 950.000 300.000 950.000 300.000 910.000 14.587.024 180.000 264.700 400.000 3.500.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 750.000 2.657.500 140.000 32.550 55.000 70.000 950.000 300.000 900.000 210.000 14.587.024 180.000 264.700 400.000 3.500.000	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1 5.9 5.9.1 5.9.2 5.9.3 5.9.4 5.9.5 5.9.6 5.9.7 5.9.8 5.10.1 5.10.2 5.10.3 5.10.4 5.10.5	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação Edição de obras de cariz cultural Rede de Leitura Pública Banda Lira Açoriana Dinamização Cultural Arte Contemporânea dos Açores - ArTca Apoios a atividades de relevante interesse cultural Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural Inventário do Património Artístico e Cultural Imóveis e Conjuntos Classificados Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo — Novas Instalações Investigação Arqueológica	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 140.000 32.500 55.000 70.000 950.000 300.000 910.000 14.587.024 180.000 264.700 400.000 3.500.000 50.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 300.000 300.000 900.000 1.270.000 340.000 340.000 340.000 350.000 750.000 750.000 750.000 2.657.500 140.000 32.500 70.000 950.000 300.000 910.000 14.587.024 180.000 264.700 400.000 3.500.000 50.000	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1 5.9 5.9.1 5.9.2 5.9.3 5.9.4 5.9.5 5.9.6 5.9.7 5.9.8 5.10.1 5.10.2 5.10.3 5.10.4	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado . Escola Profissional das Capelas . Formação do Pessoal Docente e não Docente . Tecnologias da Informação . Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação . Projetos Pedagógicos . Projetos Pedagógicos . Projetos de inovação pedagógica . Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar . Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias . Ciência . Valorizar em ciência . Cooperação e criação de parcerias em I&D . Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento . Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores . Fundo Regional da Ciência . Transferências para o Fundo Regional da Ciência . Dinamização de Atividades Culturais . Escolas de Formação . Edição de obras de cariz cultural . Rede de Leitura Pública . Banda Lira Açoriana . Dinamização Cultural . Arte Contemporânea dos Açores - ArTca . Apoios a atividades de relevante interesse cultural . Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas . Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural . Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural . Inventário do Património Artístico e Cultural . Inventário do Património Artístico e Cultural . Imóveis e Conjuntos Classificados . Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo — Novas Instalações . Investigação Arqueológica . Museus, Bibliotecas e Arquivos . Salvaguarda do Património Baleeiro .	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 950.000 300.000 950.000 300.000 910.000 14.587.024 180.000 264.700 400.000 3.500.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 350.000 750.000 2.657.500 140.000 32.550 55.000 70.000 950.000 300.000 900.000 210.000 14.587.024 180.000 264.700 400.000 3.500.000	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1 5.9 5.9.1 5.9.2 5.9.3 5.9.4 5.9.5 5.9.6 5.9.7 5.9.8 5.10.1 5.10.2 5.10.3 5.10.4 5.10.5 5.10.6 5.10.8 5.10.9	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação Edição de obras de cariz cultural Rede de Leitura Pública Banda Lira Açoriana Dinamização Cultural Arte Contemporânea dos Açores - ArTca Apoios a atividades de relevante interesse cultural Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural Inventário do Património Artístico e Cultural Inventário do Património Artístico e Cultural Innóveis e Conjuntos Classificados Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo — Novas Instalações Investigação Arqueológica Museus, Bibliotecas e Arquivos Salvaguarda do Património Baleeiro Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 950.000 300.000 990.000 210.000 14.587.024 180.000 264.700 400.000 3.500.000 50.000 1.500.000	3.000.000 300.000 300.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 340.000 340.000 350.000 750.000 750.000 2.657.500 140.000 32.500 70.000 950.000 300.000 990.000 210.000 14.587.024 180.000 264.700 400.000 3.500.000 50.000 1.500.000	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1 5.9.1 5.9.2 5.9.3 5.9.4 5.9.5 5.9.6 5.9.7 5.9.8 5.10.1 5.10.2 5.10.3 5.10.4 5.10.5 5.10.6 5.10.8 5.10.9 5.10.10	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em l&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação Edição de obras de cariz cultural Rede de Leitura Pública Banda Lira Açoriana Dinamização Cultural Arte Contemporânea dos Açores - ArTca Apoios a atividades de relevante interesse cultural Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural Inventário do Património Artístico e Cultural Imóveis e Conjuntos Classificados Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo — Novas Instalações Investigação Arqueológica Museus, Bibliotecas e Arquivo de Angra do Heroísmo Divulgação e Sensibilização do Património Cultural Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 300.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 32.500 70.000 950.000 300.000 210.000 14.587.024 180.000 264.700 400.000 3.500.000 1.500.000 200.000 200.000 350.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 300.000 300.000 900.000 1.270.000 340.000 494.409 200.000 350.000 750.000 2.657.500 140.000 32.500 55.000 70.000 950.000 300.000 900.000 14.587.024 180.000 180.000 1500.000 1.500.000 1.500.000 200.000 200.000 35.000	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1 5.9 5.9.1 5.9.2 5.9.3 5.9.4 5.9.5 5.9.6 5.9.7 5.9.8 5.10.1 5.10.2 5.10.3 5.10.4 5.10.5 5.10.6 5.10.8 5.10.9 5.10.10 5.10.10 5.10.11	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado. Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em I&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação Edição de obras de cariz cultural Rede de Leitura Pública Banda Lira Açoriana Dinamização Cultural Arte Contemporânea dos Açores - ArTca Apoios a atividades de relevante interesse cultural Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural Inventário do Património Artistico e Cultural Inventário do Património Baleeiro Divulgação e Sensibilização do Património Cultural Aquisção de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Salvaguarda do Património Baleeiro Divulgação de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para entidades Culturais	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 32.500 55.000 70.000 950.000 300.000 210.000 41.587.024 180.000 264.700 400.000 3.500.000 50.000 1.500.000 50.000 35.000 150.000	3.000.000 300.000 300.000 300.000 300.000 300.000 300.000 2.510.000 900.000 1.270.000 340.000 494.409 200.000 350.000 750.000 2.657.500 140.000 32.500 55.000 70.000 900.000 210.000 14.587.024 180.000 150.000 1.500.000 35.0000 1.500.000 150.000	1.300.000 1.400.000
5.4.2 5.4.3 5.5 5.5.1 5.6 5.6.2 5.6.3 5.6.4 5.7 5.7.1 5.7.2 5.7.3 5.7.4 5.8 5.8.1 5.9 5.9.1 5.9.2 5.9.3 5.9.4 5.9.5 5.9.6 5.9.7 5.9.8 5.10.1 5.10.2 5.10.3 5.10.4 5.10.5 5.10.6 5.10.8 5.10.10 5.10.10 5.10.10 5.10.11 5.10.11	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado Escola Profissional das Capelas Formação do Pessoal Docente e não Docente Tecnologias da Informação Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação Projetos Pedagógicos Projetos de inovação pedagógica Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias Ciência Valorizar em ciência Cooperação e criação de parcerias em l&D Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores Fundo Regional da Ciência Transferências para o Fundo Regional da Ciência Dinamização de Atividades Culturais Escolas de Formação Edição de obras de cariz cultural Rede de Leitura Pública Banda Lira Açoriana Dinamização Cultural Arte Contemporânea dos Açores - ArTca Apoios a atividades de relevante interesse cultural Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural Inventário do Património Artístico e Cultural Imóveis e Conjuntos Classificados Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo — Novas Instalações Investigação Arqueológica Museus, Bibliotecas e Arquivo de Angra do Heroísmo Divulgação e Sensibilização do Património Cultural Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	3.000.000 1.600.000 240.000 300.000 300.000 300.000 300.000 1.270.000 340.000 3.834.409 2.790.000 494.409 200.000 2.150.000 2.150.000 2.150.000 32.500 70.000 950.000 300.000 210.000 14.587.024 180.000 264.700 400.000 3.500.000 1.500.000 200.000 200.000 350.000	3.000.000 300.000 240.000 300.000 300.000 300.000 300.000 900.000 1.270.000 340.000 494.409 200.000 350.000 750.000 2.657.500 140.000 32.500 55.000 70.000 950.000 300.000 900.000 14.587.024 180.000 180.000 1500.000 1.500.000 1.500.000 200.000 200.000 35.000	1.300.000 1.400.000

				Unid.: euro
	Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
5.10.16	Igrejas do Carmo e São Francisco da Horta	5.000	5.000	
5.10.17	Museu Francisco Lacerda	1.695.660	1.695.660	
5.10.18	Museu de Santa Maria	1.630.300	1.630.300	
5.10.19 5.10.21	Restauro de Bens Arquivísticos Públicos	3.500 649.200	3.500 649.200	
5.10.22	Lancha Espalamaca	20.000	20.000	
5.10.23	Museu da Horta	20.000	20.000	
5.10.24 5.10.25	Reabilitação do património histórico de Santa Maria Projeto Museológico da Ilha do Corvo	1.550.000 403.400	1.550.000	
5.10.23	Igreja das Manadas	496.144	496.144	
5.10.28	Núcleo Museológico de História dos Cabos Submarinos do Museu da Horta	75.000	75.000	
5.10.29	Museu da Construção Naval em Santo Amaro - Pico	222.520	222.520	
5.10.30 5.10.31	Assistência técnica e fecho financeiro Musealização da Torre do Aeroporto de Santa Maria	5.000 100.000	5.000	
5.10.31	Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo	305.500	305.500	
5.10.33	Restauro do Altar-Mor e teto da Igreja do Convento de São Boaventura	10.000	10.000	
5.10.34 5.10.35	Museu das Flores Museografía do Museu do Pico	68.000 25.000	68.000 25.000	
5.10.55 6	Desenvolvimento do Sistema de Saúde	28.335.292	28.335.292	
6.2 6.2.1	Ampliação e Remodelação de Infraestruturas	3.762.667	3.762.667	
6.2.6	se — Centro de Saúde	1.166.667	1.166.667	
6.2.7	Hospital de Ponta Delgada	1.310.000	1.310.000	
6.2.8	gada	1.086.000 200.000	1.086.000 200.000	
6.3	Beneficiação de Infraestruturas	3.791.744	3.791.744	
6.3.1	Beneficiação de Infraestruturas das Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	500.000	500.000	
6.3.3	Beneficiação de Infraestruturas dos Centros de Saúde da USIT	241.611	241.611	
6.3.5 6.3.6	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico	944.000 619.333	944.000 619.333	
6.3.7	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde da Calheta	566.400	566.400	
6.3.8	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Velas	920.400	920.400	
6.4 6.4.1	Parcerias Público-Privadas Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira	11.282.217 11.282.217	11.282.217 11.282.217	
6.5	Apetrechamento e Modernização	1.600.000	1.600.000	
6.5.1	Equipamentos para Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	300.000	300.000	
6.5.4 6.5.6	Equipamentos para o novo Centro de Saúde de Ponta Delgada	300.000 1.000.000	300.000 1.000.000	
6.6	Apoios e Acordos	2.459.664	2.459.664	
6.6.1	Rede de Cuidados Continuados	1.715.664	1.715.664	
6.6.6 6.6.7	Incentivos à Fixação de Médicos na RAA	214.000 500.000	214.000	
6.6.8	Vale de Saúde	30.000	500.000 30.000	
6.8	Projetos na Saúde	3.429.000	3.429.000	
6.8.2	Deslocação de Doentes	2.700.000	2.700.000	
6.8.3 6.8.4	Plano Regional da Saúde Qualidade na Saúde	145.000 50.000	145.000 50.000	
6.8.6	Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção de Comportamentos de Risco	500.000	500.000	
6.8.9	Emergência em Saúde Pública e em situação de exceção	34.000	34.000	
6.9	Formação	110.000	110.000	
6.9.1 6.10	Bolsas de Estudo Tecnologias de Informação na Saúde	110.000 1.900.000	110.000 1.900.000	
6.10.2	Equipamentos Informáticos e Infraestruturas Tecnológicas na Saúde	200.000	200.000	
6.10.3	RIS – Sistema de Informação de Radiologia	1.700.000	1.700.000	
7	Solidariedade Social	37.055.805	34.955.805	2.100.000
7.1 7.1.4	Apoio à Infância e Juventude Adaptação de edifício a Creche no Nordeste	7.382.375 290.000	7.382.375 290.000	
7.1.10	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude	784.375	784.375	
7.1.12	Construção de Creche em Ponta Delgada	610.000	610.000	
7.1.13	Reabilitação de edifício para ATL da Cáritas	121.000	121.000	
7.1.14 7.1.15	Obras de ampliação e remodelação de Creche e Jardim de Infância na Povoação Obras de remodelação do Colégio "O Baloiço" em Angra do Heroísmo	333.000 354.000	333.000 354.000	
7.1.13	Obras de beneficiação do Infantário "O Carrocel" em Angra do Heroísmo	450.000	450.000	
7.1.17	Remodelação da Creche "O Castelinho" — Horta	700.000	700.000	
7.1.18	Construção da Creche do Paim	1.300.000	1.300.000	
7.1.19 7.1.20	Construção da Creche de Água de Pau	300.000 400.000	300.000 400.000	
7.1.20	Construção de edificio para Sede e Centro Comunitário em Ponta Delgada	850.000	850.000	
7.1.22	Requalificação de edificio para ATL nos Fenais da Luz	75.000	75.000	
7.1.25	Requalificação de Centro Comunitário e ATL em Angra do Heroísmo	350.000	350.000	
7.1.26 7.1.27	Requalificação de Lar de Infância e Juventude na Praia da Vitória	215.000 250.000	215.000 250.000	
1.1.4/	requanticação de editicio para cieche e Januini de Infancia no Corvo	250.000 I	250.000 T	

				Unid.: euro
	Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
7.2 7.2.2	Apoio à Família, Comunidade e Serviços	15.540.462	13.440.462	2.100.000
7.0.0	sociais e programas sociais dos Açores	2.213.000	113.000	2.100.000
7.2.3 7.2.4	Fundo Regional de Ação Social	8.817.462	8.817.462	
7.2.4	comunidade e dos serviços da Segurança Social	295.000	295,000	
7.2.5	Reabilitação/Construção de edifício para Sem Abrigo da Cáritas	1.250.000	1.250.000	
7.2.6	Remodelação do edificio Abrigo Amigo	665.000	665.000	
7.2.7	Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas	100.000	100.000	
7.2.8 7.2.9	Reabilitação de Edificio para Centro de Terapia Familiar CEDO - Complemento Especial para o Doente Oncológico	500.000 500.000	500.000	
7.2.9	Construção do Centro Intergeracional dos Arrifes	500.000	500.000 500.000	
7.2.11	Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo	700.000	700.000	
7.3	Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	2.978.503	2.978.503	
7.3.3	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à	1.348.503	1 249 502	
7.3.4	deficiência	750.000	1.348.503 750.000	
7.3.5	Construção do Lar Residencial dos Valados	50.000	50.000	
7.3.6	Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel	350.000	350.000	
7.3.7	Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação			
7.2.0	Especial	200.000	200.000	
7.3.8 7.4	Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande Apoio a Idosos	280.000 10.154.465	280.000 10.154.465	
7.4.6	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos			
7 4 7	idosos	836.681 250.000	836.681	
7.4.7 7.4.8	Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa Rede de Cuidados Continuados dos Açores	940.000	250.000 940.000	
7.4.9	COMPAMID	1.000.000	1.000.000	
7.4.11	Sénior Ativo	200.347	200.347	
7.4.12	Adaptação de edifício destinado a Centro de Dia e Centro de Noite na Bretanha	272.000	272.000	
7.4.13	Criação do centro de apoio ao idoso da Maia	487.437	487.437	
7.4.14 7.4.15	Criação da UCC do Recolhimento Jesus, Maria, José Requalificação de edifício para centro de dia e centro de noite nas Cinco Ribeiras	1.100.000 820.000	1.100.000 820.000	
7.4.16	Construção de Lar de Idosos e Centro de Dia em São Sebastião	164.000	164.000	
7.4.18	Construção de cozinha de receção e distribuição do serviço de apoio ao domicílio			
7.4.10	da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa	300.000	300.000	
7.4.19 7.4.20	Criação do Centro de Noite da Piedade	472.000 400.000	472.000 400.000	
7.4.20	Construção do Centro de Dia da Maia	900.000	900.000	
7.4.22	Construção do Centro de Dia das Doze Ribeiras	412.000	412.000	
7.4.23	Requalificação do serviço de apoio ao domicílio em Santa Cruz das Flores	585.000	585.000	
7.4.24	Criação de centro de apoio ao idoso no Lar Luís Soares de Sousa	690.000	690.000	
7.4.25 7.4.26	Construção de centro de dia nos Flamengos	125.000 200.000	125.000 200.000	
7.4.20 7.5	Igualdade de Oportunidades	1.000.000	1.000.000	
7.5.5	Projetos de intervenção social de caráter inovador e experimental	50.000	50.000	
7.5.6	Campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão de minorias sujeitas a discriminações múltiplas	200.000	200.000	
7.5.7	Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de crianças	200.000	200.000	
	e jovens	80.000	80.000	
7.5.8 7.5.9	Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de idosos Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de pessoas	270.000	270.000	
7.3.9	com deficiência e incapacidade	200.000	200.000	
7.5.10	Projetos de intervenção social vocacionados para a reabilitação e promoção da inclusão de públicos em situação de grave exclusão social	100,000	100,000	
7.5.11	Criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada	100.000 100.000	100.000 100.000	
8	Habitação e Renovação Urbana	21.967.783	21.967.783	
8.1	Promoção de Habitação, Reabilitação e Renovação Urbana	7.706.502	7.706.502	
8.1.1	Promoção de Habitação de Custos Controlados	434.065	434.065	
8.1.3 8.1.4	Operação Urbanística e Reabilitação de Infraestruturas Habitacionais Programa de Recuperação de Habitação Degradada, Reabilitação e Regeneração	172.437	172.437	
	Urbana	7.100.000	7.100.000	
8.2	Arrendamento Social e Cooperação	14.062.131	14.062.131	
8.2.1	Programa de Apoio Famílias com Futuro	7.271.998	7.271.998	
8.2.2 8.2.3	Cooperação com Autarquias - Acordos de Colaboração IHRU/ RAA/ Municípios Salvaguarda Habitacional em Zonas de Risco	1.732.675 643.458	1.732.675 643.458	
8.2.4	Contrato Programa com a SPRHI, SA - Sismo	4.140.000	4.140.000	
8.2.5	Operações de Inserção e Reintegração Social	274.000	274.000	
8.3	Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	199.150	199.150	
8.3.1	Reabilitação de Equipamentos	128.000	128.000	
8.3.2 9	Adequação e Adaptação Tecnológica dos Serviços Desporto e Juventude	71.150 13.146.330	71.150 11.872.330	1.274.000
9.1	Infraestruturas e Equipamentos	2.650.330	2.650.330	1.27 1.000
9.1.1	Melhoria da qualidade de instalações desportivas e sedes sociais	75.000	75.000	
9.1.2	Requalificação das instalações oficiais integradas no Parque Desportivo Regional	450.000	450.000	

				Unid.: euro
	Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
9.1.3	Gestão e Funcionamento dos Complexos Desportivos incluídos no Parque Desportivo Regional	715.330	715.330	
9.1.6	Acesso generalizado às instalações desportivas escolares e outras integradas por Protocolos no Parque Desportivo Regional	405.000	405.000	
9.1.7	Modernização dos Serviços e do movimento associativo desportivo incluindo obras de beneficiação da sede da DRD	130.000	130.000	
9.1.9	Construção do Pavilhão de Judo em São Jorge	750.000	750.000	
9.1.10	Requalificação do Polidesportivo de Santo Espírito, em Santa Maria - 2.ª fase	125.000	125.000	
9.2	Desenvolvimento do Desporto Federado	7.175.000	6.275.000	900.000
9.2.1	Atividades das Associações Desportivas	2.300.000	2.300.000	
9.2.2 9.2.3	Atividades dos Escalões de Formação	1.800.000	1.800.000 1.850.000	000 000
9.2.3	Excelência Desportiva	2.750.000 215.000	215.000	900.000
9.2.4	Formação de Agentes Desportivos não Praticantes	50.000	50.000	
9.2.6	Eventos Desportivos	60.000	60.000	
9.3	Promoção da Prática de Atividade Física Desportiva	645.000	645.000	
9.3.1	Desporto Escolar	110.000	110.000	
9.3.2	Desporto Adaptado	155.000	155.000	
9.3.3	Escolinhas do Desporto	300.000	300.000	
9.3.4	Atividades Físicas Desportivas	80.000	80.000	374.000
9.4 9.4.1	Juventude Internacionalizar Mobilidade	2.676.000 160.000	2.302.000 160.000	3/4.000
9.4.2	Cidadania e Voluntariado Local e Internacional	145.000	145.000	
9.4.3	Associativismo	200.000	200.000	
9.4.4	Desporto e Juventude	5.000	5.000	
9.4.5	Indústrias Criativas e Culturais: Incentivo à Criatividade	125.000	125.000	
9.4.6	Incentivo à Formação dos Jovens	110.000	110.000	
9.4.7	Conferências, Fóruns e Seminários	12.000	12.000	
9.4.8 9.4.9	Ocupação Tempos Livres dos Jovens e Campos de Férias	550.000	550.000	
9.4.9	Observatório da Juventude Projetos Comunitários	42.000 15.000	42.000 15.000	
9.4.10	Informação Juventude	23.000	23.000	
9.4.12	Incentivo ao Turismo Jovem	81.000	81.000	
9.4.15	Academias da Juventude	158.000	158.000	
9.4.16	Pousadas da Juventude dos Açores	340.000	340.000	
9.4.18	Modernização da Pousada de Juventude de Ponta Delgada	680.000	306.000	374.000
9.4.20	Prepara o teu regresso a casa	30.000	30.000	
	AUMENTAR A COESÃO TERRITORIAL E A SUSTENTABILIDADE	212.960.711	179.976.178	32.984.533
10	Transportes, Energia e Infraestruturas Tecnológicas	173.648.525	141.188.992	32.459.533
10.1	Construção de Estradas Regionais	31.126.000	31.126.000	
10.1.2	SCUT'S	28.941.000	28.941.000	
10.1.4	Acesso ao Porto de Pescas de Vila Franca do Campo	1.985.000	1.985.000	
10.1.5 10.2	Acessibilidades Furnas-Povoação	200.000 19.006.500	200.000 19.006.500	
10.2.1	Beneficiação e Pavimentação de ER em Santa Maria	30.000	30.000	
10.2.1	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Miguel	200.000	200.000	
10.2.3	Reabilitação de ER em São Miguel	100.000	100.000	
10.2.4	Beneficiação e Pavimentação de ER na Terceira	120.000	120.000	
10.2.6	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Jorge	80.000	80.000	
10.2.8	Beneficiação e Pavimentação de ER na Graciosa	80.000	80.000	
10.2.9	Beneficiação e Pavimentação de ER no Pico	175.000	175.000	
10.2.11 10.2.13	Beneficiação e Pavimentação de ER no Faial	130.000 5.000	130.000 5.000	
10.2.13	Beneficiação e Pavimentação de ER nas Flores	20.000	20.000	
10.2.14	Requalificação da Rede Viária	800.000	800.000	
10.2.16	Qualificação do Parque de Máquinas da SRTT	1.100.000	1.100.000	
10.2.17	Calamidades em Estradas Regionais na RAA	1.750.000	1.750.000	
10.2.19	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de Santa Maria	600.000	600.000	
10.2.20	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de			
	São Miguel	1.900.000	1.900.000	
10.2.21	Ligação interconcelhia entre o Nordeste e a Povoação	2.648.500	2.648.500	
10.2.22	Terceira	1.773.500	1.773.500	
10.2.23	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento de São Jorge	1.800.000	1.800.000	
10.2.24	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento da Graciosa	700.000	700.000	
10.2.25	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento do			
10.2.26	Pico	267.500 1.142.000	267.500 1.142.000	
10.2.27	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento do			
	Faial	1.200.000	1.200.000	

				Unid.: euro
	Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
10.2.28	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento do Corvo	235.000	235.000	
10.2.29	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento das			
10.2.30	Flores	1.900.000 100.000	1.900.000 100.000	
10.2.31	Sinalização Horizontal e Vertical em ER	150.000	150.000	
10.3	Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	1.872.700	1.000.000	872.700
10.3.2 10.4	Prestação de Serviços de Transporte Regular Coletivo de Passageiros	1.872.700 485.000	1.000.000 485.000	872.700
10.4.1	Espaços Públicos	185.000	185.000	
10.4.2	Integração paisagística da rede viária regional	300.000	300.000	
10.5 10.5.1	Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários	35.941.850 4.707.000	9.060.167 457.000	26.881.683 4.250.000
10.5.1	Reordenamento do Porto, Marina e Baía da Horta	500.000	50.000	450.000
10.5.4	Reordenamento e Ampliação do Porto da Casa no Corvo	4.365.000	540.000	3.825.000
10.5.5	Aeroporto da ilha do Pico	1.795.733	885.000	910.733
10.5.6 10.5.7	Aeródromo da ilha de S. Jorge Aeródromo da ilha do Corvo	1.552.715 1.802.375	1.155.000 300.000	397.715 1.502.375
10.5.8	Aeródromo da ilha da Graciosa	2.250.388	350.000	1.900.388
10.5.9	Aerogare Civil das Lajes	1.200.000	1.200.000	
10.5.11 10.5.13	Reordenamento e Ampliação do Porto de Velas Reordenamento do Porto de Ponta Delgada	7.500.000 666.667	1.125.000 100.000	6.375.000 566.667
10.5.13	Reordenamento do Porto da Praia da Vitória	868.734	111.029	757.705
10.5.17	Porto de Angra do Heroísmo	3.450.000	450.000	3.000.000
10.5.18	Construção do terminal de carga da Aerogare Civil das Lajes	1.800.000	1.800.000	2 227 500
10.5.20 10.5.22	Porto das Poças - Flores	2.750.000 733.238	412.500 124.638	2.337.500 608.600
10.6	Gestão dos Aeródromos Regionais	2.650.000	1.650.000	1.000.000
10.6.1	Concessão da Exploração dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	2.650.000	1.650.000	1.000.000
10.7 10.7.1	Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Interilhas Apoio ao Transporte Marítimo de Passageiros	48.980.095 4.359.000	45.274.945 653.850	3.705.150 3.705.150
10.7.2	Concessão das Rotas Aéreas Interilhas	34.621.095	34.621.095	3.703.130
10.7.4	Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas Interilhas	10.000.000	10.000.000	
10.8 10.8.1	Dinamização dos Transportes Desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Monitorização dos Portos dos Açores	1.450.000 50.000	1.450.000 50.000	
10.8.1	Plano Integrado dos Transportes	1.400.000	1.400.000	
10.9	Eficiência Energética	742.500	742.500	
10.9.1 10.9.2	Estudos e Projetos	45.000 390.000	45.000 390.000	
10.9.2	Sistema de Certificação Energética de Edificios	30.000	30.000	
10.9.4	Promoção da Substituição da Utilização de Gazes Liquefeitos - Corvo	150.000	150.000	
10.9.5 10.9.8	Promoção da Eficiência Energética – Edificios e vias públicas	30.000 22.500	30.000 22.500	
10.9.8	Eletrificação da Fajã de S. Cristo - São Jorge	75.000	75.000	
10.10	Tecnologias de Informação e Comunicação	4.397.704	4.397.704	
10.10.1	Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação	2.500.000	2.500.000 590.000	
10.10.2 10.10.3	Autonomia Digital Açores Nova rede de dados da RAA	590.000 225.000	225.000	
10.10.4	Desenvolvimento de projetos de TIC	862.431	862.431	
10.10.5	Incentivo a projetos de base tecnológica	220.273	220.273	
10.11 10.11.1	Sistemas de Informação e de Comunicações Melhoria dos sistemas informáticos	372.250 55.000	372.250 55.000	
10.11.2	Comunicações	17.250	17.250	
10.11.5	Desenvolvimento da Rede de Infraestruturas/Estações Espaciais	300.000	300.000	
10.12 10.12.1	Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica Cartografia e Geodesia	251.150 45.000	251.150 45.000	
10.12.1	Cadastro Predial	6.150	6.150	
10.12.3	Informação Geográfica	200.000	200.000	
10.13 10.13.1	Laboratório Regional de Engenharia Civil I&DI - Engenharia Civil	321.183 200.366	321.183 200.366	
10.13.1	Infraestruturas e Equipamentos	120.817	120.817	
10.14	Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	8.351.593	8.351.593	
10.14.1	Requalificação de Edificios Públicos	900.000	900.000	
10.14.2 10.14.3	Parque Tecnológico de São Miguel - Nonagon Parque Tecnológico da Ilha Terceira	1.336.593 3.560.000	1.336.593 3.560.000	
10.14.4	Casa da Autonomia	2.555.000	2.555.000	
10.15	Cooperação com Diversas Entidades	6.700.000	6.700.000	
10.15.1 10.15.2	Contratos Programas com a SPRHI - Rede Viária Contratos de Cooperação com diversas entidades	4.000.000 2.700.000	4.000.000 2.700.000	
10.13.2	Coesão Territorial — Transportes	11.000.000	11.000.000	
10.16.1	Promoção da Coesão Territorial — Transportes	11.000.000	11.000.000	
11 11.1	Prevenção de Riscos e Proteção Civil Equipamentos e Comunicações	9.014.412 1.969.232	8.914.412 1.969.232	100.000
11.1.1	Viaturas de Emergência	687.500	687.500	
11.1.2	Viaturas dos Corpos de Bombeiros	90.000	90.000	

				Unid.: euro
	Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
11.1.3	Equipamentos para o Serviço Regional de Proteção Civil	80.000	80.000	
11.1.4	Equipamentos para as AHBV	73.000	73.000	
11.1.5	Radiocomunicações do SRPCBA	1.038.732	1.038.732	
11.2 11.2.1	Infraestruturas	2.502.000	2.502.000 30.000	
11.2.1	Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV Centro de Formação de Proteção Civil	30.000 50.000	50.000	
11.2.3	Requalificação do Quartel da AHBV de Santa Cruz das Flores	552.000	552.000	
11.2.5	Construção do Quartel da AHBV da Povoação	850.000	850.000	
11.2.6	Construção do Quartel da AHBV do Faial	340.000	340.000	
11.2.7	Ampliação do Quartel da AHBV de Santa Maria	350.000	350.000	
11.2.8 11.2.9	Ampliação do Quartel da AHBV das Lajes do Pico	280.000 50.000	280.000 50.000	
11.3	Protocolos e Apoios	4.400.530	4.300.530	100.000
11.3.2	CIVISA	334.750	334.750	
11.3.4	Apoios Transporte Terrestre de Emergência	3.417.500	3.417.500	
11.3.6	Fundo Emergência	10.000	10.000	100 000
11.3.7 11.3.8	Linha Saúde Açores Apoios	340.000 15.780	240.000 15.780	100.000
11.3.9	Suporte Imediato de Vida	282.500	282.500	
11.4	Formação	142.650	142.650	
11.4.1	Formação Profissionais do SRPCBA	5.000	5.000	
11.4.2	Formação Profissionais dos Corpos de Bombeiros	82.650	82.650	
11.4.3 11.4.4	Formação à População Sensibilização à População	10.000 45.000	10.000 45.000	
11.4.4	Ambiente e Ordenamento	30.297.774	29.872.774	425,000
12.1	Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental	6.269.948	6.269.948	1201000
12.1.1	Monitorização e Gestão da Biodiversidade e do Património Natural dos Açores	703.768	703.768	
12.1.2	Rede Regional de Ecotecas e Centros de Interpretação Ambiental	2.400.000	2.400.000	
12.1.3 12.1.5	Promoção do património natural e certificações ambientais Recuperação de espécies e habitats prioritários	215.955 802.537	215.955 802.537	
12.1.5	Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental	140.000	140.000	
12.1.8	Centro de Interpretação da Cultura do Ananás — S. Miguel	152.396	152.396	
12.1.10	Ampliação e reabilitação dos centros de interpretação ambiental	367.292	367.292	
12.1.11	Casa dos Fósseis (Santa Maria) e Casa dos Vulcões (Pico)	1.048.000	1.048.000	
12.1.12 12.1.13	Incentivos à manutenção de paisagens tradicionais em áreas classificadas Reabilitação da Fábrica da Baleia de Porto Pim - Faial	50.000 390.000	50.000 390.000	
12.1.13	Ordenamento do Território	1.613.660	1.613.660	
12.2.2	Sistemas de informação e gestão do território	100.000	100.000	
12.2.3	Planeamento e Gestão de Bacias Hidrográficas de Lagoas	300.000	300.000	
12.2.6	Intervenção em zonas de risco de movimentos de vertentes	500.000	500.000	
12.2.8 12.2.9	Acompanhamento e revisão de instrumentos de gestão territorial	50.000 663.660	50.000 663.660	
12.3	Recursos Hídricos	6.833.899	6.833.899	
12.3.1	Requalificação e Proteção de Recursos Hídricos	1.436.038	1.436.038	
12.3.3	Monitorização e Gestão dos Recursos Hídricos	409.395	409.395	
12.3.4	Monitorização das Massas de Água Interiores da Região Hidrográfica Açores	413.456	413.456	
12.3.6 12.3.7	Controlo da Eutrofização das Lagoas dos Açores	75.000 44.203	75.000 44.203	
12.3.9	Limpeza, renaturalização e reperfilamento de linhas de água	2.750.987	2.750.987	
12.3.10	Empreitada requalificação da Fajãzinha, na ilha das Flores, incluindo o desvio das			
	águas pluviais oriundas da encosta sobrejacente à estrada regional	954.820	954.820	
12.3.11	Requalificação da rede hidrográfica da Pedreira do Nordeste, São Miguel	750.000	750.000	
12.4 12.4.1	Qualidade Ambiental e Património Mundial Estado do Ambiente e Monitorização das Alterações Climáticas	2.162.438 427.750	2.162.438 427.750	
12.4.1	Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental	78.238	78.238	
12.4.3	Vigilância de Áreas Classificadas, Avaliação e Licenciamento Ambiental	194.233	194.233	
12.4.4	Sistemas de monitorização e controlo de pragas urbanas	47.217	47.217	
12.4.5	Inspeção e Fiscalização Ambiental	5.000	5.000	
12.4.6	Gestão da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico	10.000	10.000	
12.4.7 12.4.9	Incentivos à Manutenção e Reabilitação da Cultura Tradicional da Vinha do Pico Programa Eco-Freguesia, freguesia limpa	800.000 450.000	800.000 450.000	
12.4.10	Programa de mobilidade elétrica do corpo de vigilantes da natureza	150.000	150.000	
12.5	Gestão de Resíduos	3.325.870	3.325.870	
12.5.1	Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos	920.100	920.100	
12.5.2	Centros de Processamento e Promoção de Boas Práticas de Gestão de Resíduos	150.000	150.000	
12.5.4	Selagem e requalificação de vazadouros de resíduos	2.255.770	2.255.770	425 000
12.6 12.6.5	Requalificação da Orla Costeira	7.456.044 2.054.396	7.031.044 2.054.396	425.000
12.6.6	Proteção e requalificação costeira de S. Miguel e Santa Maria Proteção e requalificação costeira do Faial, Pico e São Jorge	1.500.648	1.500.648	
12.6.7	Proteção e requalificação costeira da Terceira	676.500	251.500	425.000
12.6.8	Resposta a intempéries e outros fenómenos extraordinários	130.000	130.000	
12.6.11	Proteção e requalificação costeira da Graciosa	2.648.000	2.648.000	
12.6.12	Proteção e requalificação costeira das Flores e Corvo	446.500	446.500	
12.7 12.7.4	Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	2.635.915 37.000	2.635.915 37.000	
14./.4	- Cooperação institucional	<i>51.</i> 000 1	37.000	

				Unid.: euro
	Objetivo/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
12.7.7	Monitorização e Medidas da Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha dos Açores	319.730	319.730	
12.7.10	Escola do Mar dos Açores	2.040.000	2.040.000	
12.7.12	Ação ambiental marinha no âmbito dos Parques Naturais de Ilha	45.000	45.000	
12.7.14	Eventos de promoção e educação ambiental marinha	25.000	25.000	
12.7.15	Gestão zonas balneares	85.900	85.900	
12.7.16	Promoção da sustentabilidade das atividades empresariais marítimas	43.285	43.285	
12.7.17	Infraestruturas e equipamentos	40.000	40.000	
	AFIRMAR A IDENTIDADE REGIONAL E PROMOVER A COOPERAÇÃO			
	EXTERNA	1.891.950	1.891.950	
13	Informação e Comunicação	1.102.000	1.102.000	
13.1	Apoio aos Media	1.000.000	1.000.000	
13.1.1	PROMEDIA	580.000	580.000	
13.1.3	Plataforma Eletrónica de Comunicação com o Cidadão	420.000	420.000	
13.2	Jornal Oficial	102.000	102.000	
13.2.1	Acesso a Base de Dados Jurídica	102.000	102.000	
14	Comunidades e Cooperação Externa	789.950	789.950	
14.1	Cooperação Externa	228.950	228.950	
14.1.1	Representação e ação externa da Região	80.000	80.000	
14.1.2	Relações com organismos de cooperação inter-regional, organizações e instituições			
	europeias e internacionais	127.950	127.950	
14.1.3	Aproximação entre os Açores e a Europa	21.000	21.000	
14.2	Emigrado/Regressado	113.000	113.000	
14.2.1	Integração	18.000	18.000	
14.2.2	Protocolos de Cooperação	80.000	80.000	
14.2.3	Encontros/Seminários	6.500	6.500	
14.2.4	Projetos/Candidaturas	8.500	8.500	
14.3	Identidade Cultural	355.000	355.000	
14.3.1	Açorianidade e Raízes	25.000	25.000	
14.3.2	Comunicação Açores/Comunidades	15.000	15.000	
14.3.3	Preservação da Ídentidade Cultural	100.000	100.000	
14.3.4	Protocolos de Cooperação	125.000	125.000	
14.3.5	Projetos/Candidaturas	90.000	90.000	
14.4	Imigrado	93.000	93.000	
14.4.1	Integração	33.000	33.000	
14.4.2	Protocolos de Cooperação	45.000	45.000	
14.4.3	Projetos/Candidaturas	15.000	15.000	

Investimento Público 2016

Desagregação por Entidade Proponente

			Euro
Entidade	Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL	782.784.462	524.037.513	258.746.949
PGR VPG SRSS SRS SRS SREC SRTT SRMCT	4.567.950 157.852.735 59.023.588 37.349.704 89.664.854 195.148.508 50.255.278 188.921.845	4.193.950 78.735.750 56.923.588 37.249.704 85.964.854 147.398.775 36.923.278 76.647.614	374.000 79.116.985 2.100.000 100.000 3.700.000 47.749.733 13.332.000 112.274.231

Desagregação por Entidade Proponente

				oma caro
	Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
	TOTAL	782.784.462	524.037.513	258.746.949
	PRESIDÊNCIA DO GOVERNO	4.567.950	4.193.950	374.000
9	Desporto e Juventude	2.676.000	2.302.000	374.000
9.4	Juventude	2.676.000	2.302.000	374.000
9.4.1	Internacionalizar Mobilidade	160.000	160.000	
9.4.2	Cidadania e Voluntariado Local e Internacional	145.000	145.000	
9.4.3	Associativismo.	200.000	200.000	
9.4.4	Desporto e Juventude	5.000	5.000	

Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
Indústrias Criativas e Culturais: Incentivo à Criatividade	125,000	125,000	
Incentivo à Formação dos Jovens	125.000 110.000	125.000 110.000	
Conferências, Fóruns e Seminários	12.000	12.000	
Ocupação Tempos Livres dos Jovens e Campos de Férias	550.000	550.000	
Observatório da Juventude.	42.000	42.000	
Projetos Comunitários	15.000	15.000	
Informação Juventude	23.000	23.000	
Incentivo ao Turismo Jovem	81.000	81.000	
Academias da Juventude	158.000	158.000	
Pousadas da Juventude dos Açores	340.000	340.000	274.00
Modernização da Pousada de Juventude de Ponta Delgada	680.000	306.000	374.000
Prepara o teu regresso a casa Informação e Comunicação	30.000 1.102.000	30.000 1.102.000	
Apoio aos Media	1.000.000	1.000.000	
PROMEDIA.	580.000	580.000	
Plataforma Eletrónica de Comunicação com o Cidadão	420.000	420.000	
Jornal Oficial	102.000	102.000	
Acesso a Base de Dados Jurídica	102.000	102.000	
Comunidades e Cooperação Externa	789.950	789.950	
Cooperação Externa	228.950	228.950	
Representação e ação externa da Região	80.000	80.000	
Relações com organismos de cooperação inter-regional, organizações e instituições	127.950	127.950	
europeias e internacionais	21.000	21.000	
Emigrado/Regressado	113.000	113.000	
Integração.	18.000	18.000	
Protocolos de Cooperação	80.000	80.000	
Encontros/Seminários	6.500	6.500	
Projetos/Candidaturas	8.500	8.500	
Identidade Cultural	355.000	355.000	
Açorianidade e Raízes	25.000	25.000	
Comunicação Açores/Comunidades	15.000	15.000	
Preservação da Ídentidade Cultural	100.000	100.000	
Protocolos de Cooperação	125.000 90.000	125.000 90.000	
Imigrado	93.000	93.000	
Integração.	33.000	33.000	
Protocolos de Cooperação	45.000	45.000	
Projetos/Candidaturas	15.000	15.000	
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO	157.852.735	78.735.750	79.116.98
Competitividade, Emprego e Gestão Pública	157.852.735	78.735.750	79.116.98
Competitividade Empresarial	62.494.000	62.494.000	
Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial	43.815.000	43.815.000	
Estímulo ao Desenvolvimento Empresarial	714.000 1.200.000	714.000 1.200.000	
Promoção da Qualidade	250.000	250.000	
	50.000	50.000	
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos		7.500.000	
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos	7.500.000	150.000	
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito.	150.000		
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos.	150.000 65.000	65.000	
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo.	150.000 65.000 450.000	450.000	
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco.	150.000 65.000 450.000 7.000.000	450.000 7.000.000	
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000	450.000 7.000.000 600.000	
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região Dinamização da atividade económica	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 700.000	450.000 7.000.000 600.000 700.000	
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais.	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 700.000 770.000	450.000 7.000.000 600.000 700.000 770.000	
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região. Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais.	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 700.000 770.000 100.000	450.000 7.000.000 600.000 700.000 770.000 100.000	
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais. Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Oficios.	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 770.000 100.000 400.000	450.000 7.000.000 600.000 700.000 770.000	
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais. Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Ofícios Certificação e Proteção dos Produtos e Serviços Artesanais Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 700.000 770.000 100.000	450.000 7.000.000 600.000 700.000 770.000 100.000 400.000	
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região. Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais. Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Ofícios Certificação e Proteção dos Produtos e Serviços Artesanais Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato Emprego e Qualificação Profissional	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 770.000 100.000 400.000 60.000 210.000 84.666.760	450.000 7.000.000 600.000 700.000 770.000 100.000 400.000 60.000 210.000 6.515.000	
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais. Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Oficios Certificação e Proteção dos Produtos e Serviços Artesanais Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato Emprego e Qualificação Profissional Formação Profissional	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 700.000 100.000 400.000 60.000 210.000 84.666.760 55.700.000	450.000 7.000.000 600.000 700.000 100.000 400.000 60.000 210.000 6.515.000 2.300.000	53.400.000
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais. Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Oficios. Certificação e Proteção dos Produtos e Serviços Artesanais Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato Emprego e Qualificação Profissional Formação Profissional Programas de Estágios Profissionais	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 700.000 100.000 400.000 60.000 210.000 84.666.760 55.700.000 9.911.760	450.000 7.000.000 600.000 700.000 770.000 100.000 400.000 60.000 210.000 6.515.000 2.300.000 950.000	53.400.000 8.961.760
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais. Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Oficios Certificação e Proteção dos Produtos e Serviços Artesanais Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato Emprego e Qualificação Profissional Formação Profissional Programas de Estágios Profissionais Programas de Emprego	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 700.000 100.000 400.000 60.000 210.000 84.666.760 55.700.000 9.911.760 17.240.000	450.000 7.000.000 600.000 700.000 770.000 100.000 400.000 60.000 210.000 6.515.000 2.300.000 950.000 1.800.000	53.400.000 8.961.760
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais. Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Oficios. Certificação e Proteção dos Produtos e Serviços Artesanais Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato Emprego e Qualificação Profissional Formação Profissional Programas de Estágios Profissionais Programas de Estágios Profissionais Programas de Emprego Adequação Tecnológica dos Serviços	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 770.000 100.000 400.000 210.000 84.666.760 55.700.000 9.911.760 17.240.000 300.000	450,000 7,000,000 600,000 770,000 100,000 400,000 60,000 210,000 6.515,000 2,300,000 950,000 1,800,000 300,000	53.400.000 8.961.760
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais. Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Oficios. Certificação e Proteção dos Produtos e Serviços Artesanais Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato Emprego e Qualificação Profissional Formação Profissional Programas de Estágios Profissionais Programas de Estágios Profissionais Programas de Emprego Adequação Tecnológica dos Serviços Defesa do Consumidor.	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 770.000 100.000 400.000 210.000 84.666.760 55.700.000 9.911.760 17.240.000 300.000 95.000	450.000 7.000.000 600.000 700.000 100.000 400.000 60.000 210.000 6.515.000 2.300.000 950.000 300.000 95.000	53.400.000 8.961.760
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais. Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Ofícios Certificação e Proteção dos Produtos e Serviços Artesanais Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato Emprego e Qualificação Profissional Formação Profissional Programas de Estágios Profissionais Programas de Emprego Adequação Tecnológica dos Serviços Defesa do Consumidor. Estudos, Projetos e Cooperação	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 770.000 100.000 400.000 210.000 84.666.760 55.700.000 9.911.760 17.240.000 300.000	450,000 7,000,000 600,000 770,000 100,000 400,000 60,000 210,000 6.515,000 2,300,000 950,000 1,800,000 300,000	53.400.000 8.961.760 15.440.000
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais. Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Oficios. Certificação e Proteção dos Produtos e Serviços Artesanais Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato Emprego e Qualificação Profissional Formação Profissional Programas de Estágios Profissionais Programas de Estágios Profissionais Programas de Emprego Adequação Tecnológica dos Serviços Defesa do Consumidor.	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 770.000 100.000 400.000 210.000 84.666.760 55.700.000 9.911.760 17.240.000 300.000 95.000 70.000	450.000 7.000.000 600.000 700.000 100.000 400.000 60.000 210.000 6.515.000 2.300.000 950.000 300.000 95.000	53.400.000 8.961.760 15.440.000
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais. Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Oficios. Certificação e Proteção dos Produtos e Serviços Artesanais Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato Emprego e Qualificação Profissional Frormação Profissional Programas de Estágios Profissionais Programas de Emprego Adequação Tecnológica dos Serviços Defesa do Consumidor. Estudos, Projetos e Cooperação Inspeção Regional do Trabalho Contrato com a Universidade dos Açores para o Crescimento Económico e Criação de Emprego	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 700.000 100.000 60.000 210.000 84.666.760 55.700.000 9.911.760 17.240.000 300.000 95.000 70.000 350.000	450.000 7.000.000 600.000 700.000 100.000 400.000 60.000 210.000 2.300.000 950.000 1.800.000 95.000 70.000	53.400.000 8.961.760 15.440.000
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais. Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Oficios. Certificação e Proteção dos Produtos e Serviços Artesanais. Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato Emprego e Qualificação Profissional Frormação Profissional Programas de Estágios Profissionais Programas de Emprego Adequação Tecnológica dos Serviços Defesa do Consumidor. Estudos, Projetos e Cooperação. Inspeção Regional do Trabalho Contrato com a Universidade dos Açores para o Crescimento Económico e Criação de Emprego Modernização Administrativa	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 700.000 700.000 100.000 400.000 210.000 84.666.760 55.700.000 9.911.760 17.240.000 300.000 95.000 70.000 350.000	450.000 7.000.000 600.000 700.000 100.000 400.000 60.000 210.000 2300.000 950.000 1.800.000 95.000 70.000 1.000.000 636.750	53.400.000 8.961.760 15.440.000
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região. Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais. Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Oficios. Certificação e Proteção dos Produtos e Serviços Artesanais. Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato. Emprego e Qualificação Profissional Formação Profissional. Programas de Estágios Profissionais. Programas de Emprego. Adequação Tecnológica dos Serviços. Defesa do Consumidor. Estudos, Projetos e Cooperação. Inspeção Regional do Trabalho. Contrato com a Universidade dos Açores para o Crescimento Económico e Criação de Emprego. Modernização Administrativa Ações de modernização administrativa	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 770.000 100.000 400.000 210.000 84.666.760 55.700.000 9.911.760 17.240.000 300.000 70.000 350.000 1.000.000 636.750 300.000	450,000 7,000,000 600,000 700,000 770,000 100,000 400,000 210,000 2,300,000 950,000 1,800,000 300,000 95,000 1,000 1,000 636,750 300,000	53.400.000 8.961.760 15.440.000
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais. Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Ofícios Certificação e Proteção dos Produtos e Serviços Artesanais Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato Emprego e Qualificação Profissional Formação Profissional Programas de Estágios Profissionais Programas de Estágios Profissionais Programas de Emprego Adequação Tecnológica dos Serviços Defesa do Consumidor. Estudos, Projetos e Cooperação Inspeção Regional do Trabalho Contrato com a Universidade dos Açores para o Crescimento Económico e Criação de Emprego Modernização Administrativa Ações de modernização administrativa Sistema Integrado de Gestão da Administração Regional dos Açores	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 770.000 100.000 60.000 210.000 84.666.760 55.700.000 9.911.760 17.240.000 300.000 95.000 70.000 350.000 1.000.000 636.750 300.000 246.750	450,000 7,000,000 600,000 770,000 100,000 400,000 60,000 210,000 6,515,000 2,300,000 950,000 1,800,000 300,000 95,000 1,000,000 1,000,000 636,750 300,000 246,750	78.151.76 (53.400.000 8.961.76(15.440.000) 350.000
Dinamização dos Sistemas Tecnológicos Linhas de Apoio ao Financiamento Empresarial Microcrédito. Valorização dos Recursos Geológicos Promoção da Inovação e do Empreendedorismo. Fundo de Capital de Risco. Promoção das Potencialidades Económicas da Região. Dinamização da atividade económica Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais. Transmissão, Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais. Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Oficios. Certificação e Proteção dos Produtos e Serviços Artesanais. Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato. Emprego e Qualificação Profissional Formação Profissional. Programas de Estágios Profissionais. Programas de Emprego. Adequação Tecnológica dos Serviços. Defesa do Consumidor. Estudos, Projetos e Cooperação. Inspeção Regional do Trabalho. Contrato com a Universidade dos Açores para o Crescimento Económico e Criação de Emprego. Modernização Administrativa Ações de modernização administrativa	150.000 65.000 450.000 7.000.000 600.000 770.000 100.000 400.000 210.000 84.666.760 55.700.000 9.911.760 17.240.000 300.000 70.000 350.000 1.000.000 636.750 300.000	450,000 7,000,000 600,000 700,000 770,000 100,000 400,000 210,000 2,300,000 950,000 1,800,000 300,000 95,000 1,000 1,000 636,750 300,000	53.400.0 8.961.7 15.440.0

Informação de Interesse Público ao Cidadão 2.850.000 2.300.000 550.000					Unid.: euro
1.51		Entidade/Programa/Projeto/Ação		Plano	
1.51	1.5	Informação de Interesse Público ao Cidadão	2.850.000	2.300.000	550.000
1.6. Serviços Sociais 180,000 180,000 180,000 16. 16. Serviços de apoio aos funcionários públicos 15.000 15.000 17. Cooperação com as Autarquias Locais 560,000 560,000 17. Cooperação têrcinea 15.000 15.000 17. Cooperação financeira com sumicípios 15.000 15.000 17. Cooperação financeira com sominicípios 15.000 15.000 17. Cooperação financeira com sominicípios 15.000 15.000 17. Cooperação financeira com sominicípios 17. Cooperação financeira 17. Cooperação 17. Coop	1.5.1	Rede Integrada de Apoio ao Cidadão.	2.850.000	2.300.000	550.000
1.71 Cooperação com as Autarquias Locais 15.000 1	1.6	Servicos Sociais.	180.000	180.000	
1.71		Serviços de apoio aos funcionários públicos			
1.73		Cooperação com as Autarquias Locais			
1.3		Cooperação técnica			
1.8.1 Produção, Tratumento e Divulgação de Informação Estatística 70,000 70,000 70,000 10,		Cooperação financeira com os municípios			
18.2 Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística 70,000 10,000 10,000 11,0		Fetatística			
1.9		Produção Tratamento e Divulgação de Informação Estatística			
1.9.1 Planeamento e Finanças 5.615,225 5.200.000 1.9.2 Patrimònio Regional 500.000 500.000 500.000 1.9.3 Restatutação do Setor Público Empresarial 200.000 200.000 4.15,225 2.00.000 1.9.3 Restatutação do Setor Público Empresarial 200.000 200.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 4.15,225 2.00.000 2.00.000 4.15,225 2.00.000 2		Projetos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional - MAC			
1.9.2 Património Regional 500.000 500.000 200.000 1.9.4 Coesão Regional 2.00.000 2.00.000 2.00.000 2.00.000 1.9.4 Coesão Regional 4.415.225 4.000.000 415.225 4.000.000 415.225 4.000.000 415.225 4.000.000 415.225 4.000.000 4.000.000 4.15.225 4.000	1.9	Planeamento e Finanças	5.615.225	5.200.000	415.225
1.9.4 Coesão Regional 200.000 415.225 200.000 415.225 200.000 415.225 200.000 415.225 200.000 415.225 200.000 415.225 200.000 415.225 200.000 415.225 200.000 415.225 200.000		Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais			
19.4 Coesão Regional					
SECRETARIA REGIONAL DA SOLIDARIEDADE SOCIAL 59.023.588 2.100.000					415 225
7.1 Apoio à Infância e Juventude 7.382.375 7.3	1.9.4				
7.1					
7.1.1		Solidariedade Social			2.100.000
7.1.10		Adaptação de edifício a Creche no Nordeste			
Inflancia e juventude		Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apojo à	270.000	270.000	
7.1.12 Construção de Creche em Ponta Delgada 121.000 121.000 121.000 17.114 Obras de ampliação e remodelação de Creche e Jardim de Infância na Povoação 333.000 330.000		infância e juventude	784.375	784.375	
7.1.13 Reabilitação de edificio para ATL da Cáritas. 121.000 121.000 333.000 354.000 450.0000 450.000 450.0000 450.000 450.0000 450.0000 450.0000 450.0000 450.0000	7.1.12	Construção de Creche em Ponta Delgada	610.000	610.000	
7.1.15 Obras de remodelação do Colégio "O Baloiço" em Angra do Heroismo 354,000 450,000 7.1.16 A50,000 450,000 7.1.17 Remodelação da Creche "O Castelinho" - Horta 700,000 700		Reabilitação de edifício para ATL da Cáritas			
7.1.16		Obras de ampliação e remodelação de Creche e Jardim de Infância na Povoação			
7.1.17		Obras de remodelação do Colégio "O Baloiço" em Angra do Heroismo			
7.1.18		Obras de beneficiação do infantario O Carrocei em Angra do Heroismo			
7.1.19	7.1.17	Construção da Creche do Paim			
Remodelação da Mãe de Deus - Lar de Infância e Juventude e Creche 400,000 400,000 71.121 Construção de edificio para Sede e Centro Comunitário em Ponta Delgada 850,000 75.000 7		Construção da Creche de Água de Pau			
7.1.21 Construção de edificio para Sede e Centro Comunitário em Ponta Delgada 75.000		Remodelação da Mãe de Deus - Lar de Infância e Juventude e Creche			
Requalificação de Centro Comunitário e ATL em Angra do Heroísmo 350,000 215,000 215,000 215,000 215,000 215,000 215,000 225,000	7.1.21	Construção de edificio para Sede e Centro Comunitário em Ponta Delgada	850.000	850.000	
7.1.26 Requalificação de Lar de Infância e Juventude na Prãia da Vitória. 215.000 250.00					
7.1.27					
7.2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços 15.540.462 13.440.462 2.100.000 7.2.2 Apoio especializado ao desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais de programas sociais dos Açores. 2.213.000 113.000 2.100.000 7.2.3 Fundo Regional de Ação Social. 8.817.462 8.817.462 8.817.462 7.2.4 Criação, melhoramento e apetrechamento de edificios e equipamentos de apoio à comunidade e dos serviços da Segurança Social 295.000 295.000 7.2.5 Reabilitação/Construção de edificio para Sem Abrigo da Cáritas 1.250.000 1.250.000 7.2.6 Remodelação do edificio Abrigo Amigo 665.000 665.000 7.2.7 Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas 100.000 100.000 7.2.9 Reabilitação de Edificio para Centro de Terapia Familiar 500.000 500.000 7.2.10 Construção do Centro Intergeracional dos Arrifes 500.000 500.000 7.2.11 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo 700.000 700.000 7.3.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais 2.978.503 2.978.503 7.3.4 Reabilitação de Edif					
7.2.2 Apoio especializado ao desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores. 2.213.000 113.000 2.100.000 7.2.3 Fundo Regional de Ação Social. 8.817.462 8.817.462 8.817.462 7.2.4 Criação, melhoramento e apetrechamento de edificios e equipamentos de apoio à comunidade e dos serviços da Segurança Social 295.000 295.000 7.2.5 Reabilitação/Construção de edificio para Sem Abrigo da Cáritas 1.250.000 1.250.000 7.2.6 Remodelação do edificio Abrigo Amigo 665.000 665.000 7.2.7 Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas 100.000 100.000 7.2.8 Reabilitação de Edificio para Centro de Terapia Familiar 500.000 500.000 7.2.9 CEDO — Complemento Especial para o Doente Oncológico 500.000 500.000 7.2.10 Construção do Centro Intergeracional dos Arrifes 500.000 500.000 7.2.11 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo 2.978.503 2.978.503 7.3.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais 1.348.503 1.348.503 7.3.4 Reabilitação de Edificio para Cent					2 100 000
Sociais e programas sociais dos Açores 2.213.000 113.000 13.000 72.21 100.000 100.		Apoio especializado ao desenvolvimento e regualificação da rede de equipamentos	13.340.402	13.440.402	2.100.000
7.2.3 Fundo Regional de Ação Social. 8.817.462 8.817.462 7.2.4 Criação, melhoramento e apetrechamento de edificios e equipamentos de apoio à comunidade e dos serviços da Segurança Social 295.000 295.000 7.2.5 Reabilitação/Construção de edificio Abrigo Amigo 1.250.000 1.250.000 7.2.6 Remodelação do edificio Abrigo Amigo 665.000 665.000 7.2.7 Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas. 100.000 100.000 7.2.8 Reabilitação de Edificio para Centro de Terapia Familiar 500.000 500.000 7.2.9 CEDO — Complemento Especial para o Doente Oncológico 500.000 500.000 7.2.10 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo 700.000 500.000 7.2.11 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais 2.978.503 2.978.503 7.3.3 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência 750.000 750.000 7.3.4 Reabilitação de Edificio para Centro de Apoio à Deficiência 750.000 50.000 7.3.6 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel 350.000 200.000	,		2.213.000	113.000	2.100.000
7.2.5 Reabilitação/Construção de edifício para Sem Abrigo da Cáritas 1.250.000 1.250.000 7.2.6 Remodelação do edifício Abrigo Amigo 665.000 665.000 7.2.7 Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas. 100.000 100.000 7.2.8 Reabilitação de Edificio para Centro de Terapia Familiar. 500.000 500.000 7.2.9 CEDO — Complemento Especial para o Doente Oncológico 500.000 500.000 7.2.10 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo 700.000 700.000 7.2.11 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo 700.000 700.000 7.3.3 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência 1.348.503 1.348.503 7.3.4 Reabilitação de Edificio para Centro de Apoio à Deficiência 750.000 750.000 7.3.6 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel 350.000 350.000 7.3.7 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial 200.000 200.000 7.3.8 Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande 280.000 280.000	7.2.3	Fundo Regional de Ação Social	8.817.462	8.817.462	
7.2.5 Reabilitação/Construção de edifício para Sem Abrigo da Cáritas 1.250.000 1.250.000 7.2.6 Remodelação do edifício Abrigo Amigo 665.000 665.000 7.2.7 Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas. 100.000 100.000 7.2.8 Reabilitação de Edificio para Centro de Terapia Familiar 500.000 500.000 7.2.9 CEDO — Complemento Especial para o Doente Oncológico 500.000 500.000 7.2.10 Construção do Centro Intergeracional dos Arrifes 500.000 700.000 7.2.11 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo 700.000 700.000 7.3.1 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais 2.978.503 2.978.503 7.3.2 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência 1.348.503 1.348.503 7.3.4 Reabilitação de Edificio para Centro de Apoio à Deficiência 750.000 750.000 7.3.5 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel 350.000 350.000 7.3.6 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial 200.000 200.000	7.2.4				
7.2.6 Remodelação do edifício Abrigo Amigo 665.000 665.000 7.2.7 Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas. 100.000 100.000 7.2.8 Reabilitação de Edifício para Centro de Terapia Familiar. 500.000 500.000 7.2.9 CEDO — Complemento Especial para o Doente Oncológico 500.000 500.000 7.2.10 Construção do Centro Intergeracional dos Arrifes. 500.000 500.000 7.2.11 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo 700.000 700.000 7.3.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais 2.978.503 2.978.503 7.3.4 Reabilitação de Edifício para Centro de Apoio à Deficiência 1.348.503 1.348.503 7.3.5 Construção do Lar Residencial dos Valados 50.000 50.000 7.3.7 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial 200.000 200.000 7.3.8 Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande 280.000 280.000 7.4 Apoio a Idosos 10.154.465 10.154.465 7.4.6 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos	7.0.5				
7.2.7 Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas. 100.000 100.000 7.2.8 Reabilitação de Edificio para Centro de Terapia Familiar. 500.000 500.000 7.2.9 CEDO — Complemento Especial para o Doente Oncológico 500.000 500.000 7.2.10 Construção do Centro Intergeracional dos Arrifes. 500.000 500.000 7.2.11 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo 700.000 700.000 7.3.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais 2.978.503 2.978.503 7.3.4 Reabilitação de Edificio para Centro de Apoio à Deficiência 750.000 750.000 7.3.5 Construção do Lar Residencial dos Valados 50.000 50.000 7.3.6 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel 350.000 350.000 7.3.7 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação		Reabilitação/Construção de edificio para Sem Abrigo da Caritas			
7.2.8 Reabilitação de Edifício para Centro de Terapia Familiar 500.000 500.000 7.2.9 CEDO — Complemento Especial para o Doente Oncológico 500.000 500.000 7.2.10 Construção do Centro Intergeracional dos Arrifes 500.000 500.000 7.2.11 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo 700.000 700.000 7.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais 2.978.503 2.978.503 7.3.3 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência 1.348.503 1.348.503 7.3.4 Reabilitação de Edifício para Centro de Apoio à Deficiência 750.000 750.000 7.3.5 Construção do Cantro de Paralisia Cerebral de São Miguel 350.000 350.000 7.3.7 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial 200.000 200.000 7.3.8 Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande 280.000 280.000 7.4.6 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos 836.681 836.681 7.4.7 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa 250.000 250.000		Programa Especial de Anoio ao Pagamento de Propinas			
7.2.9 CEDO — Complemento Especial para o Doente Oncológico 500.000 500.000 7.2.10 Construção do Centro Intergeracional dos Arrifes. 500.000 500.000 7.2.11 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo 700.000 700.000 7.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais 2.978.503 2.978.503 7.3.3 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência 1.348.503 1.348.503 7.3.4 Reabilitação de Edificio para Centro de Apoio à Deficiência 750.000 750.000 7.3.5 Construção do Car Residencial dos Valados 50.000 50.000 7.3.6 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel 350.000 350.000 7.3.7 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial 200.000 200.000 7.3.8 Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande 280.000 280.000 7.4.6 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos 836.681 836.681 7.4.7 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa 250.000 250.000					
7.2.10 Construção do Centro Intergeracional dos Arrifes. 500.000 500.000 7.2.11 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo 700.000 700.000 7.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais 2.978.503 2.978.503 7.3.3 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência 1.348.503 1.348.503 7.3.4 Reabilitação de Edificio para Centro de Apoio à Deficiência 750.000 750.000 7.3.5 Construção do Lar Residencial dos Valados 50.000 50.000 7.3.6 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel 350.000 350.000 7.3.7 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial 200.000 200.000 7.3.8 Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande 280.000 280.000 7.4 Apoio a Idosos 10.154.465 7.4.6 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos 836.681 836.681 7.4.7 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa 250.000 250.000					
7.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais 2.978.503 7.3.3 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência 1.348.503 7.3.4 Reabilitação de Edificio para Centro de Apoio à Deficiência 750.000 7.3.5 Construção do Lar Residencial dos Valados 50.000 7.3.6 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel 350.000 7.3.7 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial 200.000 7.3.8 Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande 280.000 7.4 Apoio a Idosos 10.154.465 7.4.6 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos 836.681 7.4.7 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa 250.000					
7.3.3 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência 1.348.503 7.3.4 Reabilitação de Edificio para Centro de Apoio à Deficiência 750.000 7.3.5 Construção do Lar Residencial dos Valados 50.000 7.3.6 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel 350.000 7.3.7 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial 200.000 7.3.8 Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande 280.000 7.4 Apoio a Idosos 10.154.465 7.4.6 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos 836.681 7.4.7 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa 250.000				700.000	
deficiência			2.978.503	2.978.503	
7.3.4 Reabilitação de Edificio para Centro de Apoio à Deficiência 750.000 7.3.5 Construção do Lar Residencial dos Valados 50.000 7.3.6 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel 350.000 7.3.7 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial 200.000 7.3.8 Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande 280.000 7.4 Apoio a Idosos 10.154.465 7.4.6 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos 836.681 7.4.7 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa 250.000	7.3.3		1 249 502	1 249 502	
7.3.5 Construção do Lar Residencial dos Valados 50.000 50.000 7.3.6 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel 350.000 350.000 7.3.7 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial 200.000 200.000 7.3.8 Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande 280.000 280.000 7.4 Apoio a Idosos 10.154.465 7.4.6 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos 836.681 836.681 7.4.7 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa 250.000 250.000	721	Parhilitação de Edificio para Centra de Apoio à Definiência			
7.3.6 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel 350.000 7.3.7 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação Especial 200.000 7.3.8 Remodelação de CAO na Maia, Ribeira Grande 280.000 7.4 Apoio a Idosos 10.154.465 7.4.6 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos 836.681 7.4.7 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa 250.000					
7.3.7 Remodelação do CAO da Associação Seara do Trigo na antiga Escola de Educação					
Especial 200.000 280					
7.4 Apoio a Idosos 10.154.465 7.4.6 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos 836.681 7.4.7 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa 250.000		Especial	200.000	200.000	
7.4.6 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos					
idosos			10.154.465	10.154.465	
7.4.7 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa	7.4.6	idosos	836.681	836.681	
7.4.8 Rede de Cuidados Continuados dos Açores. 940.000 940.000	7.4.7	Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa			
		Rede de Cuidados Continuados dos Açores			
7.4.9 COMPAMID 1.000.000 1.000.000					
7.4.11 Sénior Ativo					
7.4.12 Adaptação de edifício destinado a Centro de Dia e Centro de Noite na Bretanha 272.000 272.000					
7.4.13 Criação do centro de apoio ao idoso da Maia					
7.4.14 Chação da OCC do Recommento Jesus, Maria, Jose		Regualificação de edificio para centro de dia e centro de noite nas Cinco Ribeiras			
7.4.16 Construção de Lar de Idosos e Centro de Dia em São Sebastião					
7.4.18 Construção de cozinha de receção e distribuição do serviço de apoio ao domicílio			10000	10000	
da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa		da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa			
7.4.19 Criação do Centro de Noite da Piedade					
7.4.20 Requalificação do serviço de apoio ao domicílio do Corvo	7.4.20	Requanticação do serviço de apoio ao domicilio do Corvo	400.000	400.000	

				Unid.: euro
	Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
7.4.21	Construção do Centro de Dia da Maia.	900.000	900.000	
7.4.22	Construção do Centro de Dia da Vida	412.000	412.000	
7.4.23	Requalificação do serviço de apoio ao domicílio em Santa Cruz das Flores	585.000	585.000	
7.4.24	Criação de centro de apoio ao idoso no Lar Luís Soares de Sousa	690.000	690.000	
7.4.25	Construção de Centro de Dia nos Flamengos	125.000	125.000	
7.4.26	Ampliação do Lar de Idosos de Vila do Porto	200.000	200.000	
7.5	Igualdade de Oportunidades.	1.000.000	1.000.000	
7.5.5	Projetos de intervenção social de caráter inovador e experimental	50.000	50.000	
7.5.6	Campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão de minorias sujeitas a discriminações múltiplas.	200.000	200.000	
7.5.7	Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de crianças e jovens	80.000	80.000	
7.5.8	Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de idosos.	270.000	270.000	
7.5.9	Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade			
7.5.10	Projetos de intervenção social vocacionados para a reabilitação e promoção da	200.000	200.000	
7.5.11	inclusão de públicos em situação de grave exclusão social	100.000	100.000	
7.5.11	Criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada	100.000	100.000	
8	Habitação e Renovação Urbana	21.967.783	21.967.783	
8.1	Promoção de Habitação, Reabilitação e Renovação Urbana	7.706.502	7.706.502	
8.1.1	Promoção de Habitação de Custos Controlados	434.065	434.065	
8.1.3 8.1.4	Operação Urbanística e Reabilitação de Infraestruturas Habitacionais Programa de Recuperação de Habitação Degradada, Reabilitação e Regeneração	172.437	172.437	
0.3	Urbana	7.100.000	7.100.000	
8.2	Arrendamento Social e Cooperação	14.062.131	14.062.131	
8.2.1	Programa de Apoio Famílias com Futuro	7.271.998	7.271.998	
8.2.2 8.2.3	Cooperação com Autarquias - Acordos de Colaboração IHRU/RAA/Municípios	1.732.675	1.732.675	
8.2.3 8.2.4	Salvaguarda Habitacional em Zonas de Risco.	643.458	643.458	
8.2.4	Contrato Programa com a SPRHI, SA - Sismo	4.140.000 274.000	4.140.000 274.000	
8.2.3 8.3	Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	199.150	199.150	
8.3.1	Reabilitação de Equipamentos.	128.000	128.000	
8.3.2	Adequação e Adaptação Tecnológica dos Serviços	71.150	71.150	
	SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE	37.349.704	37.249.704	100.000
6	Desenvolvimento do Sistema de Saúde	28.335.292	28.335.292	
6.2 6.2.1	Ampliação e Remodelação de Infraestruturas	3.762.667	3.762.667	
6.2.6	se — Centro de Saúde	1.166.667	1.166.667	
6.2.7	Hospital de Ponta Delgada Empreitada de Remodelação do Serviço de Urgência do Hospital de Ponta Del-	1.310.000	1.310.000	
	gada	1.086.000	1.086.000	
6.2.8	Empreitada de Remodelação e Ampliação da Extensão de Rabo de Peixe	200.000	200.000	
6.3	Beneficiação de Infraestruturas	3.791.744	3.791.744	
6.3.1	Beneficiação de Infraestruturas das Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	500.000	500.000	
6.3.3	Beneficiação de Infraestruturas dos Centros de Saúde da USIT	241.611	241.611	
6.3.5	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores	944.000	944.000	
6.3.6 6.3.7	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico	619.333	619.333	
6.3.8	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde da Calheta Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Velas	566.400 920.400	566.400 920.400	
6.4	Parcerias Público-Privadas.	11.282.217	11.282.217	
6.4.1	Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira	11.282.217	11.282.217	
6.5	Apetrechamento e Modernização	1.600.000	1.600.000	
6.5.1	Equipamentos para Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	300.000	300.000	
6.5.4	Equipamentos para o novo Centro de Saúde de Ponta Delgada	300.000	300.000	
6.5.6	Ressonância Magnética do Hospital de Ponta Delgada.	1.000.000	1.000.000	
6.6	Apoios e Acordos	2.459.664	2.459.664	
6.6.1	Rede de Cuidados Continuados	1.715.664	1.715.664	
6.6.6	Incentivos à Fixação de Médicos na RAA.	214.000	214.000	
6.6.7	Vale de Saúde	500.000	500.000	
6.6.8	Unidade de Tratamento de Dependências na Ribeira Grande	30.000	30.000	
6.8	Projetos na Saúde	3.429.000	3.429.000	
6.8.2	Deslocação de Doentes	2.700.000	2.700.000	
6.8.3	Plano Regional da Saúde	145.000	145.000	
6.8.4	Qualidade na Saúde	50.000	50.000	
6.8.6	Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção de Comportamentos de Risco	500.000	500.000	
6.8.9	Emergência em Saúde Pública e em situação de exceção	34.000	34.000	
6.9	Formação	110.000	110.000	
6.9.1	Bolsas de Estudo	110.000	110.000	
6.10	Tecnologias de Informação na Saúde.	1.900.000	1.900.000	
6.10.2	Equipamentos Informáticos e Infraestruturas Tecnológicas na Saúde	200.000	200.000 1.700.000	
6.10.3		1.700.000		

				Unid.: euro
	Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
11	Prevenção de Riscos e Proteção Civil	9.014.412	8.914.412	100.000
11.1	Equipamentos e Comunicações	1.969.232	1.969.232	
11.1.1	Viaturas de Emergência	687.500	687.500	
11.1.2	Viaturas dos Corpos de Bombeiros	90.000	90.000	
11.1.3	Equipamentos para o Serviço Regional de Proteção Civil	80.000	80.000	
11.1.4	Equipamentos para as AHBV	73.000	73.000	
11.1.5	Radiocomunicações do SRPCBA	1.038.732	1.038.732	
11.2	Infraestruturas	2.502.000	2.502.000	
11.2.1	Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV	30.000	30.000	
11.2.3	Centro de Formação de Proteção Civil	50.000	50.000	
11.2.4	Requalificação do Quartel da AHBV de Santa Cruz das Flores	552.000	552.000	
11.2.5	Construção do Quartel da AHBV da Povoação	850.000	850.000	
11.2.6	Construção do Quartel da AHBV do Faial.	340.000	340.000	
11.2.7	Ampliação do Quartel da AHBV de Santa Maria	350.000	350.000	
11.2.8	Ampliação do Quartel da AHBV das Lajes do Pico	280.000	280.000	
11.2.9	Requalificação do Quartel da AHBV do Nordeste	50.000	50.000	
11.3	Protocolos e Apoios	4.400.530	4.300.530	100.000
11.3.2	CIVISA	334.750	334.750	
11.3.4	Apoios Transporte Terrestre de Emergência	3.417.500	3.417.500	
11.3.6	Fundo Emergência	10.000	10.000	
11.3.7	Linha Saúde Açores	340.000	240.000	100.000
11.3.8	Apoios	15.780	15.780	
11.3.9	Suporte Imediato de Vida	282.500	282.500	
11.4	Formação	142.650	142.650	
11.4.1	Formação Profissionais do SRPCBA.	5.000	5.000	
11.4.2	Formação Profissionais dos Corpos de Bombeiros	82.650	82.650	
11.4.3	Formação à População	10.000	10.000	
11.4.4	Sensibilização à População	45.000	45.000	
	SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	89.664.854	85.964.854	3.700.000
5	Educação, Ciência e Cultura	79.194.524	76.394.524	2.800.000
5.1	Construções Escolares	44.450.000	42.950.000	1.500.000
5.1.1 5.1.2	Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da RAA Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1.º Ciclo (DLR	325.000	325.000	
	n.º 32/2002/A, de 8 agosto)	1.750.000	250.000	1.500.000
5.1.3	EB2,3/S das Lajes do Pico.	8.600.000	8.600.000	
5.1.6	Grande Reparação na EBI da Horta.	750.000	750.000	
5.1.7	Requalificação das instalações para o 2.º e 3.º ciclos da EBI de Rabo de Peixe	1.750.000	1.750.000	
5.1.8	Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso	14.600.000	14.600.000	
5.1.10	Assistência técnica e fecho financeiro	1.600.000	1.600.000	
5.1.11	Construção de novas instalações para a EBI Canto da Maia	6.500.000	6.500.000	
5.1.12	Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental	500.000	500.000	
5.1.13	Construção de novas instalações para a EBS da Calheta	7.375.000	7.375.000	
5.1.16	Construção de novas instalações para a EBI de Arrifes	400.000	400.000	
5.1.17	Construção de novas instalações para a EBI de Capelas	50.000	50.000	
5.1.18	Construção de novas instalações para a EBI da Lagoa	50.000	50.000	
5.1.20	Reparação da EBS das Flores	100.000	100.000	
5.1.21	Reparação do complexo desportivo da EBS Jerónimo Emiliano de Andrade	100.000	100.000	
5.2	Equipamentos Escolares	350.000	350.000	
5.2.1	Aquisição de Equipamento para a Educação Pré-Escolar e os Ensinos Básico e			
	Secundário	350.000	350.000	
5.3	Apoio Social	9.500.000	9.500.000	
5.3.1	Apoio Social	9.500.000	9.500.000	
5.4	Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino			
	Privado e Formação	4.840.000	3.540.000	1.300.000
5.4.1	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino			
	privado	3.000.000	3.000.000	
5.4.2	Escola Profissional das Capelas.	1.600.000	300.000	1.300.000
5.4.3	Formação do Pessoal Docente e não Docente	240.000	240.000	
5.5	Tecnologias da Informação	300.000	300.000	
5.5.1	Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação	300.000	300.000	
5.6	Projetos Pedagógicos	2.510.000	2.510.000	
5.6.2	Projetos de inovação pedagógica	900.000	900.000	
5.6.3	Combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar	1.270.000	1.270.000	
5.6.4	Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias	340.000	340.000	
5.9	Dinamização de Atividades Culturais	2.657.500	2.657.500	
5.9.1	Escolas de Formação	140.000	140.000	
5.9.2	Edição de obras de cariz cultural	32.500	32.500	
5.9.3	Rede de Leitura Pública.	55.000	55.000	
5.9.4	Banda Lira Açoriana	70.000	70.000	
5.9.5	Dinamização Cultural	950.000	950.000	
5.9.6	Arte Contemporânea dos Açores - ArTca	300.000	300.000	
5.9.7	Apoios a atividades de relevante interesse cultural	900.000	900.000	
5.9.8	Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas	210.000	210.000	
5.7.0	. 1105 105.0000 do 11poro do 50010dados receivantes e 1 manhonicas	210.000	210.000	

				Unid.: euro
	Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
5.10	Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural	14.587.024	14.587.024	
5.10.1	Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	180.000	180.000	
5.10.2 5.10.3	Inventário do Património Artístico e Cultural	264.700 400.000	264.700 400.000	
5.10.3	Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo - Novas Instalações	3.500.000	3.500.000	
5.10.5	Investigação Arqueológica	50.000	50.000	
5.10.6	Museus, Bibliotecas e Arquivos.	1.500.000	1.500.000	
5.10.8 5.10.9	Salvaguarda do Património Baleeiro	200.000 50.000	200.000 50.000	
5.10.10	Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	35.000	35.000	
5.10.11	Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para entidades Culturais	150.000	150.000	
5.10.14 5.10.15	Antigo Hospital da Boa Nova	128.100 845.000	128.100 845.000	
5.10.15	Igrejas do Carmo e São Francisco da Horta.	5.000	5.000	
5.10.17	Museu Francisco Lacerda	1.695.660	1.695.660	
5.10.18	Museu de Santa Maria	1.630.300	1.630.300	
5.10.19 5.10.21	Restauro de Bens Arquivísticos Públicos	3.500 649.200	3.500 649.200	
5.10.21	Lancha Espalamaca	20.000	20.000	
5.10.23	Museu da Horta	20.000	20.000	
5.10.24	Reabilitação do património histórico de Santa Maria	1.550.000	1.550.000	
5.10.25 5.10.27	Projeto Museológico da Ilha do Corvo	403.400 496.144	403.400 496.144	
5.10.28	Núcleo Museológico de História dos Cabos Submarinos do Museu da Horta	75.000	75.000	
5.10.29	Museu da Construção Naval em Santo Amaro - Pico	222.520	222.520	
5.10.30	Assistência técnica e fecho financeiro	5.000	5.000	
5.10.31 5.10.32	Musealização da Torre do Aeroporto de Santa Maria	100.000 305.500	100.000 305.500	
5.10.32	Restauro do Altar-Mor e teto da Igreja do Convento de São Boaventura	10.000	10.000	
5.10.34	Museu das Flores	68.000	68.000	
5.10.35	Museografia do Museu do Pico	25.000	25.000	000 000
9 9.1	Desporto e Juventude	10.470.330 2.650.330	9.570.330 2.650.330	900.000
9.1.1	Melhoria da qualidade de instalações desportivas e sedes sociais.	75.000	75.000	
9.1.2 9.1.3	Requalificação das instalações oficiais integradas no Parque Desportivo Regional Gestão e Funcionamento dos Complexos Desportivos incluídos no Parque Des-	450.000	450.000	
9.1.5	portivo Regional. Acesso generalizado às instalações desportivas escolares e outras integradas por	715.330	715.330	
9.1.7	Protocolos no Parque Desportivo Regional . Modernização dos Serviços e do movimento associativo desportivo incluindo	405.000	405.000	
	obras de beneficiação da sede da DRD	130.000	130.000	
9.1.9	Construção do Pavilhão de Judo em São Jorge	750.000	750.000	
9.1.10 9.2	Requalificação do Polidesportivo de Santo Espírito, em Santa Maria — 2.ª fase Desenvolvimento do Desporto Federado	125.000 7.175.000	125.000 6.275.000	900.000
9.2.1	Atividades das Associações Desportivas	2.300.000	2.300.000	200.000
9.2.2	Atividades dos Escalões de Formação.	1.800.000	1.800.000	
9.2.3 9.2.4	Quadros competitivos nacionais, internacionais e séries Açores	2.750.000	1.850.000	900.000
9.2.4	Excelência Desportiva	215.000 50.000	215.000 50.000	
9.2.6	Eventos Desportivos	60.000	60.000	
9.3	Promoção da Prática de Atividade Física Desportiva	645.000	645.000	
9.3.1 9.3.2	Desporto Escolar	110.000 155.000	110.000 155.000	
9.3.2	Desporto Adaptado. Escolinhas do Desporto	300.000	300.000	
9.3.4	Atividades Físicas Desportivas	80.000	80.000	
	SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E TRANSPORTES	195.148.508	147.398.775	47.749.733
4	Desenvolvimento do Turismo	27.779.280	12.489.080	15.290.200
4.1 4.1.1	Promoção e Desenvolvimento Turístico Desenvolvimento da Política do Turismo	23.922.748 157.440	8.632.548 157.440	15.290.200
4.1.2	Promoção do Destino.	641.839	641.839	
4.1.5	Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento Regional — Turismo	71.000	71.000	
4.1.7	Desenvolvimento Turismo Sénior	300.000	300.000	7.212.075
4.1.8 4.1.9	Desenvolvimento do Destino	10.313.075 75.000	3.100.000 75.000	7.213.075
4.1.10	Eventos desportivos de promoção do destino	2.887.269	2.887.269	
4.1.11	Incremento dos fluxos turísticos	9.477.125	1.400.000	8.077.125
4.2	Qualificação e Valorização da Oferta	3.856.532	3.856.532	
4.2.1 4.2.2	Qualificação dos Equipamentos Turísticos	1.022.300 923.082	1.022.300 923.082	
4.2.3	Consolidação da Rede de Trilhos dos Açores	240.500	240.500	
4.2.4	Desenvolvimento dos recursos termais	500.650	500.650	
4.2.5 4.2.6	Qualificação do produto Natureza e Mar	1.070.000 100.000	1.070.000	
7.4.0	i i iano integrado de desenvorvimento das i ajas da filla de Sao Jorge	100.000	100.000	

				Unid.: euro
	Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
10	Transportes, Energia e Infraestruturas Tecnológicas	167.369.228	134.909.695	32.459.533
10.1	Construção de Estradas Regionais.	31.126.000	31.126.000	
10.1.2	SCUT'S.	28.941.000	28.941.000	
10.1.4	Acesso ao Porto de Pescas de Vila Franca do Campo	1.985.000	1.985.000	
10.1.5	Acessibilidades Furnas-Povoação	200.000	200.000	
10.1.3	Beneficiação e Reabilitação de Estradas Regionais	19.006.500	19.006.500	
10.2.1	Beneficiação e Pavimentação de ER em Santa Maria	30.000	30.000	
10.2.1		200.000	200.000	
10.2.2	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Miguel	100.000	100.000	
10.2.3				
10.2.4	Beneficiação e Pavimentação de ER na Terceira	120.000	120.000	
	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Jorge	80.000	80.000	
10.2.8	Beneficiação e Pavimentação de ER na Graciosa	80.000	80.000	
10.2.9	Beneficiação e Pavimentação de ER no Pico	175.000	175.000	
10.2.11	Beneficiação e Pavimentação de ER no Faial	130.000	130.000	
10.2.13	Beneficiação e Pavimentação de ER no Corvo	5.000	5.000	
10.2.14	Beneficiação e Pavimentação de ER nas Flores	20.000	20.000	
10.2.15	Requalificação da Rede Viária.	800.000	800.000	
10.2.16	Qualificação do Parque de Máquinas da SRTT	1.100.000	1.100.000	
10.2.17	Calamidades em Estradas Regionais na RAA	1.750.000	1.750.000	
10.2.19	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento			
	de Santa Maria	600.000	600.000	
10.2.20	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento			
	de São Miguel	1.900.000	1.900.000	
10.2.21	Ligação interconcelhia entre o Nordeste e a Povoação	2.648.500	2.648.500	
10.2.22	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento			
	da Terceira	1.773.500	1.773.500	
10.2.23	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento			
10.2.23	de São Jorge	1.800.000	1.800.000	
10.2.24	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento	1.000.000	1.000.000	
10.2.24	da Graciosa.	700.000	700.000	
10.2.25	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento	700.000	700.000	
10.2.23	do Pico	267.500	267.500	
10.2.26	Requalificação da ER 3-2ª Longitudinal	1.142.000	1.142.000	
10.2.20	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento	1.142.000	1.142.000	
10.2.27	de Esial	1 200 000	1 200 000	
10 2 20	do Faial	1.200.000	1.200.000	
10.2.28	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento	225.000	225 000	
10.2.20	do Corvo.	235.000	235.000	
10.2.29	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento	1 000 000	1 000 000	
	das Flores	1.900.000	1.900.000	
10.2.30	Aquisição de Máquinas	100.000	100.000	
10.2.31	Sinalização Horizontal e Vertical em ER.	150.000	150.000	
10.3	Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	1.872.700	1.000.000	872.700
10.3.2	Prestação de Serviços de Transporte Regular Coletivo de Passageiros	1.872.700	1.000.000	872.700
10.4	Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER	485.000	485.000	
10.4.1	Espaços Públicos	185.000	185.000	
10.4.2	Integração paisagística da rede viária regional	300.000	300.000	
10.5	Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários	35.941.850	9.060.167	26.881.683
10.5.1	Reordenamento do Porto, Marina e Baía da Horta	4.707.000	457.000	4.250.000
10.5.3	Reordenamento do Porto de S. Roque	500.000	50.000	450.000
10.5.4	Reordenamento e Ampliação do Porto da Casa no Corvo	4.365.000	540.000	3.825.000
10.5.5	Aeroporto da ilha do Pico	1.795.733	885.000	910.733
10.5.6	Aeródromo da ilha de S. Jorge	1.552.715	1.155.000	397.715
10.5.7	Aeródromo da ilha do Corvo	1.802.375	300.000	1.502.375
10.5.8	Aeródromo da ilha da Graciosa	2.250.388	350.000	1.900.388
10.5.9	Aerogare Civil das Lajes	1.200.000	1.200.000	
10.5.11	Reordenamento e Ampliação do Porto de Velas	7.500.000	1.125.000	6.375.000
10.5.13	Reordenamento do Porto de Ponta Delgada	666,667	100.000	566,667
10.5.14	Reordenamento do Porto da Praia da Vitória.	868.734	111.029	757.705
10.5.17	Porto de Angra do Heroísmo	3.450.000	450.000	3.000.000
10.5.18	Construção do terminal de carga da Aerogare Civil das Lajes	1.800.000	1.800.000	5.000.000
10.5.20	Porto das Poças - Flores.	2.750.000	412.500	2.337.500
10.5.22	Porto de Calheta de São Jorge	733.238	124.638	608.600
10.6	Gestão dos Aeródromos Regionais	2.650.000	1.650.000	1.000.000
10.6.1	Concessão da Exploração dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	2.650.000	1.650.000	1.000.000
10.6.1 10.7	Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Interilhas	48.980.095	45.274.945	3.705.150
10.7		4.359.000	 	3.705.150 3.705.150
	Apoio ao Transporte Marítimo de Passageiros		653.850	5.705.130
10.7.2	Concessão das Rotas Aéreas Interilhas	34.621.095	34.621.095	
10.7.4	Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas Interilhas	10.000.000	10.000.000	
10.8	Dinamização dos Transportes	1.450.000	1.450.000	
10.8.1	Desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Monitorização dos Portos dos Açores	50.000	50.000	
10.8.2	Plano Integrado dos Transportes	1.400.000	1.400.000	
10.9	Eficiência Energética	742.500	742.500	
10.9.1	Estudos e Projetos	45.000	45.000	
10.9.2	Eficiência Mais	390.000	390.000	
10.9.3	Sistema de Certificação Energética de Edificios	30.000	30.000	

			Unid.: euro
Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
Promoção da Substituição da Utilização de Gazes Liquefeitos — Corvo	150.000	150.000	
Promoção da Eficiência Energética — Edifícios e vias públicas	30.000	30.000	
Programa para a Mobilidade Elétrica dos Açores	22.500	22.500	
Eletrificação da Fajã de S. Cristo — São Jorge	75.000	75.000	
Tecnologias de Informação e Comunicação.	3.315.000	3.315.000	
Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação	2.500.000	2.500.000	
Autonomia Digital Açores	590.000	590.000	
Nova rede de dados da RAA	225.000	225.000	
Sistemas de Informação e de Comunicações	72.250	72.250	
Melhoria dos Sistemas Informáticos	55.000	55.000	
Comunicações	17.250	17.250	
Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica	251.150	251.150	
Cartografia e Geodesia	45.000	45.000	
Cadastro Predial	6.150	6.150	
Informação Geográfica	200.000	200.000	
Laboratório Regional de Engenharia Civil	321.183	321.183	
[&DI - Engenharia Civil	200.366	200.366	
Infraestruturas e Equipamentos	120.817	120.817	
Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	3.455.000	3.455.000	
Requalificação de Edifícios Públicos	900.000	900.000	
Casa da Autonomia	2.555.000	2.555.000	
Cooperação com Diversas Entidades	6.700.000	6.700.000	
Contratos Programas com a SPRHI — Rede Viária	4.000.000	4.000.000	
Contratos de Cooperação com diversas entidades	2.700.000	2.700.000	
Coesão Territorial — Transportes	11.000.000 11.000.000	11.000.000 11.000.000	
SECRETARIA REGIONAL DO MAR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	50.255.278	36.923.278	13.332.000
Pescas e Aquicultura	27.899.613	16.392.613	11.507.000
Inspeção e Gestão	1.350.000	1.350.000	
Fiscalização e Inspeção	55.000	55.000	
Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e Outras Entidades	1.200.000	1.200.000	
Acompanhamento e gestão eletrónica da Pesca.	95.000	95.000	
Infraestruturas Portuárias	13.962.113	9.305.113	4.657.000
Portos da Região	4.600.000	4.600.000	
Construção do Entreposto Frigorífico de Ponta Delgada	236.000	236.000	
Construção da oficina de embarcações da Praia da Vitória	168.740 1.500.000	168.740 1.500.000	
Ampliação do molhe do porto da Ribeira Quente	2.525.000	375.000	2.150.000
Porto dos Carneiros	75.000	75.000	2.130.000
Requalificação do Entreposto Frigorífico da Horta.	1.525.000	375.000	1.150.000
Melhoramento das condições de segurança e operacionalidade do núcleo de pescas	1.020.000	372.000	1.100.000
do porto da Horta	1.050.000	350.000	700.000
Requalificação do Entreposto Frigorífico da Madalena	93.125	22.125	71.000
Melhoramento e Ampliação do Entreposto Frigorífico das Velas	552.750	132.750	420.000
Adaptação do espaço do posto de recolha de pescado de Vila Franca do Campo	124.500	29.500	95.000
Consolidação do porto de Santa Cruz da Graciosa	483.013	483.013	
Beneficiação do núcleo de pescas da Madalena	568.760	568.760	
Construção do novo Entreposto Frigorífico da Ribeira Quente	93.125	22.125	71.000
Reequipamento do porto de pesca dos Biscoitos	59.000	59.000	
Melhoria das condições de operacionalidade do porto das Poças, ilha das Flores	75.000	75.000	
Requalificação dos portos de Água de Pau, Nordeste, Porto Formoso e Praia da Graciosa	180.000	180.000	
Construção das novas casas de aprestos da Madalena, São Roque e Lajes do Pico	53.100	53.100	
Frota e Recursos Humanos	2.987.500	2.987.500	
Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira	1.650.000	1.650.000	
FUNDOPESCA	250.000	250.000	
Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local	40.000	40.000	
Regime de Apoio à Redução dos Custos na Atividade da Pesca	405.000	405.000	
Regime de Apoio à Segurança no Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca Local e Costeira	220.000	220.000	
Regime de Apoio à Contratação de Tripulantes na Frota Atuneira Regional	10.000	10.000	
Formação	375.000	375.000	
Estruturas e Equipamentos.	37.500	37.500	
Produtos da Pesca	2.550.000	2.550.000	
Mercados e Comercialização	800.000	800.000	
Transformação e Aquicultura	1.750.000	1.750.000	
Programa Regional de Desenvolvimento do Setor das Pescas	7.050.000	200.000	6.850.000
Apoio ao Investimento no âmbito dos Projetos FEP	7.050.000	200.000	6.850.000
Educação, Ciência e Cultura	5.984.409	4.584.409	1.400.000
Ciência	3.834.409	3.834.409	
		2.790.000	
Valorizar em ciência	2.790.000	 	
	494.409 200.000	494.409 200.000	

Entidade/Programa/Projeto/Ação			
	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
nvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores	350.000	350.000	
lo Regional da Ciência	2.150.000	750.000	1.400.000
sferências para o Fundo Regional da Ciência.	2.150.000	750.000	1.400.000
sportes, Energia e Infraestruturas Tecnológicas	6.279.297	6.279.297	
ologias de Informação e Comunicação	1.082.704	1.082.704	
nvolvimento de projetos de TIC	862.431	862.431	
ntivo a projetos de base tecnológica	220.273	220.273	
mas de Informação e de Comunicações	300.000	300.000	
nvolvimento da Rede de Infraestruturas/Estações Espaciais	300.000	300.000	
strução, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	4.896.593	4.896.593	
ue Tecnológico de São Miguel - Nonagon	1.336.593	1.336.593	
ue Tecnológico da Ilha Terceira	3.560.000	3.560.000	125 000
iente e Ordenamento	10.091.959 7.456.044	9.666.959 7.031.044	425.000 425.000
nalificação da Orla Costeira	2.054.396	2.054.396	425.000
ção e requalificação costeira de S. Miguel e Santa Maria	1.500.648	1.500.648	
ção e requalificação costeira da Terceira	676.500	251.500	425.000
osta a intempéries e outros fenómenos extraordinários	130.000	130.000	123.000
ção e requalificação costeira da Graciosa	2.648.000	2.648.000	
ção e requalificação costeira das Flores e Corvo.	446.500	446.500	
itorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	2.635.915	2.635.915	
peração Institucional	37.000	37.000	
itorização e Medidas da Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha dos Açores		319.730	
la do Mar dos Açores	2.040.000	2.040.000	
ambiental marinha no âmbito dos Parques Naturais de Ilha	45.000	45.000	
tos de promoção e educação ambiental marinha	25.000	25.000	
ão zonas balneares	85.900	85.900	
oção da sustentabilidade das atividades empresariais marítimas	43.285	43.285	
estruturas e equipamentos	40.000	40.000	112.054.021
RETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E AMBIENTE cultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	188.921.845 168.716.030	76.647.614 56.441.799	112.274.231 112.274.231
nestruturas Agrícolas e Florestais	48.807.510	18.534.710	30.272.800
estruturas Agricolas e Piorestais estruturas de Ordenamento Agrário	28.200.000	3.800.000	24.400.000
estruturas rurais e florestais	3.500.430	3.500.430	24.400.000
estruturas agrícolas e de desenvolvimento rural	350.000	350.000	
trução das Novas Instalações do Laboratório Regional de Veterinária	2.131.080	2.131.080	
trução do Parque de Exposições da Ilha Terceira	4.755.000	4.755.000	
Regional de Abate.	2.895.000	2.895.000	
	450.000	450.000	
mas e infraestruturas de informação e Comunicação			
mas e Infraestruturas de Informação e Comunicaçãotrução do Novo Matadouro do Faial	2.944.000	295.000	2.649.000
trução do Novo Matadouro do Faialtrução do Novo Matadouro da Graciosa	1.300.000	130.000	2.649.000 1.170.000
trução do Novo Matadouro do Faialtrução do Novo Matadouro da Graciosadouro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura.	1.300.000 1.940.000	130.000 194.000	1.170.000 1.746.000
trução do Novo Matadouro do Faial	1.300.000 1.940.000 342.000	130.000 194.000 34.200	1.170.000 1.746.000 307.800
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893	130.000 194.000 34.200 21.370.393	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal.	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250	1.170.000 1.746.000 307.800
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. lade Vegetal	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal lação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal uação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas.	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 3.060.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal lação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas npanhamento das Intervenções Comunitárias	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 3.060.000 875.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal dade Vegetal lação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas Inpanhamento das Intervenções Comunitárias ma Antecipada.	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 3.060.000 875.000 540.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal lação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas Inpanhamento das Intervenções Comunitárias Ima Antecipada. Itivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA)	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 3.060.000 875.000 540.000 541.143	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal nação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas npanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. titivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) noção, Divulgação e Apoio à Decisão.	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 3.060.000 875.000 540.000 541.143 150.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal uação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas npanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. nivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) noção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 875.000 540.000 541.143 150.000 1.000.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal uação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas npanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. nitivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) noção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas nciar o Setor Vitivinícola	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 100.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 3.060.000 875.000 540.000 541.143 150.000 1.000.000 100.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal nação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas npanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. nivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) noção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas nciar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola.	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 3.250.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 875.000 540.000 541.143 150.000 1.000.000 100.000 3.250.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. lade Vegetal lação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas Inpanhamento das Intervenções Comunitárias Inma Antecipada. Intivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) Inoção, Divulgação e Apoio à Decisão. Ino à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas Inciar o Setor Vitivinícola O à inovação e rentabilização da atividade agrícola me de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 100.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 3.060.000 875.000 540.000 541.143 150.000 1.000.000 100.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal nação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas npanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. nivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) noção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas nciar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola.	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 100.000 3.250.000 2.100.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 3.060.000 875.000 540.000 541.143 150.000 1.000.000 100.000 3.250.000 2.100.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal nação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas npanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. titivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) noção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas nciar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola me de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola eestar de animais de companhia e de animais errantes rama de reestruturação e reforço do setor leiteiro ento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 1.000.000 2.100.000 2.100.000 20.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 3.060.000 875.000 540.000 541.143 150.000 1.000.000 100.000 3.250.000 2.100.000 20.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal nação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas npanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. ntivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) noção, Divulgação e Apoio à Decisão o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas nciar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola me de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola e-estar de animais de companhia e de animais errantes rama de reestruturação e reforço do setor leiteiro ento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais o à Indústria Agroalimentar	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 100.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 875.000 540.000 541.143 150.000 1.000.000 100.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000 1.287.500
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal nação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas npanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. nitivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) noção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas nciar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola me de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola estar de animais de companhia e de animais errantes rama de reestruturação e reforço do setor leiteiro ento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais o à Indústria Agroalimentar o ao Escoamento de Produtos na Indústria Agroalimentar	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 100.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000 3.250.000 4.100.000 36.319.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 875.000 540.000 541.143 150.000 1.000.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000 11.100.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000 1.287.500
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal nação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas npanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. nitivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) noção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas nciar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola me de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola estar de animais de companhia e de animais errantes rama de reestruturação e reforço do setor leiteiro ento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais o à Indústria Agroalimentar o ao Escoamento de Produtos na Indústria Agroalimentar llarização de Mercados	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 2.0000 4.100.000 3.250.000 4.100.000 36.319.000 27.819.000 3.400.000 4.650.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 540.000 541.143 150.000 100.000 100.000 20.0000 4.100.000 11.100.000 11.100.000 3.400.000 3.400.000 4.650.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000 1.287.500
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal tação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas onpanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. titivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) tação, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas noiar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola me de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola estar de animais de companhia e de animais errantes trama de reestruturação e reforço do setor leiteiro ento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais o à Indústria Agroalimentar o ao Escoamento de Produtos na Indústria Agroalimentar larização de Mercados idade e Certificação	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 2.0000 4.100.000 20.000 4.100.000 27.819.000 4.650.000 450.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 3.060.000 875.000 540.000 1.000.000 1.000.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000 1.100.000 1.100.000 1.100.000 2.600.000 3.400.000 4.650.000 450.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000 1.287.500 25.219.000 25.219.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal lação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas mpanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. litivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) loção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas nciar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola me de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola estar de animais de companhia e de animais errantes rama de reestruturação e reforço do setor leiteiro lento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais o à Indústria Agroalimentar o ao Escoamento de Produtos na Indústria Agroalimentar larização de Mercados idade e Certificação rsificação e Valorização do Espaço Rural	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 2.100.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000 3.250.000 27.819.000 27.819.000 4.650.000 450.000 34.936.627	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 3.060.000 875.000 540.000 541.143 150.000 1.000.000 2.100.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000 11.100.000 2.600.000 3.400.000 4.650.000 450.000 5.436.696	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000 1.287.500 25.219.000 25.219.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal lação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas mpanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. litivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) loção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas nciar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola me de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola -estar de animais de companhia e de animais errantes rama de reestruturação e reforço do setor leiteiro ento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais o à Indústria Agroalimentar o ao Escoamento de Produtos na Indústria Agroalimentar larização de Mercados idade e Certificação rsificação e Valorização do Espaço Rural ttenção da Atividade Agrícola	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 2.100.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000 3.250.000 2.100.000 4.100.000 3.400.000 4.650.000 4.50.000 450.000 34.936.627 14.823.333	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 540.000 541.143 150.000 1.000.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000 11.100.000 2.600.000 3.400.000 4.50.000 450.000 5436.696 2.300.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000 1.287.500 25.219.000 29.499.931 12.523.333
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal lação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas mpanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. ltivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) loção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas neiar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola me de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola -estar de animais de companhia e de animais errantes rama de reestruturação e reforço do setor leiteiro ento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais o à Indústria Agroalimentar o ao Escoamento de Produtos na Indústria Agroalimentar larização de Mercados idade e Certificação resificação e Valorização do Espaço Rural latenção da Atividade Agrícola mentos Agroambientais e Natura 2000	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 2.100.000 2.100.000 2.100.000 3.250.000 2.100.000 4.100.000 3.400.000 4.650.000 450.000 450.000 34.936.627 14.823.333 11.200.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 540.000 541.143 150.000 1.000.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000 11.100.000 2.600.000 3.400.000 4.50.000 450.000 5436.696 2.300.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000 1.287.500 25.219.000 29.499.931 12.523.333 10.200.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal nação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas npanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. ntivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) noção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas nciar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola me de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola e-estar de animais de companhia e de animais errantes rama de reestruturação e reforço do setor leiteiro ento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais o à Indústria Agroalimentar o ao Escoamento de Produtos na Indústria Agroalimentar llarização de Mercados idade e Certificação rsificação e Valorização do Espaço Rural intenção da Atividade Agrícola mentos Agroambientais e Natura 2000 rsificação da Economia Rural	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 2.000 4.100.000 2.000 4.100.000 3.250.000 27.819.000 27.819.000 34.936.627 14.823.333 11.200.000 4.386.666	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 540.000 541.143 150.000 1.000.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000 11.100.000 3.400.000 4.50.000 4.50.000 5.436.696 2.300.000 3.00.000 3.00.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000 1.287.500 25.219.000 25.219.000 29.499.931 12.523.333 10.200.000 4.086.666
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal nação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas npanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. ntivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) noção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas nciar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola me de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola e-estar de animais de companhia e de animais errantes rama de reestruturação e reforço do setor leiteiro ento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais o à Indústria Agroalimentar o ao Escoamento de Produtos na Indústria Agroalimentar llarização de Mercados idade e Certificação rsificação e Valorização do Espaço Rural intenção da Atividade Agrícola mentos Agroambientais e Natura 2000 rsificação da Economia Rural das Florestais de Desenvolvimento Rural	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 2.0000 4.100.000 20.000 4.100.000 36.319.000 27.819.000 4.50.000 450.000 450.000 450.000 44.936.627 14.823.333 11.200.000 4.386.666 2.590.628	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 540.000 541.143 150.000 1.000.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000 11.100.000 3.400.000 4.550.000 4.550.000 5436.696 2.300.000 300.000 310.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000 1.287.500 25.219.000 29.499.931 12.523.333 10.200.000
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal nação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas npanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. nivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) noção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas nciar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola me de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola estar de animais de companhia e de animais errantes rama de reestruturação e reforço do setor leiteiro ento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais o à Indústria Agroalimentar o ao Escoamento de Produtos na Indústria Agroalimentar larização de Mercados idade e Certificação rsificação e Valorização do Espaço Rural ntenção da Atividade Agrícola mentos Agroambientais e Natura 2000 rsificação da Economia Rural das Florestais de Desenvolvimento Rural	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 2.100.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000 36.319.000 27.819.000 4.650.000 450.000 450.000 44.823.333 11.200.000 4.386.666 2.590.628 700.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 3.060.000 875.000 541.143 150.000 100.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000 11.100.000 2.600.000 3.400.000 4.650.000 4.50.000 4.50.000 5.436.696 2.300.000 300.000 310.000 700.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000 1.287.500 25.219.000 25.219.000 29.499.931 12.523.333 10.200.000 4.086.666
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal nação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas npanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. nitivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) noção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas nciar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola me de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola estar de animais de companhia e de animais errantes rama de reestruturação e reforço do setor leiteiro ento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais o à Indústria Agroalimentar o ao Escoamento de Produtos na Indústria Agroalimentar larização de Mercados idade e Certificação rsificação e Valorização do Espaço Rural attenção da Atividade Agrícola mentos Agroambientais e Natura 2000 rsificação da Economia Rural das Florestais de Desenvolvimento Rural ento Florestal noção do Uso Múltiplo da Floresta	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 2.0000 4.100.000 27.819.000 27.819.000 4.650.000 450.000 4.823.333 11.200.000 4.386.666 2.590.628 700.000 726.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 3.060.000 875.000 541.143 150.000 1.000.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000 1.100.000 1.100.000 3.400.000 4.650.000 450.000 450.000 5.436.696 2.300.000 310.000 310.000 700.000 726.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000 1.287.500 25.219.000 25.219.000 29.499.931 12.523.333 10.200.000 4.086.666 2.280.628
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal lação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas mpanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. litivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) loção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas nciar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola me de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola estar de animais de companhia e de animais errantes rama de reestruturação e reforço do setor leiteiro ento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais o à Indústria Agroalimentar o ao Escoamento de Produtos na Indústria Agroalimentar larização de Mercados idade e Certificação rsificação e Valorização do Espaço Rural litenção da Atividade Agrícola mentos Agroambientais e Natura 2000 rsificação da Economia Rural das Florestais de Desenvolvimento Rural ento Florestal loção do Uso Múltiplo da Floresta ificação da madeira de criptoméria para fins estruturais	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 2.0000 4.100.000 2.100.000 27.819.000 3.4936.627 14.823.333 11.200.000 4.386.666 2.590.628 700.000 726.000 270.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 3.060.000 875.000 541.143 150.000 100.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000 11.100.000 2.600.000 3.400.000 4.650.000 4.50.000 4.50.000 5.436.696 2.300.000 300.000 310.000 700.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000 1.287.500 25.219.000 25.219.000 29.499.931 12.523.333 10.200.000 4.086.666
trução do Novo Matadouro do Faial trução do Novo Matadouro da Graciosa douro de São Miguel — Melhoramento da Infraestrutura. douro da Terceira — Melhoramento da Infraestrutura ernização das Explorações Agrícolas oramento e Sanidade Animal. dade Vegetal nação Profissional, Experimentação e Aconselhamento Agrícola o ao Investimento nas Explorações Agrícolas npanhamento das Intervenções Comunitárias rma Antecipada. nitivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA) noção, Divulgação e Apoio à Decisão. o à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas nciar o Setor Vitivinícola o à inovação e rentabilização da atividade agrícola me de apoio a redução dos custos com a Atividade Agrícola estar de animais de companhia e de animais errantes rama de reestruturação e reforço do setor leiteiro ento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais o à Indústria Agroalimentar o ao Escoamento de Produtos na Indústria Agroalimentar larização de Mercados idade e Certificação rsificação e Valorização do Espaço Rural attenção da Atividade Agrícola mentos Agroambientais e Natura 2000 rsificação da Economia Rural das Florestais de Desenvolvimento Rural ento Florestal noção do Uso Múltiplo da Floresta	1.300.000 1.940.000 342.000 48.652.893 4.174.250 370.000 2.385.000 27.760.000 875.000 1.827.500 541.143 150.000 1.000.000 2.100.000 2.100.000 2.100.000 3.250.000 2.100.000 4.100.000 3.400.000 4.650.000 4.50.000 4.50.000 4.823.333 11.200.000 4.386.666 2.590.628 700.000 726.000 270.000	130.000 194.000 34.200 21.370.393 3.579.250 370.000 1.685.000 3.060.000 875.000 541.143 150.000 1.000.000 2.100.000 2.100.000 4.100.000 1.100.000 1.100.000 3.400.000 4.650.000 450.000 450.000 5.436.696 2.300.000 310.000 310.000 700.000 726.000	1.170.000 1.746.000 307.800 27.282.500 595.000 700.000 24.700.000 1.287.500 25.219.000 25.219.000 29.499.931 12.523.333 10.200.000 4.086.666 2.280.628

				Unia.: euro
	Entidade/Programa/Projeto/Ação	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
12	Ambiente e Ordenamento	20.205.815	20.205.815	
12.1	Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental.	6.269.948	6.269.948	
12.1.1	Monitorização e Gestão da Biodiversidade e do Património Natural dos Açores	703.768	703.768	
12.1.1	Rede Regional de Ecotecas e Centros de Interpretação Ambiental	2.400.000	2.400.000	
12.1.2	Promoção do património natural e certificações ambientais	215.955	215.955	
12.1.5	Recuperação de espécies e <i>habitats</i> prioritários	802.537	802.537	
12.1.6	Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental	140.000	140.000	
12.1.8	Centro de Interpretação da Cultura do Ananás — S. Miguel	152.396	152.396	
12.1.10	Ampliação e reabilitação dos centros de interpretação ambiental	367.292	367.292	
12.1.10	Casa dos Fósseis (Santa Maria) e Casa dos Vulcões (Pico).	1.048.000	1.048.000	
12.1.11	Incentivos à manutenção de paisagens tradicionais em áreas classificadas	50.000	50.000	
12.1.12	Reabilitação da Fábrica da Baleia de Porto Pim — Faial	390.000	390.000	
12.1.13	Ordenamento do Território.	1.613.660	1.613.660	
12.2.2	Sistemas de informação e gestão do território	100.000	100.000	
12.2.3	Planeamento e Gestão de Bacias Hidrográficas de Lagoas	300.000	300.000	
12.2.6	Intervenção em zonas de risco de movimentos de vertentes	500.000	500.000	
12.2.8	Acompanhamento e revisão de instrumentos de gestão territorial	50.000	50.000	
12.2.9	Desvios de afluentes da ribeira do Salto da Inglesa, Furnas	663.660	663.660	
12.2.	Recursos Hídricos	6.833.899	6.833.899	
12.3.1	Requalificação e Proteção de Recursos Hídricos.	1.436.038	1.436.038	
12.3.3	Monitorização e Gestão dos Recursos Hídricos	409.395	409.395	
12.3.4	Monitorização das Massas de Água Interiores da Região Hidrográfica Açores	413.456	413.456	
12.3.6	Controlo da Eutrofização das Lagoas dos Acores	75.000	75.000	
12.3.7	Prevenção e Análise de Risco de Cheias e Movimentos de Massas	44.203	44.203	
12.3.9	Limpeza, renaturalização e reperfilamento de linhas de água	2.750.987	2.750.987	
12.3.10	Empreitada requalificação da Fajazinha, na ilha das Flores, incluindo o desvio	2.700.507	2.,00.,00	
	das águas pluviais oriundas da encosta sobrejacente à estrada regional	954.820	954.820	
12.3.11	Requalificação da rede hidrográfica da Pedreira do Nordeste, São Miguel	750.000	750.000	
12.4	Oualidade Ambiental e Património Mundial	2.162.438	2.162.438	
12.4.1	Estado do Ambiente e Monitorização das Alterações Climáticas	427.750	427.750	
12.4.2	Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental	78.238	78.238	
12.4.3	Vigilância de Áreas Classificadas, Avaliação e Licenciamento Ambiental	194.233	194.233	
12.4.4	Sistemas de monitorização e controlo de pragas urbanas	47.217	47.217	
12.4.5	Inspeção e Fiscalização Ambiental	5.000	5.000	
12.4.6	Gestão da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico	10.000	10.000	
12.4.7	Incentivos à Manutenção e Reabilitação da Cultura Tradicional da Vinha do Pico	800.000	800.000	
12.4.9	Programa Eco-Freguesia, freguesia limpa	450.000	450.000	
12.4.10	Programa de mobilidade elétrica do corpo de vigilantes da natureza	150.000	150.000	
12.5	Gestão de Resíduos	3.325.870	3.325.870	
12.5.1	Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos	920.100	920.100	
12.5.2	Centros de Processamento e Promoção de Boas Práticas de Gestão de Resíduos	150.000	150.000	
12.5.4	Selagem e requalificação de vazadouros de resíduos	2.255.770	2.255.770	
	<u> </u>			

Diário da República, 1.ª série—N.º 7—12 de janeiro de 2016

Investimento Público 2016

Desagregação Espacial

				Designe	ação Espaci							Euro
	Objetivo/Programa/Projeto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
	TOTAL	30.473.871	270.708.664	157.831.600	30.083.303	55.409.658	65.309.179	58.182.735	29.302.953	12.746.385	72.736.114	782.784.462
	AUMENTAR A COMPETITIVIDADE E A EMPREGABILIDADE DA ECONOMIA REGIONAL	17.530.448	126.735.527	86.347.509	19.116.489	23.643.741	37.667.886	31.181.820	14.190.758	2.988.090	22.845.390	382.247.658
1 1.1 1.2 1.3 1.4 1.5 1.6 1.7 1.8	Competitividade, Emprego e Gestão Pública	10.945.430 3.275.600 30.000 5.516.330 150.000	51.407.475 22.320.300 75.000 27.680.450 740.000	39.217.669 18.559.900 45.000 19.462.769 900.000	9.350.861 3.159.200 12.000 5.209.661 170.000	8.644.890 2.636.000 12.000 5.836.890 160.000	10.328.640 4.273.000 19.000 5.836.640 200.000	14.237.680 5.136.200 8.000 8.893.480 200.000	7.897.780 2.347.000 7.000 4.553.780 190.000	1.240.560 421.800 2.000 676.760 140.000	4.581.750 365.000 560.000 1.000.000 636.750 180.000 560.000 80.000	157.852.735 62.494.000 770.000 84.666.760 636.750 2.850.000 180.000 560.000 80.000
1.9 2 2.1 2.2 2.3	Planeamento e Finanças. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural Infraestruturas Agrícolas e Florestais. Modernização das Explorações Agrícolas. Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Flo-	1.973.500 5.189.499 1.906.365 1.115.725	591.725 59.579.990 12.540.137 17.416.342	250.000 41.929.908 15.366.887 14.453.598	800.000 7.626.411 3.488.611 1.783.066	11.142.124 2.354.654 2.484.214	19.835.156 3.629.622 4.547.278	10.830.859 5.588.570 2.599.079	800.000 5.118.838 1.875.136 1.393.610	1.157.580 532.184 217.583	1.200.000 6.305.665 1.525.344 2.642.398	5.615.225 168.716.030 48.807.510 48.652.893
2.4 3 3.1 3.2	restais Diversificação e Valorização do Espaço Rural Pescas e Aquicultura Inspeção e Gestão Infraestruturas Portuárias	667.824 1.499.585 345.519 159.191	18.233.100 11.390.411 9.989.312 5.061.914	7.587.468 4.521.955 1.549.932 977.814	729.292 1.625.442 864.217 700.420	1.453.107 4.850.149 2.711.727 2.177.941	5.079.084 6.579.172 5.674.090 1.262.835	1.001.367 1.641.843 3.721.381 3.016.234	447.979 1.402.113 454.140 209.886	57.670 350.143 179.950 28.300	1.062.109 1.075.814 2.409.345 1.350.000 367.578	36.319.000 34.936.627 27.899.613 1.350.000 13.962.113
3.3 3.4 3.5 4	Frota e Recursos Humanos Produtos da Pesca Desenvolvimento do Turismo	73.228 46.875 66.225 1.050.000	1.346.009 987.500 2.593.889 5.758.750	341.493 140.625 90.000 3.650.000	116.922 46.875 1.275.000	86.911 446.875 1.145.000	328.480 446.875 3.635.900 1.830.000	196.785 140.625 367.737 2.391.900	33.179 46.875 164.200 720.000	4.775 46.875 100.000 410.000	459.718 200.000 32.049 9.548.630	2.987.500 2.550.000 7.050.000 27.779.280
4.1 4.2	Promoção e Desenvolvimento Turístico	1.050.000	5.650.000 108.750	3.650.000	975.000 300.000	1.045.000 100.000	1.830.000	2.300.000 91.900	720.000	410.000	6.292.748 3.255.882	23.922.748 3.856.532
	PROMOVER A QUALIFICAÇÃO E A INCLU- SÃO SOCIAL	5.210.592	75.193.833	41.210.015	2.089.556	14.974.499	15.559.974	12.103.155	3.322.779	1.212.972	14.806.768	185.684.143
5 5.1 5.2 5.3 5.4	Educação, Ciência e Cultura	3.614.110 2.000 5.000 120.000	35.710.785 24.046.535 130.000 4.726.000	12.782.436 2.112.395 169.000 2.254.000	369.850 2.000 5.000 190.000	10.432.302 7.382.348 10.000 570.000	10.269.520 8.606.000 12.500 660.000	3.713.141 1.955.176 12.500 697.000	818.946 342.546 5.000 280.000	437.750 1.000 1.000 3.000	7.030.093	85.178.933 44.450.000 350.000 9.500.000
5.5 5.6 5.7	instituições de Ensino Privado e Formação	1.500 28.200	3.250.700 367.800	1.126.500 300.000 1.974.800	51.500	116.000 58.300	56.000 26.100	201.800 37.100	22.500 13.400	13.500 4.300	3.834.409	4.840.000 300.000 2.510.000 3.834.409
5.8 5.9 5.10	Fundo Regional da Ciência	60.610	1.408.900	359.500	28.000	49.000	75.900	99.715	10.500	9.000	2.150.000 556.375	2.150.000 2.657.500
6 6.2	e Cultural	3.396.800 125.000	1.780.850 5.687.306 2.596.000	4.486.241 12.928.968	93.350 180.000	2.246.654 1.633.300	833.020 765.333	709.850 2.269.885 1.166.667	145.000 1.103.600	405.950 26.050	489.309 3.615.850	14.587.024 28.335.292 3.762.667

Objetivo/Programa/Projeto SMA SMG TER GRA SJO PIC FAI 6.3 Beneficiação de Infraestruturas 241.611 1.486.800 619.333 6.4 Parcerias Públicas Privadas 11.282.217 11.282.217 6.5 Apetrechamento e Modernização 10.000 1.400.000 45.000 10.000 6.500 11.000 12.000	FLO 944.000	O COR	NDE	RAA
6.4 Parcerias Públicas Privadas	944.000			
6.4 Parcerias Públicas Privadas		.000	500.000	3.791.744
6.5 Apatrophamento a Modernização 10.000 1.400.000 45.000 10.000 6.500 11.000 12.000	1			11.282.217
6.5 Apetrechamento e Modernização 10.000 1.400.000 45.000 10.000 6.500 11.000 12.000	3.100	.100 30	102.100	1.600.000
6.6 Apoios e Acordos			714.000	2.459.664
6.8 Projetos na Saúde	156.500	5.500 25.75		3.429.000
6.9 Formação			110.000	110.000
6.10 Tecnologias de Informação na Saúde		450 (60.11	1.900.000	1.900.000
7 Solidariedade Social		3.479 668.11 250.00		37.055.805
7.1 Apoio à Infância e Juventude				7.382.375 15.540.462
7.2 Apoio ao Públicos com Necessidades Especiais 2.000.000 610.095 368.408	120.370	13.19	2.938.000	2.978.503
7.4 Apoio a Idosos	607.103	1.103 402.31	10.000	10.154.465
7.5 Igualdade de Oportunidades 15.000 345.222 249.095 35.000 20.000 29.000 51.683			240.000	1.000.000
8 Habitação e Renovação Urbana 393.517 9.941.382 3.567.621 715.255 1.093.256 2.284.898 3.481.020				21.967.783
8.1 Promoção de Habitação, Reabilitação e Renovação				
Urbana	214.179	.179 50.00)	7.706.502
8.2 Arrendamento Social e Cooperação 43.160 6.302.196 2.017.607 182.624 326.007 1.642.964 3.328.168				14.062.131
8.3 Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica 6.500 100.000 59.400 6.500 6.500 6.500 6.500				199.150
9 Desporto e Juventude				13.146.330
9.1 Infraestruturas e Equipamentos				2.650.330
9.2 Desenvolvimento do Desporto Federado				7.175.000
9.3 Promoção da Prática de Atividade Física Desportiva 24.725 295.490 133.350 25.520 31.485 40.615 58.275 9.4 Juventude				645.000 2.676.000
9.4 Juventude	26.730	20.00	367.073	2.070.000
AUMENTAR A COESÃO TERRITORIAL E A				
SUSTENTABILIDADE	11.789.416	0.416 8.545.32	33.192.006	212.960.711
10 Transportes, Energia e Infraestruturas Tecnológicas 4.295.000 61.519.492 25.237.557 6.050.588 14.105.953 8.561.538 11.078.500	9.601.823	.823 7.932.37	5 25.265.699	173.648.525
10.1 Construção de Estradas Regionais 31.126.000				31.126.000
10.2 Beneficiação e Reabilitação de Estradas Regionais 720.000 6.308.500 2.863.500 870.000 1.965.000 1.849.500 1.435.000	2.030.000	0.000 240.00	725.000	19.006.500
10.3 Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Ro-	200,000			1 072 700
doviária	290.000	0.000		1.872.700
10.4 Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER 30.000 427.500 20.000 7.500 10.5 Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aero-				485.000
portuários	2.750.000	0.000 6.167.37		35.941.850
10.6 Gestão dos Aeródromos Regionais	2.750.000	0.107.37	2.650.000	2.650.000
10.7 Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo			2.030.000	2.030.000
Interilhas	3.425.000	1.375.00	602.095	48.980.095
10.8 Dinamização dos Transportes			1.450.000	1.450.000
10.9 Eficiência Energética		150.00		742.500
10.10 Tecnologias de Informação e Comunicação			4.397.704	4.397.704
10.11 Sistemas de Informação e de Comunicações 300.000			72.250	372.250
10.12 Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica			251.150	251.150
10.13 Laboratório Regional de Engenharia Civil 321.183				321.183
10.14 Construção, Ampliação e Remodelação de Edificios Públicos			900.000	8.351.593
Públicos 3.891.593 3.560.000 10.15 Cooperação com Diversas Entidades 822.049 1.395.323 675.805	1.106.823	823	2.700.000	6.700.000
10.15 Cooperação com Diversas Entidades	1.100.023	.023	11.000.000	11.000.000
11 Prevenção de Riscos e Proteção Civil. 509.243 3.371.674 2.617.519 78.670 241.466 656.003 714.016	697,773	7.773 8.04		9.014.412
11.1 Equipamentos e Comunicações				1.969.232
11.2 Infraestruturas				2.502.000
11.3 Protocolos e Apoios	62.410	.410 7.31	3	4.400.530

Euro

Diário da Re
pública
, 1.ª série—
-N.º 7—12
2 de
janeiro
de
2016

	Objetivo/Programa/Projeto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
11.4 12 12.1 12.2 12.3 12.4 12.5 12.6 12.7	Formação Ambiente e Ordenamento Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental Ordenamento do Território. Recursos Hídricos Qualidade Ambiental e Património Mundial Gestão de Resíduos Requalificação da Orla Costeira Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	1.300.888	69.835 3.888.138 477.396 913.660 1.575.074 178.500 743.508	32.928 2.419.000 100.000 1.526.000 120.500 672.500	3.362 2.748.000 45.000 40.000 15.000 2.648.000	6.981 2.443.999 90.000 150.000 289.300 32.500 1.034.670 847.529	10.755 2.863.778 1.042.292 100.000 520.613 887.000 313.873	11.409 3.105.244 667.000 69.000 329.244 2.040.000	2.891 1.489.820 45.000 200.000 954.820 25.000 15.000 250.000	402 604.900 25.000 32.500 353.400 194.000	7.806.307 3.188.260 150.000 1.968.092 762.438 985.100 156.502 595.915	142.650 30.297.774 6.269.948 1.613.660 6.833.899 2.162.438 3.325.870 7.456.044 2.635.915
13.1 13.2 14 14.1 14.2 14.3 14.4	AFIRMAR A IDENTIDADE REGIONAL E PROMOVERA COOPERAÇÃO EXTERNA Informação e Comunicação Apoio aos Media Jornal Oficial . Comunidades e Cooperação Externa . Cooperação Externa . Emigrado/Regressado Identidade Cultural . Imigrado .										1.891.950 1.102.000 1.000.000 102.000 789.950 228.950 113.000 355.000 93.000	1.891.950 1.102.000 1.000.000 102.000 789.950 228.950 113.000 355.000 93.000